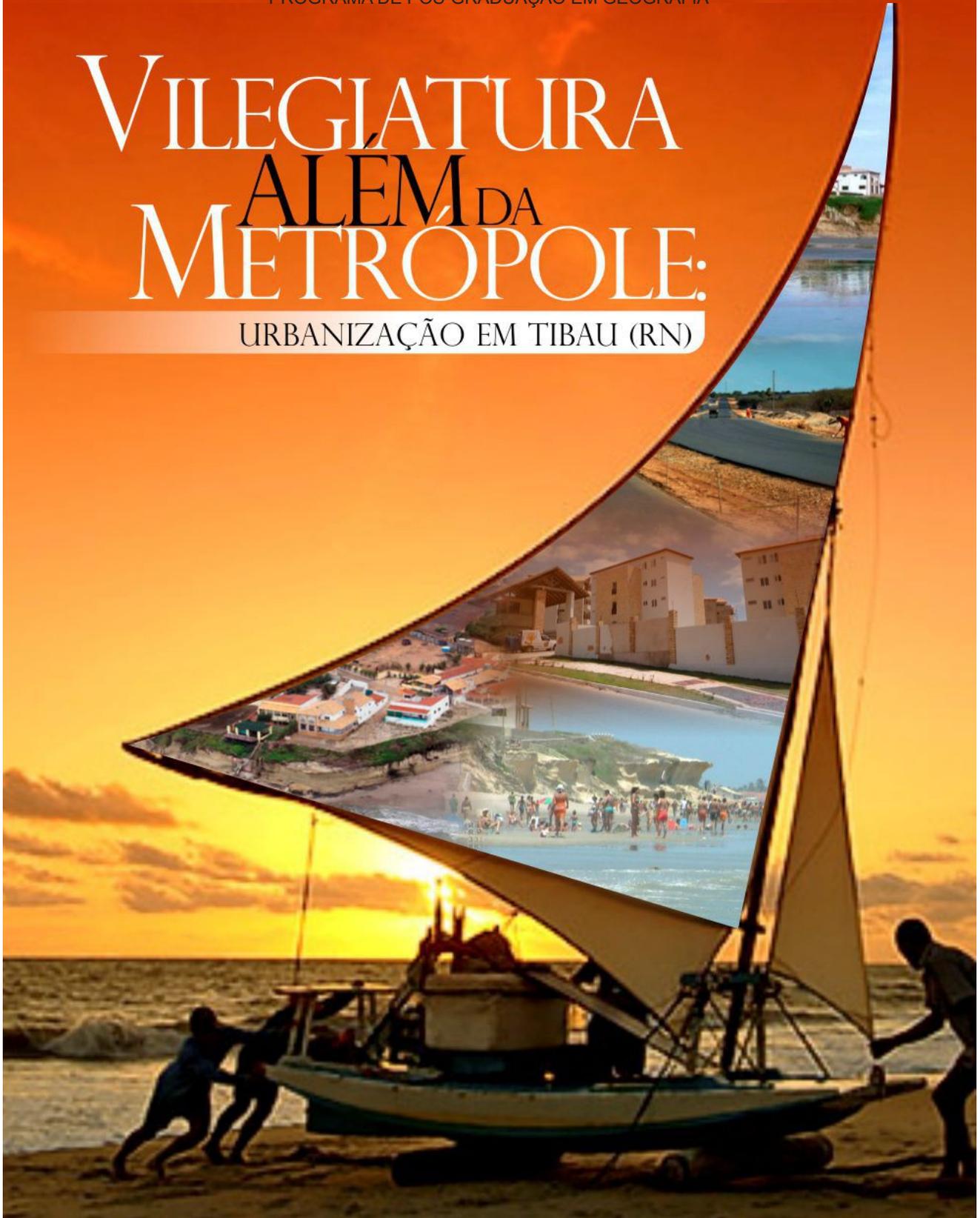




UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VILEGIATURA ALÉM DA METRÓPOLE:

URBANIZAÇÃO EM TIBAU (RN)



IARA RAFAELA GOMES

FORTALEZA
2013

IARA RAFAELA GOMES

**VILEGIATURA ALÉM DA METRÓPOLE:
URBANIZAÇÃO EM TIBAU - RN**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia, inserido no Centro de Ciências, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley
Correia Dantas

Fortaleza
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- G615v Gomes, Iara Rafaela.
 Vilegiatura além da metrópole: urbanização em Tibau (RN). / Iara Rafaela Gomes. – 2013.
 228 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.
 Área de Concentração: Dinâmica ambiental e territorial no Nordeste semi-árido.
 Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.
1. Vilegiatura marítima. 2. Urbanização. 3. Mossoró (RN). I. Título.

Universidade Federal do Ceará – UFC
Programa de Pós-Graduação em Geografia

PARECER

“Vilegiatura além da Metrópole: urbanização em Tibau (RN)”.

Iara Rafaela Gomes

Defesa em 27 de junho de 2013.

Conceito obtido: APROVADA

BANCA EXAMINADORA



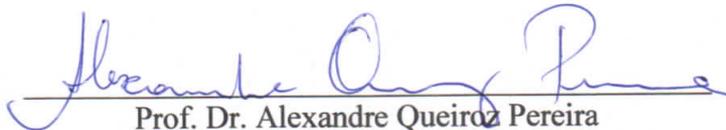
Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - (UFC)
Departamento de Geografia



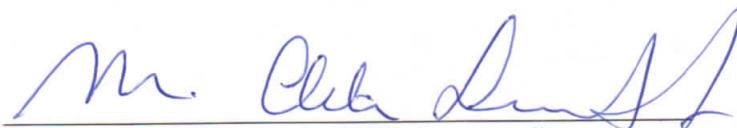
Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves
Universidade de São Paulo (USP)



Profa. Dra. Denise de Souza Elias
Universidade Estadual do Ceará - (UECE)



Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).



Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa
Universidade Federal do Ceará - (UFC)
Departamento de Geografia

Ao meu filho, Miguel Gomes Xavier, que nasceu e cresceu junto com esta tese, portanto, ele é parte dela tanto quanto eu.

AGRADECIMENTOS

Desafio tão grande quanto concluir esta tese é dispor de um espaço tão curto para agradecer a todos aqueles que colaboraram para o fim desta jornada.

Esta jornada de realização da tese iniciou-se quando decidi concorrer à seleção do Programa de Educação Tutorial (PET) de Geografia. Ainda bem que não segui o conselho da minha mãe de “não largar tudo em nome daquela seleção!”. Embora eu não tivesse a dimensão da riqueza de experiências que vivenciaria a partir daquele momento, meu coração sabia que aquela decisão era a melhor. Dali não esqueço a generosidade daqueles que me receberam, como a profa. Zenilde, os petianos Jovanil, Marília, Carlos Queiroz, entre outros. Dali também foram marcantes as pessoas do prof. Edílson que como tutor me ensinou lições valiosíssimas que posteriormente pude repassar aos que vieram depois. Ao chegar ao Laboratório de Estudos Agrários (LEA) fui muito bem recebida por Juscelino Eudâmidas e Cíntia Lins (dois queridos!). A profa. Denise, sempre rigorosa, mas muito atenciosa, me ensinou e ensina competentemente sobre a pesquisa acadêmica. Aproveito, ainda, para agradecê-la pelas valiosas contribuições quando da defesa do relatório de qualificação e, sobretudo, pela sincera amizade.

Depois veio o mestrado e também o doutorado, este realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde tive o prazer de conhecer mais de perto o trabalho especial desenvolvido pelo prof. Eustógio e sua equipe. A todas essas pessoas, programas e laboratórios, devo meu carinho especial.

Devo um agradecimento particular ao meu orientador, prof. Eustógio Wanderley, pela valiosa orientação. Obrigada por me mostrar a importância de confiarmos nos nossos potenciais e limites.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão da bolsa.

Ao prof. José Borzachiolo da Silva, cujas contribuições, sugestões e críticas foram estimulantes quando da defesa do relatório de qualificação, e ainda, pela enorme atenção dada ao trabalho e disposição em ajudar-me.

Um agradecimento especial ao prof. Renato Pequeno que muito gentilmente me recebeu para discutirmos o trabalho. Pessoa humilde e sábia, como poucas que conheço.

À Universidade Federal do Ceará pela oportunidade e pela rica estrutura oferecida; particularmente aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo apoio.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará que, tanto na sala de aula como fora dela, contribuíram enormemente para minha formação acadêmica.

Aos colegas do doutorado, que muito colaboraram para as reflexões ora apresentadas. Todos me prestaram inestimável ajuda. Mesmo sem nomeá-los individualmente, sintam-se, pois, citados.

A todos que se dispuseram responder às perguntas e a auxiliar na coleta dos dados e no fornecimento de informações. Em especial ao senhor Milton Guedes, à Patrícia Cristhina e Marcelo, ao senhor Mauro e Socorro, todos de Tibau. Sem vocês, a pesquisa de campo teria sido impossível de ser realizada.

Aos colegas do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), da UFC, Enos, Eciane, Raquel, Claudiana, Ana, Rodolfo, Edson, Bruno, Eider e tantos outros. Agradeço, sobretudo, à profa. Clélia, que mesmo sem perceber me dava preciosas orientações acadêmicas e para a vida. Também ao Felipe, que generosamente me auxiliou na parte cartográfica.

Aos amigos do Laboratório de Estudos Agrários (LEA) e do grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU) Juscelino, Cíntia, Edna, Priscila, Rodrigo, Camila, Gilda, André, Bruna, Guilherme, Sidney e Leandro.

Aos amigos Edílson Alves Pereira Junior, Denise Bomtempo, Fábio Ricardo, Diego Gadelha e Alexandre Queiroz. Cada um a seu modo me ajudou bastante. Edílson, pelos almoços que mais pareciam reuniões de orientação (quanta paciência!), a Denise, pela doçura e força na hora certa (amizade nova!), ao Diego, pela possibilidade de ouvir sempre o diferente, ao Fábio, pelos almoços em Mossoró, pela atenção e disposição de sempre e, sobretudo, pela amizade verdadeira. E, ainda: ao Alexandre, pela simplicidade e humildade que escondem uma das pessoas mais brilhantes que conheço.

Ao meu querido filho, novamente, que com seus três aninhos me surpreende todos os dias e virou fonte de inspiração diária para a conclusão do trabalho.

Ao meu irmão, pela generosidade de cuidar de tudo enquanto eu me ocupava com a tese. Cuidou dos pais cansados e doentes, cuidou da tia que velhinha já começa a

dar sinais de enorme cansaço da vida e cuidou ainda da sua família que acaba de começar. Obrigada, Cris, por permitir tal atenção!

Aos meus três velhinhos. Minha mãe, fonte de força e coragem como outrora foi dito, minha tia, pelo cuidado exagerado, meu pai “meu querido, meu velho, meu amigo”, a quem prometi e cumpri ser doutora por mérito.

Ao meu companheiro, Renato Xavier, por mais uma etapa concluída, pelas doses diárias de disposição e amor. Por ter dado o colo roubado pela tese ao nosso menininho. E por eu saber a resposta certa “I only smile when I lie, then I tell them why [...] Because your kiss is on my list of the best things in life”.

À minha tia Luiza e, mais uma vez, à minha vizinha, pela arte de amar a vida.

À dona Ana, à Margarida, ao seu Francimar e David Xavier. Todos parceiros do Miguel nos muitos finais de semana que ele correu para a casa da “voinha” enquanto a mamãe trabalhava. Vitória, obrigada especial por existir e fazer tais finais de semana muito mais divertidos.

Finalmente, a Deus, meu júbilo, minha fortaleza, minha vida.

Obrigada, enfim, a quantos colaboraram para a realização deste trabalho.

La mer
Qu'on voit danser le long des golfes clairs
A des reflets d'argent
La mer
Des reflets changeants
Sous la pluie

La mer
Au ciel d'été confond
Ses blancs moutons
Avec les anges si purs
La mer bergère d'azur
Infinie

Voyez
Près des étangs
Ces grands roseaux mouillés
Voyez
Ces oiseaux blancs
Et ces maisons rouillées

La mer
Les a bercés
Le long des golfes clairs
Et d'une chanson d'amour
La mer
A bercé mon coeur pour la vie

(La Mer - Charles Trénet)

RESUMO

O foco central deste trabalho é estudar a relação entre a vilegiatura marítima e o processo de urbanização. Temos como objetivo principal apresentar as características essenciais do processo de expansão da urbanização em curso desde o incremento da vilegiatura marítima na cidade de Tibau, no Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro, que, conforme nossa hipótese de trabalho, possui sua vitalidade explicada a partir da cidade média de Mossoró. Por ser o Brasil possuidor de uma extensão costeira de aproximadamente 8.500km, o turismo e a vilegiatura marítima, em especial, têm se destacado como atividades com intensos índices de crescimento na última década. Neste cenário, o espaço litorâneo tem se tornado fundamental para o lazer das populações das grandes e médias aglomerações e, desse modo, podemos dizer que o incremento da urbanização está também relacionado ao desenvolvimento das práticas marítimas modernas. Para compreender esta dinâmica tomamos como objeto de estudo a expansão da vilegiatura marítima no espaço litorâneo de Tibau. Trata-se de uma cidade de pequeno porte que compõe a região de influência de Mossoró, segunda cidade mais importante e mais populosa do Estado do Rio Grande do Norte. Entender a influência de Mossoró na expansão da vilegiatura marítima tibauense revela como este espaço litorâneo é alcançado pelo tecido urbano de Mossoró e, sobretudo, como as cidades não metropolitanas têm sido redefinidoras de muitas lógicas que a princípio sempre foram comandadas somente pelas metrópoles. Consoante demonstra a análise de Tibau, a vilegiatura neste lugar consolida territórios nos quais a sociedade mossoroense está presente. Tem se mostrado clara a crescente demanda por espaços de ócio, de lazer, particularmente litorâneos, e, conseqüentemente, a grande valorização desses espaços, redefinindo a urbanização e estabelecendo uma rede urbana muito mais complexa.

Palavras-chave: Vilegiatura marítima. Urbanização. Tibau. Mossoró

RESUMÉ

La préoccupation centrale de ce travail est d'étudier la relation entre le transport maritime et vilegiatura processus d'urbanisation. Nous avons pour objectif de présenter les principales caractéristiques essentielles du processus d'expansion de l'urbanisation en cours depuis l'augmentation de vilegiatura maritime dans la ville de Tibau, Rio Grande do Norte partir, que notre hypothèse de travail, leur relation étroite avec la moyenne de la ville Mossoró. Depuis Le Brésil possède une extension des zones côtières atteint environ 8500 km, le tourisme et vilegiatura maritime dans particulier ont été mis en évidence que les activités avec des niveaux intenses de croissance dans la dernière décennie. La zone côtières est constituée essentielle pour le loisir des populations des grandes agglomérations et moyennes entreprises et, par conséquent, nous pouvons dire que l'urbanisation croissante est également liés au développement des pratiques de navigations moderne. Pous nous comprenons que cette dynamique l'objet d'étude l'extension de vilegiatura côtières maritimes espace de Tibau, une ville de État de Rio Grande do Norte, dans le nord du Brésil. Il s'agit d'un petite ville qui forment la région d'influence de Mossley, seconde ville la plus importante et l'état le plus peuplé du Rio Grande do Du Nord. Comprendre l'influence de Mossoró dans l'expansion vilegiatura la mer tibauense révèle comment l'espace est atteint par la mer tissu urbain de Mossoró et plus que cela, que les villes ne métropolitaine remappeur été logique pour beaucoup que le principe ont toujours été dirigée que par les villes. L'analyse de Tibau montre que ce lieu de consolider vilegiatura territoires, dans lesquels mossoroense la société est présente. A montré une nette augmentation demande pour des espaces de loisirs, la détente, notamment côtières et d'où la grande valeur de ces espaces de redéfinir l'urbanisation et réseau urbain a fourni une bien plus complexe.

Mots-clés: Vilegiatura. Urbanisation. Tibau. Mossoró.

ABSTRACT

The central issue of this work is to study the relationship between the seaside villeggiature and the process of urbanization. Our main purpose is to present the essential characteristics of the expansion process of the urbanization that is happening since the increment of the seaside villeggiature in the town of Tibau, in Rio Grande do Norte, in the Brazilian northeast region, which, according to our hypothesis of work, has its vitality explained from the medium-sized city of Mossoró. As Brazil is a country that has a long coastline, about 8.500km, tourism and, specially, the seaside villeggiature, stand out as activities with high increasing scores in the last decade. This way, the coastal area has become fundamental to the leisure of people that live in the great and medium-sized agglomerations and, thus, we can say that the increment of the urbanization is also related to the development of modern seaside practices. So that we can understand this dynamics, we have taken as an object of study the expansion of the seaside villeggiature in the coastal area of Tibau. Tibau is a small town that makes part of the influential region of Mossoró, which is the second most important and populous city in the state of Rio Grande do Norte. Understanding the influence that Mossoró has on the expansion of the seaside villeggiature in Tibau reveals how this coast area is reached by the urban mesh of Mossoró and, above all, how the non-metropolitan cities have acted as remappers of many logical ideas that at first were conducted by the big cities. As it is demonstrated by the analysis of Tibau, the villeggiature in this place consolidates territories, in which the society of Mossoró is present. It has been clear the increasing demand for leisure places, especially in the coastal area and, consequently, the great appreciation of these spots, redefining the urbanization and establishing a much more complex urban net.

Key Words: Seaside Villeggiatura. Urbanization. Tibau. Mossoró

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Localização dos municípios de Mossoró e Tibau - RN	20
FIGURA 2 – Evolução territorial dos municípios de Tibau, Grossos e Areia Branca	23
FIGURA 3 – Setorização da sede municipal de Tibau -RN	40
FIGURA 4 – Matéria do jornal <i>O Mossoroense</i>	121
FIGURA 5 – Matéria do jornal <i>O Mossoroense</i>	133
FIGURA 6 – Proprietários de imóveis nos bairros da cidade de Mossoró	176
QUADRO 1 – Preços de terras. Zona homogênea mossoroense.	126

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Imagem da área de salina em Tibau-RN	94
FOTO 2 – Obras de ampliação da RN – 013	137
FOTO 3 – Obras de ampliação da RN – 013	138
FOTO 4 – Ocupações sobre falésias de Tibau -RN	164
FOTO 5 – Ocupações sobre falésias de Tibau -RN	165
FOTO 6 – Ocupações sobre falésias de Tibau -RN	165
FOTO 7 – Ocupações sobre falésias de Tibau -RN	165
FOTO 8 – Condomínio Horizontal em Tibau-RN	168
FOTO 9 – Condomínio Vertical em Tibau-RN	168
FOTO 10 – Aglomerado homogêneo em Tibau-RN	169
FOTO 11 – Aglomerado heterogêneo em Tibau-RN	169
FOTO 12 – Condomínio Portal das Emannelas	171
FOTO 13 – Condomínio Porto Bravo	171
FOTO 14 – Condomínio Atlantis	171
FOTO 15 – Condomínio Praia das Emannelas	171

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – População dos municípios litorâneos do Brasil, 2010	48
MAPA 2 – Concentração de domicílios de uso ocasional, no Brasil, 2010	79
MAPA 3 – Tibau. Unidades Geoambientais	91
MAPA 4 – Tibau. Indicação de áreas de ocupação	123
MAPA 5 – Tibau. Áreas de ocupação (des)ordenada	128
MAPA 6 – Tibau. Situação geográfica	144
MAPA 7 – Tibau. Expansão urbana (2000-2010)	161
MAPA 8 – Tibau. Divisão em bairros	162
MAPA 9 – Tibau. Localização dos condomínios. 2012	172

LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 1 – Distribuição das segundas residências nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 1980	98
CARTOGRAMA 2 – Distribuição das segundas residências nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 1991	99
CARTOGRAMA 3 – Distribuição das segundas residências nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 2000	100
CARTOGRAMA 4 – Distribuição das segundas residências nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 2010	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição do número de domicílios de uso ocasional nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 1980 a 2010	85
TABELA 2 – População residente de Mossoró, distrito de Tibau, Tibau, Grossos, 1980, 1991, 2000 e 2010	95
TABELA 3 – População total, urbana e rural e variação da população total por unidade espacial, 1980, 1991, 2000 e 2010	97
TABELA 4 – Domicílios recenseados - IBGE	124
TABELA 5 – Domicílios particulares ocupados. Brasil, Nordeste, Estado e Municípios, 2000-2010	163

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Segundas residências em Tibau, 2000 e 2010	170
GRÁFICO 2 – Questionários aplicados	174
GRÁFICO 3 – Frequência atual de utilização do imóvel de uso ocasional	175
GRÁFICO 4 – Origem dos vilegiaturistas	175
GRÁFICO 5 – O que os vilegiaturistas buscam realizar em Tibau	177
GRÁFICO 6 – Relação contratual com a posse do imóvel de uso ocasional	179
GRÁFICO 7 – Grau de escolarização dos vilegiaturistas	180
GRÁFICO 8 – Nível de renda dos vilegiaturistas	181
GRÁFICO 9 – Nível de renda dos vilegiaturistas por setor	182
GRÁFICO 10 – Utilização do comércio pelos vilegiaturistas	183
GRÁFICO 11 – Utilização dos serviços pelos vilegiaturistas	183

SUMÁRIO

RESUMO	9
RESUMÉ	10
ABSTRACT	11
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	12
LISTA DE FOTOS	13
LISTA DE MAPAS	14
LISTA DE CARTOGRAMAS	15
LISTA DE TABELAS	16
LISTA DE GRÁFICOS	17
INTRODUÇÃO	19
1 A VILEGIATURA COMO UMA FORMA DE ABORDAGEM SOBRE AS NOVAS TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL	44
1.1 A vilegiatura e a urbanização no Brasil	45
1.2 A vilegiatura marítima no Estado do Rio Grande do Norte: diferentes contextos em análise	62
1.2.1 O Rio Grande do Norte e seu litoral	64
1.3 As segundas residências no Rio Grande do Norte: Tibau em destaque	86
2 TIBAU: A RELAÇÃO DE MOSSORÓ COM O MAR	107
2.1 Da produção de sal ao lazer: um retorno necessário à Mossoró	108
3 A EXPANSÃO DO TERRITÓRIO DE TIBAU	136
3.1 Tibau no contexto de relações intermunicipais	136
3.2 A maritimidade moderna consolidada em Tibau	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	192
APÊNDICES	206
APÊNDICE A - Matriz metodológica	207
APÊNDICE B – Características dos imóveis a partir dos jornais	209
APÊNDICE C – Questionário para proprietários de segundas residências	226
APÊNDICE D – Entrevistas realizadas junto aos moradores de Tibau	227
APÊNDICE E – Entrevistas realizadas junto aos comerciantes de Tibau	228
APÊNDICE F – Entrevistas realizadas com corretores imobiliários	229

INTRODUÇÃO

Esta tese trata da relação entre a vilegiatura marítima e o processo de urbanização. Possui como tema proposto para estudo vilegiatura além da metrópole. Nesse sentido, temos como objetivo principal apresentar as características essenciais do processo de expansão da urbanização em curso desde o incremento da vilegiatura marítima (DANTAS, 2002) na cidade de Tibau, no Rio Grande do Norte, a partir, conforme nossa hipótese de trabalho, da sua íntima relação com a cidade média de Mossoró. No entanto, para cumprirmos tal objetivo, delimitamos metas mais específicas dentro do trabalho. São elas que, somadas, conduzirão ao alcance do objetivo geral. Ei-las: Compreender as principais mudanças socioeconômicas em Mossoró e suas relações com o litoral; Entender a influência de Mossoró no incremento da vilegiatura marítima no município de Tibau; Analisar a expansão da vilegiatura marítima no espaço litorâneo de Tibau.

É importante ressaltar que o presente estudo é fruto de pesquisas que vêm sendo realizadas há mais de uma década pelo prof. Eustógio Wanderley Correia Dantas, acrescidas à nossa pretensão de trabalhar a cidade de Mossoró. O principal objetivo do nosso projeto de pesquisa original era analisar a reestruturação urbana e da cidade de Mossoró, mas durante as primeiras conversas com o referido professor novas ideias surgiram, entre estas, a de que a expansão do processo de urbanização de algumas cidades litorâneas do Rio Grande do Norte estaria intimamente vinculado à dinâmica socioeconômica de Mossoró. Foi o desenvolvimento desta tese o desafio que aceitamos enfrentar.

As cidades em análise localizam-se no Nordeste brasileiro, no Estado do Rio Grande do Norte, na microrregião de Mossoró, como proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

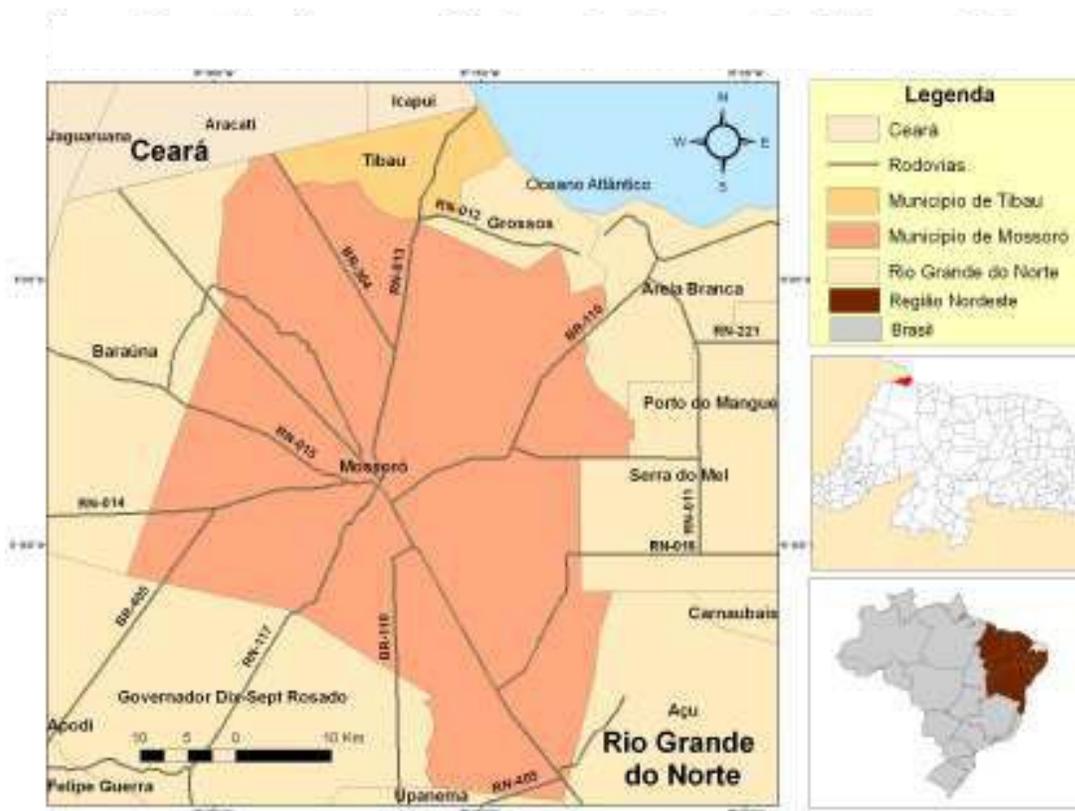


Figura 1 – Localização dos municípios de Mossoró e Tibau-RN
 Fonte: IBGE, 2010.

Tibau está localizada no Estado do Rio Grande do Norte, e pertence à microrregião de Mossoró, a mais setentrional do Estado e que engloba seis municípios: Areia Branca, Baraúna, Grossos, Serra do Mel, Tibau e Mossoró. Luís da Câmara Cascudo, na tradução da obra de Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, de 1810, recorda Teodoro Sampaio, que destaca em sua obra *Tupi na geographia nacional*, de 1901, Tibau, Tipão, traduzido como “entre duas águas”. Conforme se acredita, portanto, Tibau ganhou esse nome em virtude da sua posição geográfica, isto é, pelo fato de se encontrar entre os rios Jaguaribe, no Ceará, e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Já Mossoró conta, hoje, com quase 260 mil habitantes¹. Trata-se da segunda principal cidade do Estado do Rio Grande do Norte, situada localizada entre as capitais Fortaleza-CE e Natal-RN. Com larga região sob sua influência, está entre as novas áreas economicamente dinâmicas do Brasil. Dista cerca de 200 km da capital e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), possui uma área de influência com aproximadamente 650 mil habitantes, composta por cerca de quarenta municípios, localizados dentro do Estado do Rio Grande do Norte, embora estabeleça significativas relações com municípios de outros Estados (sobretudo Ceará e Paraíba).

Mossoró tem papel fundamental no desenvolvimento de Tibau² e distinção da sua vilegiatura marítima. Em trabalho anterior estudamos o destaque de Mossoró na região produtiva que integra³ (GOMES, 2007). Tal cidade apresenta características bem singulares no contexto de outras cidades médias brasileiras, demonstrando sua importância crescente e sua relevante atribuição regional. Por sua localização privilegiada, a cidade está na transição entre o litoral e o sertão, podendo ser alcançada pelas BRs 110, 304 e 405, além de rodovias intermunicipais.

Para entendermos Tibau é mister recorrermos a Mossoró e sua história. Por isso, em nossa escala de análise, é preciso compreendermos três possibilidades: primeiro, a região de Mossoró, segundo, a relação mais direta entre Mossoró e Tibau, e, por último a própria cidade de Tibau.

¹ 259.815 habitantes (Censo Demográfico de 2010 – IBGE).

² Muitos pesquisadores têm se interessado pela análise de Tibau. Entre eles citamos: Guedes (2002, 2010); Felipe e Rosado (2002); Carvalho e Idelfonso (2009); Silva e Monteiro (2012); Batista e Oliveira (2012); Batista (2012).

³ Região produtiva agrícola composta pelos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré, no Ceará, Baraúna, Mossoró, Açú e Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte. Tal região se estabelece obedecendo à lógica das grandes *holdings* detentoras do agronegócio da fruticultura, dominada por uma *coesão funcional* do agronegócio e não por aquela imposta pela ordem capitalista juridicamente reconhecida (GOMES, 2007). Trata-se de estudo desenvolvido a partir das reflexões e ideias sobre as regiões produtivas agrícolas empreendidas há alguns anos pela profa. Denise Elias, a qual nos orientou, inclusive, quando da realização da dissertação de mestrado na pesquisa mencionada. Elias (2005, 2006 a,b,c,d,e).

Começando por Mossoró e sua região, lembramos que sua história está intimamente associada ao litoral. Até 1892, Mossoró era um município litorâneo. Somente neste ano é que o distrito de Areia Branca foi desmembrado de Mossoró e elevado à condição de município, através do Decreto estadual nº 10, de 16 de fevereiro. No dia 11 de dezembro de 1953, com a Lei nº 1.025, Grossos desmembrou-se de Areia Branca, tornando-se município e, apenas em 21 de novembro de 1995, pela Lei nº 6.840, Tibau foi desmembrado de Grossos, tornando-se também município do Rio Grande do Norte (IDEMA, 2008)⁴. Na figura a seguir representamos tais acontecimentos.

⁴ **Areia Branca:** No ano de 1892, através do Decreto estadual nº 10, de 16 de fevereiro, Areia Branca foi desmembrado de Mossoró e elevado à condição de vila; elevado à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Areia Branca e por Lei estadual nº 656, de 22 de outubro de 1927; pelo Decreto estadual n.º 603, de 31 de outubro de 1938, são criados os distritos de Grossos e Tibau e anexados ao município de Areia Branca. **Grossos:** Distrito criado com a denominação de Grossos, pelo Decreto estadual nº 603, de 31 de outubro de 1938, e anexado ao município de Areia Branca; no dia 11 de dezembro de 1953, através da Lei nº 1.025, Grossos desmembrou-se de Areia Branca tornando-se município do Rio Grande do Norte. Constituiu-se de dois distritos: Grossos e Tibau; **Tibau:** Distrito criado com a denominação Tibau, pelo Decreto estadual nº 603, de 31 de outubro de 1938, subordinado ao município de Areia Branca; pela Lei estadual nº 1.025, de 11 de dezembro de 1953, o distrito de Tibau deixa de pertencer ao município de Areia Branca para ser anexado ao município de Grossos; pela Lei estadual n.º 6.840, de 21 de dezembro de 1995, desmembra do município de Grossos o distrito de Tibau, elevado à categoria de município (IBGE, 2000; IDEMA, 2008).

1892



1953



1995

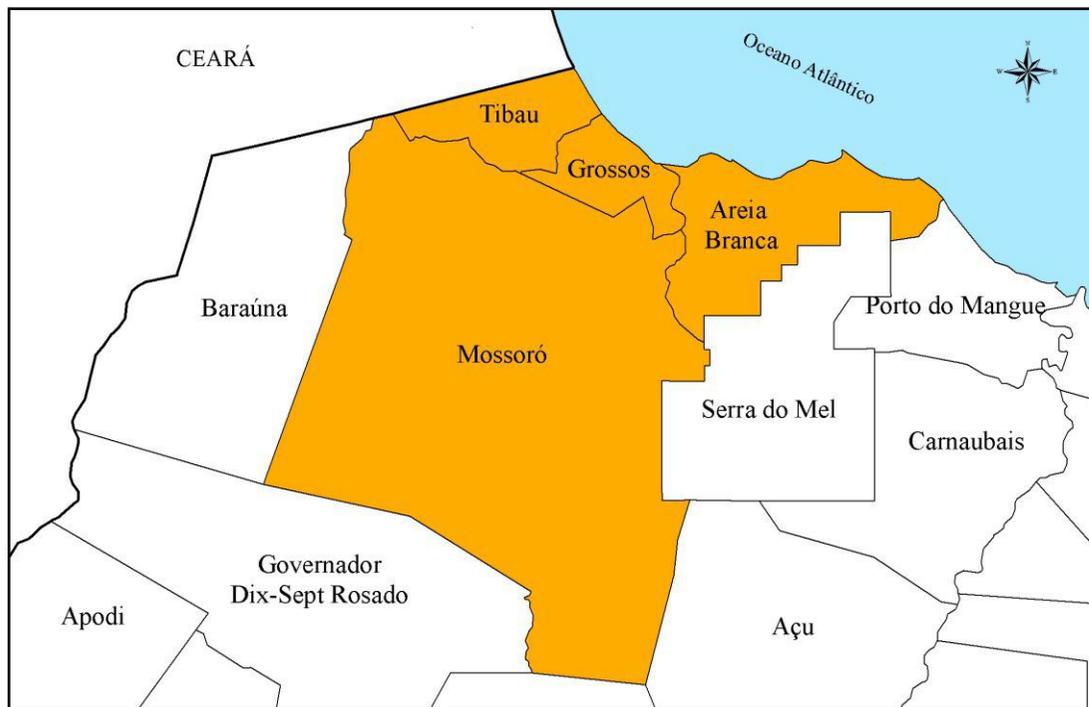


FIGURA 2 – Evolução territorial dos municípios de Tibau, Grossos e Areia Branca

Localização dos Municípios no Rio Grande do Norte



Legenda

-  Areia Branca, Grossos, Mosoró e Tibau
-  Rio Grande do Norte
-  Estados Limitrofes

Como sabemos, os espaços litorâneos⁵ possuem finalidades bastante significativas para a economia nacional e norte-rio-grandense. No caso do “litoral mossoroense”, em especial, a produção de importante matéria-prima, isto é, do sal, o torna ainda mais relevante. Porém, além desta produção, outras variáveis o diferenciam de outros espaços, como o desenvolvimento da vilegiatura marítima. Conforme a hipótese deste trabalho a vilegiatura marítima evidencia-se como marcante vetor do processo de urbanização. Para fundamentar tal argumento, analisamos seu desenvolvimento no espaço litorâneo do município de Tibau, localizado na parte mais setentrional do Rio Grande do Norte, fazendo fronteira com o Estado do Ceará.

A escolha por tal município justifica-se pelos seguintes elementos:

- Tibau é o município litorâneo nordestino com maior número de domicílios de uso ocasional (segundas residências), se comparados ao número de domicílios permanentes;
- Compõe a região de influência direta da cidade média de Mossoró desde sua instituição;
- Possui a maior concentração de vilegiatura marítima do Estado do Rio Grande do Norte;
- É o único município litorâneo a apresentar um grande número de domicílios de uso ocasional (segundas residências) sem estar inserido na região metropolitana de Natal.
- Sua emancipação está fortemente associada ao incremento da vilegiatura marítima, diferentemente de muitos outros municípios nordestinos que, embora a tenham requerido com base nesta justificativa, não a efetivaram.

⁵ Pereira (2006, p. 33) utiliza o conceito de espaço associado ao adjetivo litorâneo “tencionando destacar um conceito (para além das definições político-administrativas) onde os processos de valorização e urbanização constituem-se peculiarmente, não apenas pelas características ambientais destes espaços, mas também expostas pelo conteúdo social a que estão associados”.

De certo modo, a procura dos vilegiaturistas pelo litoral tibauense foi fundamental para sua emancipação, assim como foi incrementada com o desenvolvimento socioeconômico de Mossoró e sua classe média. Tal fenômeno já seria realizado em tempos pretéritos, mas não da maneira como o conhecemos hoje, como mostraremos ao longo deste estudo.

Sobre Mossoró, um traço marcante desta cidade, como mencionado, é sua influência regional em todo o oeste potiguar, assim como em alguns municípios do Ceará e da Paraíba. Referida influência não é apenas econômica, pela centralidade associada às atividades comerciais e de serviços, mas ainda do ponto de vista social, pois em Mossoró encontram-se, por exemplo, hospitais regionais de baixa e média complexidade que atendem toda a região, entre outros tipos de serviços (COUTO, 2011).

Compreender tais transformações e o possível reflexo delas em outros municípios justifica a relevância deste estudo, voltado a melhor entender as novas tendências da urbanização brasileira. A ideia é ajudar a pensar o Brasil do presente com as novas variáveis que surgem como vetores desse processo. A vilegiatura marítima é uma delas, pois no atual período histórico, o processo de urbanização é complexo, e se associa a causas diversas, como herança histórica, cultural e a sensibilidade aos reclamos da modernização econômica, política e territorial. Isto significa que os resultados são diversos nos diferentes continentes e mesmo dentro de cada país que os compõem. É fundamental verificarmos, na atualidade, novas tendências da urbanização, levando-nos a refletir a respeito dos novos vetores que a dimensionam no Brasil.

É possível, por exemplo, identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à realização da vilegiatura marítima, ou seja, em diversas áreas do vasto litoral do país formam-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas das dinâmicas ligadas à vilegiatura. Tibau, no Rio Grande do Norte, enquadra-se nesta lógica. Portanto, a urbanização brasileira contemporânea torna-se um fenômeno bem complexo e diferenciado, em face da diversidade de variáveis que nela passam a interferir.

Sobre Mossoró, cabe ressaltar: obviamente não do ponto de vista geográfico⁶,

⁶ Assim como a metrópole, o processo de metropolização é socioespacial. Desse modo, não o percebemos como resultado de leis ou acordos políticos, mas de processos históricos.

mas do ponto de vista institucional⁷, esta poderia ter mobilizado, inclusive, a criação de uma região metropolitana. Pelo artigo 25 da Constituição Federal de 1988 atribuiu-se aos Estados a promulgação das suas regiões metropolitanas de acordo com critérios próprios. A partir de 1990, fruto de tal lógica, observou-se no país rápido crescimento do número dessas unidades regionais, sem haver, obviamente, por parte dos legisladores, grandes preocupações com o rigor teórico.

Na década de 1970, a legislação federal efetivou a regulação e foram criadas nove regiões metropolitanas, nos principais centros, particularmente as capitais dos Estados e suas áreas de polarização, sendo a baliza jurídica das regiões metropolitanas no Brasil a Constituição de 1967. A criação das regiões metropolitanas reforça o modelo centralizador e verticalizador dos governos militares, pois, como cita Gouvêa (2005), historicamente foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) do governo Médici que determinou estabelecê-las.

Mossoró, hoje, não se insere em uma região metropolitana institucionalizada, porém, segundo Elias e Pequeno (2010, p. 107), polariza, na atualidade, importantes atividades econômicas na região na qual se insere, pois sua “condição de atendimento às demandas por atividades comerciais e de serviços mostra-se aumentada e fortalecida”. Esta cidade tem apresentado rápido crescimento demográfico, com evolução da sua população total equivalente a 167,17 % nos últimos quarenta anos. Como afirmam Elias et al. (2012, p. 123) nas últimas três décadas, de maneira bastante intensa, “esta cidade assume novos papéis na divisão territorial do trabalho em diferentes escalas e passa a ter ramos econômicos inseridos à dinâmica da produção moderna e vive, desde então, importantes transformações socioespaciais.”

A nosso ver, no entanto, além dos fatores econômicos, também os fatores políticos merecem destaque no tocante à intenção de institucionalização de uma possível região metropolitana a partir de Mossoró. Na realidade a questão política no Rio Grande Norte sempre foi fator fundamental para sua organização. É inegável, por exemplo, a rivalidade política entre a região do oeste e o litoral leste do Rio

⁷ A criação da região metropolitana de Mossoró, embora não tenha documento oficial, foi lançada como proposta pelo deputado Leonardo Nogueira (DEM), em discurso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (Informação obtida em entrevista com o professor Felipe Lacerda).

Grande do Norte, tendo as cidades de Mossoró e Natal como sedes dessas lideranças políticas.

Um bom exemplo é o caso apresentado por Rodrigues (2006) ao discutir a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte. Neste trabalho, o autor demonstra claramente a disputa entre tais regiões, por meio de diversos documentos, incluídas manchetes de jornais (natalenses e mossoroenses). Cita, por exemplo, que em março de 1873, o jornal *O Mossoroense* denuncia o descaso do governo provincial com a cidade, intitulada de “Empório Commercial do Rio Grande do Norte”.

Rodrigues (2006) nos leva aos jornais da época para observar as críticas de *O Mossoroense* à administração da província, por conta do descaso com o interior e pela intensa centralização de recursos no litoral. Tal jornal defenderia, em edições futuras, obras para o porto da cidade, uma melhor estrutura do serviço de correios e ainda mais estradas para Mossoró, afirmando que a província também lucraria com essas iniciativas.

Ao se iniciarem as discussões sobre a mudança da capital, mencionado jornal participou efetivamente dos debates, veiculando dois artigos contrários à planejada transferência. Já em 1875, uma lei provincial beneficiou o comerciante suíço João Ulrich Graf ao autorizar a construção de uma estrada de ferro que partisse de Mossoró e chegasse até os limites da província, seguindo para Apodi e Pau dos Ferros. Apesar do projeto não ter sido concretizado durante o Império, foi retomado pelas elites mossoroenses na República, numa larga política de combate às secas, que incluía a construção de uma estrada de ferro que cruzaria as áreas mais assoladas pela seca. Porém, a instalação da linha não ocorreria sem obstáculos, pois, conforme boatos, os poderes locais, com sede em Natal (de facções políticas diferentes das de Mossoró), não eram favoráveis à estrada de ferro. (RODRIGUES, 2006)

Sobre a instalação da estrada de ferro central, o *Diário do Natal* e *O Mossoroense*, em inúmeras publicações, evidenciavam como os trajetos poderiam beneficiar o Estado. *O Mossoroense* dizia, inclusive, que o traçado sugerido por Natal teria de cruzar muitos rios e dar muitas voltas, tornando-se um projeto bastante caro. Como argumentava o jornal, a estrada seria um benefício para o Estado muito mais do que para uma cidade específica. Apesar da campanha persistente nos jornais e nos bastidores da política do Estado, a estrada de ferro

central acaba tendo como ponto de partida a cidade de Natal. Assim, a Estrada de Ferro de Natal, a Ceará-Mirim, é o primeiro trecho da central. O *Mossoroense* reagiu a esta escolha com um artigo direcionado à administração estadual, sediada em Natal. Nele, segundo demonstra, a estrada de Mossoró seria um trajeto que beneficiaria o Rio Grande do Norte como um todo e não somente a capital (RODRIGUES, 2006). Porém, é necessário destacar, houve comprometimento dos jornais com as elites tanto do oeste potiguar quanto do litoral.

A rivalidade entre Natal e Mossoró foi ainda materializada em muitas outras ocasiões. Por exemplo, em 1911, foi proposto um ramal da Estrada de Ferro Central para Mossoró, o que veio a despertar discussões calorosas nos jornais locais da cidade (ROSADO, 2000; RODRIGUES, 2006).

Entretanto, Mossoró realmente era o escoadouro de boa parte da produção do sertão no início do século XX. Seu porto, em 1903, havia exportado mais algodão do que todos os outros portos do Estado reunidos: os de Macau, Açu, Natal e Macaíba. Rodrigues (2006) cita uma descrição contida em documento elaborado como resposta ao Questionário dos Municípios⁸, qual seja, a cidade já era tida provavelmente como a primeira praça comercial da província.

No último século, sobretudo nos últimos cinquenta anos, Mossoró apresentou notável crescimento, como demonstraremos nos capítulos seguintes. Tal crescimento a coloca como cidade média. Esta construção insere-se, obviamente, em determinado contexto histórico e geográfico. Por exemplo, a cidade média só pôde ser concebida, mundialmente, a partir da segunda metade do século XIX, com a fase industrial do capitalismo. Com grande crescimento econômico e demográfico, a rede de cidades da Europa ocidental e da porção nordeste dos Estados Unidos passou pelo forte e duplo processo de integração e diferenciação. Foi justamente na integração e diferenciação demográfica e funcional que emergiram os centros metropolitanos, as cidades médias, assim como se cristalizaram demograficamente muitos centros, considerados como pequenas cidades. Uma rede urbana mais articulada e com centros funcionalmente mais diferenciados entre si substituiu o padrão anterior caracterizado por cidades de variados tamanhos e pouco articuladas. Empiricamente são os diversos contextos nacionais e regionais que devem ser analisados nos diferentes contextos históricos e geográficos.

⁸ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), II-32, 28, 19, 16/1/1886. Citado por Rodrigues (2006).

A partir da década de 1970, a rede urbana brasileira passou por grandes metamorfoses, entre elas a desconcentração, a diversificação das atividades industriais, a modernização tanto da agricultura como dos setores industriais, comercial e de serviços, com ênfase para a terciarização, a incorporação de novas áreas ao processo produtivo global, com destaque para as especializações regionais das atividades, uma nova capacidade de mobilidade espacial da população e o incremento da urbanização, entre outras dinâmicas. Deste modo, teríamos, segundo Santos (1997), uma nova geografia, com transformações no conteúdo e nas formas de uso do espaço, com base nos quais surge um novo Brasil urbano, onde sobressai um complexo processo de reestruturação da rede urbana, mediante a redefinição dos conteúdos e dos papéis das cidades.

Pensar as mudanças em curso no processo de urbanização no Brasil é refletir, entre outros aspectos, sobre a formação de áreas de urbanização dispersa (REIS, 2006), e nestas valorizar os estudos sobre as cidades não metropolitanas (SPOSITO, 2007). Estas cidades têm apresentado, nas últimas décadas, níveis de crescimento demográfico superior aos dos espaços metropolitanos e, ainda, taxas superiores às de crescimento da população total do país.

Mossoró distingue-se como umas das cidades médias brasileiras cuja expansão urbana identifica-se completamente com o processo de urbanização brasileira, pois seu desenvolvimento está diretamente associado ao desenvolvimento capitalista. Assim, a expansão foi induzida pelas várias especializações econômicas impostas pela divisão territorial do trabalho. É nosso interesse compreender como o dinamismo desta cidade impactou diretamente na realidade socioespacial de outras cidades sob sua influência direta, mais especificamente Tibau, a partir, sobretudo, da vilegiatura marítima.

Sobre a vilegiatura, em termos gerais, mencionamos que a esta, em tempos pretéritos, também se atribuía caráter curativo. Em sua obra *Tentação* (1896), por exemplo, Adolfo Caminha descrevia brevemente o receituário médico para o imperador que sofria de grave moléstia: “Os médicos tinham aconselhado ao Chefe da nação um passeio à Europa, uma vilegiatura em Spa ou em Cannes...”

Historicamente Mossoró possui vínculos bastante significativos com seu litoral. Em meados do século XX estas relações se dimensionam mediante nova variável, isto é, surge/incrementa-se uma nova variável para dinamizar estas relações entre Mossoró e “seu” litoral, ou seja, a busca pelo lazer, pois a sociedade

urbana mossoroense absorve as influências externas e passa a demonstrar novo interesse pelo mar. Haveria uma propagação do fenômeno marítimo, particularmente em Tibau, seu município vizinho, e as práticas marítimas modernas afirmar-se-iam, a princípio, como sinônimo de um modo elegante de vida para os habitantes de Mossoró, e a elite mossoroense descobriria Tibau através dos loteamentos e do crédito imobiliário (FELIPE, 2002).

Portanto, se por um lado os mossoroenses primaram pela manutenção deste modo elegante de vida, por outro a busca por uma vivência junto ao mar nos leva a pensar na vilegiatura, pois estes sujeitos também buscaram o que ela tem como característica principal, isto é, a busca dos moradores das cidades pela tranquilidade quase onírica dos ambientes marítimos (ou mesmo campestres). Ao se referir a esses ambientes, Fernando Pessoa em seu poema “vilegiatura” assim se expressa:

O sossego da noite, na vilegiatura no alto;
 O sossego, que mais aprofunda
 O ladrar esparso dos cães de guarda na noite;
 O silêncio, que mais se acentua,
 Porque zumbe ou murmura uma coisa nenhuma no escuro...
 (...)
 Com o zumbido ou murmúrio monótono de nada
 Sob o céu sardento de estrelas,
 Com o ladrar dos cães polvilhando o sossego de tudo!
 Vim para aqui repousar (...)

No entanto, não se trata somente disto. A vilegiatura é uma prática socioespacial que suscita historicamente a produção de espaços para o lazer. Segundo Briz (1989, p. 256), ao estudar o caso europeu a partir do século XX:

Alargam-se as regiões escolhidas e nascem novas “cidades” cuja única razão de ser está no crescente aumento da procura da praia como destino predilecto das férias de todos. Saudável, lúdica, quase obrigatória socialmente, a temporada de banhos de mar tornou-se, a pouco e pouco, um hábito de massas, absolutamente banalizado e assimilado pela humanidade ocidental.

Na afirmação de Pereira (2012) a definição de vilegiatura não se restringe à descrição dos lugares, mas inclui e relaciona um grande número de ações sociais (trocas e usos), sendo o componente espacial da análise um recurso fundamental para apreendermos a variedade de movimentos. Este autor propõe que o desenvolvimento teórico do conceito siga o caminho aberto pela teoria da produção

do espaço, sendo relevante remetermos às questões e às propostas de Lefebvre sobre *La production de l'espace* (2000), pois suas considerações acerca do espaço nos possibilitam o entendimento da vilegiatura na condição de prática espacial.

Ainda conforme Pereira (2012a, 2012b), a produção do espaço é inseparável das dimensões vividas, concebidas e percebidas das práticas sociais. Deste modo, os espaços para o lazer, em particular para a vilegiatura marítima, são produzidos no desenvolvimento das práticas espaciais mediadas pelos espaços da representação e a representação do espaço. O espaço é condição indispensável para o desenvolvimento da vilegiatura, pois reúne as representações, as estruturas e as eventualidades próprias da organização desta prática social. Destarte podem-se pensar os componentes explicativos da vilegiatura marítima, entendendo-a como contribuinte no processo mais geral, isto é, a produção do espaço. Destacar-se-iam, entre estes componentes, as características naturais das paisagens, as morfologias espaciais implantadas e a expansão do modo de vida urbano (e as repercussões associadas). Assim, a análise da vilegiatura contribui para a compreensão do modo de vida urbano contemporâneo, porquanto esta prática marítima é uma das múltiplas sínteses do processo de urbanização.

Mais uma vez conforme o autor mencionado, a vilegiatura como prática de lazer urbana descreve um movimento dialético contrário à condição cotidiana, sem, todavia, rompê-la totalmente. Define-se, na realidade, como uma nova representação espaço-temporal do cotidiano. Enquanto a sociedade urbana gerada pela industrialização e pelo economicismo da produção social impõe como racional e, lógico, a separação espaço-temporal do trabalho e do lazer, a vilegiatura gera dialeticamente a segregação e a integração. Embora estejamos cientes de que o estudo da vilegiatura não tem capacidade de levar em conta todo o fazer social, sabemos que o modo de vida, no qual está inserida a prática, constitui-se pela relação das múltiplas dimensões socioespaciais, ou seja, os lugares de trabalho e dos lazeres. Na nossa ótica, a vilegiatura traduz tal uso diferenciado do tempo e do espaço, e reproduz mudanças sociais mais amplas.

Sobre o tempo, as mudanças na compreensão deste na condição de categoria social são fundamentais para o entendimento da vilegiatura, pois sua transformação para a realidade de uma modernidade em formação relaciona-se com a efetivação da noção de tempo social medido e não mais fracionado apenas pelos

desígnios da natureza. Emerge agora o tempo objetivado pelas ações sociais⁹, do trabalho e da cidade. O tempo não é mais do *otium*¹⁰, mas da ociosidade¹¹ e da procura pela diferença.

As transformações no modelo de sociedade existente redefiniram o entendimento do que compreendemos como lazer¹² no atual contexto histórico, isto é, como momento de realização da reprodução do capital como momento da reprodução do espaço, suscitadas pela extensão do capitalismo. O espaço, nesse contexto, passa a ser capturado como mercadoria suscetível a ser consumida de forma diferenciada. Neste caso, consoante Pereira (2012a), a mesma sociedade do consumo que cria as férias e regula a carga horária de trabalho planeja a vilegiatura marítima (assim como o turismo) como produtos que “imitam e reproduzem as obras das sociedades anteriores (pré-capitalistas), lançando-as no consumo massivo” (LEFEBVRE, 1973, p. 35). Lefebvre (1977, p. 247) também destaca posteriormente que os espaços de lazer “constituem objeto de especulações gigantescas, mal controladas e frequentemente auxiliadas pelo Estado (construtor de estradas e comunicações, aval direto ou indireto das operações financeiras, etc.)”.

Assim como a cidade, a vilegiatura é um produto social pré-moderno e pré-capitalista que possui como um dos desdobramentos desta prática social a urbanização e a (re)produção do tecido urbano. Neste âmbito, podemos dizer que as metamorfoses no modelo de sociedade e das características da urbanização

⁹ Para uma leitura mais detalhada sobre a questão do tempo e sua relação com o espaço, ler *Condição pós-moderna*, de David Harvey (2003), sobretudo a parte III – A experiência do espaço e do tempo.

¹⁰ Munné (1980) nos mostra que na antiga Grécia o ócio (*scholē*), como significado associado ao lazer, era considerado importante atividade da qual desfrutavam os homens livres, sobretudo os filósofos. Como atividade que partia da alma (*psique*) e possuía alguma finalidade, o lazer tinha o sentido oposto ao de ocupação (*ascholia*). Para Aristóteles, lazer implicava paz, prosperidade e o entendimento do uso adequado desta atividade. Na antiga Roma, o termo latino *otium* (ócio) referia-se à possibilidade de descanso, recreação, diversão, distração após o *neg-otium* (negócio) – tempo onde os indivíduos conquistavam, organizavam ou construam. O *otium* não era considerado um tempo com um fim em si mesmo.

¹¹ Na atualidade, o ócio é um termo articulado ao sentido de lazer com significado da opção pelo uso do tempo disponível em atividades de contemplação. Ociosidade é um termo que não representa a livre escolha do sujeito para viver o lazer. Na ociosidade, por sua vez, há a falta da operosidade, como mostra, por exemplo, o tempo do desempregado (MARCELLINO, 1995).

¹² Para Carlos (1996, p.25), “o lazer na sociedade moderna também muda de sentido, de atividade espontânea, busca do original como parte do cotidiano, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo que tudo que toca transforma em mercadoria, tornando o homem um elemento passivo. Tal fato significa que o lazer se torna uma nova necessidade. Isto é, no curso do desenvolvimento da reprodução das relações sociais, produz-se nova atividade produtiva, diferenciada, com ocupações especializadas que produz um novo espaço e/ou novas formas de uso deste espaço. A civilização industrial moderna com seu trabalho parcelar suscita uma necessidade geral de lazer e de outro lado no quadro da necessidade, necessidades concretas diferenciadas”.

(deste modo, da vilegiatura e do lazer) referem-se à reprodução das relações sociais. Podemos, a partir de então, explicar o processo de produção do litoral como lugares do lazer, da vilegiatura, do morar e do turismo. Cabe também ressaltar: a partir da segunda metade do século XX, a vilegiatura marítima tem se expandido espacialmente, tornando-se um dos vetores do processo de urbanização. De acordo com Dantas et al. (2008), a tríade “vilegiatura, maritimidade e cidade”, para o caso dos trópicos, emerge como relevante viés de análise do processo de urbanização contemporâneo.

Na perspectiva da variedade de aglomerações urbanas contemporâneas, a vilegiatura se apropria das franjas urbanas-metropolitanas, inclusive da tessitura interna da cidade (a metrópole), e ainda das pequenas cidades (também aldeias/povoados). Como observamos, a urbanização que vem se dando em Tibau para o consumo do lazer se instrumentaliza na prática da vilegiatura marítima e se firma e se incrementa com o discurso do desenvolvimento turístico abrigado no Projeto Polo Costa Branca¹³.

A construção da estrada que liga Grossos a Tibau se constitui num importante elo entre os dois municípios que se destacam na região da Costa Branca. Desse modo, a vilegiatura intensifica e ao mesmo tempo é intensificada por meio das rodovias estruturantes intermunicipais, ou seja, além do Eixo Rodoviário

¹³ Como atividade econômica, o turismo no Rio Grande do Norte vem sendo alvo de preocupação do poder público desde a década de 1970 com a consolidação da atividade e maior expressividade do seu crescimento a partir dos anos de 1990 com maiores investimentos do poder público, apoiados em programas, planos e projetos específicos para o turismo. Por isso, podemos considerar tais investimentos no turismo como algo bastante recente no Estado. O governo do Estado do Rio Grande do Norte, em conjunto com a sua Secretaria de Turismo, delimitaram cinco Polos Turísticos para o Estado. Este Estado foi dividido em cinco polos turísticos, instituídos através de decretos: Polo Costa das Dunas (Decreto nº 18.186/2005); Polo Costa Branca (Decreto nº 18.187/2005, alterado pelo 20.316/2008); Polo Seridó (Decreto nº 18.429/2005); Polo Serrano (Decreto nº 20.624/2008) e o Polo Agreste/Trairi (Decreto nº 21.390/2009) (COSTA, 2011). Em acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, implantado pelo Ministério do Turismo, a criação dos Polos de Turismo no Rio Grande do Norte seguiu o objetivo do programa de promover e estruturar o planejamento do turismo em mesorregiões. Fundado há sete anos, o Polo Costa Branca tem sob seu comando o prefeito de Areia Branca, responsável direto pela criação em 2005 da Associação dos Municípios da Região da Costa Branca (Amucosta). As ações do Polo Costa Branca são geridas pelo Conselho de Turismo composto por membros representantes dos diversos segmentos. Enquanto a Secretaria de Estado do Turismo é responsável pela coordenação do Polo de Turismo Costa Branca, a Prefeitura de Areia Branca é responsável pela Secretaria Executiva. Por meio do Polo Costa Branca alguns projetos já foram realizados, entre eles a reabertura do hotel da praia de Upanema, hoje denominado Hotel Costa Atlântico, e a rodovia litorânea ligando Grossos a Tibau. A rodovia liga os dois municípios, via litoral, possui 22 quilômetros e recebeu a denominação de Rodovia Prefeito Dehon Caenga, numa homenagem prestada ao ex-prefeito de Grossos, morto em junho de 2005.

Turístico (Dehon Caenga, RN-012) ora mencionado, também temos a CE-261 ligando Tibau e Icapuí, no Ceará. Ao longo do texto discutiremos com mais detalhes a relação entre as duas cidades. Há ainda a RN-013 que liga Mossoró a Tibau, conformando tal sistema viário.

Conforme percebemos, as trocas entre os municípios citados se dão, hoje, a partir das novas obras relacionadas à infraestrutura dos transportes. Em estudo anterior (GOMES, 2007) afirmávamos inclusive tratar-se de uma das características que consubstanciam a *região produtiva agrícola* existente, ou seja, a construção das estradas que interligam os municípios uns aos outros e ao mesmo tempo promovem o escoamento da produção (sobretudo de sal, petróleo e frutas tropicais). Porém, no estudo atual, reconhecemos que além da produção agrícola, esta construção consolida outra realidade associada ao litoral e ao lazer. Este processo firma-se na atualidade, porém inicia-se há algum tempo e, em especial, a partir de Mossoró.

Se o lazer é uma variável bastante significativa para se pensar as relações entre Mossoró e Tibau em meados do século XX, antes disso, haveria também as questões associadas à produção do sal e à saúde. No caso do segundo elemento, as classes abastadas de Mossoró teriam se dirigido para este território em busca de tranquilidade, de descanso e dos banhos de mar em suas águas calmas e rasas.

Rosado (2002) põe em discussão fenômeno registrado a partir de 1894, quando o médico Francisco Pinheiro de Almeida teria edificado uma casa de saúde em Tibau, indicando-a, desde então, a alguns dos seus clientes. Em julho de 1903, o jornal *O Mossoroense* publica carta do professor Antônio Gomes de Arruda Barreto relatando período de repouso em Tibau.

Como evidenciado, a praia de Tibau vem atender às necessidades da classe abastada de Mossoró para fins terapêuticos, mas também havia um deslocamento de Mossoró para Tibau para o gozo do lazer. Pode-se citar, por exemplo, Jerônimo Rosado, farmacêutico, que anualmente ia com sua família para passar temporadas na praia, deslocando-se até dois dias em carro-de-boi, com parada em Gangorra, na praia vizinha de Grossos, para seguir viagem no dia seguinte até Tibau (ROSADO, 2002).

Desse modo, afirmamos que os aspectos naturais somados ao desejo e às práticas dos vilegiaturistas em Tibau nos ajudam a compreender a constituição das práticas marítimas modernas nos trópicos e suas implicações sobre a cidade

litorânea. Segundo Dantas et al., (2009, p. 17), ao se referir à valorização social da praia, “pode-se afirmar ser a valorização dos espaços litorâneos nos trópicos representativa da descoberta dos espaços litorâneos pela sociedade local e pautada em sua admiração pelo modo de vida ocidental, inclusive suas práticas de lazer”.

Para Dantas, Pereira e PAniza (2008), a vilegiatura marítima revela o estabelecimento de racionalidade relacionada à sociedade do ócio nos trópicos. Tanto a ocupação como o uso do espaço litorâneo ocorreram expressivamente sob a dinâmica do lazer, tendo esta se dado com a emergência de uma sociedade do lazer e urbana. Na visão de Batista e Oliveira (2012), mencionada sociedade do lazer utiliza a praia de Tibau, sobretudo para o convívio familiar, estabelecendo um substancial e sólido vínculo territorial com o lugar, passando a construir as condições indispensáveis de conforto exigidas por uma sociedade urbana. Contudo, as práticas socioespaciais desta provocam forte rebatimento na organização espacial de Tibau, o qual irá se refletir nos processos de urbanização, quando, por exemplo, com a ligação da referida zona à cidade de Mossoró (assim como outras vias de acesso), passaram a ser intensificadas as já citadas estruturas viárias, possibilitando maior fluxo de pessoas à sua zona de praia para se dedicar ao exercício das práticas modernas, em particular, o banho de mar e a vilegiatura marítima.

Neste aspecto, a regra geral é que, assim como em outros espaços litorâneos, os primeiros vilegiaturistas chegaram a Tibau como desbravadores de mais um novo espaço de sociabilidade e, posteriormente, os empreendedores imobiliários aproveitaram-se de tal resultado ditado pela moda para oferecer loteamentos aos futuros vilegiaturistas. Segundo Dantas et al. (2008), trata-se da vilegiatura de massa. No caso de Tibau, este processo passaria quase um século para consolidar-se, se levarmos em conta os registros primeiros de práticas vilegiaturistas no litoral tibauense.

Cabe, então, desvendar como ocorrem tais dinâmicas no espaço litorâneo de Tibau. Na realidade foram muitas as indagações surgidas em face de um objeto que se diferencia da grande maioria dos estudos inerentes à urbanização litorânea, isto é, intimamente ligada à vilegiatura marítima praticada por uma sociedade urbana-metropolitana (PEREIRA, 2006; DANTAS, 2010a). As capitais mais próximas a Tibau distam 321km e 260 km, Natal e Fortaleza, respectivamente, evidenciando uma distância que compromete o deslocamento de vilegiaturistas. Desse modo, é

certamente sua proximidade a Mossoró, segunda cidade mais importante do Estado e marcante cidade média, que produz as atuais dinâmicas nos processos urbanos em Tibau, com base, sobretudo, na vilegiatura marítima. Porém, o processo ainda se mostra esquivo, isto é, apresenta dificuldades em ser tratado, pois tanto as categorias de análise como as fontes de dados não são capazes de responder totalmente às nossas questões.

Neste âmbito, as informações iniciais serviram para embasar vários questionamentos fundamentais para a elaboração deste estudo, sobretudo a principal questão norteadora para que pudéssemos compreender o processo de urbanização verificado em Tibau mediante sua relação com Mossoró, qual seja:

- Quais as características essenciais do processo de expansão da urbanização em curso desde o incremento da *vilegiatura marítima* (DANTAS, 2002) na cidade de Tibau, no Rio Grande do Norte, a partir da sua íntima relação com a cidade de Mossoró?

Além da impossibilidade de trabalhar todas as questões frutos da realidade existente, assim como de abarcar todo o leque de variáveis passíveis de ser pesquisadas, elegemos aquelas que nos facultaram reconhecer a especificidade do objeto em análise. Trabalhamos, em especial, com base em um tema principal escolhido para análise, usado como fundamento para a principal questão norteadora da pesquisa ora citada, considerando, particularmente, a importância de tal questão para a compreensão do processo de urbanização estabelecido em Tibau.

Discorremos, portanto, sobre o seguinte tema: O processo de urbanização e a vilegiatura marítima. Dessa forma, a questão norteadora da pesquisa serviu para direcionar o alcance dos objetivos da pesquisa. Escolhido o tema, apresentamos os principais processos pesquisados, da seguinte maneira: Crescimento urbano associado ao sistema rodoviário regional; Expansão do intraurbano; Crescimento da vilegiatura no município litorâneo trabalhado; Diversificação do perfil socioeconômico do proprietário de segunda residência; vinculação entre a construção de segundas residências e o mercado imobiliário de Mossoró; Evidência do processo de especulação imobiliária nas áreas voltadas à segunda residência, Reconhecimento da segregação socioespacial.

Com a definição do tema e dos processos citados como essenciais para a pesquisa, levantamos as variáveis e os dados mais representativos, a nosso ver,

das transformações do processo de urbanização em curso em Tibau. Estes foram deveras importantes, de modo que:

- A mancha urbana foi utilizada para análise de dois processos, isto é, tanto para dimensionarmos o espaço construído em Tibau, analisar as tendências quanto aos espaços preferenciais para expansão e o seu crescimento intraurbano, como para avaliar o crescimento urbano associado ao sistema rodoviário regional;

- A rede viária junto com a variável mancha urbana nos propiciou avaliar o crescimento urbano associado ao sistema rodoviário regional e, ainda, como este estabelece as atuais interdependências entre Tibau e outros municípios;

- Os domicílios nos ajudaram a dimensionar a expansão do intraurbano;

- As segundas residências constituíram uma variável de extrema importância para a pesquisa, pois nos mostraram a relevância da vilegiatura no espaço litorâneo em análise;

- Pelo perfil dos proprietários de segundas residências foi possível conhecer os consumidores do litoral, isto é, como se caracterizam aqueles que impulsionam a expansão do tecido urbano no espaço litorâneo de Tibau e que nos ajudam a ler e captar o fenômeno da vilegiatura;

- Os terrenos nos favoreceram compreender a forte vinculação entre a construção de segundas residências em Tibau e o mercado imobiliário de Mossoró. Concluímos, por exemplo, que o mencionado processo em Tibau é uma extensão do incremento do setor na cidade de Mossoró;

- O preço da terra em Tibau nos ajudou a evidenciar, pela análise desta variável, o processo de especulação imobiliária nas áreas voltadas à segunda residência;

- As residências e os lotes de terras a partir de indicadores como tipologia das casas, tamanho dos lotes e distância da praia, nos favoreceram entender e reconhecer o processo de segregação socioespacial em Tibau.

As etapas da pesquisa foram organizadas de acordo com uma matriz metodológica¹⁴ (APÊNDICE A) que nos direcionou sempre para o tema de pesquisa determinado como prioritário. Neste momento, a matriz metodológica se revelou bastante significativa como uma componente da metodologia para explicitar exatamente como a pesquisa estava sendo construída, apresentando a síntese dos elementos mencionados, ou seja, tanto o tema escolhido para análise como os principais processos a ele associados e as variáveis e indicadores para cada um destes processos. Por fim, ainda como parte da matriz, apresentamos as fontes de comprovação para cada variável e indicador considerado para análise. Cabe esclarecer: a análise por nós desenvolvida não teve o intuito de exaurir o tema escolhido para estudo, nem de tratar cada um destes processos de forma isolada, e sim trabalhar suas relações essenciais que se constituem em uma totalidade.

Quanto à organização prática da pesquisa, constou das seguintes fases: reuniões individuais com o orientador, pesquisa bibliográfica, pesquisa estatística (e documental) e sistematização dos dados colhidos para posterior análise, assim como trabalho de campo.

A pesquisa bibliográfica foi a primeira etapa da pesquisa, e permitiu-nos organizá-la teoricamente. Procedemos a um levantamento de diferentes materiais bibliográficos e documentais aptos a contribuir para a investigação do tema e do recorte espacial. Para facilitar a busca dos materiais, selecionamos palavras-chave, como: Mossoró, Tibau, vilegiatura marítima, veraneio, urbanização, urbanização litorânea, segundas residências, cidades litorâneas.

Dirigimos-nos, então, às principais bibliotecas da cidade de Fortaleza e Mossoró no intuito de localizar os livros, as teses, dissertações e monografias identificadas segundo as palavras-chave selecionadas. Dessa forma, depois de localizar as obras, tecemos um breve comentário sobre elas com o objetivo de obter ao final um conjunto de informações bibliográficas sobre temas possíveis de serem explorados em futuras pesquisas. A pesquisa bibliográfica transcorreu em bibliotecas públicas de instituições de Fortaleza e de Mossoró, tais como: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC),

¹⁴ Esta matriz foi uma tentativa de apreender recursos utilizados ainda na elaboração da dissertação de mestrado. Tal recurso metodológico vem sendo largamente empregada nos trabalhos sob orientação da profa. dra. Denise Elias (PROPGEO-UECE), coordenadora do GLOBAU.

Banco do Nordeste (BNB), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Biblioteca Pública de Mossoró, entre outras. Além das visitas às bibliotecas, contamos também com a pesquisa realizada via internet, destacando os seguintes portais eletrônicos: periódicos da CAPES; Google Acadêmico; Banco de Teses da USP; Domínio Público; revistas eletrônicas; jornais eletrônicos; bibliotecas virtuais, entre outros.

Mais um expressivo elemento a destacar é a organização de uma hemeroteca com reportagens sobre Tibau, formada com base nos mais importantes jornais em circulação na cidade de Mossoró (*De Fato, O Mossoroense, Gazeta do Oeste*). Foi também com base nessa pesquisa nos jornais que elaboramos tabela contendo informação sobre compra e venda de imóveis em Tibau. Todas as informações foram expostas em uma tabela e continham os seguintes dados: data do anúncio de venda, tipo de imóvel, características, localização, tamanho, valor e jornal pesquisado (APÊNDICE B).

Formamos, desse modo, um banco de dados. Para construí-lo, trabalhamos do seguinte modo: levantamos os dados qualitativos e quantitativos, de acordo com os grupos de variáveis selecionados¹⁵. O levantamento se deu em bancos de dados virtuais e em bases digitais, assim como em trabalhos de campo. Cabe frisar que o banco de dados se compõe de todas as informações sobre o tema e objeto de pesquisa, tais como notícias jornalísticas, vídeos, fotografias, gravações de voz, etc. Posteriormente foi realizado tratamento estatístico e cartográfico dos dados levantados. Quanto aos dados secundários, foram obtidos, sobretudo, no IBGE e no IDEMA.

Segundo Santos (1988), para que o estudo possa alcançar seus objetivos, isto é, interpretar o presente como resultado de um processo e indicar possíveis linhas de evolução, um esforço de periodização se impõe. Dessa forma, nosso recorte temporal privilegiará a década de 1990 quando Tibau se desmembra do município de Grossos. Ao mesmo tempo demos atenção à década de 1980 no intuito de entender algumas dinâmicas no espaço no qual anteriormente estava Tibau, assim como a dinâmica econômica mossoroense e seu impacto direto na produção do espaço urbano deste município.

¹⁵ Todas estão detalhadas na matriz metodológica.

Sobre os trabalhos de campo, levantamos os dados que nos pareceram os mais representativos das transformações do processo de urbanização estabelecido em Tibau¹⁶. Sobre a realização do primeiro trabalho de campo e aplicação dos questionários, é mister destacar como foram organizados e aplicados.

De início dividimos a sede municipal em três setores, delimitados, a princípio, por sua distância da faixa litorânea. Denominamos, desta forma, de Setor 1 toda a faixa edificada mais próxima à costa. O Setor 2 foi pensado a partir da visualização de fotografias aéreas onde constava a área mais adensada da sede. Classificamos de Setor 3 a área que consideramos, em um primeiro momento, ser aquela em expansão¹⁷. Na figura a seguir podemos evidenciar tal divisão.

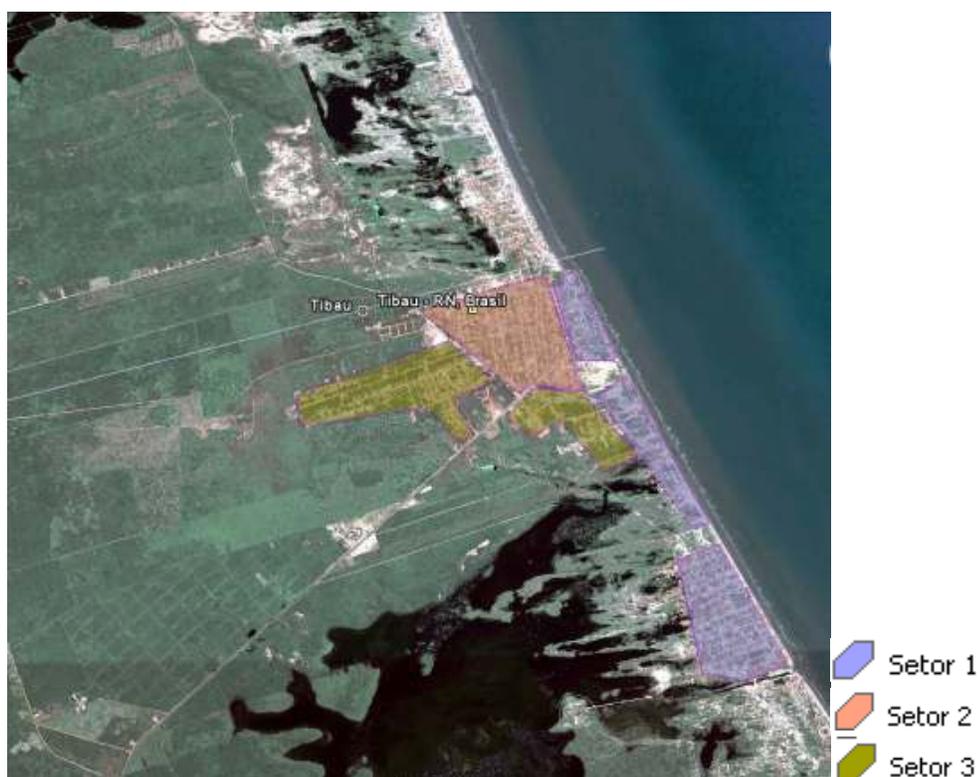


Figura 3 – Setorização da sede municipal de Tibau - RN

Fonte: Imagens do satélite GeoEye, disponível no Google Earth (2011).

Aplicamos um total de 202 questionários nas residências de Tibau. Isto representa 10 % da amostragem de 2.025 domicílios de uso ocasional neste

¹⁶ Trabalho de campo desenvolvido em várias etapas. Destacamos o primeiro realizado entre os dias 17 e 21 de janeiro de 2011, quando contamos com o apoio da equipe do LAPUR para aplicação dos questionários.

¹⁷ Percebemos na realidade tratar-se de áreas de expansão, isto é, mais de uma, à medida que a vilegiatura se expande novos espaços eram/são consumidos.

município no ano de 2010, segundo o IBGE. Porém somente 169 questionários (APÊNDICE C) foram considerados válidos após nossa análise, pois boa parte das questões daqueles desconsiderados não haviam sido respondidas pelos entrevistados. A nosso ver, o total considerado possui validade em nossa análise. Com os questionários, tínhamos o objetivo de verificar informações, tais como: 1) se os veranistas, em sua maioria, residiam em Mossoró; 2) qual o perfil dos veranistas e das segundas residências de Tibau; 3) os principais motivos para a escolha de estar em Tibau, entre outras. Fizemos ainda entrevistas com comerciantes locais, representantes governamentais e corretores imobiliários (questionários semiestruturados – APÊNDICES D, E, F). Também entrevistamos funcionários dos condomínios residenciais existentes na cidade, assim como os georreferenciamos no intuito de mapear os espaços que, porventura, sobressaíam como os mais valorizados do território tibauense, e ainda para podermos analisar os espaços onde se incrementam as novas tendências relacionadas ao desejo por isolamento dos veranistas.

Como mencionamos, o trabalho de campo revelou-se essencial para apreendermos a paisagem geográfica da cidade (e região) e conhecermos os objetos inseridos no espaço que têm alterado a organização deste. Com as entrevistas via relatos dos entrevistados, obtivemos maior compreensão daquilo antes tomado apenas pelas leituras científicas acerca do objeto em estudo. Os trabalhos de campo foram realizados nas cidades de Mossoró (sobretudo para coleta de dados) e Tibau, no Rio Grande do Norte, onde as observações nos propiciaram confrontar os dados estatísticos coletados anteriormente com a realidade da região em análise. Assim, o conhecimento empírico dos processos emergentes, mediante contatos, conversas, aplicação de questionários, realização de entrevistas, coleta de bibliografias específicas ao objeto, foi imprescindível à análise.

Optamos por trabalhar em nossas entrevistas com representantes de instituições públicas, comerciantes, trabalhadores e moradores locais que conhecem a história da cidade. Estes, portanto, são informantes privilegiados. Como as entrevistas foram semiestruturadas, inúmeros questionamentos surgiam durante a própria entrevista, trazendo à tona questões muitas vezes nem sequer elaboradas antecipadamente e, assim, ao emergirem naquele momento, requeriam se fazer novas entrevistas.

A etapa seguinte a cada trabalho de campo foi preparar relatórios com base nos dados colhidos nas entrevistas e interpretá-los em conformidade com a pesquisa qualitativa. Desse modo buscávamos compreender a realidade com suporte nos dados obtidos com todos os entrevistados. Nesta etapa foi fundamental trabalhar todos os cadernos de campo e, principalmente, haver concretizado todas as entrevistas.

No tocante à estrutura, esta tese está dividida em três capítulos. No primeiro, apresentamos os elementos da análise adotados na compreensão das transformações ocorridas no espaço litorâneo brasileiro, no sentido de entender Tibau inserido neste processo. Desse modo, expõe, de maneira geral, como no presente período histórico o complexo processo de urbanização, associado a causas diversas, tem ocorrido com base em diferentes vetores e que dentro de um país como o Brasil, de dimensões continentais e com uma imensa costa, verifica-se um fenômeno ainda mais abrangente. Dessa forma, surgem na atualidade novas tendências de urbanização, fazendo-nos refletir a respeito dos novos vetores que a dimensionam no Brasil, tais como a vilegiatura marítima. Nos detemos ainda neste capítulo ao litoral potiguar, e seus diferentes usos, pois mesmo nos dias atuais, além do lazer, economicamente este espaço sempre foi “disputado” também pela produção salineira. Porém, na capital, nos dias atuais, têm sido o turismo litorâneo e a vilegiatura marítima os principais organizadores do seu espaço litorâneo. É imprescindível, entretanto, um recuo espaço-temporal para melhor compreendermos tal processo, pois no caso específico de Natal, suas elites exercem papel fundamental na redefinição dos usos do litoral, e é essa história que também pretendemos contar.

No segundo capítulo mostramos, de modo especial, os elementos que nos ajudaram na compreensão da região de estudo, historicizando-a e caracterizando-a, e, sendo assim, julgamos fundamental apresentar como começa a história de Tibau, isto é, na cidade de Mossoró, a partir das suas especializações econômicas e sua relação remota com o litoral, e como, na atualidade, a importante relação entre Mossoró e Tibau tem incrementado o processo de urbanização da segunda, por meio da vilegiatura marítima. Para entender este processo, portanto, assim como a atual organização espacial desta cidade, é preciso relacioná-los à expansão e história socioeconômica de Mossoró.

O terceiro capítulo explora a expansão do território de Tibau, as principais transformações socioespaciais promovidas pela vilegiatura. Assim sendo, caracterizamos a cidade atual de Tibau. Não tínhamos como não mencionar a questão imobiliária, assim como Tibau no seu contexto de relações intermunicipais e, sobretudo, como se consolida a maritimidade moderna nesta cidade.

Por fim, nossas considerações finais, onde tecemos nossas reflexões e identificamos elementos para novas pesquisas. Depois das considerações incluímos a bibliografia adotada e os apêndices.

1 A VILEGIATURA COMO UMA FORMA DE ABORDAGEM SOBRE AS NOVAS TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Ao longo dos anos, o litoral brasileiro se estabeleceu como espaço bastante dinâmico e valorizado, de uso e significados diversos. Lugar extremamente importante para toda a sociedade, entre outros aspectos, pela própria localização das suas grandes cidades e principais metrópoles na (ou próximo à) costa.

No presente período histórico, o complexo processo de urbanização, em especial brasileira, tem ocorrido impulsionada por diferentes e variados vetores. É provável, por exemplo, reconhecer várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à realização da vilegiatura marítima, assim como do turismo litorâneo, isto é, em muitas áreas do amplo litoral brasileiro formam-se cidades cuja função principal se vincula diretamente às demandas das dinâmicas associadas à vilegiatura ou dos setores relacionados ao turismo. Da nossa ótica, uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiros atuais é o estudo da vilegiatura marítima em curso nas últimas décadas como uma forma de abordagem sobre as novas tendências da urbanização no Brasil.

Para apreendermos a dinâmica inerente aos espaços litorâneos brasileiros na atualidade, julgamos relevante pensar o processo de povoamento e ocupação de tais áreas, embora de maneira mais genérica, buscando também reconhecer, obviamente, suas particularidades. Embora não tenhamos apresentado detalhadamente as principais características geoambientais de partes deste vasto litoral, reconhecemos a relevante relação entre tais características físicas e a realização da vilegiatura marítima, sem, obviamente, sermos deterministas quanto ao que esta relação possa apresentar.

É fato, portanto, que a diversidade citada contribuiu direta e/ou indiretamente para o atual desenho e organização do espaço litorâneo brasileiro, portanto, na sequência, recontaremos um pouco de história, com a finalidade de compreendermos como se deu (se dá) esta apropriação. A ideia é retratar e apreender como o fenômeno das práticas marítimas modernas materializou-se no litoral brasileiro e, no Nordeste, em especial.

Por termos como objeto de estudo a cidade de Tibau, no Rio Grande do Norte, as especificidades deste Estado nos obrigaram a uma leitura mais cuidadosa a respeito da representatividade do litoral para o referido Estado, pois se o litoral na maioria dos lugares é o espaço de consumo e escoamento, no caso citado, seu litoral também é espaço de produção, por conta da intensa produção salineira tão decisiva para a economia, como observamos anteriormente e, portanto, para a história deste lugar.

1.1 A vilegiatura e a urbanização no Brasil

O acelerado processo de urbanização e o aumento numérico e territorial das cidades estão entre os mais poderosos impactos do processo de globalização econômica. No Brasil, sob o amparo da revolução tecnológica, há um intenso processo de urbanização, transformando seu espaço geográfico, cujas organização, dinâmica e paisagem opõem-se às existentes antes do atual sistema temporal, as quais, seguindo a denominação de Santos (1985, 1988, 1996), classificamos de período técnico-científico-informacional.

Acompanhada da expansão do meio técnico-científico-informacional, a aceleração da urbanização e o crescimento numérico e territorial das cidades são, em termos espaciais, os mais fortes/evidentes impactos da globalização econômica e ocorrem de forma generalizada em todo o mundo. A globalização, condição e materialização do período técnico-científico-informacional, impôs nova dinâmica ao processo brasileiro de urbanização, pois as cidades e a rede urbana foram redefinidas mediante ordens elaboradas em diversas escalas a partir da ação de agentes econômicos, políticos, culturais e sociais.

Apesar da cidade como forma construída ser secular, um crescimento urbano e uma urbanização acelerados, como os conhecemos na atualidade, é algo muito recente. Se no início do século XX, a urbanização apresentava-se de forma pouco expressiva nos atuais países subdesenvolvidos, a década de 1950 é um marco do processo mundial de urbanização. A partir dessa data, o ritmo da urbanização e o crescimento urbano se aceleram de maneira geral em todo o planeta e particularmente no Terceiro Mundo, e, assim, sob a égide da revolução científico-técnica, a aceleração da urbanização reflete a prerrogativa da cidade e do urbano como lócus da produção (e do comércio) mundializados.

É bastante complexo o processo de urbanização. No atual período histórico, ele se relaciona à causas diversas, como legado histórico, cultural e também à sensibilidade aos reclamos da modernização econômica, política e territorial, mostrando serem várias as respostas nos diferentes continentes e mesmo dentro de cada país. Se estamos falando de um país como o Brasil, de dimensões continentais e com uma costa com mais de 8.500 km¹⁸, que no dizer de Milton Santos (2011, p. 226) “é uma de suas características mais marcantes”, temos um fenômeno ainda mais complexo, pois ora dá-se a partir do litoral, ora dá-se a partir do seu interior, modificando-se posteriormente em consonância com diversos fatores, favorecendo tal abrangência e complexidade. Dessa maneira, verificam-se na atualidade novas tendências da urbanização fazendo-nos refletir a respeito dos novos vetores que a dimensionam no Brasil.

Identificamos, claramente, áreas onde a urbanização se deve diretamente à realização da vilegiatura marítima, ou seja, em diversas áreas do vasto litoral do país formam-se cidades cuja função principal se associa às demandas das dinâmicas associadas à vilegiatura. Assim, a urbanização brasileira contemporânea torna-se um fenômeno bem complexo e diferenciado diante da diversidade de variáveis que nela passam a interferir.

Como importante vetor do processo de urbanização, a vilegiatura marítima merece destaque nesta atual análise, pois devido a fatores históricos associados à ocupação do território brasileiro e seguindo a tendência mundial da população em ocupar predominantemente áreas próximas ao litoral, o Brasil possui 26,6% da sua população em municípios da zona costeira, o equivalente a 50,7 milhões de habitantes. Parte significativa dessa população está ocupada em atividades ligadas direta ou indiretamente à produção de petróleo e gás natural, à pesca e aos serviços que atendem à dinâmica econômica gerada por esses municípios e outros próximos, assim como ao turismo ou à vilegiatura marítima (IBGE , 2011).

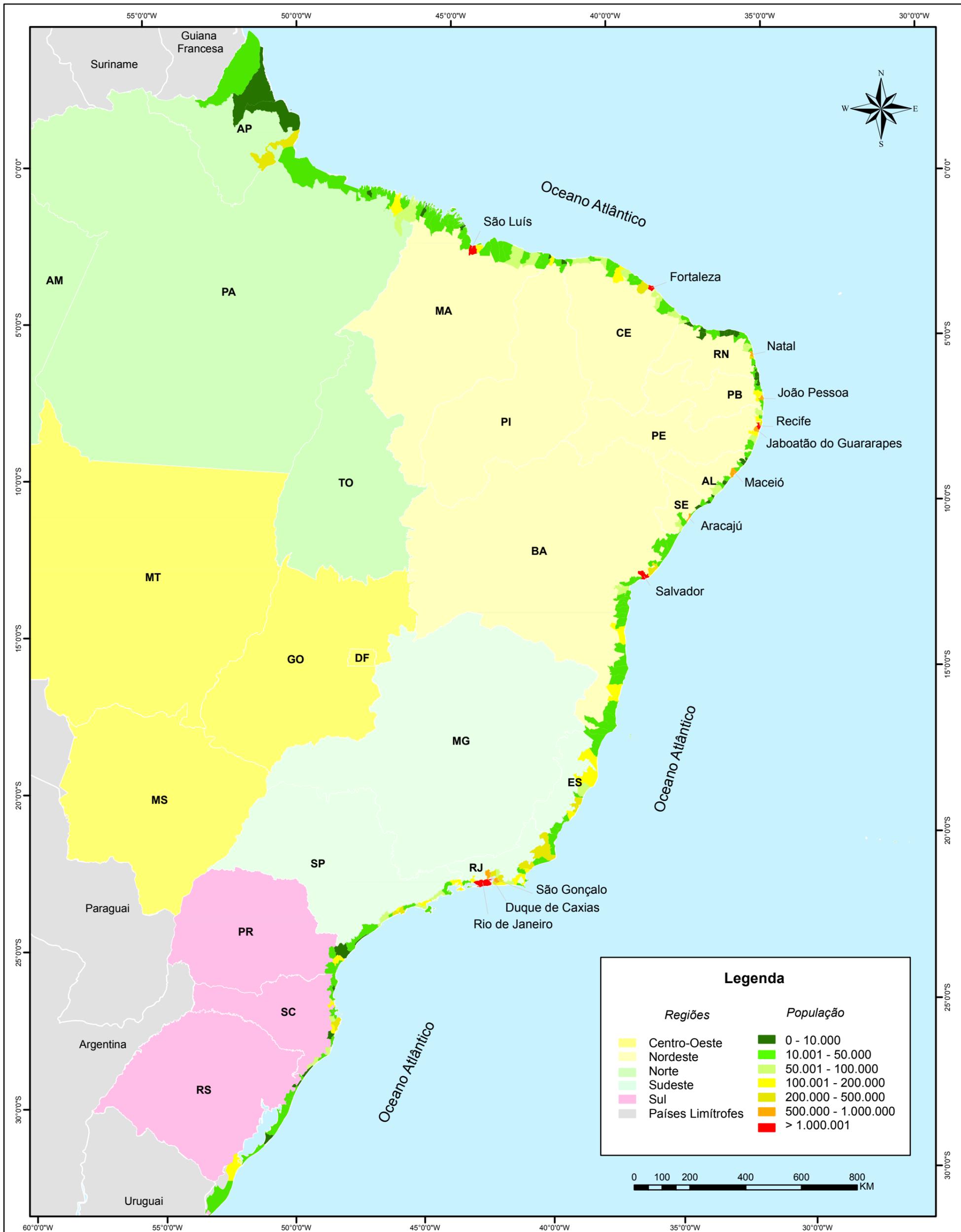
No mapa a seguir, apresentam-se as áreas urbanizadas dos municípios costeiros, que concentram parcela significativa da população brasileira. Tal

¹⁸ “A zona costeira brasileira, que compreende uma faixa de 8.698 km de extensão e largura variável, contempla um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388 mil km². Abrange uma parte terrestre, com um conjunto de municípios selecionados segundo critérios específicos, e uma área marinha, que corresponde ao mar territorial brasileiro, com largura de 12 milhas náuticas a partir da linha de costa” (GERCO - Texto retirado integralmente do site do Ministério do Meio Ambiente, acessado em novembro de 2011 – [HTTP: //WWW.mma.gov.br/port/SMA/gerco/gerco.html](http://WWW.mma.gov.br/port/SMA/gerco/gerco.html)).

característica remonta historicamente ao tipo de colonização que originou núcleos urbanos e assentamentos litorâneos que logo alcançaram *status* de cidades e tinham função de servir de entreposto e mercados de distribuição. Evidenciavam, pois, o importante papel da navegação comercial na inserção dos circuitos de produção e consumo brasileiros na economia-mundo, o qual, conseqüentemente, permitiu a desigual distribuição demográfica privilegiando áreas litorâneas, além da centralidade econômica por esta representada.

Para construir o mencionado mapa, nos utilizamos da classificação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiros (PNGC)¹⁹, que demarca os municípios da zona costeira. Também consideramos as áreas urbanizadas que correspondem às manchas urbanas dos municípios da zona costeira e as cidades ou conjunto de cidades, costeiras ou não, com mais de 350 mil habitantes, segundo metodologia adotada pelo IBGE (IBGE, 2011).

¹⁹ Os critérios seriam: “a) os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); b) os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas; c) os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conurbação; d) os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infra-estruturas de grande impacto ambiental sobre a Zona Costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância; e) os municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e f) os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores” (Disponível em: http://www.idema.m.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/legislacao_ambiental/arquivos/pngc11.pdf, acessado em 20/2/2012).



Universidade Federal do Ceará
 Programa de Pós-graduação em Geografia
 Fundação Cearense de Apoio ao
 Desenvolvimento Científico e Tecnológico



Tese: Vilegiatura além da metrópole:
 Urbanização em Tibau (RN)

MAPA 1 - População dos Municípios Litorâneos do Brasil, 2010.

Autora: Iara Rafaela Gomes
 Orientador: Dr. Eustógio W. C. Dantas

Sistema de Projeção Policônico
 Datum: SIRGAS 2000
 Fontes: IBGE 2010; 2011.

O litoral se constitui área de veemente produção, circulação e consumo de mercadorias. Nele, além das típicas funções vinculadas à extração de produtos marinhos e funções portuárias, inclui-se a questão do lazer (hoje associada à imobiliária, estabelece-se como imobiliária turística) e o setor informal (também o formal, obviamente), sobressaindo o lazer e a sociabilidade ocorridos nesse espaço privilegiado de vivências. Tais espaços litorâneos propiciam a manifestação de diversos costumes, comportamentos, assim como inúmeros conflitos, sobretudo em decorrência dos diversos usos nele permitidos.

Analisar histórica e socialmente estes espaços possibilita compreender os modos como a sociedade se relaciona com eles, sabendo, inclusive, que no caso da sociedade brasileira, essa relação é relativamente curta. Referido processo de transformação de tais percepções sobre o litoral ocorreu de maneira e ritmos variados, espaço-temporalmente, no intervalo de pouco mais de um século.

Conforme Araújo (2007), a constituição das praias, “como espaço histórico, social e culturalmente construído, com um ritmo próprio, lento em muitos momentos” (p. 16), possui sua dinâmica e seus ritmos vindos de fora. Para esta autora, estaria tanto além da franja d’água como da areia, isto é, viria do saber médico, das transformações urbanas, sociais, econômicas e mentais.

Para apreendermos a dinâmica inerente aos espaços litorâneos brasileiros na atualidade, consideramos fundamental pensar o processo de povoamento e ocupação destas áreas, embora puramente baseados nos escritos aos quais tivemos acesso no intuito de recriar tal história, de maneira mais genérica, reconhecendo, obviamente, suas particularidades. Segundo Prado Junior (2006, p. 3), ao se referir ao território que “volta-se inteiramente para o Atlântico”:

Sua primeira unidade regional, e historicamente a mais importante, é constituída pela longa faixa costeira que borda o Oceano. De largura variável, mas não excedendo nunca algumas dezenas de quilômetros de profundidade (além dos quais o meio geográfico já muda de feição), ela conserva apreciável unidade de condições desde o Extremo-Norte até aproximadamente o paralelo de 26°, onde a influência da latitude mais elevada já começa a se fazer sentir no clima, e se refletirá por conseguinte na vida econômica. Esta faixa, embora com variações locais mais ou menos importantes, é, em regra, formada de terras baixas, submetidas a clima nitidamente tropical, de calores fortes e regulares, e com chuvas abundantes (salvo, quanto a este último elemento, em trecho relativamente curto, compreendido entre os paralelos de 2°30' e 6°, que é extremamente seco). Seus solos são férteis, e prestam-se admiravelmente, por tudo isto, à agricultura tropical que efetivamente servirá de base econômica não

somente da sua ocupação pelos colonos europeus, mas de ponto de partida e irradiação da colonização de todo o país.

Até a chegada dos europeus a ocupação humana do litoral brasileiro era indígena. Todo o nosso litoral era ocupado por grupos indígenas, os quais desenvolviam a agricultura e possuíam intensa mobilidade espacial. Esta mobilidade era explicada, em parte, pela natureza agitada dos tupis (um dos principais povos indígenas brasileiros) e pela necessidade de se locomoverem em busca de novas terras para o cultivo. Era motivada também por outras razões como, por exemplo, a fuga à escravidão imposta pelos colonizadores europeus que representou uma causa relevante, assim como a procura pela “terra sem males”, pois os índios tupis acreditam na existência de um paraíso terrestre (RIBEIRO, 1997).

No Brasil, seu litoral foi povoado de maneira descontínua, com zonas de adensamento e núcleos pontuais de assentamento. No período colonial, formaram-se extensos conjuntos de ocupação do espaço litorâneo (o litoral oriental da zona da mata nordestina, o recôncavo baiano, o litoral fluminense, o litoral paulista, além de cidades portuárias isoladas). Dessa forma, a ocupação da faixa litorânea brasileira estabeleceu-se nas atividades portuárias por conta do modelo econômico primário-exportador, expressando o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Com efeito, o litoral foi de grande interesse para os europeus, tanto que a cartografia de 1500 a 1519 mostra o conhecimento crescente do litoral, fruto das expedições comerciais e de reconhecimento. O povoamento concentrava-se de fato no litoral. Salvador era o eixo político-administrativo, tendo como extremidades Cananeia, ao sul, e o Forte dos Reis Magos, atual Natal, ao norte. Como principais pontos intermediários constavam Olinda, centro da produção açucareira, e Rio de Janeiro, núcleo de um comércio que incluía o contrabando da prata peruana. O litoral tinha uma ocupação interrompida por matas, serras e indígenas “hostis”.

Em 1627, Franciscano Vicente do Salvador escreveu sua *História do Brasil* e observou que os portugueses (diferentemente dos espanhóis) limitaram a ocupação ao litoral, “como caranguejos”. Os mapas confirmam essa presença litorânea. O de Luís Teixeira, de cerca de 1586, representa as capitânicas e uma dezena de núcleos de povoamento no litoral em contraste com o interior quase vazio. Este autor reclamou da falta de “república”: comercial e exportadora, a colonização desestimulava o mercado interno e insulava a vida em sociedade.

Durante grande parte da história, a navegação comercial marítima desempenhou importante papel na formação nacional e no funcionamento da economia doméstica, pois era responsável pela entrada dos circuitos de produção e consumo do Brasil na economia-mundo capitalista. Conseqüentemente, na atualidade, há uma desigual distribuição demográfica que privilegia áreas litorâneas, além da centralidade que tal área simboliza.

Como afirma Milton Santos (2011, p. 226), “a conquista da terra por atividades econômicas modernas, por meio dos chamados ciclos da economia, mostra a escolha, em cada momento, de áreas diversas de implantação. De início é, sobretudo, o litoral que é ocupado [...]”. Indiscutivelmente até o começo do século XVII, a região mais próspera da colônia era a faixa litorânea das capitanias de Pernambuco e Bahia, devido à bem-sucedida produção açucareira²⁰. As zonas litorâneas foram as primeiras a serem ocupadas em núcleos de povoamento que se transformaram em centros difusores e polarizadores do espraiamento de colonização no novo continente. Segundo Dantas (2006b), em virtude das variáveis tecnológicas e socioeconômicas envolvidas na época colonial, os litorais se constituíam em ponto privilegiado de ocupação e penetração do continente.

A maior característica dos centros mencionados era a de articuladores da hinterlândia explorada com as rotas marítimas que comercializavam o produto da exploração, organizando-se em um padrão denominado de bacia de drenagem. Isto porque representavam uma configuração na sua rede de circulação e movimento direcionando-se sempre para um eixo principal que chegava a um porto marítimo (MORAES, 1999). Como mostra a história, a relação de todas as cidades litorâneas brasileiras com o mar, onde existem terminais portuários, está intimamente ligada ao papel histórico da economia brasileira com os portos, cuja origem é o século XVI, pois a história portuária brasileira²¹ vai desde suas instalações rudimentares,

²⁰ “A primeira base econômica séria do país foi a produção de açúcar. Originária da Índia, a cana-de-açúcar foi aclimatada pelos portugueses principalmente em suas ilhas do Atlântico. O clima e os solos do Nordeste se revelaram ótimos, e os portugueses encontraram, assim, o grande produto de exportação que justificava e permitia uma sólida ocupação. Controlando a rota da Índia, podiam aproveitar a intensa demanda europeia, produzindo eles mesmos esse produto então raro e caro, leve e facilmente estocável. De fato o Brasil tornou-se, na primeira metade do século XVII, o primeiro produtor mundial de açúcar” (THERY; MELLO, 2005).

²¹ Na era colonial, os portos funcionavam como nós de trânsito para os produtos primários destinados ao mercado europeu. Na virada do século XIX para o século XX, a construção de portos modernos foi ditada pelos imperativos dessa divisão do trabalho em escala mundial. No momento da industrialização do país, a expansão das plataformas portuárias quebra um pouco esse esquema, à medida que a retração do processo histórico de globalização implica outras prioridades para os

implantadas logo após o descobrimento, mas que faziam os portos funcionarem como nós de trânsito para os produtos destinados ao mercado europeu (MONIÉ; VIDAL, 2006), até os grandes complexos portuários e terminais especializados hoje existentes ao longo de toda sua costa.

Assim, os novos circuitos da economia mundial mercantilista foram articulados aos espaços de produção colonial pelos centros portuários, configurando uma estrutura espacial provinda da nova divisão do trabalho que se colocava à época e exercia forte influência nos lugares subjacentes a esse processo. Portanto, as cidades litorâneas desempenharam papel fundamental no processo de ocupação do território, deixando marcas visíveis na estruturação da rede urbana e da paisagem percebidas até meados do século XX. Desse modo, denotavam, segundo Dantas (2006), amálgama organizador de conjunto de cidades primazes litorâneas voltadas para o interior.

De acordo com Corrêa (1989), a formação da rede urbana colonial brasileira apresenta forma espacial simples constituindo o que classificamos como rede urbana dendrítica²², que atendia à demanda do comércio ultramar e de táticas de defesa do território. No século XIX, a navegação a vapor e a estrada de ferro reforçam tal racionalidade, proporcionando fortalecimento das cidades litorâneas coerente com a dinâmica de organização do espaço. Porém, como lembra Dantas (2006), é importante não quisermos indicar homogeneidade na lógica de ocupação do território brasileiro, sobretudo porque exceções existem, como é o caso de São Paulo, cuja ocupação foi fundada no planalto interior por motivos bastante específicos associados ao papel dos bandeirantes.

No entanto, inegavelmente, os portos produziram a estrutura primeira das

sistemas circulatórios, doravante centrados no território nacional em via de integração. Nos dias atuais, as transformações do sistema portuário são a exemplo de um século atrás, em parte, impostas pelo ambiente mundial onde os países periféricos constrangidos pelos imperativos de pagamento do serviço da dívida externa especializam sua agenda de exportações, valorizando alguns produtos primários como a soja ou o ferro, no caso brasileiro (MONIÉ E VIDAL, 2006).

²² Segundo Correa (2001), há alguns tipos de redes. Entre estas, as do tipo solar, dendrítico, christalleriano, axial e complexo. Nas formas mais antigas desse sistema integrado de cidades a rede dendrítica tomava destaque. Posteriormente, a forma mais comum das redes de cidades caracterizava-se pelo modelo christalleriano, ou seja, um modelo baseado na teoria dos lugares centrais de Christaller (1966), que consiste no desenvolvimento desigual dos centros urbanos, com um grande centro urbano. A rede dendrítica, por sua vez, parece estar geneticamente vinculada a uma formação espacial periférica de base colonial, marcada por um específico padrão de circulação. De acordo com este autor, na rede dendrítica, à medida que se afastam da cidade primaz, os centros urbanos diminuem gradativamente de tamanho populacional, no valor de vendas e em termos de expressão política.

redes iniciais de cidades que originaram os sistemas regionais futuros, de modo que se converteram no ponto inicial de expansão da ocupação do litoral. A consequência desse processo é uma ocupação ao longo da costa brasileira, seguindo um padrão descontínuo, configurando um arquipélago populacional, possuidor de zonas de adensamento e núcleos pontuais de assentamento permeados por extensas porções não ocupadas pelos colonizadores (MORAES, 1999).

Além dos núcleos principais, o Brasil era constituído por cidades portuárias que apresentavam certo isolamento e se transformaram em centros locais de produção ou em pontos terminais de polarização dos sistemas produtivos do interior. Nesta condição, figuraram Belém, Fortaleza, São Luís e Vitória. Verifica-se ainda uma imensa extensão litorânea que se manteve com pouco povoamento, auxiliando as tribos indígenas refugiadas e/ou escravos que haviam fugido e se organizavam em comunidades bem pequenas, mas bastante organizadas no tocante ao autoconsumo e à subsistência. Tais comunidades litorâneas tradicionais ainda são encontradas em algumas porções do litoral do Brasil.

No período colonial e primeiras décadas do Império, os espaços litorâneos tiveram basicamente usos econômicos, militar, de fluxos e sanitários. Conforme Araújo (2007, p. 81), funcionavam como

Escadouro de águas servidas e depósito de sujeiras e imundícies de toda espécie, principalmente quando situadas nas redondezas das vilas e cidades. O areal da praia serviu, ainda, de cemitério para aqueles que a Igreja não reconhecia como pertencentes ao seu rebanho: negros pagãos, hereges, judeus, ciganos e outros indivíduos pertencentes às chamadas raças infames; todos considerados indignos de receberem enterro cristão e de serem sepultados em solo sagrado. Recomendava-se, também, fazer o sepultamento das vítimas das epidemias em locais distantes dos aglomerados urbanos, sendo reservados alguns trechos das praias para receber esses mortos indesejados.

O início do século XIX marcou o final do sistema colonial, com a decadência de Portugal e seu império, representada pela fuga da família real para o Brasil em novembro de 1807 (MARIZ; SUASSUNA, 2005). Ao longo deste século, a estrutura colonial anteriormente desenvolvida se propagava acompanhando o ciclo das economias regionais exportadoras, incrementadas pela instalação da malha ferroviária, interligando os portos e ampliando a centralidade das maiores aglomerações. Durante a primeira metade do século XIX, o Estado imperial investiu pesadamente na melhoria das estradas terrestres e detinha, por sua vez, razoável

sistema de portos que possibilitava uma melhor troca comercial e comunicação entre as regiões do país.

Neste período foram iniciados pelos estrangeiros, principalmente pelos europeus (que residiram ou simplesmente passaram pelos trópicos na primeira metade do século XIX), usos diferentes daqueles habitualmente destinados às praias pelas populações coloniais. De acordo com Araújo (2007), os modos de se relacionar com o mar ficaram documentados em narrativas de viagens (no geral, de maneira bastante superficial) de forma que as diferenças culturais podiam ser apreendidas. Esta autora cita Maria Graham, dama inglesa que apreciou, ainda no século XIX, quadros diferenciados das praias brasileiras. Durante passagem pelo Brasil com seus companheiros da fragata HMS Doris, seu educado olhar, acostumado à contemplação da natureza e das suas dádivas, depara-se com o cão que come restos mortais no areal no istmo em Olinda, ao mesmo tempo em que teve oportunidade de explorar os arredores e recolher amostras de espécimes de flora e, ainda, permitir-se a uma aventura marítima de travessia pelos arrecifes e suas estreitíssimas aberturas. Correa (2010) também ressalta que no início do século XIX o holandês Quirijin Maurits Rudolph Ver Huell, em companhia de outros viajantes ingleses, fala do prazer em banhar-se, pela manhã, no mar de Itaparica, no litoral baiano.

Sobre a ocupação da costa brasileira, cabe mencionar: datada ainda do começo do século XIX, a indústria brasileira tem sua origem remota nas oficinas artesanais. A maior parte dos estabelecimentos industriais surgiu no Sudeste brasileiro (principalmente na província do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, mais tarde, São Paulo). O estabelecimento destas indústrias está intimamente associado às facilidades geradas, entre outros, pelos fatores de localização como fontes energéticas e vantagens associadas aos deslocamentos dos produtos, isto é, ratificando o citado anteriormente sobre o reforço à centralidade das aglomerações maiores e, de preferência, portuárias, portanto, litorâneas. Nos primeiros anos do século XX, muitas cidades litorâneas tornaram-se portos secundários e pouco progrediram por conta das alterações nas recentes linhas de transporte rodoviário, assim como fatores outros vinculados à economia nacional e mundial (MORAES, 1999).

Segundo Moraes (1999), no final da década de 1950, ocorre uma mudança no padrão de ocupação da costa brasileira, associado à transformação da lógica de

acumulação de capital, com a aceleração do processo de industrialização, com a intensificação no uso dos ecossistemas litorâneos, e posterior integração aos grandes complexos minerossiderúrgicos, químicos e petroquímicos, caracterizados por indústrias pesadas. Dantas et al. (2004) acrescentam a tal afirmação a indicação do lazer como demanda imanente da civilização industrial, pois para estes autores não é possível ligar o crescimento urbano das cidades litorâneas, no período citado, somente ao estabelecimento das indústrias associadas à zona portuária²³.

Não podemos, entretanto, desconsiderar a industrialização como importante vetor de intensificação da ocupação na zona costeira do país. Aquela impulsionou um enorme fluxo migratório em direção ao litoral, que não foi totalmente absorvido pela demanda de mão de obra industrial, nem mesmo pelo setor de serviços, criando uma rede de serviços e mercados informais.

Um fato a destacar é o seguinte: a industrialização ocupou a zona costeira de forma pontual, exigindo do Estado um incremento das infraestruturas urbanas básicas para o exercício das funções típicas de uma cidade. Porém, esta realidade entrou em desalinhamento com a de outras cidades que não receberam indústrias. Desta forma, o povoamento no Brasil, desde cedo, elegeu áreas prioritárias de adensamento e de aporte de investimentos. Houve adensamento de porções do território nacional, localizadas no litoral, mas entre cada uma delas houve grande parcela de terra sem apropriação ou habitada por populações tradicionais que estabelecem de maneira bastante peculiar seus modos de vida e de vínculo com o litoral.

A partir da década de 1960, a ocupação do litoral brasileiro foi marcada por dois fenômenos principais. Primeiro, como já citado, o incremento dos movimentos migratórios em direção à costa daquela população que não foi absorvida diretamente pela indústria, vinda do campo ou de centros menores, passando a atuar, sobretudo, no setor informal das grandes metrópoles e capitais brasileiras. O segundo fenômeno relaciona-se à expansão das segundas residências por todo o litoral, especialmente nas regiões metropolitanas, alavancando o processo de urbanização ao longo da costa (MORAES, 1999).

Sobre o segundo fenômeno, reforçamos que a redefinição da zona costeira

²³ Dantas et al. (2004) citam o caso do Rio de Janeiro, sempre dependente do setor terciário local, assim como do Nordeste brasileiro, onde a indústria só foi implantada no final da década de 1960, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

brasileira e suas novas formas e novos usos e também as transformações socioespaciais condicionadas pela complexa valorização dos espaços litorâneos conquistam significado ainda mais intenso quando postas num âmbito urbano-metropolitano. A consolidação das relações da sociedade com o mar e o marítimo, seguida da propagação destas relações pelo litoral brasileiro, respalda-se na instituição da urbanização e expansão da metrópole, embora na atualidade haja, digamos, complementação de tal processo conforme defendemos nesta tese.

Vale, no entanto, para este momento, ressaltar: o litoral brasileiro é bem diversificado e, embora esta lógica associada à incorporação e valorização a partir da vilegiatura seja uma crescente, ela não prevalece sobre todos os espaços. Em trabalho produzido por Moraes (2004) com atenção focada nos espaços praianos e tomando por critério os processos geoeconômicos, tendo em vista a geração de subsídio para a implantação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla²⁴, procurou-se diferenciar os espaços de intervenção do referido projeto, elaborando estratégias para sua implementação, em face das características dos distintos lugares. Estes foram agrupados em classes tipológicas por similaridade, no intuito de se chegar a um agrupamento de tipos genéricos que cobrissem a variedade existente no país sem inviabilizar estratégias metodológicas comuns.

Além dos trabalhos que se utilizaram de variáveis socioeconômicas para agrupar ou classificar o litoral brasileiro, houve ainda uma série de estudos que dividiram, classificaram e compartimentaram este litoral com base em diferentes variáveis e perspectivas. Silveira (1964), por exemplo, apresenta uma divisão clássica em compartimentos, que levou em conta parâmetros geomorfológicos, climáticos e oceanográficos. Dessa forma, a costa brasileira foi dividida em cinco grandes compartimentos: Litoral Amazônico, Litoral Nordeste de Barreiras, Litoral Oriental, Litoral Sudeste ou de Escarpas Cristalinas e Litoral Meridional ou

²⁴ “O Projeto Orla é uma iniciativa do governo federal, supervisionado pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tendo como coordenadores a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente (SQA/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). O objetivo primeiro do projeto é compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do governo federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acrescidos de marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e políticas praticadas na orla marítima” (PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada, 2006, p. 7).

Subtropical²⁵. Contudo, Ab'saber (2001) propõe a seguinte classificação baseada em enfoques geomorfológicos, paisagísticos e estéticos: Litoral Equatorial Amazônico, Litoral Setentrional do Nordeste, Litoral Oriental do Nordeste, Litoral Leste, Litoral Sudeste e Litoral Sul.

Esta diversidade contribuiu direta e/ou indiretamente para o atual desenho e organização do espaço litorâneo brasileiro. Para compreendermos como se deu (se dá) tal apropriação, recontamos um pouco mais de história, lembrando que é no final do século XIX e início do século XX, de maneira geral, no ápice do desejo pelo mar, que ocorre a implementação das práticas marítimas modernas no Brasil pela elite, cujas ações vão possibilitar gradual aproximação da sociedade local dos espaços litorâneos. Por meio dos banhos de mar, voltados a princípio para o tratamento terapêutico, a sociedade local se achega vagarosamente dos espaços litorâneos. Essa dinâmica é seguida e incrementada pela vilegiatura marítima e, mais recentemente, pelo turismo litorâneo associado aos banhos de sol (URBAIN, 1996; DANTAS, 2008).

Ainda como enfatizam Dantas, Pereira e Panizza (2008), as metamorfoses mais marcantes na paisagem litorânea se fazem sentir a partir do delineamento da vilegiatura marítima²⁶. Nas palavras de Dantas et al.(2009 p. 15), “desde o último quartel do século XX, a geografia e ciências afins vivenciam reflexão em torno das representações da sociedade em relação ao mar e ao marítimo, convencionalizada de maritimidade”. Percebe-se forte tendência de incorporação das zonas de praia dos

²⁵ O Litoral Amazônico estende-se do extremo norte do Amapá até o Golfão Maranhense, fortemente influenciado pela desembocadura do rio Amazonas; o Litoral Nordestino de Barreiras abrange o trecho entre a foz do rio Parnaíba (entre Maranhão e Piauí) a Salvador (BA), sendo marcado por duas importantes direções de linha de costa, isto é, o trecho compreendido entre o rio Parnaíba e o Cabo São Roque (RN) apresenta direção geral leste-oeste e a direção nordeste-sudeste se estabelece ao sul do Cabo São Roque, sendo que esta mudança de direção na orientação da linha de costa se processa de forma brusca; o Litoral Oriental está situado entre Salvador (BA) e Cabo Frio (RJ), caracterizado por ser uma transição entre os litorais nordestino e sudeste, ou seja, possui elementos dos dois. Exemplo desta mistura de elementos é a presença da Formação Barreiras. Esta se estende, de forma irregular, por todo o litoral, muitas vezes mesclando-se com afloramentos do Embasamento Cristalino; O Litoral Sudeste ou das Escarpas Cristalinas localiza-se entre Cabo Frio (RJ) e Cabo de Santa Marta (SC), sendo caracterizado pela presença da Serra do Mar. Esta é constituída por rochas do Embasamento Cristalino que afloram continuamente neste trecho com alinhamento aproximadamente paralelo à linha de costa; O Litoral Meridional ou Subtropical vai do Cabo de Santa Marta (SC) até o Chuí (RS), sendo caracterizado por uma linha de costa retilínea, associada a planícies costeiras extensas e arenosas e baixa altitude (SILVEIRA, 1964 apud TESSLER; GOYA, 2005).

²⁶ “Primeiro por se caracterizar como prática que pioneiramente extrapola os limites das capitais (lôcus nos quais as práticas marítimas modernas foram gestadas), instaurando nas zonas de praia dos municípios litorâneos, inicialmente os vizinhos e atualmente a totalidade daqueles inscritos na zona costeira, conflito com populações tradicionais a ocuparem as zonas de praia, notadamente os pescadores artesanais” (DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2008).

municípios litorâneos brasileiros a partir do que inicialmente era simples prática marítima delineada na capital e resultante de demanda da elite local ávida por espaços litorâneos²⁷. Esta dinâmica é consequência de transformações no domínio socioeconômico, simbólico (com a ampliação da classe média no país, por exemplo), e também tecnológico, com o incremento da implantação de fixos artificiais²⁸ pelo território. Verifica-se, então, veemente processo de incorporação das zonas de praia à tessitura urbana e em função de duas racionalidades: a da capital e a da metrópole (DANTAS; PEREIRIRA; PANIZA, 2008).

Essa incorporação das zonas de praia, no Brasil, ocorreu de maneira gradativa. Do ponto de vista dos valores simbólicos, a própria aproximação (e, posteriormente, incorporação) dessas zonas esteve associada ainda ao que representava o mar. A relação do homem com o mar é bastante remota. Entretanto, o modo de conceber as paisagens litorâneas nem sempre foi o mesmo. Consoante demonstra a numerosa documentação analisada por Corbin (1989), por exemplo, o mar já foi razão de medo e pavor e, nas fases iniciais do desfrute do litoral, as idas a esses espaços tinham objetivos exclusivamente medicinais e se davam de modo segregado, tanto do ponto de vista de gêneros como de classes sociais.

No Brasil, a atração por estes espaços pode ser explicada com base em mudanças externas, isto é, vincula-se ao novo desejo que manifestam, a partir do final do século XVIII, as elites europeias (posteriormente as americanas) pelos espaços vazios que constituíam as praias. O mar é descoberto pelos brasileiros à medida que ocorrem transformações dos modos de vida ocidentais. Nesta ótica, o

²⁷ “Pode-se afirmar ser a valorização dos espaços litorâneos nos trópicos representativa da descoberta dos espaços litorâneos pela sociedade local e pautada em sua admiração pelo modo de vida ocidental, inclusive suas práticas de lazer” (DANTAS, 2009 p.17). Porém, segundo Dantas, Pereira e Panizza (2008), “a reconsideração da valorização dos espaços litorâneos nos trópicos permite relativizar esta abordagem, posto notar-se existência de uma elite local, fascinada pelas práticas marítimas modernas, a produzir os mesmos territórios e alimentar os mesmos desejos notados no Ocidente [...] esses traços de ocidentalização, relacionados ao desejo pelo mar, se dão com maior ênfase nos países pouco tocados pelo turismo internacional, os quais passam a reproduzir modelo de maritimidade proveniente dos países desenvolvidos, dado caracterizador da modificação de mentalidade dos grupos locais face ao mar. Em efeito, encontramos in lócus grupos locais produzindo os mesmos territórios e desejos ocidentais. Neste quadro, inscrevemos o desejo pelo mar no Brasil, movimento vizinho do da invenção das praias ocorrido, inicialmente, na Europa”.

²⁸ Os fixos estão relacionados à materialidade, representando dessa forma um sistema concreto que pretende evidenciar pelo seu resultado a eficácia das ações. Fixos artificiais (viadutos, edifícios, estradas de rodagem, hidroelétricas, usinas, portos, centrais de comunicações, silos, trilhos de trem, aeroportos, centros de pesquisa científica, etc.) são os instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, constituindo verdadeiras próteses da natureza.

túnel²⁹ construído em Copacabana, no Rio de Janeiro, no final do século XIX, pode ser bem representativo do início de tal processo. A visita frequente às praias brasileiras no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal ou Fortaleza torna-se um fenômeno de massa somente nos anos pós-guerra.

Um dos instrumentos que aceleraram a propagação, não somente de pessoas, mas de ideias, foi o avião. Tais ideias eram rapidamente apropriadas pelas populações brasileiras. Idas e vindas de pessoas possibilitaram acesso a informação e literatura diversa. A princípio, os costumes são semelhantes aos dos europeus, isto é, as praias são frequentadas para o tratamento de saúde. Mas os banhos de mar chegam com certo atraso da Europa, primeiro no Sul e Sudeste brasileiro e depois, de maneira mais acelerada, nas outras praias do Brasil (DANTAS, 2009).

Mencionados banhos, no Brasil, não gozavam das mesmas dimensões ocidentais. Para Dantas (2004) e Dantas e Pereira (2010), isso se dava provavelmente em virtude da pouca eficácia a eles conferida pela posição médica local, que relevava, principalmente, os aspectos positivos atribuídos ao clima associados à teoria lavoisiana do bem respirar. Consoante Dantas e Pereira (2010) destacam, com a descoberta das zonas de praia pelos vilegiaturistas, verifica-se a lenta mudança, desde o começo do século XX, de um quadro de urbanização pontual sem muita expressão³⁰. Então, a chegada dos vilegiaturistas confere nova racionalidade ao morar na praia que anteriormente era exclusividade associada ao comércio ou às populações tradicionais e pobres.

Como podemos depreender, a edificação de segundas residências no litoral constitui relevante vetor de expansão do urbano, tanto quanto às formas espaciais como quanto às novas condições sociais. As formas, associadas de maneira geral aos fixos, atendem às necessidades recreativas dos moradores metropolitanos ou não metropolitanos, pois o apelo ao mar, na atualidade, invade o imaginário das

²⁹ O Túnel Alaor Prata, inaugurado como Túnel Real Grandeza, mais popularmente conhecido hoje como Túnel Velho, localiza-se na cidade do Rio de Janeiro entre os bairros de Botafogo e Copacabana. Tanto o túnel quanto a primeira linha de bonde foram inaugurados em 1892. A perfuração do Túnel Real Grandeza foi promovida pela Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico, dentro de uma estratégia do mercado imobiliário que, no início da República, pretendia investir na região litorânea de Copacabana, promovendo-a como um novo estilo de vida na cidade que pretendia se modernizar. O difícil acesso a esse trecho, isolado pelos morros, foi superado com a abertura ao tráfego, no mesmo ano da inauguração do túnel, da primeira linha de para este bairro (CARDOSO, 1986).

³⁰ Para Dantas e Pereira (2010, p. 72), “se até aquele momento o morar na praia era atributo exclusivo das populações tradicionais e pobres, estabelecidas em vilarejos de pescadores, a chegada dos vilegiaturistas, animados pelo anseio em estabelecer-se na praia, impõe nova racionalidade”.

pessoas dos mais diferentes lugares, estejam esses próximos ou não ao litoral. Sendo assim, a sociedade urbana na metrópole e, principalmente em sua cidade núcleo, cria elos mais fortes com os demais municípios litorâneos: metropolitanos e não metropolitanos.

Segundo Dantas, Pereira e Panizza (2008), no final dos anos 1980 até os dias atuais, a vilegiatura tem se intensificado quer pelo incremento da infraestrutura para ela implantada (alicerce para constituição da atividade turística), quer por ter tido um crescimento consequente ao aproveitamento da melhoria infraestrutural imposta pelas políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil.

Referidas políticas merecem atenção na atualidade, haja vista o intenso crescimento da vilegiatura marítima e das políticas de desenvolvimento do turismo, no final do século XX e início do século XXI. No caso do Nordeste brasileiro, o turismo ganha notoriedade nas últimas décadas, fruto de intensa mudança na maneira de conceber a economia e a política na região, isto é, das novas formas de atuação do Estado na região que representaram grandes mudanças nesta e tiveram significativa importância nos novos rumos da sua economia.

Esta dinâmica transforma as zonas de praia em mercadoria nobre, motivando a metamorfose radical da paisagem litorânea. Com o turismo litorâneo, junto à vilegiatura marítima, que o antecede, as antigas paisagens cedem espaços para as novas. Uma zona marcada pela presença dos portos e dos vilarejos de pescadores é afetada atualmente pela construção de novas formas (dos estabelecimentos turísticos somando-se às residências de vilegiatura marítima), acompanhando toda linha costeira e provocando a inserção de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes, bem como, paradoxalmente, o fortalecimento dos movimentos de resistência (DANTAS, 2005; DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2008).

Tendo em vista que o mar foi sendo descoberto pelos brasileiros à medida que ocorriam transformações dos modos de vida ocidentais, no final do século XIX, surgem o Rio de Janeiro e, em especial, Copacabana como marcos do processo na região Sudeste. Isso em face do gosto pela vilegiatura e da influência da nobreza como sustentáculo de refinados costumes, e também pela chegada da família real portuguesa e a instalação da Corte na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, quando o Brasil, efetivamente, se abre à Europa. Todas estas influências manifestaram-se socioespacialmente, de forma diferente pelo território brasileiro. O litoral das regiões

Sul³¹ e Sudeste foi alcançado, a princípio, nas décadas de 1950 e 1960. Quanto à região Sul, foi marcada fortemente pela imigração europeia. No Nordeste, em termos gerais, a década de 1970 apresenta-se como marco. Consoante trabalhos desenvolvidos por Moraes (1999), Dantas (2002, 2004a, 2004b, 2006), Assis (2003), Pereira (2006, 2012), Dantas, Pereira e Panizza (2008), Dantas (2010), das atividades realizadas na zona costeira, a vilegiatura marítima é a que melhor simboliza e representa a expansão do tecido urbano metropolitano no caso nordestino.

Sobre o assunto, alguns autores vêm tentando apreender como tal processo ocorre no Brasil. Entre eles, destacamos Dantas por se dedicar, exaustivamente, desde meados da década de 1990, à compreensão da maritimidade nos trópicos e, sobretudo, a partir do início do século XXI, como tal fenômeno se apresenta em território nordestino, em especial o cearense. Vários foram os trabalhos publicados e orientados nesse sentido. Mencionamos, porém, os seguintes: *Do sertão à cidade do sol: Fortaleza e o processo de litoralização do Ceará* publicado em 1998 pelo *Caderno de Geografia*, seguido por seu clássico livro *Mar à Vista: estudo da maritimidade em Fortaleza* publicado quatro anos depois pelo Museu do Ceará/SECULT. Desde então, muitos foram os estudos sobre o litoral nordestino e, em particular, cearense. Todas as obras estão referidas ao longo deste trabalho, mas neste momento citaremos apenas três, das quais Dantas esteve à frente como

³¹ A chegada de imigrantes europeus ao Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, introduziu, através da classe médica, o conhecimento científico relacionado às práticas terapêuticas difundidas na Europa. A imigração de uma classe médica alemã especializada em saberes hidroterapêuticos transferiu ao Brasil meridional diversos conhecimentos que se disseminaram fortemente em algumas comunidades de imigração alemã. Foi a partir dos banhos terapêuticos que se deram as relações iniciais da sociedade com o mar. No Brasil, a região sul vivenciou fortemente esse processo. Schossler (2010) dissertando sobre os primórdios da vilegiatura no Rio Grande do Sul levanta tal questão e apresenta um breve relato sobre a implantação dos *estabelecimentos de banhos* e dos sanatórios nesta região. Seu estudo discutiu a mudança que se operou no imaginário social dos gaúchos em relação ao litoral. Este passou a ter uma representação positiva, com a emergência da sociedade urbano-industrial. Assim, para a autora, no decorrer do século XX, o litoral acabou sendo integrado ao imaginário dos gaúchos com novos significados. As praias do Rio Grande do Sul se assemelhavam muito às praias europeias do Atlântico Norte e do Mar Báltico, despertando, desde o século XVIII, o interesse de curistas para o tratamento de variadas doenças. No último quartel do século XIX, os banhos terapêuticos nas águas marinhas do Rio Grande do Sul já eram procurados por alguns curistas. Porém, não demorou para o curismo adquirir caráter hedonista. A passagem do curismo ao turismo, no Rio Grande do Sul, ocorreu como uma transição rápida, nas primeiras décadas do século XX. Os balneários marítimos tiveram importante papel no processo de urbanização do litoral norte do Rio Grande do Sul. Este a partir das primeiras décadas do século XX deu condições materiais para a concentração populacional na orla marítima durante os três meses de veraneio. Esse processo redefiniu gradualmente a paisagem litorânea desse espaço.

orientador e que discutiram diretamente a questão da vilegiatura cearense. Ei-las: o estudo de Pereira (2006) sobre o veraneio marítimo e a expansão metropolitana no Ceará, o caso de Fortaleza e Aquiraz; o de Soares Júnior (2010) sobre a espacialidade do vilegiaturista marítimo em Fortaleza-CE e, por fim, o de Silveira (2011), que trabalha a relação entre moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icarai-CE.

Em nosso estudo, na delimitação do espaço litorâneo de Tibau, encontra-se uma morfologia espacial intrínseca ao fenômeno social da maritimidade moderna, ou seja, aglomerados de segundas residências, parcelamentos urbanos próximos ao mar onde a vilegiatura marítima concretiza territórios destinados, sobretudo, à população mossoroense. É a intensa relação entre Tibau e Mossoró que conforma estes territórios da vilegiatura marítima.

Como ressaltamos, em Tibau, a vilegiatura marítima foi a primeira prática marítima moderna a conduzir o espalhamento do urbano e dos seus desdobramentos, relacionados tanto às formas espaciais quanto às recentes condições sociais constituídas nestes espaços.

As residências secundárias materializam tal processo e é pelo uso destas que os vilegiaturistas ampliam seus espaços de vida, pois mesmo que essa atividade envolva as possibilidades de realização de muitas práticas de lazer, a prática da vilegiatura envolve certamente o sentido do habitar e todos os seus enlacs. Por tal motivo, entre outros já apresentados, é que consideramos bastante pertinente discutir as relações entre a disseminação da prática marítima moderna da vilegiatura marítima e suas relações com o processo de urbanização.

A vilegiatura marítima e a expansão urbana em Tibau, no Rio Grande do Norte, é o tema essencial na elaboração desta tese. Compreendemos a valorização dos espaços litorâneos e, principalmente, a prática marítima moderna da vilegiatura como processos sociais, historicamente constituídos, sobrelevando o mar e o marítimo como elementos inseridos no cotidiano da sociedade urbana. Nesta ótica, as praias adquirem nova simbologia e passam de lugar “do medo e do sujo” a lugar do lazer, conferindo-lhes a capacidade de provocar nas pessoas, particularmente naquelas residentes nos espaços urbanos, a vontade de consumir o espaço litorâneo.

Como temos estudado Tibau, no Rio Grande do Norte, consideramos bastante importante tratar do fenômeno da vilegiatura neste Estado, mais

precisamente onde o mesmo se inicia, isto é, na cidade de Natal. Porém, as especificidades do Rio Grande do Norte nos obrigaram a realizar uma leitura mais cuidadosa a respeito da representatividade do litoral para ele, pois se o litoral na maioria dos lugares é o espaço de consumo e escoamento, no caso citado, seu litoral também é espaço de produção, por conta da intensa produção salineira tão importante para a economia e, portanto, para a história deste lugar.

1.2 A vilegiatura marítima no Estado do Rio Grande do Norte: diferentes contextos em análise

Segundo Boyer (2008), a prática da vilegiatura se origina na aristocracia italiana do século XVI, quando tínhamos as villas (casas) de ócio e recreação. A sedução pelo mar permitiu transformações nas mentalidades, que no decorrer do tempo chegaram à sociedade ocidental, contribuindo para novas práticas agora associadas aos tratamentos terapêuticos e mais recentemente ao lazer, gerando a procura cada vez maior por espaços de ócio e, deste modo, também apropriação dos espaços litorâneos.

Para Pereira (2006), no século XIX, processa-se a difusão da vilegiatura marítima, influenciando fortemente as elites brasileiras, sobretudo por meio de obras literárias produzidas pelos romancistas, sem esquecermos obviamente o papel exercido pela nobreza, que canalizou as informações provindas do continente europeu, especialmente da França, por todo o país.

No Brasil, os lugares vivenciam esta prática em tempos e de maneiras diferenciadas. Muitos autores já relataram tal processo nesse país. Dantas (2002) desvenda o Ceará, embora tenha nos últimos anos se dedicado ao estudo de todo o Nordeste brasileiro, assim como Araújo (2007) o fez para Pernambuco e Schossler (2010) para o Rio Grande do Sul. Para o Rio Grande do Norte, algumas obras contam partes da sua história, a exemplo da dissertação de Marinho (2008).

Para entendermos a realidade do que se processa na relação entre Mossoró e Tibau, no Rio Grande do Norte, julgamos fundamental compreender como a história se deu neste Estado. Que cidades, por exemplo, demarcam o início do processo? A relação com o litoral seguiu os moldes do Brasil? Que singularidades guardam? Sabendo que o litoral potiguar possui diferentes usos e, mesmo nos dias

atuais, além do lazer, economicamente este espaço sempre foi “disputado” também pela produção salineira, como se dão os diferentes usos do seu litoral?

Na capital do Estado, hoje, têm sido o turismo litorâneo e a vilegiatura marítima os principais organizadores do seu espaço litorâneo. Desse modo, faz-se mister um recuo espaço-temporal para melhor compreendermos tal processo. Para entendermos, por exemplo, como as elites em Natal tiveram papel decisivo na redefinição dos usos do litoral e, sobretudo, como o processo chega a Mossoró (e conseqüentemente a Tibau) e qual o papel das elites locais neste espaço. Este é o objetivo deste tópico, além de levantar os dados estatísticos de segundas residências, que na atualidade ajudam a evidenciar características essenciais da vilegiatura.

1.2.1 O Rio Grande do Norte e seu litoral

Em virtude da sua situação geográfica, a região do atual Rio Grande do Norte foi possivelmente um dos primeiros pontos visitados do litoral brasileiro. Anteriormente à chegada dos portugueses, os espanhóis já conheciam a costa norte-rio-grandense, no percurso das suas viagens exploratórias (MARIZ; SUASSUNA, 2005). No tocante à história da Capitania do Rio Grande do Norte, esta se iniciou em 1535, com a chegada de uma frota comandada por Aires da Cunha, a serviço do donatário João de Barros e do rei de Portugal, com o objetivo de colonizar as terras da região, a qual foi impedida pela forte resistência dos índios potiguares e piratas franceses, traficantes de pau-brasil. No dia 25 de dezembro de 1597, sessenta e dois anos após a frustrada tentativa de Aires da Cunha, uma esquadra comandada pelo almirante Antônio da Costa Valente e integrada por Francisco de Barros Rego, Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque entrava na barra do rio Potengi, e com essa entrada histórica começou a povoação em toda a área (IDEMA, 2008).

Efetivada a conquista, a capitania iniciava sua existência oficial, administrativamente subordinada ao governo da Bahia até 1701, quando ao se desligar dele passou para dependência de Pernambuco até 1820, ocasião em que finalmente se tornou autônoma. Aliás, até o final do século XVIII, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará constituíam uma única capitania denominada “Capitania de Pernambuco e suas anexas” (MARIZ; SUASSUNA, 2005).

A cidade de Natal (primeiro núcleo de população organizada na capitania) recebeu este nome, posteriormente, pois antes se chamava Cidade dos Reis, numa clara referência à edificação que lhe deu origem, isto é, o Forte dos Reis Magos, concluído no dia 24 de junho de 1598. Segundo o historiador Câmara Cascudo, no livro *História da cidade do Natal*, em 31 de dezembro de 1805, Natal tinha 6.393 habitantes, e no último ano do século XIX, já contava com uma população de 16.056 pessoas.

As primeiras atividades econômicas da capitania foram caracteristicamente de subsistência, fundamentando-se na pecuária, na pesca e na agricultura de mantimentos (principalmente mandioca). A cultura da cana-de-açúcar era pouco expressiva, uma vez que existia apenas o Vale do Cunhaú com condições específicas para esta cultura. Ao lado destas, conservava-se a exploração do pau-brasil, atividade transitória que não criou nenhuma ocupação permanente na região.

Economicamente, o litoral revelou-se deveras importante para o atual Estado do Rio Grande do Norte. Uma atividade relevante desde o século XVII foi a exploração das salinas. Historicamente merece ressaltar o já destacado por Mariz e Suassuna (2005, p. 94):

Com a morte do capitão-mor Pereira Guimarães, assumiu o governo no Senado da Câmara de Natal até abril de 1679, quando foi empossado Geraldo de Suny, nomeado como capitão-mor interino. Merece destaque nessa administração a atitude do governo contra a decisão de Francisco de Almeida Veras (administrador das aldeias dos índios), seus sobrinhos e cunhados, donatários de uma sesmaria recebida nas costas de Touros, de proibir aos colonos a pesca e o uso das salinas na sua concessão. O Senado da Câmara de Natal em sessão de 10.11 de 1680 fez uma representação ao Governo Geral contra a proibição das praias propriedades reais e seus recursos necessários aos moradores. Como resposta, o Governador a partir das informações recebidas decidiu, pelo Alvará de 10.12 do mesmo ano, que as praias não se incluíam na concessão feita e que os donatários fossem informados da decisão. Desde então, foi assegurado a todos os colonos o direito de utilizarem o sal das salinas e exercerem livremente a pesca, Dessa forma a exploração das salinas se tornou popular e regular no litoral de Touros.

Para explicar a importância do sal para esta região é necessário compreender a expansão territorial e o povoamento da colônia. Como é de conhecimento geral, a ocupação econômica do Brasil teve sua efetivação baseada na agromanufatura do açúcar, e com a força de trabalho do escravo negro. Posteriormente surgiria uma melhor ocupação exigindo menos esforços e menor investimento. Tratava-se da

criação do gado. Resistente ao clima semiárido procurava os barreiros de sal, seguia desbravando o agreste e o sertão do Nordeste, criando caminhos que se tornariam relevantes meios de comunicação da época.

Cronologicamente o Nordeste foi a primeira área a ser aberta para pecuária. Com o contínuo povoamento durante o período colonial, toda a região, exceto a da faixa litorânea, voltou-se para a criação de gado. Como evidenciado, o fato das primeiras fazendas de gado ter como limites mais próximos as terras da cana-de-açúcar não foi casual, mas originário, sobretudo, de dois antecedentes. O primeiro diz respeito à rápida exploração de toda a faixa canavieira pelos proprietários de engenho. O monopólio que exerciam sobre as terras cultiváveis, associado à rejeição em subarrendar muitos pedaços extensos de terra, significava que já no final do século XVI o movimento se encontrava efetivamente impedido a quantos não dispusessem de maiores recursos. Sem uma oportunidade para o plantio da cana-de-açúcar, o litoral tornara-se desinteressante para aqueles que buscavam se transformar em produtores independentes (MARIZ; SUASSUNA, 2005)

Diante da falta de possibilidades, associada à acumulação produzida pela mão de obra escrava, os limites da região açucareira foram empurrados para o interior, ou sertão, com vistas à criação de gado. Esta, na região Nordeste, está intimamente ligada ao extrativismo salineiro, desenvolvido especialmente no litoral da Capitania do Rio Grande do Norte. Vale destacar que o gado foi responsável pela prosperidade de cidades como Aracati, no litoral do Ceará, com a exportação, no século XVIII, da “carne do Ceará”.

Embora a Capitania do Rio Grande do Norte tenha entrado o século XIX numa fase relativamente tranquila, após tantos atropelos passados no decorrer da sua colonização³², seu território estava quase todo povoado, e nele cresciam as culturas de açúcar, algodão, pau-brasil, tabaco e ainda arroz, milho, feijão e as indústrias da criação de gado, da pesca, das madeiras de construção e, certamente, da exploração das salinas³³. Neste período, a relação da população com o litoral

³² Antes disso, tal capitania enfrentou toda sorte de dificuldades, e com a forte resistência dos índios ao processo de colonização, sobretudo aquele realizado a partir de Portugal, fazendo com que muitas reações ocorressem em território potiguar, gerando diversos conflitos. Destes, o mais importante foi a “Guerra dos Bárbaros”, verificada na conjuntura da expansão da pecuária e do povoamento no final do século XVII, materializada na reação dos tapuia à ação colonizadora (CASCUDO, 1968; MARIZ; SUASSUNA, 2005)

³³ Segundo Mariz e Suassuna (2005, p. 122): “A maior parte dessas indústrias sofria toda sorte de dificuldades, afligidas pelo fisco e pelos monopólios, sem contar com os embaraços causados pelo transporte, terrestres ou marítimos. Além desses problemas, convém acrescentar as condições

norte-rio-grandense era totalmente vinculada à economia, isto é, diferente da maioria dos outros lugares, onde o imaginário coletivo transitou sua percepção sobre o mar de *elemento perigoso* para *aliado da medicina*. No Rio Grande do Norte, com a questão da importância econômica das salinas para a região, tínhamos desde os primórdios uma relação homem e mar diferenciada.

É inegável a importância da extração do sal como um dos fatores que favoreceram o povoamento do Rio Grande do Norte. Documentos do início do século XVII destacam as riquezas das suas salinas e a excelência do sal ali existente. Segundo IBGE, Cidades, 2012:

A 20 de agosto de 1605, Jerônimo Albuquerque concedia aos seus filhos Antonio e Matias “uma data que são duas salinas que estão corenta leguas daquy para a banda do norte [...] nem a terra serve pera cousa nenhuma mas que pera o sal que por sy se cria”. “Essas salinas”, diz Luís da Câmara Cascudo, quarenta léguas ao norte, em terras que apenas para o sal se prestam e onde este é formado espontaneamente, pela disposição do terreno foram identificadas pelo Des. Luís Fernandes como sendo as salinas de Macau.

De acordo com Câmara Cascudo (1968, p. 214), esta “orla marítima fora sempre frequentada na extração do sal”. Como mencionado, a extração do sal, no século XVIII, no Rio Grande do Norte, então relevante centro pecuário, ficou intimamente ligada à produção de “carne-de-sol”, produzida em grande escala pelas “oficinas” instaladas no Baixo Açu. Entretanto, essa indústria primitiva foi inesperadamente interrompida em 1786 por determinação da Câmara de Natal, sob alegação de que a exportação de carne acarretava prejuízos à Fazenda Real, uma vez que os barcos não pagavam o subsídio de sangue referente à matança do gado.

A metrópole criava, ainda no século XVIII, o monopólio do sal e as salinas do Nordeste. Especialmente as do Rio Grande do Norte, situadas nos atuais municípios de Açu, Macau, Areia Branca, Mossoró e Touros, foram relegadas ao abandono, recomeçando a exploração apenas em 1802. Foi somente a partir de 1889, com o regime republicano, que a indústria do sal do Nordeste, em particular no Rio Grande do Norte, tomou certo impulso, onde, em alguns municípios, as condições do terreno e dos ventos se apresentavam extraordinariamente favoráveis.

naturais da região, como as secas e as inundações periódicas, que sempre causavam prejuízo aos colonos”.

Na atualidade, a concentração de sal no Brasil se dá nos Estados do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ceará e Piauí. Entre estes Estados, a participação do Rio Grande do Norte na produção nacional é altamente acentuada, com quase 95% desta no ano de 2007. O destaque da produção do conjunto dos municípios vai para Mossoró – Areia Branca – Grossos com 55,5% (2.801.832 toneladas) e Macau – Galinhos, com 44,5% (2.264.409 toneladas) da produção brasileira de sal neste mesmo ano. Sozinho, Mossoró contribuiu com 35,5% da produção salineira nacional, e esta participação é expressa no fato de o município ser o principal centro beneficiador (moagem e refino) e comercial de sal do Brasil (SANTOS, 2010). Vale ressaltar: apesar de Mossoró, atualmente, não ser um município litorâneo³⁴, segundo Lacerda (1986), a zona salineira do Rio Grande do Norte compreende municípios litorâneos ou aqueles que não são banhados pelo mar, mas que têm ligações com a economia salineira.

Nosso objeto de estudo possui relações diretas com esta zona salineira hoje composta por oito municípios: Areia Branca, Grossos, Mossoró, Carnaubais, Macau, Pendências, Alto do Rodrigues e Guamaré, subdivididos em duas zonas: uma liderada por Mossoró, que mantém sob sua influência mais direta os municípios salineiros de Areia Branca e Grossos, parte do Vale do Apodi e da Região Serrana norte-rio-grandense; e outra liderada por Macau, que mantém, embora de forma relativamente frágil, influência sobre os municípios de Pendências, Guamaré e Alto do Rodrigues (LACERDA, 1986; SANTOS, 2010).

Embora o sal não tenha sido uma cultura explorada em todo o território do Rio Grande do Norte, é inegável sua importância para a economia deste Estado. Natal, mesmo não tendo em seu território uma grande produção, já nos anos iniciais demonstra relevância desta, como mostra Câmara Cascudo (1999, p. 58):

Os trinta e quatro anos da cidade, 1599-1633, foram lentos, difíceis, paupérrimo. Interessava ao Rei o forte, a situação estratégica, o ponto militar de defesa territorial [...] os moradores viviam espalhados nos sítios ao redor, plantando roças, caçando, colhendo frutos nos tabuleiros, pouca criação de gado [...] *havia o sal* (grifo nosso), colhido nas marinhas do outro lado do rio Igapó, Aldeia Velha, antigas malocas dos potiguares. O peixe salgado e seco foi um dos produtos mais rapidamente divulgados, com mercados abundantes e fáceis [...].

³⁴ Até 1892, como mencionado, Mossoró era um município litorâneo, isto é, somente nesta data perde o *status* a partir do desmembramento de Areia Branca.

Segundo Fernandes (2011, p. 9), “durante mais de três séculos, o litoral potiguar representou apenas o espaço da atividade extrativista do sal (no litoral setentrional), do cultivo da cana-de-açúcar (no litoral oriental). E ainda de uma incipiente atividade pesqueira e de uma agricultura de subsistência”. Portanto, este possuiu e possui diferentes usos e, mesmo nos dias atuais, além do lazer, economicamente este espaço continua sendo “disputado” também pela produção salineira.

É fato que, na capital, hoje, têm sido o turismo litorâneo e a vilegiatura marítima os principais organizadores do seu espaço litorâneo. É imprescindível, entretanto, um recuo espaço-temporal para melhor compreender tal processo, pois no caso específico de Natal, suas elites exercem papel decisivo na redefinição dos usos do litoral, porquanto estas, em sua intensa busca pela “modernização”³⁵ desta cidade³⁶, incitam o estabelecimento dos espaços de sociabilidade (sendo as praias um deles), materializando, assim, esse desejo modernizador (MARINHO, 2008).

A relação com o mar baseada na variável lazer desenha o território desta cidade já no século XIX. Para compreender tal dinâmica é fundamental mencionar as iniciativas do governo no sentido de uma reorganização da estrutura urbana desta cidade com vistas a modernizá-la, iniciativa adotada, sobretudo, com o incremento dos espaços de sociabilidade. A nova cidade deveria evitar qualquer tradição que lembrasse o passado colonial, “território de práticas incivilizadas e rudes, de insalubridade, de estagnação econômica, do capricho, do acaso”

³⁵ Citamos os trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade, coordenado pelo prof. Raimundo Arrais, do Departamento de História – UFRN, que possui o objetivo de pensar as transformações do espaço e a construção dos valores do mundo moderno. Cabe, então, destacar os estudos de Márcia Marinho, sobre as mudanças nas formas de lazer em Natal na década de 1920, o projeto de pesquisa *Cidade, técnica e natureza: Natal, 1900-1940*, de Raimundo Arrais, que analisa como a natureza foi concebida como obstáculo para o progresso da cidade, e como ela seria dominada pela força da técnica, além do trabalho de Andrade (2009) sobre a relação entre energia elétrica e a vida urbana em Natal entre 1911 e 1940, levando-se em conta as ações de intervenção do Estado sobre o espaço urbano e as percepções de intelectuais diante das transformações urbanas verificadas.

³⁶ Para Andrade (2009, p. 9), “as elites políticas e socioeconômicas da capital do Estado do Rio Grande do Norte desenvolveram o discurso em prol da modernização que objetivava justificar as intervenções na cidade e a introdução da infra-estrutura de serviços urbanos, a exemplo dos serviços de iluminação e transporte, que a partir de 1911 passaram a ser impulsionados por eletricidade. Essa modernização materializa-se por novos equipamentos e serviços, por espaços remodelados de acordo com a racionalidade técnica do urbanista, pela utilização de novas fontes de energia (gás, eletricidade), além do crescimento da população residente nas cidades. Entretanto, não se pode esquecer que a construção da cidade moderna passou tanto pelas mudanças físicas, materiais, quanto pela absorção de valores, símbolos, gestos, vocabulários, objetos, adoção de novos padrões de comportamento e pela formação de novas sensibilidades sobre o espaço urbano e a vida cidadina”.

(DANTAS, 2009, p. 28), exigindo novos espaços de convivências, como os jardins e as praias, como bem nos lembra Marinho (2008), planejados de acordo com a ordem do plano urbano, “produto da razão humana guiando os caminhos do futuro” de modernização desta cidade.

Ali o período colonial foi marcado por enormes dificuldades, pois embora esta, durante sua fundação, atendessem bem à sua função geopolítica de assegurar a posse do território, com o desenvolvimento do comércio no século XIX, evidencia-se a fragilidade da sua localização, escolhida em outro momento e para outros fins. Além da sua localização³⁷ ter gerado o problema do isolamento da capital, ainda como cita o relatório do presidente Pereira de Lucena em 1872, o desenvolvimento desta cidade ocorreu de maneira bastante lenta:

Eis, Senhores, o que me cumpria dizer-vos com referência a um assumpto de tanta magnitude, e a que província. Considerai, que são já decorridos 273 annos que a cidade do Natal é a capital da província, e que o seu aspecto é de uma villa insignificante e atrasadíssima do interior. Considerai, que a província é um corpo sem cabeça, o que é devido exclusivamente a esta circumstancia que Ella se conserva á retaguarda de todas as suas irmãs (RELATÓRIO DO PRESIDENTE HENRIQUE PEREIRA DE LUCENA de 5 de outubro de 1872. p. 39).

Koster (1817, p.109), em relato da sua viagem pelo Nordeste brasileiro, no percurso entre Recife e Natal, realizado a cavalo via São José de Mipibu, assim se pronuncia:

Cheguei as onze horas da manhã á cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque, se lugares como esse são chamados cidades, como seriam as vilas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta Cidade. O predicado não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser para o futuro.

³⁷ A capital está situada numa espécie de triângulo natural com um vértice para o norte, que é banhado de um lado pelo rio Potengi e de outro pelo Oceano Atlântico. Localiza-se no litoral do Estado, numa região essencialmente cercada de dunas, com uma altitude média de 33 metros acima do nível do mar. É formado por planícies litorâneas, com depressões e planaltos. Possui dunas por todo o território e com as mais variadas alturas. Grande parcela de tais dunas está concentrada no mais novo parque de Natal, o Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte.

Retruca Câmara Cascudo (1968, p. 219): “E foi justamente o que aconteceu”, relatando o crescimento da cidade de Natal nos anos posteriores.

O século seguinte recebe influências diretas graças às significativas mudanças sofridas pelo continente europeu, principalmente durante sua segunda metade. Foi nesse período, por exemplo, que a indústria (em especial, a francesa e a inglesa) se expandiu intensamente por todo o mundo. Neste momento, o aperfeiçoamento das máquinas a vapor e o desenvolvimento de materiais como o petróleo, o aço e a tecnologia possibilitaram numerosas transformações na vida cotidiana. Como enfatiza Marinho (2008), as inovações em curso na Europa se expandiam rapidamente pelo mundo, como o vapor, o telégrafo, etc. A indústria moderna conseguia produzir mais e em maior escala, desse modo, precisava de maiores mercados consumidores. Ganha destaque neste cenário o imperialismo, pois apesar do incremento dos meios de comunicação e transporte ter sido fundamental na criação e ampliação de um mercado consumidor para a crescente indústria europeia, não foi esse o fator definitivo do êxito da expansão dos seus mercados e sim o imperialismo e todas as suas imposições econômicas e socioculturais.

A Europa, então, passa a exercer forte influência sobre o Brasil, quer mediante abertura dos portos brasileiros em 1808, quer pelo surgimento da imprensa no país, passando a difundir os costumes europeus. No território nacional, o desenvolvimento da navegação a vapor e do transporte férreo ao longo do século XIX propiciou às elites brasileiras não residentes no Rio de Janeiro gozar da leitura das revistas de moda e da disponibilidade das mercadorias importadas divulgadas pela publicidade (BONADIO, 2007).

No caso de Natal, uma parte das elites, segundo Marinho (2008), começou a exigir da cidade tais aparatos modernos, com vistas a consumir também as novidades desfrutadas, de maneira luxuosa, nos grandes centros do mundo. Tanto o porto como a criação e ampliação das linhas férreas, além de favorecerem o escoamento da produção agrícola do interior do Estado, também incrementaram a expansão do consumo de mercadorias importadas, como máquinas de costura, roupas, alimentos industrializados, instrumentos musicais, automóveis, livros, etc. Esses produtos entravam na cidade de Natal com uma crescente frequência, vindos dos Estados do sul, ou diretamente da Europa.

Para satisfazer o desejo de progresso das elites natalenses, o governo do Estado iniciou em Natal a reestruturação de alguns espaços físicos. Os planejamentos urbanos pensados e executados na cidade foram influenciados pelos processos reformadores que haviam sido postos em prática em outras partes do mundo e do Brasil. Certamente, a capital francesa foi o núcleo irradiador das ideias de reformas. Foi na Paris de Haussmann que as transformações urbanísticas se deram de maneira mais intensa. No Brasil, o Rio de Janeiro, importante centro de influências, iniciou o processo de modernização das cidades brasileiras, espalhando pelas demais capitais brasileiras o modelo de progresso a ser seguido.

A partir dos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX, as reformas nos centros urbanos, nos portos, a expansão de avenidas e também horizontal, assim como o início da vertical, além de outros fatores, concorreram para estruturação de uma nova imagem da cidade, sobrepondo-se àquelas herdadas do período colonial³⁸.

Neste âmbito, o processo de urbanização, o ajardinamento da cidade, assim como todas as transformações urbanas que favoreceram os banhos de mar em Natal se estabeleceram como algumas das mudanças estruturais que alteraram os usos dos espaços de sociabilidade das elites natalenses. A nova cidade que começava a surgir mantinha relações diferentes com a paisagem que a cercava. O saber médico advertia sobre os perigos causados pelas águas estagnadas e a má circulação dos ventos ocasionada pelos elementos naturais que impediam a livre circulação destes, deixando os espaços sombrios, abafados e enfermiços.

No final do século XIX, a ciência tentava reorganizar os espaços da cidade, buscando isolar nas periferias os lugares destinados a atividades consideradas insalubres, como os matadouros e hospitais. A nova Natal não admitia as ruas íngremes, enviesadas, com casas aglomeradas bloqueadoras dos bons ventos. O Bairro da Cidade Nova encarnava, então, o modelo a ser seguido. Privilegiado também na sua localização, ao invés de receber os ventos estagnados dos mangues

³⁸ “Na pequena Natal das primeiras décadas do Século XX, provinciana como já se disse, porém com uma elite afeita à novidades do mundo civilizado e aos ideais de progresso propagados aos quatro cantos do mundo, em outras palavras, para uma elite convencida das ideias liberais capitalistas em voga naquele início de século, a cidade ideal teria, necessariamente, que ser distinta da cidade real, pois existia uma crença de que com a indústria e as modernas tecnologias, inclusive as novas tecnologias da medicina, do início do século, à cidade seria imposta uma progressiva marcha ao encontro com a civilidade. Esse ideal civilizador consistia em aproximar-se, mais que possível, dos modelos culturais europeus” (VIEIRA, 2008, p. 111).

e alagados que margeavam o Potengi, nele circulava o ar marinho, que percorria sem obstáculos suas largas e arborizadas ruas (MARINHO, 2008).

Como afirma Vieira (2008, p. 27):

A cidade de Natal teve o mar como uma espécie de berço. O fato que já constatamos de a cidade ser circundada por um vasto cordão de dunas, o que provocava, segundo alguns intelectuais natalenses do início do século XX, uma espécie de isolamento da cidade em relação ao resto do mundo, fez do mar de Natal a via de contato do mundo exterior com a pacata capital potiguar, especialmente quando se tornaram mais corriqueiras as viagens marítimas nos paquetes ou nos transatlânticos a vapor.

Neste período, sobre a imagem do mar, os discursos médicos convenceram as elites dos benefícios do banho de mar ao corpo. No Brasil, o mar era sinônimo de sujeira ainda no século XIX, onde era hábito despejar nas águas salgadas, por exemplo, dejetos domésticos e carcaça de animais mortos. Demorou um pouco para esta imagem ser reconstruída.

Desse modo, os viajantes estrangeiros, sobretudo de origem europeia e norte-americana, exibiam comportamentos diferenciados aos do povo da terra, inclusive na maneira de estar e desfrutar a beira-mar. O prazer dos banhos, porém, era um gosto a que o povo de Natal não se entregava, pelo menos como prática usual coletiva. Neste caso, isso ocorria por não se ter ainda despertado o gosto pelas praias, prazer somente conhecido anos depois. Porém é interessante falar dos banhos de rios, pouquíssimos citados nas obras sobre a cidade, mas que em pequenos trechos de Câmara Cascudo (1999), por exemplo, aparecem.

Assim como os rios, as lagoas em Natal, no começo do século XX, tiveram vários usos, entre eles, o banho de animais de trabalho, a lavagem de roupa, a coleta da água para consumo doméstico, a pesca do peixe miúdo e, obviamente, o banho de pessoas como atividade de lazer. A situação geológica de Natal³⁹ favorece

³⁹ Segundo Duarte (1995) e Nazaré Jr. (1993) apud Santos Junior et al. (2007): “Toda a região é constituída por material de origem sedimentar de idade cenozóica. As unidades aflorantes consistem na Formação Barreiras, Formação Potengi, Arenitos de Praia, Paleodunas ou Dunas Fixas, Dunas Recentes ou Móveis, Sedimentos Aluvionares e de Mangue e Sedimentos Praiais. Os sedimentos da Formação Barreiras consistem de camadas arenosas a conglomeráticas intercaladas com camadas areno-argilosas, depositadas em ambiente fluvial. Afloram nas encostas do rio Potengi e em algumas encostas próximas à praia”. Desse modo, Vieira (2008, p. 25) conclui: A cidade do Natal tem uma formação geológica caracterizada por dunas que se apoiam em uma estrutura mais antiga denominada Grupo Barreiras. Essa estrutura de formação sedimentar se define por grandes faixas estratigráficas constituídas de silte e de argila, material esse que, devido a sua granulação fina e

o afloramento de acúmulos d'água, ou apenas a formação de lagoas, ao longo de todo o território da cidade. Contudo, inúmeras lagoas que afloravam à superfície do solo natalense foram alvo de avaliações negativas feitas por muitos profissionais médicos, avaliações essas que, em diversos momentos, apresentavam as lagoas como vilãs da saúde pública e da higiene na cidade. Em Natal, a mais conhecida das lagoas existentes é a denominada Manoel Filipe, localizada no Bairro de Tirol e sobrevivente aos aterramentos, prática bastante comum em Natal, apoiada em discursos médicos, higiênicos, urbanísticos e econômicos. Tais práticas exterminaram diversas delas, as quais, com esta intervenção, deixaram de fazer parte da paisagem da cidade (VIEIRA, 2008).

Embora localizada bastante próxima ao mar, somente em 1908 instala-se uma estação balneária em Natal, na praia de Areia Preta. De iniciativa privada, a estação de banhos foi recebida com entusiasmo pelos membros das elites natalenses. O bonde, junto a outras inovações técnicas, facilitou o acesso às praias ao redor da cidade. Com esta finalidade, a companhia de bondes Ferro Carril prolongou seus trilhos até o balneário de Areia Preta, em 1912, incluindo no seu itinerário, neste momento, o percurso até aquela praia em dias de domingo e feriados. Assim, caracterizava a ida à praia como uma forma de lazer (MARINHO, 2008)

Vieira (2008) em trabalho sobre as representações e as práticas sobre a natureza na cidade de Natal durante as três primeiras décadas do século XX (especificamente daquelas advindas das experiências médicas) mostra como nesse período o banho de mar tornou-se cada vez mais presente no gosto da população, a qual passou a frequentar as praias mais assiduamente. Segundo o autor, “grupos de famílias, de jovens, de amigos, costumavam ir à praia com o intuito de divertir-se, banhar-se, fazer ‘pic-nic’s’, passar o tempo, passear”, e acrescenta: “Até mesmo, usar o mar como um instrumento terapêutico, tal como pregava a medicina da época”. Vieira (2008, p. 27) cita, inclusive, a revista *A República*⁴⁰ e o médico Januário Cicco, tratando da topografia e da geografia médica de Natal, relatando que a cidade de Natal “é batida pelo vento este-sueste constante e moderado, trazendo à cidade as riquezas de um ar marinho, leve, puro e tonificador”

comportamento plástico, impede a infiltração das águas pluviais para substratos estratigráficos mais profundos.

⁴⁰ *A República*, 8 de agosto de 1903 (apud VIEIRA, 2008).

Câmara Cascudo (1968) ao falar sobre a história de Natal revela como a cidade se estabelecia no início do século XX, quando compreendia a Rua João Pessoa, a Felipe Camarão e a Silva Jardim, e diante da qual viviam mangues, caranguejos, lama e água salgada, onde os dez bairros se estendiam “perdidos na solidão do mato”, fazendo com que os deslocamentos tivessem de ser realizados a cavalo, por exemplo, “quando um médico receitava banho de mar, ainda em 1910” (p. 219).

Vieira (2008) cita mais uma vez a revista *A República* de onde extrai um texto⁴¹ que descreve as modas experimentadas pelo natalense, sendo uma delas a “febre dos banhos salgados”, que marcaria os primeiros anos do século XX. Tal “febre”, segundo o autor (p. 28), “se estabeleceu, pouco a pouco, em Natal numa perspectiva de sociabilidade burguesa, favorecendo a ocupação de um espaço até então considerado inóspito”.

Os banhos na praia de Areia Preta tornaram-se bem populares a partir da década de 1920, quando também se instalaram os chamados banheiros para troca de roupa, reafirmando as questões não apenas da comodidade como também da legislação. Isto porque a obediência às normas de conduta nos espaços públicos era um preceito básico da cidade civilizada, como ainda era uma questão de saúde, porquanto a permanência com a roupa molhada por muito tempo poderia causar alguns tipos de enfermidades.

Sobre Areia Preta, Câmara Cascudo (1999, p. 260) afirma:

Areia Preta foi, legal e oficialmente, a primeira praia escolhida para função balneária. A Intendência Municipal na resolução 115, de 18 de janeiro de 1908, indicou-a para os banhos de mar, considerando-a ‘a que melhores condições oferece na espécie.

Diz ainda Câmara Cascudo (1999, p. 260):

Areia Preta não tem história. Praia feliz. Era recanto de pescadores até 1920, quando sua popularidade e rude beleza prestigiaram-lhe a fama. Os pescadores foram vendendo os ranchos e os natalenses construindo outros, mais feios, e indo passar as semanas de calor. Era a mais longínqua das terras para o leste e deu margem a festas lindas, serenatas, banhos de fantasia, piqueniques espantosos e mesmo causou inveja às reuniões da cidade no tempo em que veraneava ali o comerciante Jorge Barreto, aclamado conde da Areia Preta pelos amigos.

⁴¹ Tudo é febre. *A República*, 20 de março de 1902 (apud Vieira, 2008).

Na década de 1920, ganha notoriedade, embora com uma popularidade menor que Areia Preta, a praia da Redinha, reduto das elites natalenses. Pela distância acabou sendo, neste período, uma praia mais tranquila, procurada por aqueles interessados no repouso, mas também por aqueles com maior poder aquisitivo, pois tanto as dificuldades de acesso como os investimentos feitos pelos próprios veranistas desta praia confirmam tal afirmação. Alguns chegaram a instalar, por exemplo, motor de energia elétrica, assim como um clube social⁴².

Ainda na década de 1920, houve a inauguração de um transporte regular de lanchas, saindo de Natal, com destino a Redinha, suavizando o problema do acesso e incentivando o aumento de visitantes e veranistas. Porém, isto não significou uma rápida popularização da praia, já que os custos da lancha eram maiores que os custos do bonde, que levava os banhistas até a praia de Areia Preta.

No Estado do Rio Grande do Norte, foi na cidade de Natal que a vilegiatura marítima⁴³ deu seus passos iniciais. Contudo, embora sua região metropolitana representasse muito bem esta lógica de apropriação dos seus espaços litorâneos por tais usos, relatos apontam o litoral mossoroense (neste caso do que atualmente é território tibauense) vivenciando lógica semelhante no mesmo período⁴⁴, como veremos adiante. Entretanto, somente a partir da década de 1960, e com a pujança

⁴²O Clube chamava-se Redinha Club e foi fundado em 1924 por veranistas do local (Revista *A República* – Natal, 1924 apud MARINHO, 2010).

⁴³ Percebemos a vilegiatura, assim como Pereira (2012) a pensou, isto é, a estada temporária num lugar, geralmente motivada por amenidades iminentes. Tendo, assim como este autor, o lugar como o litoral nordestino e as amenidades como as condições marítimas nos Trópicos (DANTAS, 2009). Para Pereira (2012, p. 30 e 31), “a vilegiatura é uma prática socioespacial a suscitar historicamente a produção de espaços para o lazer. Ao colocá-la no patamar de prática socioespacial, atribui-se à vilegiatura uma filiação própria à sociedade (em seus diversos momentos históricos) e à sua espacialização, condição que explica suas raízes milenares, assim como os padrões e os espaços atualmente selecionados. Por outro lado, a definição da vilegiatura não se restringe à descrição dos lugares, mas inclui e relaciona um número considerável de ações sociais (trocas e usos), sendo o componente espacial da análise um recurso para compreender a diversidade de movimentos: espalhamento/concentração de diferentes morfologias urbanas; reprodução de um modo de vida (urbano); transformação e mercantilização de lugares e paisagens; e reinvenção de práticas socioculturais promotoras da diferenciação social (classes, camadas e frações); e inter-relação com outras atividades socioespaciais relativas à mobilidade e prática do lazer”.

⁴⁴ Como apontam os registros do jornal *O Mossoroense* (julho de 1903) e de Rosado (2002), e ainda a tese de Fernandes (2011) sobre as transformações socioespaciais no litoral norte-rio-grandense a partir do turismo, “por volta de 1940-1950 do século XX, seguindo uma tendência que se iniciara no Rio de Janeiro, quando o litoral passou a ser utilizado como espaço para o lazer (FONTELLES, 2004), a elite urbana potiguar passou a utilizar a infraestrutura de estradas deixada pelo pós-guerra para frequentar o litoral. Passaram também a construir suas mansões e a tomar banho de mar, hábito que aprenderam com os pracinhas americanos. Os primeiros núcleos de veraneios começaram a ser implantados nas praias de Ponta Negra e da Redinha (litoral oriental) e na praia de Tibau (litoral setentrional)”.

econômica da importante cidade média de Mossoró, é que tal fenômeno ganha notoriedade efetiva neste espaço do Estado que não fosse sua capital. A relação entre Tibau e Mossoró reafirma a importância das cidades médias na atualidade.

No Brasil, segundo Sposito e Elias (2006), as cidades médias desempenham função como “centros de intermediação”, definindo novos papéis em face da atual organização territorial brasileira. As atuais dinâmicas de consumo e produção, por exemplo, que se estabelecem nos espaços urbanos e regionais, tanto influenciam como são condicionadas pelos novos arranjos territoriais e pela seletividade intrarregional contemporânea. Na década de 1980, as cidades médias experimentaram um crescimento anual médio de 3,13%, portanto, superior à população metropolitana (1,98%)⁴⁵.

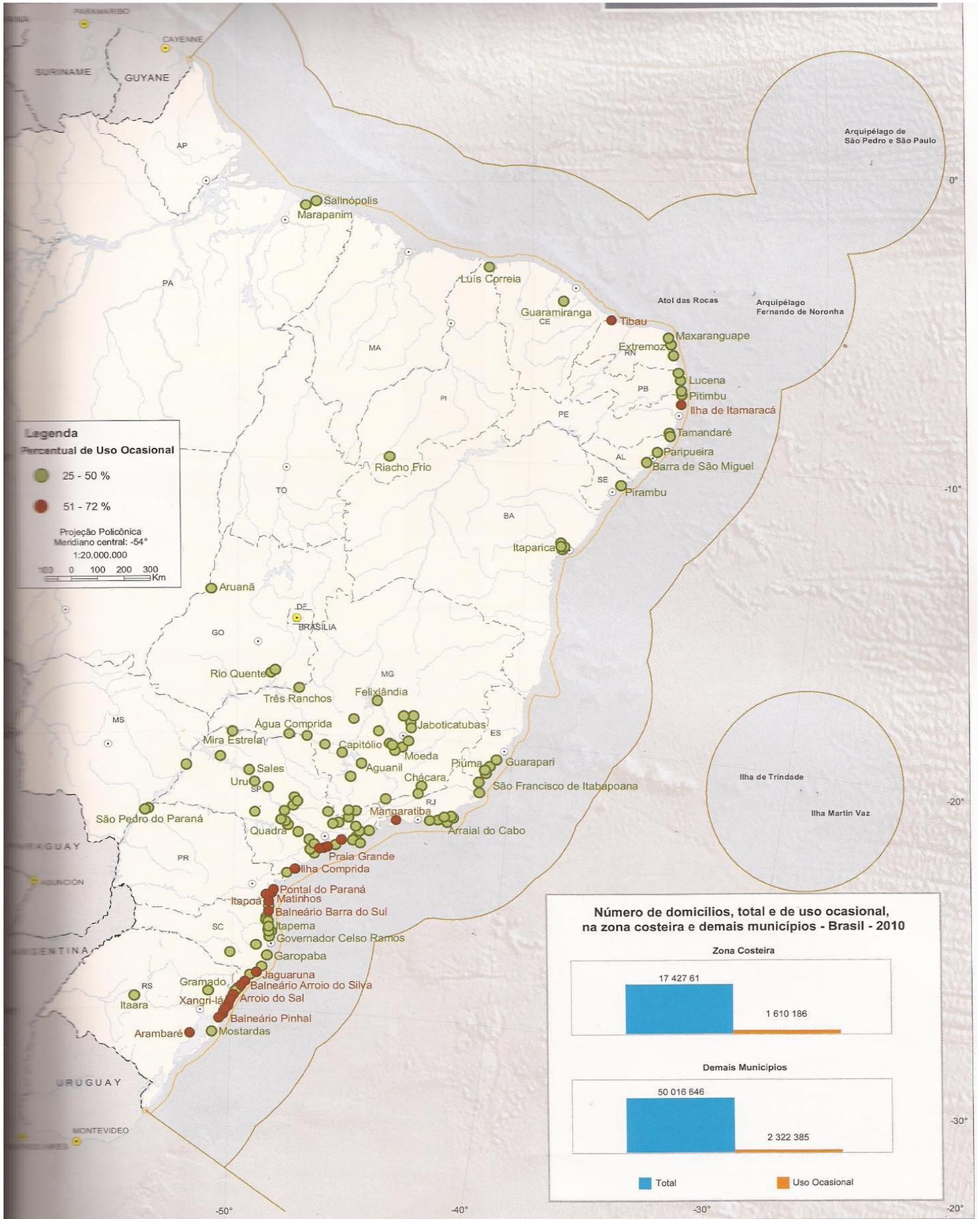
Ao se referir ao tema, Milton Santos fala em “involução metropolitana” (1993) alertando sobre os vários problemas relacionados às metrópoles brasileiras, como a qualidade de vida, por exemplo, afetada nestes espaços densamente ocupados. Embora a terminologia utilizada pelo autor citado não faça referência a um declínio no crescimento das metrópoles, tem sido duramente criticada por vários autores. A ideia, no entanto, é demonstrar que as cidades médias, incluindo-se aqui Mossoró, têm apresentado níveis bastante consideráveis de crescimento econômico e populacional, rebatendo diretamente e de diversas maneiras em muitas cidades das suas regiões de influência. O incremento da vilegiatura em Tibau, por exemplo, é um visível reflexo do dinamismo econômico alcançado por Mossoró nos últimos anos.

Isso tanto é verdade que praticamente todos os municípios do Rio Grande do Norte pesquisados no Censo Demográfico do IBGE 2000 e 2010 apresentaram crescimento do número de residências secundárias, e a maior parte deles pertence

⁴⁵ Nas palavras de Sposito e Elias (2006, p. 15): “No caso das cidades médias gaúchas, por exemplo (Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Uruguaiana e Passo Fundo) no período 1970/91 observa-se que o desempenho demográfico (2,77% a.a.) é inferior à média urbana nacional (3,67% a.a.), o que demonstra que o processo de desconcentração metropolitana no interior do estado do Rio Grande do Sul não foi significativo, se comparado com outros estados brasileiros. [...] a população gaúcha, já em 1970 apresentava uma distribuição espacial mais equilibrada do que a média nacional: em 1970 cerca de 45% da população brasileira habitavam nas regiões metropolitanas. Embora esses centros de porte médio constituam-se em cidades que prezem pelos seus recursos naturais conservados e uma relativa permanência predominante de padrões culturais com forte influência de suas origens étnicas (sobretudo a alemã e a italiana), observa-se a presença crescente de uma população diversificada, oscilando entre uma elite intelectual emergente e uma periferia próxima”.

à Região Metropolitana de Natal, exceto Tibau. Este, não somente para os municípios do Rio Grande do Norte, mas do Brasil como um todo, detém um percentual bastante significativo deste tipo de alojamento. No mapa a seguir o destaque de tal município numa escala, inclusive, nacional. Diferentemente da região metropolitana não é o capital internacional que tem investido na produção imobiliária deste município atualmente. Para entendermos o diferencial de Tibau na realidade norte-rio-grandense e mesmo nordestina, precisamos compreendê-la na relação que este estabelece com a relevante cidade média de Mossoró.

MAPA 2 - Concentração de domicílios de uso ocasional, no Brasil, 2010.



É bem verdade que Dantas et al.(2010) ao levantarem dados para o restante das regiões metropolitanas nordestinas comprovam a relevância do fenômeno contemporâneo de consolidação da vilegiatura marítima na condição de metropolitano litorâneo. Contudo, percebemos alguns casos atípicos no Brasil, como Tibau, por exemplo.

Neste município, tal fenômeno, embora iniciado anteriormente, ganha notoriedade somente a partir da década de 1980 (Tibau ainda não tinha sido sequer emancipado), com o incremento econômico verificado em Mossoró, principal cidade emissora de vilegiaturistas para Tibau. A década de 1980 foi importante marco para redefinições econômicas em Mossoró, pois é neste período que aí começa intensa modernização e expansão, em especial com a introdução de inovações tecnológicas e o estabelecimento de novos padrões de consumo. O comércio, por exemplo, como cita Couto (2011, p. 18), adquiriu diferentes feições, integrando-se aos outros setores e ramos de atividades, “à medida que subsidia as demais atividades que sustentam a economia da cidade (atividade petrolífera, atividade salineira e agronegócio de frutas tropicais), e, em parte, é sustentado por elas”. Esta dinamicidade, é obvio, rebate diretamente no litoral tibauense.

Diferentemente de Tibau, no caso do Rio Grande do Norte, junto com a vilegiatura marítima, o turismo cumpriu papel bastante expressivo no segundo quartel do século XX, quando passa a ser uma das atividades motoras do litoral do Rio Grande do Norte. Com 410 km de praia, este Estado tem o turismo de sol e mar como uma das suas mais importantes fontes de renda. No Brasil, tal atividade tem ganhado espaço fundamental para os setores público e privado, promovendo crescimento econômico nas diversas escalas. Apesar de a atividade turística, assim como as políticas a ela associadas, serem relativamente recentes neste país, reconhece-se sua relevância para economias regionais como a do Nordeste. Nesta região, sobretudo em suas áreas litorâneas, materializaram-se as políticas públicas de investimento do setor, inseridas no modelo nacional de eixos de crescimento econômico.

No Rio Grande do Norte, o fenômeno da residência secundária somente tornou-se efetivo com a execução de algumas obras de infraestrutura no decorrer dos anos 1980, mediante a implantação do PD/VC, responsável por inserir Natal na rota turística nacional e internacional (FONSECA, 2005), e da inauguração da

Rodovia Rota do Sol (Rodovia RN-063) que proporcionou melhores condições de acessibilidade para as praias do litoral ao sul da capital para onde se dirigia a produção de residências secundárias nesta primeira etapa.

Ao Prodetur-RN foram destinados investimentos no valor de US\$ 38.240,000, com mais de 50% deste total voltados à implantação e melhoria do sistema viário e à ampliação do aeroporto de Natal. O restante destinado a obras de saneamento básico, limpeza urbana, recuperação e preservação ambiental e desenvolvimento institucional.

Segundo Cruz e Benevides (1997), mesmo antes da concepção do Prodetur-NE, o Rio Grande do Norte já buscava inserir-se nos principais roteiros turísticos nacionais, através do megaprojeto Parque das Dunas - Via Costeira, restrito à ampliação da capacidade hoteleira de Natal. A partir de 2003, os investimentos eram reservados, principalmente, à capacitação de mão de obra, agora já na segunda fase do programa. Empresários e gestores públicos do setor de turismo passam a ser capacitados, pois, conforme se acredita, esta ainda seria uma das principais fragilidades para a inserção do Nordeste na lógica do turismo globalizado.

Sem dúvida as obras de infraestrutura, sobretudo aéreas e rodoviárias, têm intensificado a produção de residências secundárias, à medida que o capital internacional tem investido na produção imobiliária desses domicílios de veraneio em praias como as de Pirangi do Norte (município de Parnamirim-RN), Pirangi do Sul e Búzios e, mais recentemente, nas praias de Barra de Tabatinga, Camurupim e Barreta (município de Nísia Floresta-RN) (SILVA, 2010).

No atual período, a vilegiatura se revela como fenômeno de caráter metropolitano associada aos espaços litorâneos. Há um incremento dessa tendência mostrada no momento da primeira expansão dessa atividade de lazer⁴⁶, com a formação de uma vilegiatura marítima metropolitana nos Estados da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Rio Grande do Norte. Atualizando os dados do trabalho de Dantas et al. (2010), acrescentamos⁴⁷:

⁴⁶ Para Dantas teríamos quatro momentos: primeiro momento, da descoberta das zonas de praia pelos vilegiaturistas – primeira metade do século XX; segundo momento, do extrapolamento dos limites da cidade – segunda metade do século XX e início do século XXI; terceiro momento, da expansão inicial da vilegiatura marítima - a espontaneidade da ação vilegiaturista – anos 1960/1970; e quarto momento, da expansão contemporânea da vilegiatura marítima: lógica beneficiada pelo planejamento estatal e investimentos privados – final dos anos 1980/anos 2000.

⁴⁷ É Fundamental antes destacar considerações sobre as segundas residências, pois como a vilegiatura tem como característica principal a permanência, mesmo que temporária, em determinado lugar, associa-se à compra (ou aluguel) de uma segunda residência. Há essencial diferença entre

Para a Bahia, sua região metropolitana contava em 1991 com 29.108 residências secundárias, das quais 28.652 (98,43%) nos municípios litorâneos. Em 2000, das 43.900 residências secundárias, 43.345 (98,74%) pertenciam a municípios litorâneos. Em 2010, das 70.502 residências secundárias da sua região metropolitana, 67.947 estão em municípios litorâneos (96,37%).

Pernambuco apresenta os seguintes dados: sua região metropolitana possuía em 1991 21.968 residências secundárias, com 20.862 (92,2%) localizadas em municípios litorâneos. Em 2000, das 31.321 residências secundárias, 28.975 (92,4%) delas estavam situadas em municípios litorâneos. Em 2010, das 45.185 residências secundárias dos municípios pertencentes à região metropolitana, 42.391 (93,81%) eram de municípios litorâneos.

Para o Ceará, sua região metropolitana contava, em 1991, com 14.370 residências secundárias. Destas, 11.843 (82,4%) situadas em municípios litorâneos. Em 2000 são 24.649, das quais 20.840 (84,5%) em municípios litorâneos. Já em 2010, das 39.185 residências secundárias dos municípios integrantes da região metropolitana, 32.712 (83,48%) pertenciam a municípios litorâneos.

No caso do Rio Grande do Norte, sua região metropolitana⁴⁸ dispunha em 1991 de 6.910 residências secundárias. Eram 6.157 em municípios litorâneos (89,1% do total). Em 2000, de 12.802 residências secundárias, 11.426 situavam-se nos municípios litorâneos (89,2% do total) e em 2010 do total de 24.528 residências secundárias, 21.759 estavam situadas em municípios litorâneos (88,7%). Se compararmos com o total de residências secundárias litorâneas no Estado, teremos os seguintes valores percentuais: 62%, 64% e 67 %, correspondendo, respectivamente, aos anos de 1991, 2000 e 2010.

Como afirma Dantas (2010), medindo a análise dos percentuais, poderíamos acreditar que o fenômeno na condição metropolitano-litorâneo estaria perdendo força, porém ocorre exatamente o contrário, pois se verifica justamente o incremento da lógica de dependência e articulação entre os espaços litorâneos do Estado. Nas

vilegiatura e segunda residência, qual seja, a primeira trata-se de uma prática social e a segunda é um construto material importantíssimo para a realização de tal prática (PANIZZA; PEREIRA, 2009).

⁴⁸ A Região Metropolitana de Natal, também conhecida como Grande Natal, foi instituída formalmente em 1997, pela Lei nº152, e atualmente é composta por dez municípios (Natal, Parnamirim, Extremoz, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta, São José do Mipibu, Macaíba, Monte Alegre e Vera Cruz) tendo o Polo Metropolitano em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. Juntos, perfazem quase 1,4 milhão de habitantes, dos quais mais de 60% residem em Natal. Em relação ao Estado, a RMN corresponde a mais de 40% da população e a mais de 5% da área territorial. Forma, portanto, a quarta maior aglomeração urbana da região Nordeste do Brasil.

últimas décadas, as vias de acesso, o sistema aeroviário e a infraestrutura básica crescente têm favorecido a distribuição dos fluxos turísticos e a expansão da segunda residência além dos seus limites principais, isto é, municípios vizinhos da capital. Ademais, permitiram a manutenção da relação de domínio exercida a partir da metrópole sobre a zona costeira.

De acordo com trabalhos desenvolvidos por Moraes (1999), Dantas (2002, 2004a, 2004b, 2010), Assis (2003), Pereira (2006, 2012), Dantas, Pereira e Panizza (2008), Dantas (2010) das atividades realizadas na zona costeira, a vilegiatura marítima é a que melhor simboliza e representa a expansão do tecido urbano metropolitano no caso nordestino. Contudo, temos buscado demonstrar que há contingências e diferenças em tal dinâmica, isto é, Tibau, no Rio Grande do Norte, em sua vívida relação com Mossoró comprova nossa tese.

Mossoró dá nome à microrregião onde se insere Tibau e tem papel fundamental no destaque deste município e da sua vilegiatura marítima. Em trabalho anterior (GOMES, 2007) estudamos o importante papel de Mossoró na região produtiva que integra (ELIAS, 2005, 2006 a,b,c,d,e). Esta cidade apresenta características bem singulares no contexto de outras *idades médias* brasileiras, demonstrando sua importância crescente e seu relevante papel regional. Segunda cidade mais destacada e mais populosa do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró possui uma população de 259.815 mil habitantes (IBGE, 2010) e também desfruta de uma localização privilegiada, pois está na transição entre o litoral e o sertão e se situa entre duas capitais (Fortaleza e Natal), podendo ser alcançada pelas BRs 110, 304 e 405, além de rodovias intermunicipais.

Mossoró, como mencionado, até 1892 era um município litorâneo. Foi somente neste ano que o distrito de Areia Branca desmembrou-se de Mossoró e foi elevado à condição de município. No dia 11 de dezembro de 1953, Grossos desmembrou-se de Areia Branca, tornando-se município, e apenas em 21 de novembro de 1995 Tibau foi desmembrado de Grossos tornando-se também município do Rio Grande do Norte (IDEMA, 2008).

O desmembramento de Tibau é fruto das novas características e está associado às imagens representativas da maritimidade nas capitais e metrópoles litorâneas nordestinas que, no atual momento, extrapolam esses espaços e materializam-se em novos. Segundo o documento elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA)

(2008, p. 6), “a povoação de Tibau foi alcançando prosperidade a partir da beleza de sua praia e da presença de veranistas e do forte apelo turístico da região”. Este município, por exemplo, evidencia estas novas dinâmicas socioespaciais conformadoras do Brasil contemporâneo e, sobretudo, do Nordeste brasileiro.

Do ponto de vista do Rio Grande do Norte, um simples levantamento do número de segundas residências dos municípios litorâneos mostra a singularidade de Tibau, como podemos ver na tabela a seguir, onde temos um levantamento da distribuição do número de domicílios de uso ocasional nos municípios litorâneos do Rio Grande do Norte.

Tabela 1 - Distribuição do número de domicílios de uso ocasional nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 1980 a 2010							
Municípios	Número de Segundas Residências 1980	Número de Segundas Residências 1991	Número de Segundas Residências 2000	Numero de Segundas Residências 2010	Varição 1980 – 1991 (%)	Varição 1991 – 2000 (%)	Varição 2000-2010 (%)
Areia Branca	41	234	294	1.135	470,7	25,6	286,1
Baía Formosa	35	216	229	306	517,1	6	33,6
Caiçara do Norte (1)	0	0	128	129			0,8
Canguaretama	75	209	332	485	178,7	58,9	46,1
Carnaubais	7	59	258	223	742,9	337,3	-13,6
Ceará-Mirim	210	579	910	1.858	175,7	57,2	104,2
Eduardo Gomes	550	0	0		-100		
Extremoz	413	1.223	2471	4.354	196,1	102	76,2
Galinhos	3	41	67	63	1266,7	63,4	-6
Grossos	404	1.277	135	225	216,1	-89,4	66,7
Guamaré	0	19	213	341		1021,1	60,1
Macau		161	476	785		195,7	64,9
Maxaranguape	149	841	980	1.423	464,4	16,5	45,2
Natal	522	1.452	2.780	5.850	178,2	91,5	110,4
Nísia Floresta	401	2.016	3.442	5.674	402,7	70,7	64,8
Parnamirim	887	887	1.823	4.018	0	105,5	120,4
Pedra Grande	14	88	219	226	528,6	148,9	3,2
Porto do Mangue(2)	0	0	34	214			529,4
São Bento do Norte	31	26	34	102	-16,1	30,8	200
Rio do Fogo (3)	0	0	476	954			100,4
São Miguel de Touros (4)	0	0	131	229			74,8
Sen. Georgino Avelino	12	7	35	31	-41,7	400	-11,4
Tibau (5)	0	0	1.394	2.025			45,3
Tibau do Sul	44	168	243	923	281,8	44,6	279,8
Touros	63	480	725	1.194	661,9	51	64,7
Vila Flor	1	12	15	24	1100	25	60
Total	3.682	9.128	16.830	31.266	147,9	84,4	85,8

Fonte: IBGE - Censos 1991, 2000; Sinopse Preliminar do Censo 2010.

1. Município emancipado em 1997, oriundo do município de São Bento do Norte;
2. Município emancipado em 1997, oriundo do município de Carnaubais;
3. Município emancipado em 1997, oriundo do município de Maxaranguape;
4. Município emancipado em 1997, oriundo do município de Touros;
5. Município emancipado em 1995, oriundo do município de Grossos.

Julgamos, portanto, relevante explorar detalhadamente tal expressividade das segundas residências em Tibau, assim como levantar dados e proceder a uma leitura sobre estas no Estado do Rio Grande do Norte.

1.3 As segundas residências no Rio Grande do Norte: Tibau em destaque

No Rio Grande do Norte, ainda na segunda metade do século XIX, quando algumas capitais do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, com o capital acumulado, possuíam nas suas áreas periféricas residências secundárias de propriedade de ricos fazendeiros, comerciantes bem-sucedidos, funcionários da Coroa e homens públicos, o desenvolvimento econômico e social prosseguia a passos lentos, sem produzir riquezas o suficiente para favorecer o surgimento de uma próspera sociedade burguesa nos moldes das principais cidades do Brasil Colônia.

Durante todo o século XIX e até as primeiras décadas do século XX, Natal continuava uma cidade sem muita expressão social, política e econômica. No caso das primeiras residências secundárias do Estado do Rio Grande do Norte, estas surgem nas zonas rurais, de propriedade de personalidades da elite local. Apesar de as primeiras residências datarem do final do século XIX e início do século XX, somente na década de 1960 este fenômeno social alcança maior expressão (SILVA, 2010).

Certamente, a difusão do banho de mar medicinal contribuiu para popularizar o uso da praia como espaço de lazer, embora por bastante tempo tenha perdurado a concepção apenas de subsistência do mar. No caso das praias do litoral do Rio Grande do Norte, somente no início do século XX começam a ser frequentadas no intuito de lazer pelas camadas sociais mais favorecidas da cidade de Natal e curiosamente também de Mossoró, em outro contexto, é claro.

Como mencionado, à semelhança de outras realidades, a relação entre os potiguares e o mar se redefiniu a partir dos banhos medicinais. Com a criação da Inspeção de Higiene Pública, em 1892, por exemplo, introduziu-se o hábito do banho de mar como prática medicinal em Natal (SILVA, 2010).

A oficialização da praia de Areia Preta como balneário da cidade concorreu para acentuar a frequência de banhistas na orla de Natal nas três primeiras décadas do século XX, fazendo com que o surgimento de residências secundárias fosse incrementado pelos segmentos mais favorecidos da cidade. Até o ano de 1900, o acesso a esta praia era feito por estrada bastante precária e somente a partir de 1915 a praia de Areia Preta tem casas de veraneio mais estruturadas e a estada de férias passa a ser mais procurada pela população local (SILVA, 2010).

Nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia o surgimento das residências secundárias se deu ainda no início do século XIX, em razão, entre outros elementos, do desenvolvimento econômico e do capital acumulado pela aristocracia portuguesa e pela pequena burguesia emergente, hábito esse socialmente influenciado pelos costumes europeus que chegaram com a Coroa e sua corte, em 1808. Entretanto, no caso potiguar, sua fraca atividade econômica até metade do século XX, comparada à de Estados produtores de cana-de-açúcar e outras culturas, por exemplo, não propiciou grande riqueza. Dessa forma, há poucos registros históricos sobre vilegiatura no litoral potiguar.

Como evidenciado, as primeiras residências secundárias surgem nos arredores da cidade de Natal ainda no século XIX, mas como produto de consumo da elite potiguar, constituída, sobretudo, por políticos, funcionários públicos e alguns comerciantes. Essas residências secundárias se localizavam, como já citado, no meio rural e distantes das zonas de praia, considerando-se que a vigência do modelo sol/mar somente se consolida como modismo no século seguinte. De acordo com Miranda (apud SILVA, 2010), os Bairros das Quintas e Barro Vermelho foram, em um primeiro momento, ocupados por sítios, chácaras, quintas e granjas.

No caso de Natal, entre o final do século XIX e primeiros anos do século XX, as segundas residências passam a se concentrar na sua nova área de expansão urbana. Porém, com tal expansão no sentido sul, aos poucos esses domicílios de uso sazonal tornaram-se residências de uso permanente ou prédios comerciais, com exceção da praia da Redinha, onde mesmo atualmente existem alguns poucos domicílios de veraneio (SILVA, 2010).

Entre 1940 e 1970, bairros como Ponta Negra e Alagamar tornam-se os lugares preferidos para os veranistas de Natal. Silva (2010) analisa o crescimento (sem qualquer planejamento urbano) do número de residências secundárias ao longo das praias de Parnamirim e Nísia Floresta, ao sul de Natal, nas décadas de

1960/1970, implicando o rápido processo de urbanização do litoral desses dois municípios.

Na década de 1960, começa a divisão e venda dos primeiros lotes em Parnamirim, como mostram registros em cartório, datados de 1966, verificados por Pontes et al. (1993). Consoante os autores relatam, o processo de venda de terrenos na orla de Nísia Floresta teve início somente em 1977, com maior número de lotes localizados na praia de Búzios, neste município.

Ao longo do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, iam-se construindo as primeiras casas de veraneio, nas praias de Pirangi do Norte, Pirangi do Sul, Búzios, Barra de Tabatinga, Camurupim e Barreta. As praias ao sul de Natal eram frequentadas nos finais de semana ou em períodos de férias, principalmente por famílias de Natal, Parnamirim e Nísia Floresta. Sobre a infraestrutura de acesso para o litoral de tais municípios, até princípios da década de 1980, era bastante precária. Somente em 1980 o DER/RN iniciou a construção da RN-063 ligando Natal à Barra de Tabatinga, concluindo a obra em 1985. Como afirmam Oliveira et al. (2010), a praia de Búzios só passou a contar com serviço de iluminação elétrica em outubro de 1980. Segundo Pontes et al. (1993) destacam, a ocupação por residências secundárias ocorreu em lotes extremamente irregulares, sobre áreas de paleodunas e sem critério urbanístico de nenhuma natureza.

De acordo com estes autores em trabalho de campo nos municípios citados, havia cerca de 2 mil residências secundárias somente na praia de Búzios. Com o incremento dos loteamentos da faixa litorânea desses municípios, os antigos moradores passaram a prestar serviços ligados a tais residências secundárias, como zeladores, caseiros, vigias noturnos, domésticas, etc. e com isso surgiram os primeiros pequenos comércios no intuito de atender às necessidades básicas tanto dos moradores fixos como dos veranistas. Nos últimos Censos levantados pelo IBGE, podemos perceber mais claramente a expansão de tal processo em Nísia Floresta e em Parnamirim.

Conforme percebemos, embora Parnamirim exiba um percentual relativamente pequeno de segundas residências sobre o total de domicílios particulares, houve um aumento desse percentual entre os anos de 2000 e 2010. Este município também obteve um percentual de 120,40% no aumento do número de segundas residências entre os mesmos anos (2000 e 2010), enquanto o incremento de domicílios particulares foi de 79,57%. Em Nísia Floresta verificou-se

um percentual de 64,84% no aumento do número de segundas residências e de 58,8% no de domicílios particulares. No caso deste município é perceptível a relevância dos domicílios de uso ocasional, pois mais de 40% do total destes é caracterizado como tal (IBGE, 2000 e 2010).

Portanto, o aumento da procura do litoral para a construção de residências secundárias se intensifica na década de 1990, em especial no trecho do litoral oriental potiguar, nas praias mais próximas de Natal, principal polo emissor de veranistas. Neste cenário, as praias de Nísia Floresta assumem relevante papel social como lócus das casas de veraneio de parte dos natalenses, processo responsável pelo incremento da desordenada ocupação do litoral desse município, o que implicou a apropriação privada dos espaços públicos litorâneos, demonstrado em alguns estudos, como o de Pontes et al. (1993).

Na zona litorânea norte-rio-grandense, as atividades econômicas são desenvolvidas com maior intensidade no litoral oriental devido à existência da aglomeração urbana de Natal e dos municípios circunvizinhos, onde também estão concentradas a maior população e a maior parte de equipamentos industriais e de prestação de serviços. É na Região Metropolitana de Natal que se observa a expansão das zonas urbanas e de atividades econômicas de forma mais intensa, espalhando-se gradativamente para os demais municípios do litoral oriental.

Inicialmente, essa faixa litorânea era povoada por comunidades pesqueiras e artesãs. Entretanto, a construção da Rota do Sol (Rodovia RN-063) representou importante iniciativa ao interligar a praia de Ponta Negra, em Natal, às praias de Cotovelo, Pirangi do Norte, Pirangi do Sul, Búzios, Tabatinga, Camurupim e Barreta (Parnamirim e Nísia Floresta). Esse novo "fixo", instalado pelo poder público, expandiu a produção de residências secundárias e beneficiou o setor imobiliário local ao dotar com infraestrutura rodoviária o litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, por exemplo.

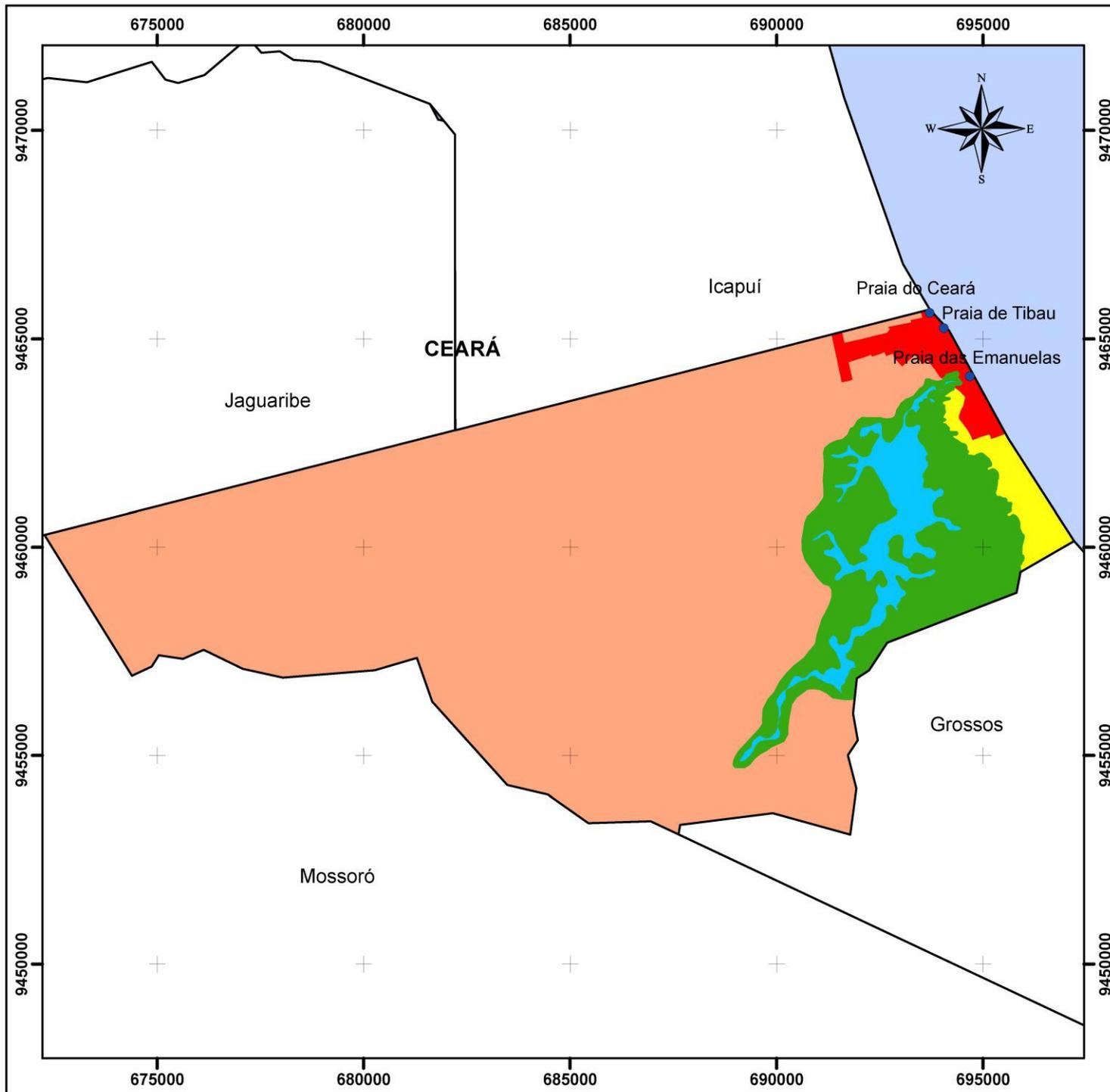
Tibau é um dos municípios no Rio Grande do Norte que detêm grande número de segundas residências e diferencia-se desta lógica por dois motivos: primeiro, por distar aproximadamente 330 km de Natal. É o município mais setentrional do Rio Grande do Norte, localizado na microrregião de Mossoró e na mesorregião do oeste potiguar na divisa litorânea com o Estado do Ceará, como sabemos. Tal mesorregião do oeste potiguar se divide em sete microrregiões, e aquela à qual o município pertence é a de Mossoró, que engloba seis municípios:

Areia Branca, Baraúna, Grossos, Serra do Mel, Tibau e Mossoró. Segundo, por manter fortes relações com este último município, o qual possui grande importância econômica e cultural para sua região de influência.

Para conhecermos um pouco melhor o município de Tibau, teceremos uma breve caracterização dos seus aspectos naturais, que foram/são bastante valiosos para incrementar-lhe a vilegiatura. Este município possui uma faixa litorânea que tem origem nas “barreiras terciárias”, mas é recoberto por “dunas quartenárias”. Tal faixa ocorre de maneira contínua, quebrada apenas pela falésia morta (ao sul do morro) e pela falésia viva⁴⁹ (ao norte do morro, servindo de divisa estadual com o Ceará), assim como pelo rio Mata Fresca e alguns pequenos riachos. Sua geomorfologia litorânea apresenta planícies litorâneas, onde se localizam as praias de Gado Bravo e Cearazinho (FELIPE, 2002)⁵⁰. No mapa a seguir constam resumidamente estas informações.

⁴⁹ Constitui-se falésia viva porque o mar solapa as suas bases. Quando isso não ocorre, ou seja, quando não há mais um contato direto com o mar, isto é, com o recuo do mar em outras épocas geológicas, por exemplo, constitui-se falésia morta.

⁵⁰ A área do município abrange terrenos do Grupo Barreiras (de Idade Terciária), caracterizado por arenitos inconsolidados e siltitos com intercalações de argilas variadas, arenitos caulínicos e lateritas, que formam espessos solos arenosos de coloração avermelhada. Na zona costeira, recobrimo o Grupo Barreiras, estão as dunas móveis, depósitos de origem marinha remodelados por ventos. Geomorfologicamente esta área é caracterizada como Planície Flúvio Marinha, área plana resultante da combinação de processos de acumulação fluvial e marinha, em geral sujeitas a inundações periódicas, com vegetação de mangues, podendo chegar a até 35 km para o interior. São áreas propícias à extração do sal marinho, produto, como mencionado, de grande importância econômica para a região desde tempos remotos (IDEMA, 2008).



Universidade Federal do Ceará
 Programa de Pós-graduação em Geografia
 Fundação Cearense de Apoio ao
 Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tese: Vilegiatura além da metrópole:
 Urbanização em Tibau (RN)
 Autora: Iara Rafaela Gomes
 Orientador: Dr. Eustógio W. C. Dantas

MAPA 3 – Tibau. Unidades Geoambientais.

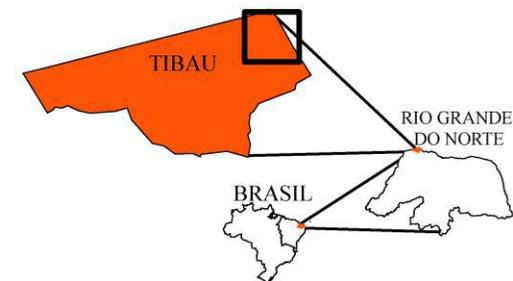
LEGENDA

- | | |
|------------------|-------------------------|
| Cursos D'água | Área Urbana |
| Espelhos D'água | Depósitos Lagunares |
| Limite Municipal | Tabuleiro Costeiro |
| Rodovia | Praias e Campo de Dunas |
| Praias | |

Projeção Universal Transverso de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984
 Fontes: IBGE 2010, Landsat 2011
 Escala: 1:135.000



Localização Geográfica do
 Município de Tibau - RN



No município predomina um relevo plano, com altitudes inferiores a 100 metros, cuja formação é composta por tabuleiros costeiros, tipo de relevo que possui como principais características a baixa altitude e a formação argilosa, que às vezes pode chegar ao litoral. O solo predominante é o latossolo vermelho amarelo eutrófico, caracterizado pela sua fertilidade, a qual varia de média a alta, a textura, que é média, e a drenagem, caracterizada como forte.

Sobre os “morros”, como Felipe (2002) explica, sua formação depende das dunas que estão dispostas numa linha quase contínua e paralela à costa, constituindo um cordão de elevações suave a suave ondulado, e só atingem altitudes representativas na área quando se posicionam sobre as “barreiras terciárias”, formando os “morros”. A zona onde está inserida Tibau é considerada subúmida seca, com vegetação litoral (praia, dunas, mangue), de acordo com o Anuário Estatístico do IBGE (1993). Todo o litoral setentrional do Rio Grande do Norte apresenta uma umidade inferior à do litoral oriental (CARVALHO, 2009).

Na vegetação do município há a predominância das florestas subcadacifólias, tabuleiros litorâneos e os manguezais, podendo, portanto, ser encontrados três tipos de vegetação distintos. São eles: caatinga hiperxerófila, manguezal e a vegetação halófica. Quanto à rede hidrográfica, Tibau encontra-se com a totalidade do seu território na bacia hidrográfica Apodi-Mossoró. Apesar de não ser cortada por nenhum rio em abundância, está localizada entre os rios Jaguaribe e Mossoró (IDEMA, 2008).

Ao longo dos anos, a pesca foi um setor de grande influência na economia de Tibau. Tal atividade é coordenada pela Colônia de Pescadores⁵¹ Manoel de Jesus do Nascimento, fundada em 1974, e que abriga pescadores e também marisqueiras. Hoje, porém, verifica-se pouca atuação desta colônia na mobilização dos pescadores e marisqueiras. Em face desta limitação, parte considerável da nossa pesquisa foi constituída mediante dados obtidos em trabalho de campo. Em continuidade, destacaremos nossas observações sobre a pesca, dinâmica que favoreceu, inicialmente, a própria organização base da atual cidade de Tibau, isto é, a pesca e seus pescadores, pois, como já dissemos, Tibau já foi apenas uma pequena vila de pescadores.

⁵¹ Nas entrevistas realizadas, evidenciamos a pouca motivação, na atualidade, dos pescadores e das marisqueiras em participar da colônia, que serviria simplesmente como ponte para salvaguardar o seguro defeso ou desemprego e também a aposentadoria deles.

Em Tibau, a pesca tem enfrentado intensa crise, motivada, segundo Nascimento (2001)⁵², pela pesca predatória, pela utilização de equipamentos modernos (compressor, barco a motor, etc.) e até mesmo pela luz elétrica. Em nossas entrevistas com os pescadores e marisqueiras eles também alegaram como causa do declínio as questões naturais, entre elas, a escassez de chuvas. Conforme explicaram, a falta de chuvas tem sido um grande empecilho, pois ao contrário do que muitos pensam, a chuva é fundamental não apenas para a agricultura, mas também para a pesca e, sobretudo, para a catação de mariscos. “A chuva lava a alma e o mar pra que o peixe e o marisco vem de novo se banhar”, como disse dona Dudua (marisqueira de Tibau). Já segundo seu “Zezinho”, pescador, para se conseguir o peixe, está cada vez mais difícil, tendo de “entrar” inclusive muito mais longe no mar e tornando o ofício ainda mais perigoso.

Atualmente, a atividade pesqueira perdeu força para a atividade da construção civil. O *boom* da produção de condomínios e casas de veraneio tem favorecido o incremento no setor na cidade. Portanto, com absoluta certeza, seriam a construção civil e a existência de importante empresa agrícola que sustentam a renda da população municipal fora dos meses de veraneio, pois a cidade tem duas dinâmicas muito bem definidas: uma que dura três meses, na qual a maioria da população tira alguma renda, isto é, os meses de veraneio (dezembro, janeiro, fevereiro e embora em menor escala, julho também), e outra que dura aproximadamente oito meses, na qual a população economicamente ativa se dedica às atividades ora mencionadas.

Como evidenciado, a atividade extrativista de sal, que caracteriza a primeira importante relação econômica de Mossoró com seu litoral, é pouca expressiva no território que hoje se constitui Tibau. Apesar de a cidade possuir área favorável à extração de sal, a infraestrutura necessária para o seu estabelecimento não foi implantada. Até o momento, não houve interesse público, embora o empresariado mossoroense tenha mostrado certa inclinação para a execução de tal projeto. Na fotografia a seguir, podemos visualizar a imagem da área indicada para a extração do sal, localizada próxima às praias das Emannelas e Gado Bravo.

⁵² A historiadora Maria do Socorro do Nascimento produziu em 2001 monografia intitulada *Pescador de Tibau do Norte – RN: um pacto entre a vida e o mar onde entende o “lugar como a ordem sobre a qual se distribuem alguns significados nas relações de coexistência, no qual se instala o que é próprio dele, no caso de Tibau, a pesca configura grande parte dos significados desse lugar”* (p. 10).



Foto 1 – Imagem da área de salina em Tibau-RN
Autora: Iara Rafaela Gomes.

Cabe ressaltar: Tibau não produz petróleo, produto facilmente encontrado em outros municípios da região. Segundo Guedes (2010), a prospecção existiu efetivamente entre os anos de 1982 e 1985, por meio de contrato de risco firmado pela Petrobras e a Camargo Correa Petróleo, porém seus resultados não foram satisfatórios. Atualmente o que Tibau recebe de *royalties* está associado ao risco de possíveis impactos ambientais que podem efetivamente ocorrer com a extração realizada em Guamaré.

No tocante à produção agrícola, neste município encontram-se mandioca, milho, feijão, coco-da-baía, sorgo e em escala maior de importância, caju, melancia e melão.

É válido ainda citar o artesanato, com a produção de garrafinhas elaboradas a partir dos morros de areia coloridas⁵³, uma das principais características naturais de Tibau, a de renda (em especial o labirinto, feito pelas labirinteiras) e o incipiente comércio local. Este se dinamiza no período do veraneio, mas sofre declínio em boa parte do ano. Nele, destaca-se a panificação, que além de empregar mão de obra, abastece as comunidades circunvizinhas.

Quanto à sua população, Tibau é um dos mais recentes municípios potiguares, por isso consideramos relevante expor a tabela a seguir, demonstrando sua população residente em comparação com o que era e com a realidade de Grossos, município do qual se emancipou. Como podemos perceber, Tibau apresentou em termos percentuais um crescimento populacional superior ao de Grossos na última década. Se comparado a Mossoró, tal crescimento também é representativo.

Tabela 2 - População residente de Mossoró, distrito de Tibau, Tibau, Grossos, 1980, 1991, 2000 e 2010						
Municípios	Ano				Variação 2000-2010	Variação (%) 2000-2010
	1980	1991	2000	2010		
Mossoró	145.981	192.267	213.841	259.815	45.974	21,5
Distrito de Tibau	-	3.302	-	-	-	
Tibau	-	-	3.197	3.687	490	15,3
Grossos	7.894	9.306	8.249	9.393	1.144	13,9
Grossos sem Tibau	-	6.004	5.052	5.706	704	12,9

Fonte: IBGE. Organização própria.

⁵³ Sobre a história das areias coloridas de Tibau e o artesanato, Rosado (2002) faz um importante resgate afirmando serem do ano de 1921 as primeiras garrafinhas. As primeiras garrafas eram de faixas, ou seja, cada tipo de areia ou de argila ocupava na garrafa faixas paralelas. As artesãs colocavam as areias com as mãos, que funcionavam como um funil. Em 1955, este autor fez um estudo no qual identificou 25 variedades de argilas e areias, destacando que as mais usadas eram as de cores branca, amarela, preta, vermelha, marrom, salmon, creme, prateada, cinzenta, vermelho queimado, grená e verde. Enquanto a areia é secada e peneirada em sacos de estopa ou peneiras de arame, a argila é secada, pilada e peneirada. Este trabalho é realizado com duas palhetas, sendo uma de coqueiro e outra de arame. Pressionando-as em proporções regulares, aos poucos a artesã vai conseguindo elaborar os desenhos feitos com areia dentro das garrafinhas. Ainda como o autor registrou, as tibauenses que mais se dedicavam ao novo tipo de artesanato, naquela época, eram: Josefina Fonseca, Francisca Henrique, Nazaré Silvino, Francisca Matias e Alice Reboças. Josefina Fonseca era a que recebia o maior número de encomendas, conseqüentemente a que maior desenvolvimento deu àquela atividade.

Além dos dados de população total, é ainda mais interessante mostrar como se divide a população municipal na condição de rural e urbana. O primeiro dado a nos chamar atenção é o fato do distrito de Tibau, na década de 1980, possuir sua população urbana quase equivalente à sua população rural. Outro aspecto também bastante curioso é o fato da sua população rural ter aumentado 67,39 % entre os anos de 2000 e 2010. A nosso ver, tal crescimento está associado à lógica vivenciada por Mossoró no tocante ao seu incremento no agronegócio. Porém, no caso de Mossoró, devemos citar o fato da existência dos assentamentos rurais em terras ocupadas, sobretudo no terreno da antiga Mossoró Agroindustrial (MAISA). No caso de Tibau, devemos considerar a produção de caju e de melão, bastante incrementada nos últimos anos. Sobre a produção da segunda cultura, próximo ao município localiza-se uma grande empresa exportadora de melão, a Agrícola Famosa⁵⁴, hoje responsável por 1.500 empregos diretos para moradores locais e de municípios vizinhos. Esta empresa absorveu, inclusive, muitos pescadores da cidade de Tibau, para os quais a condição da carteira assinada e as benesses e seguranças da terra firme, em descompasso com as instabilidades do mar, representam algo muito significativo para a decisão que tomaram de largar o mar pela produção de melão.

⁵⁴ Fundada em 1995, esta empresa, de capital nacional, situa-se, na realidade, na divisa dos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, e em pouco mais de uma década consolidou seu nome no agronegócio, produzindo principalmente melão, melancia e abacaxi. Possui uma área de mais de 6 mil hectares dos quais 1.200 dedicados exclusivamente ao cultivo de diferentes variedades de melões e melancias.

Tabela 3 - População total, urbana e rural e variação da população total por unidade espacial, 1980, 1991, 2000 e 2010

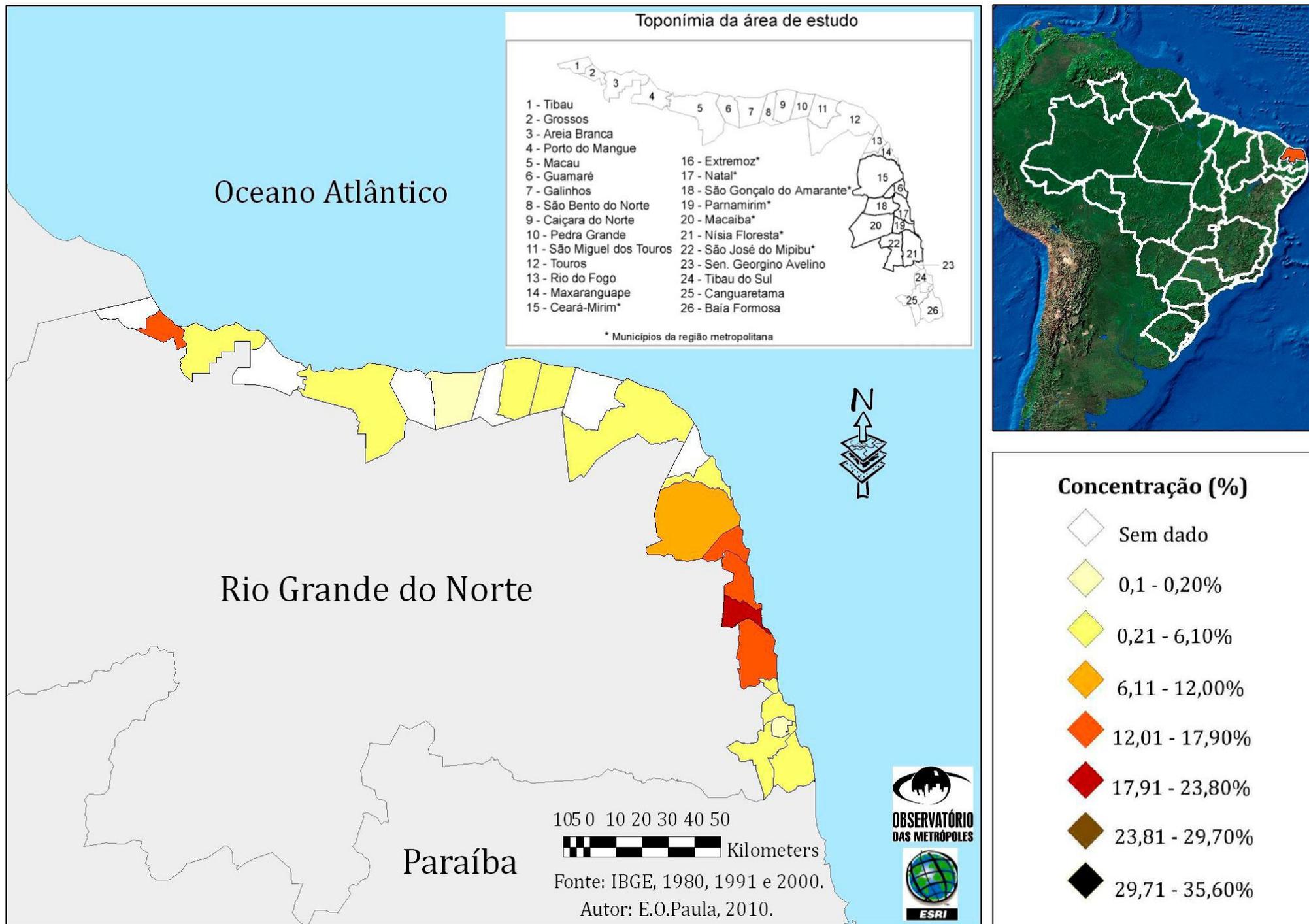
Brasil, Município e Distrito		1980	1991	2000	2010	Varição % (1980-1991)	Varição % (1991-2000)	Varição % (2000-2010)
Mossoró - RN	Total	145.981	192.267	213.841	259.815	31,71	11,22	21,50
	Urbana	122.936	177.331	199.081	237.241	44,25	12,27	19,17
	Rural	23.045	14.936	14.760	22.574	-35,19	-1,18	52,94
Distrito de Tibau	Total	-	3.302	-	-	-	-	-
	Urbana	-	1.728	-	-	-	-	-
	Rural	-	1.574	-	-	-	-	-
Tibau - RN	Total	-	-	3.197	3.687	-	-	15,33
	Urbana	-	-	2.688	2.835	-	-	5,47
	Rural	-	-	509	852	-	-	67,39
Grossos - RN	Total	7.894	9.306	8.249	9.393	17,89	-11,36	13,87
	Urbana	5.322	6.897	6.275	7.039	29,59	-9,02	12,18
	Rural	2.572	2.409	1.974	2.354	-6,34	-18,06	19,25
Grossos sem Tibau	Total	-	6.004	5.052	5.706	-	-15,86	12,95
	Urbana	-	5.169	3.587	4.204	-	-30,61	17,20
	Rural	-	835	1.465	1.502	-	75,45	2,53

Nota: Para os anos de 1970, 1980 e 1991, dados da amostra; para os anos de 2000 e 2010, dados do universo.

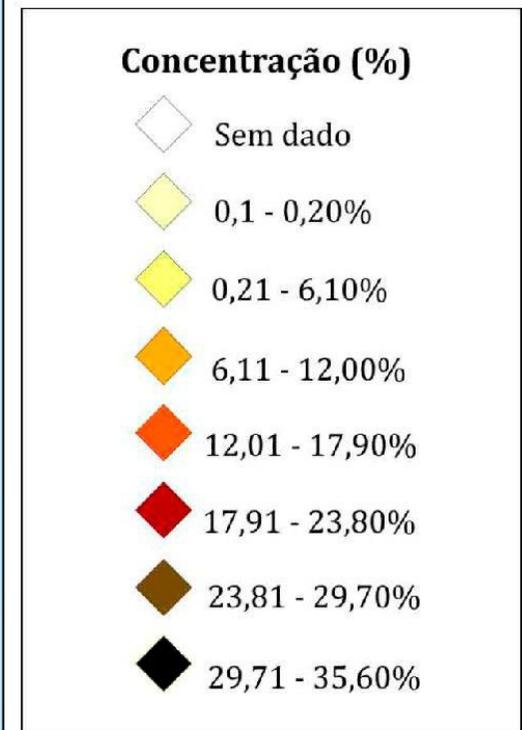
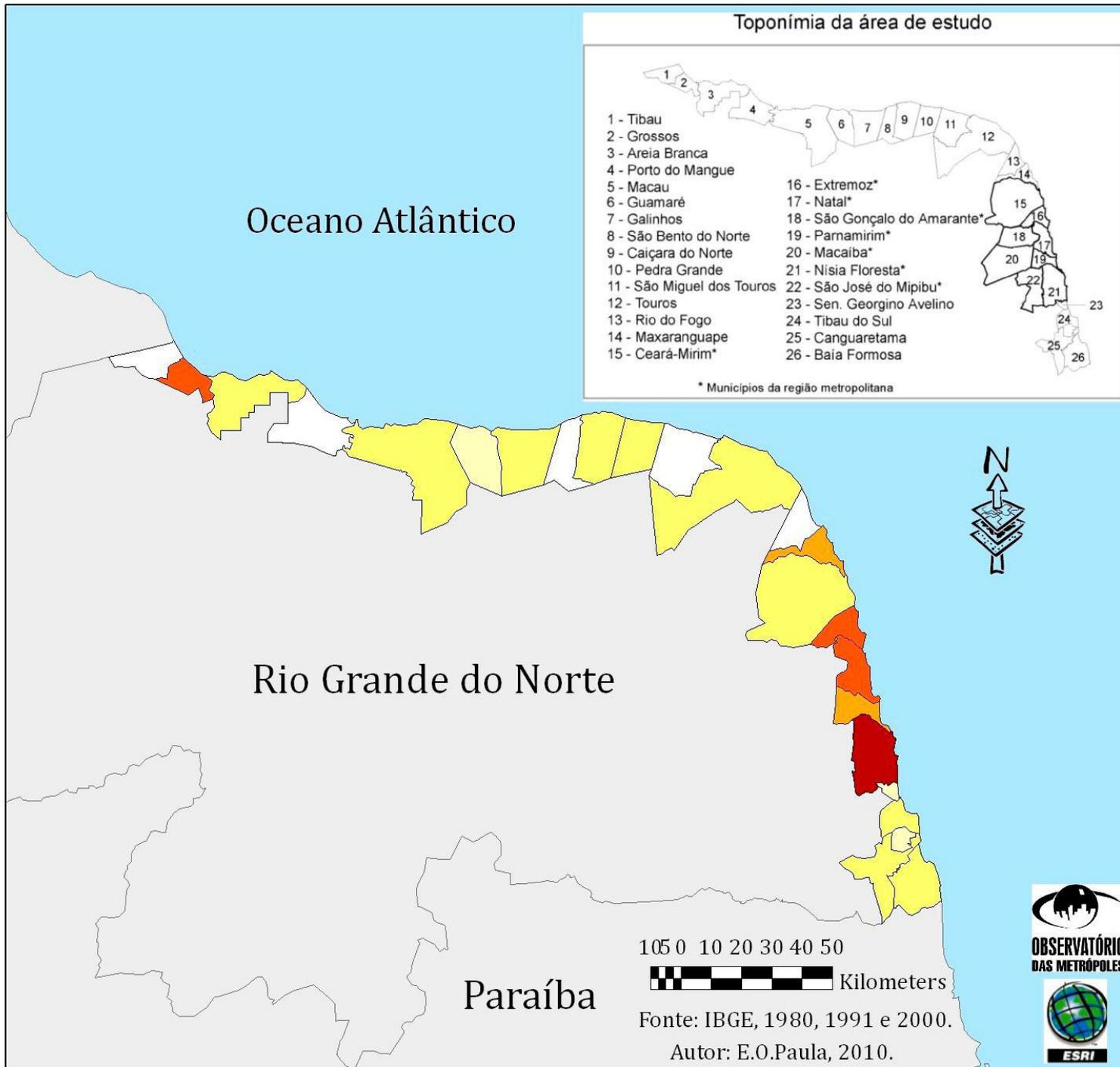
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Organização própria.

Apesar da tímida população, Tibau guarda uma característica bastante curiosa. De acordo com a contagem do IBGE, dos 3.168 domicílios particulares existentes em 2010, 2.025 são de uso ocasional (IBGE, 2010), isto é, 63,92% do total de domicílios são de uso ocasional. Tal levantamento nos leva a compreender o pseudônimo de “cidade fantasma” atribuído por muitos moradores e veranistas a Tibau em alguns meses do ano.

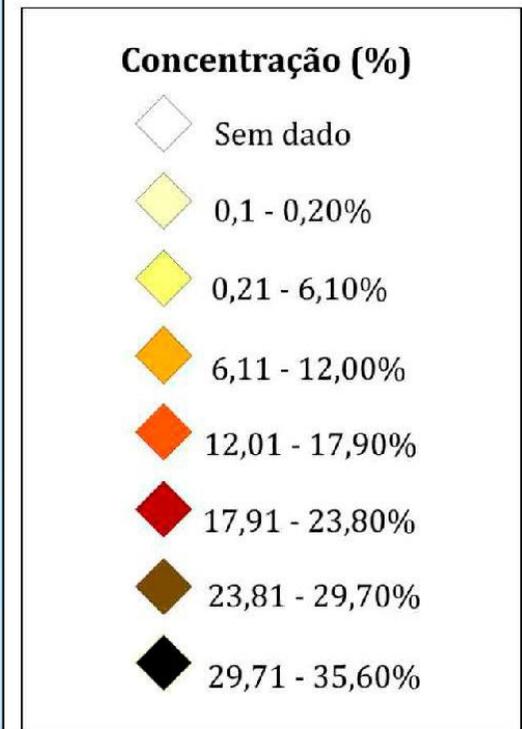
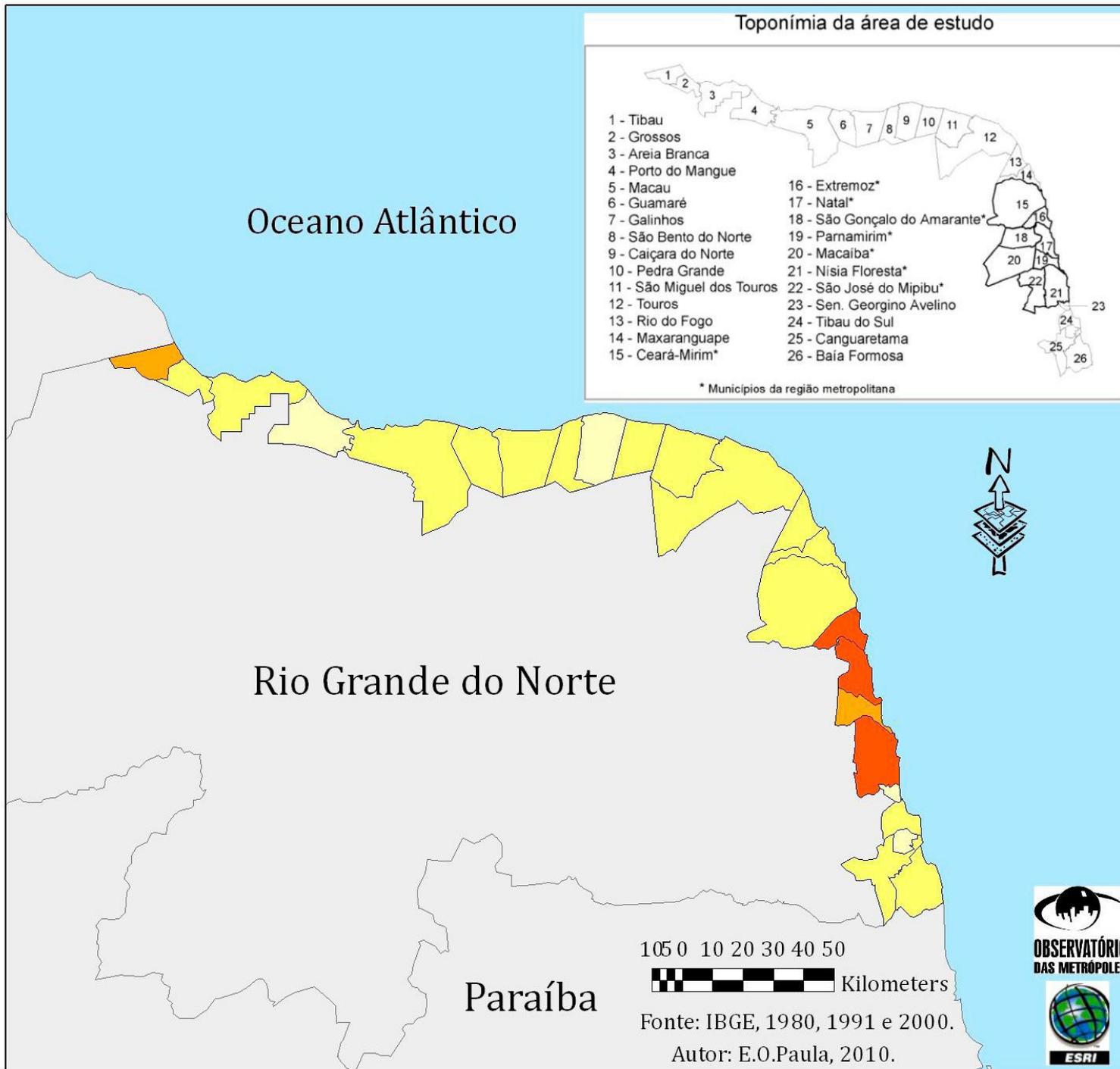
Nos cartogramas a seguir, como podemos perceber, Tibau é o único município a sobressair, na atualidade, além dos municípios da Região Metropolitana de Natal, no referente à quantidade de domicílios de uso ocasional. Mesmo ainda não tendo se constituído município até o ano de 1995, a área litorânea que hoje corresponde a Tibau já demonstrava a expansão de tal processo. Areia Branca também tem exibido visível crescimento do número de segundas residências. Segundo Felipe, em entrevista concedida em trabalho de campo, Areia Branca possui ocupações bastante recentes e, a princípio, parece muito mais um processo de expansão do que já ocorre em Tibau.



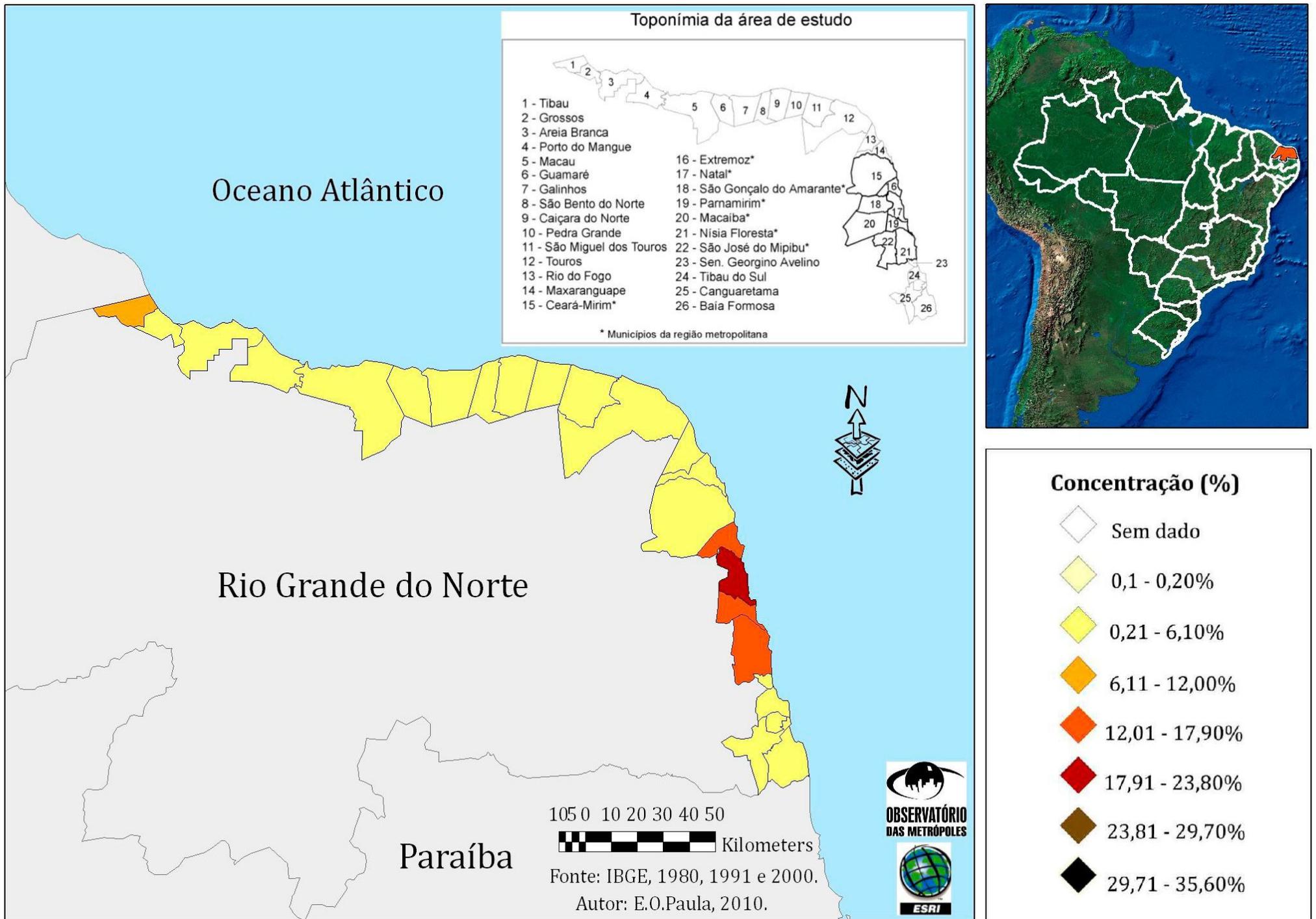
CARTOGRAMA 1 – Distribuição das segundas residências nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 1980



CARTOGRAMA 2 – Distribuição das segundas residências nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 1991



CARTOGRAMA 3 – Distribuição das segundas residências nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 2000



CARTOGRAMA 4 – Distribuição das segundas residências nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 2010

Sobre as segundas residências, consoante evidenciado, os estudos sobre elas são bastante recentes no Brasil, mas de grande valia, em virtude de constituírem importante vetor a partir da sua forma de consolidação no território, de significativas transformações, consideramos relevante um aprofundamento metodológico sobre tal elemento para compreender o processo de urbanização em várias cidades do Brasil e no mundo. Nesta ótica, uma obra clássica e marco destes estudos foi produzida no final da década de 1970, por Odete Seabra, para discutir sobre o crescimento urbano do litoral de Santos(SP). Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do turismo em sua maioria veem a residência secundária como uma das modalidades de alojamento em grande expansão, seja no âmbito nacional ou internacional (TULIK, 2001; ASSIS, 2003).

Países como a Espanha já estudam o fenômeno há alguns anos. No Brasil, trabalhos como os de Benhamou (1971), Coelho (1986), Tulik (1995), Assis (2003), Pereira (2010), entre outros, discutem tal questão com base em perspectivas diferentes. Para Assis (2003), a residência secundária seria uma forma espacial vinculada ao turismo de fins de semana ou temporada de férias, sendo determinada por um conjunto de fatores sociais, econômicos e espaciais que lhe dão complexidade, como a disponibilidade de tempo livre, de renda excedente e a distância da residência permanente.

Desde a Antiguidade Clássica as elites gregas e romanas tinham, afastada da “urb”, outra casa para a dedicação exclusiva ao ócio, por vezes destinadas à prática do termalismo. Na Idade Média, os reis construía casas residenciais de uso sazonal, afastadas das cortes, nas montanhas, junto dos rios ou lagoas, onde praticavam os desportos tradicionais da caça e pesca, ao mesmo tempo em que serviam de refúgio das epidemias que periodicamente atingiam as cidades (COLÁS, 2003).

Embora este fenômeno tenha despontado com o Renascimento, foi somente no século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, que o fenômeno da residência secundária teve um grande incremento. Para isso a evolução tecnológica dos transportes e das telecomunicações foi fundamental.

Na atualidade, as residências secundárias deixaram de ter uma frequência exclusivamente temporária associada ao ócio para assumir um papel de complemento à residência principal, sendo utilizadas com maior assiduidade e ao

longo do tempo de trabalho, talvez decorrendo daí a utilização da própria terminologia “segunda residência”.

No Brasil, tal fenômeno se dá como um fato socioespacial característico da sociedade contemporânea, sobretudo a partir da década de 1950. Incrementando o processo de urbanização, a residência secundária surge como uma das práticas socioespaciais que transformam e redefinem a relação entre cidades no território, pois o processo urbano está configurado numa trajetória constante de busca de espaços com amenidades sociais e ambientais com potencialidades para a prática da vilegiatura.

Ao se referir ao assunto, Benhamou (1971) classifica de turismo de segunda residência o fenômeno ligado ao movimento geral da urbanização e a modificação das condições socioeconômicas dos indivíduos. Para alguns autores, o fenômeno caracteriza-se essencialmente pela possibilidade de permitir que processos espaciais de expansão do tecido urbano possam se dar além dos limites imediatos das metrópoles (ASSIS, 2003).

Neste trabalho, na delimitação do espaço litorâneo de Tibau encontra-se uma morfologia espacial intrínseca ao fenômeno social da maritimidade moderna, isto é, aglomerados de segundas residências, parcelamentos urbanos próximos ao mar e, embora numa escala ainda muito pequena se comparada a outras cidades, alguns empreendimentos turísticos. Em Tibau a vilegiatura marítima concretiza territórios destinados, principalmente, à população mossoroense.

A forte relação entre Tibau e Mossoró é conformada, em especial, por estes territórios da vilegiatura marítima. Desta maneira, neste trabalho, consideramos fundamental compreender vilegiatura marítima e segunda residência, porquanto estas concepções têm sido pouco debatidas pela ciência geográfica.

A vilegiatura, como mencionamos, possui como característica principal a permanência, mesmo que temporária, em determinado lugar. Em muitos casos associa-se à compra (ou aluguel) de uma segunda residência. No caso de Tibau, podemos dizer que a vilegiatura marítima foi a primeira prática marítima moderna a conduzir o espalhamento do urbano e dos seus desdobramentos, relacionados tanto às formas espaciais quanto às recentes condições sociais constituídas nestes espaços. Para Pereira (2006), no caso das formas, a criação de parcelamentos urbanos, vias rodoviárias melhor estruturadas e a construção de segundas residências são exemplos representativos da materialização do urbano no espaço

litorâneo.

Contudo, somente na década de 1970 é que o Censo Demográfico define residências secundárias como os domicílios fechados, sendo consideradas como “o domicílio que servia de moradia (casa de praia, ou campo, normalmente usado para descanso de fim-de-semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do censo” (TULIK, 2001). Em 1980, o conceito de residência secundária redefiniu-se e o IBGE cria uma categoria específica “domicílios de uso ocasional”. Mencionada categoria o diferenciou do “domicílio fechado” presente no Censo de 1970, mas os domicílios que estavam fechados, cujos proprietários não estavam presentes na data do Censo, continuaram sendo considerados. Com o Censo de 1991, ocorre novo avanço na conceituação do IBGE, que classificou as residências secundárias como os domicílios de uso ocasional, entretanto não restringiu isso à não presença do morador temporário, ou seja, seriam considerados domicílios “de uso ocasional o domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim” (TULIK, 2001).

Silva e Ferreira (2007, p. 119), todavia, ressaltam:

Enquanto as segundas residências dependerem exclusivamente da categoria “domicílio de uso ocasional” do IBGE, não será possível aferir com precisão quanto desse parque residencial é expressão da dinâmica local: das chácaras, dos pequenos sítios, da casa de veraneio, do domicílio de fim de semana, etc. Nesse sentido, embora importante como sinalização, os números de segunda-residência precisam ser qualificados em subcategorias que permitam o real dimensionamento daquilo que é produzido para o turista.

Embora essa limitação deva ser observada, o fenômeno contemporâneo de fortalecimento da vilegiatura marítima permite indicação da segunda residência, mesmo nos moldes dos dados disponibilizados, como relevante prática de busca dos cidadãos pela tranquilidade do ambiente sonial e onírico dos espaços litorâneos (entre outros). Pereira (2010) ainda alerta para o fato de que estas definições possuem caráter técnico-empírico e elencam critérios para contabilizar a variedade de imóveis com características comuns, isto é, a propriedade particular e o uso sazonal. Isto conforma apenas o ponto de partida do estudo, mas nunca a análise em si. Consoante podemos depreender, os dados disponibilizados pelo IBGE inviabilizam uma identificação clara dos usos relativos a este tipo de imóvel, assim, a

existência deste tipo de imóvel abre a possibilidade de uma variedade de usos. Portanto, a elaboração de uma definição da prática socioespacial não deve se restringir à constatação e contabilidade ou localização do domicílio ocasional, mas analisar ainda uma teia de conceitos associados a uma fundamentação teórica.

Afinal de contas, com o uso das residências secundárias, os vilegiaturistas alargam seus espaços de vida. Apesar dessa atividade envolver as possibilidades de realização de inúmeras práticas de lazer, a prática da vilegiatura também engloba o sentido do habitar. Ao considerar tal condição, por exemplo, Cavaco (2003) destaca a frequência, a presença, a permanência e o descanso como elementos em comum entre a residência e os domicílios de uso ocasional.

Neste sentido julgamos importante focar as relações entre a disseminação da prática marítima moderna da vilegiatura e suas relações com a urbanização. Na nossa ótica, a urbanização é bastante associada à implantação de formas infraestruturais ou à expansão da concentração populacional numa dada aglomeração urbana. Porém, no âmbito geográfico, compreendemos a urbanização como um processo socioespacial que envolve tanto aspectos morfológicos e demográficos como um conteúdo social e cultural. Realiza-se na organização e/ou composição da sociedade urbana, compreendida conforme Lefebvre (1999), que diz aplicar-se à sociedade que nasce da industrialização, mas que não se prende a ela.

É preciso enfatizar as relações entre a cidade e a urbanização. Esta como processo e aquela como forma concretizada deste processo (SPOSITO, 1988) como marcas profundas da civilização contemporânea. Contudo, apesar da sua relação intrínseca com o processo de urbanização, discutir a cidade apenas como aglomeração de formas e pessoas não dá conta da sua compreensão na atualidade. É preciso ainda ressaltar as relações e diferenças entre a cidade e o urbano, entendendo este último como a “abreviação da sociedade urbana” (LEFEVBRE, 1999).

Hoje, a simples descrição do modelo morfológico das cidades, antes tido como principal critério para a definição do par cidade e urbanização, não é mais completamente eficaz. As formas do tecido urbano se transformam, não aparecendo tão claramente numa simples descrição do pesquisador. No referente ao tecido urbano, Lefebvre (1999, p. 17) assim se pronuncia:

Não designa, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo fazem parte do tecido urbano. Mais os menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza”.

Para este autor, o interesse pelo “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso e degradado: a sociedade urbana. Surgem fenômenos de outra ordem na base econômica do “tecido urbano”, o da vida social e “cultural” (LEFEVBRE, 2004).

Assim, para este autor, ao tecido urbano está associado, além do sistema de objetos, também um sistema de valores⁵⁵. É fundamental, portanto, compreender as especificidades da urbanização atual e, desse modo, apreender algumas representações da expansão do tecido urbano, como a vilegiatura marítima, por exemplo.

De acordo com Pereira (2006) os novos processos de expansão do tecido urbano e as novas morfologias nascem fundamentalmente do contexto metropolitano. Pois, como afirma Carlos (2003), é a partir da metrópole que melhor se pode examinar as visíveis transformações que modificam a sociedade. A vilegiatura marítima é, entre as práticas marítimas modernas, a que melhor simboliza o incremento do tecido urbano. Ocorre que, hoje, ratificamos a expansão deste processo num âmbito não apenas metropolitano em face da importância adquirida por muitas cidades médias e pequenas na atualidade. Tibau é um forte exemplo da relevância socioeconômica de Mossoró, cidade média norte-rio-grandense.

⁵⁵ Alguns elementos que materializam o sistema de objetos seriam: infraestrutura de saneamento, eletricidade, automóvel, televisor e todos os novos serviços por estes elementos exigidos. Já alguns dos elementos associados ao sistema de valores que indicam a sociedade urbana seriam os costumes e tradições, o lazer associado ao modo de vida urbano, etc.

2 TIBAU: A RELAÇÃO DE MOSSORÓ COM O MAR

Embora Tibau tenha firmado relações socioespaciais com o espaço regional norte rio-grandense, é certamente a relação que se estabelece entre Tibau e Mossoró que a molda tal como se apresenta na atualidade. É válido lembrar ainda que, embora hoje uma nova variável (o lazer) seja o principal canal do vínculo instituído entre ambas, no pretérito outras dinâmicas motivavam tal elo. Mossoró, cidade banhada pelo mar no início da sua formação, sempre deu ao litoral sua devida importância, sobretudo pela questão econômica associada à produção salineira.

Um dos objetivos deste capítulo é mostrar como se constituiu tal importância para Mossoró e como, desde então, outros espaços passam a adquirir relevância, alcançando inclusive *status* de município, como é o caso de Tibau, o mais recente do ponto de vista institucional a alcançar sua independência.

Diante do atual processo de urbanização brasileira, que se refletiu na remodelagem das paisagens urbanas e rurais e na metamorfose de um país que segundo Santos (2005) durante séculos permaneceu agrário, consideramos fundamental refletir este processo e para pensar as mudanças nele em curso é interessante destacar, entre outros aspectos, sobre a importância não somente das metrópoles, mas das cidades médias e pequenas, como outrora já o fizemos. Estamos dispensando atenção especial a Mossoró, detentora de grande complexidade econômica na atualidade pela relevância das atividades econômicas que a sustentam. É nosso interesse, portanto, mostrar brevemente como se formam as especializações econômicas desta cidade e como estas mantêm desde longas datas uma significativa relação com o litoral.

Nossa atenção é ainda maior para esta cidade média, pois é nela onde se gera um visível processo político e econômico que insere a pequena Tibau na lógica urbana e regional do oeste potiguar. Neste caso, Tibau passa a ter seu papel claramente definido na divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Norte, pois a ela atribui-se a função de produzir o espaço do e para o lazer. Neste capítulo temos também o objetivo de explicitar os principais processos que relatam a história de Mossoró e sua relação com a vilegiatura marítima em Tibau, e como a vilegiatura

tem sido um poderoso vetor para refletirmos sobre as novas tendências da urbanização brasileira.

2.1 Da produção de sal ao lazer: Um retorno necessário a Mossoró

Na atualidade, autores como Dantas (2004a,b, 2006, 2010a) têm demonstrado que o gosto pelo mar (e ainda pelo marítimo) se tornam, no final do século XX, expressivo fenômeno de sociedade, em especial com seu desdobramento associado à valorização dos espaços litorâneos intimamente relacionada a aspectos simbólicos e culturais. Consoante Pereira (2006), a complexidade desta valorização (e valoração) do litoral conquista intenso significado quando posta num âmbito urbano-metropolitano. Acreditando, porém, que tal valorização atinge e redefine também outros espaços urbanos, o estudo ora apresentado buscou complementar tais análises, ao evidenciar a marcante relação entre Mossoró e Tibau que tem incrementado o processo de urbanização da segunda, a partir da vilegiatura marítima. Para entender tal processo, assim como a atual organização espacial desta cidade, foi fundamental relacioná-los à expansão e história socioeconômica de Mossoró. Como mencionamos, a vilegiatura marítima em Tibau (Mossoró) inicia-se praticamente ao mesmo tempo em que ocorre na capital Natal. Portanto, em nenhum outro espaço do litoral norte-rio-grandense desponta o interesse pelo mar neste mesmo período, fortalecendo nossa tese que revela a importância de cidades não metropolitanas no incremento de tal processo desde tempos remotos.

Hoje, a relação estabelecida entre Mossoró e os espaços litorâneos de Tibau ocorre mediante uma nova variável, qual seja, o lazer⁵⁶, que possui papel determinante neste espaço litorâneo mesmo antes das políticas regionais de planejamento turístico⁵⁷. Compreendemos tal variável a partir da vilegiatura marítima e da residência secundária, que segundo Panizza e Pereira (2009) seriam, respectivamente, “prática de lazer constituída pelo desejo dos cidadãos e forma espacial relacionada à prática mencionada”.

Assim sendo, a nosso ver, contribuíram para a dispersão das estruturas urbanas pelo espaço litorâneo do Nordeste e, em especial, do Rio Grande do Norte, e de algumas das suas cidades litorâneas ao longo do século XX. Entretanto, insistimos que para compreendermos o vínculo entre Mossoró e o litoral precisamos apreender sua história econômica, e a ideia é realmente trabalhar com o que nos aproxime da relação anteriormente mencionada.

Desse modo, começamos citando o ano de 1953, quando, a convite de Vingt-Um, Cascudo escreve mais uma das suas obras sobre o Rio Grande do Norte, nesse caso especial *Notas e documentos para a história de Mossoró*. Começa o autor falando do litoral de Mossoró:

⁵⁶ É importante lembrar que Mossoró integra a zona costeira, pois possui todos os critérios, segundo o PNGC II, para integrá-la e, mais do que isso, a significativa relação desta cidade com o litoral é histórica. Na atualidade, esta é bastante evidente por razões que serão melhor explicadas neste capítulo.

⁵⁷ Sobre isto, é relevante destacar que na década de 1960 foram construídos alguns meios de hospedagens no interior do Rio Grande do Norte viabilizados com recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com objetivo de diversificar as atividades econômicas e viabilizar a atividade turística no Estado. Entretanto, somente isto não era suficiente para a promoção do turismo. Para Fonseca (2004) seria fundamental um sistema turístico completo e sua falta inviabilizou a primeira tentativa de se promover o turismo no interior do Estado naquele momento. Desse modo, foi elaborada a Política Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), objetivando viabilizar o turismo nessas áreas interioranas. No Rio Grande do Norte, a partir dessa política, alguns municípios conseguiram avançar na elaboração de propostas concretas para o desenvolvimento da atividade. Entretanto, Luís Inácio Lula da Silva, ao assumir o poder em 2003, não deu continuidade a mesma. O novo governo cria o Ministério do Turismo (MTur) e o Programa de Regionalização do Turismo, que incide diretamente na organização do espaço ao priorizar as áreas interioranas. Foram identificadas 200 regiões turísticas no Brasil e 3.819 municípios passaram a fazer parte do programa. Através da regionalização, esse programa procurou firmar e desenvolver ações de parceria e cooperação nos municípios do interior do país que apresentam potencialidades turísticas, segundo os documentos oficiais (FONSECA, 2004). Com isso foram criadas regiões turísticas em todos os Estados da federação e no Rio Grande do Norte foram identificadas cinco regiões turísticas: Polo Costa das Dunas, Polo Costa Branca, Polo Seridó, Polo Serrano e Polo Agreste/Trairi. Fonseca (2004) analisa dados associados ao número de hospedagem e unidades habitacionais e acrescenta que Mossoró está entre os municípios do interior que se destacam no período 2001-2005. Outros municípios seriam: Acari, Açu, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Currais Novos, Martins, Pendências, Portalegre, Paus dos Ferros e Santa Cruz.

O litoral mossoroense foi sendo registrado nos mais antigos mapas do Brasil colonial. No planisfério de La Cosa (outubro de 1500) é possível ser o morro do Tibau e elevações subsequentes ao poente os montes arenosos citados em sua confrontação. Canerio (1505) fixa Tibau ou serra das Antas (Dantas) como “Monte de San Vicente”, a foz do rio Apodi, Sta. Maria de Rabida”. As cartas de Reinel, pai e filho, (1516,1519) mencionam as serras de San Miguel, R de Sam Miguel como a serra das Antas e o rio do Apodi. O “Padrão Real” de Alonso Chavez (1536) continua referindo as “Terras de St. Miguel” e o “R Grande de Saint Miguel” como esta região mossoroense, hoje nas praias e vistas do município de Areia Branca. São Miguel é o nome que Gabriel Soares de Souza dá a um rio volumoso que só pode ajustar-se ao Apodi-Mossoró (1587) (CÂMARA CASCUDO, 2012, p. 16).

Anos mais tarde, também sobre a história de Mossoró, Cascudo (1968, p. 213) fala da inexistência de obras que possam detalhar a ocupação do espaço litorâneo e afirma:

O povoamento de Mossoró seguiu impulso de duas correntes: a que subia do litoral, das sesmarias atlânticas, e a que descia ao longo do Rio Apodi-Mossoró e afluentes, decorrência dos pioneiros ao derredor do planalto. Muito dificilmente estudar-se-á a penetração através das sesmarias, abundantes, mas ausentes de informação quanto às posses efetivas.

O pouco material é citado por Câmara Cascudo (1968, p. 214), na sequência:

A ocupação oficial e real aparece no Séc. XVIII. Em setembro de 1701 a sesmaria ao Convento do Carmo ao longo do Paneminha. Em maio de 1738, o Coronel Domingos Gonçalves Meireles, já possuindo três léguas da Ponta do Mel para a barra do Upanema, recebe mais três, daí para a barra do Rio Mossoró. O Coronel Gonçalo da Costa Faleiros, em 1708, fizera caminho inverso, tendo três léguas desde o Morro do Tibau para o sul, e uma para o sertão. A orla marítima fora sempre frequentada na extração do sal. O Barão de Studart, fixando episódios de 20 de janeiro de 1607, escreve: “Os Jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira embarcam-se no Recife para a catequese dos índios do Ceará em um barco, que ia carregar salinas do Mossoró”. Um ano antes atravessara a região Pero Coelho, mulher e filhos, destroços da escola militar, na retirada trágica, abandonando a primeira tentativa colonizadora do Ceará.

Como mostra a citação, o litoral sempre foi importante para Mossoró, sobretudo pela questão econômica associada à produção de sal. Para entender tal afirmação, explicamos: do ponto de vista da expansão territorial e do povoamento da colônia, a ocupação econômica de todo o Brasil teve sua efetivação fundamentada na agromanufatura do açúcar e na força de trabalho do escravo negro, porém da necessidade de uma nova e melhor ocupação que exigisse menos esforços e menor

investimento surge a criação de gado, que resistente ao clima semiárido e procurando as barreiras de sal, desbravava o agreste e o sertão do Nordeste. A criação de gado na região Nordeste está bastante relacionada ao extrativismo salineiro, desenvolvido especialmente no litoral da Capitania do Rio Grande do Norte (MARIZ; SUASSUNA, 2005).

Ainda sobre Mossoró, muitos autores a têm focado em suas análises. Portanto, vários foram os estudos e as abordagens elaboradas, desde aquelas mais históricas ou voltados a construir as genealogias das famílias mossoroenses (SOUZA, 2001), como aquelas que buscaram levantar cronologicamente os acontecimentos mais relevantes do ponto de vista sociopolítico e reconstrução da sua malha urbana (SILVA, 1983). Mencionamos ainda os trabalhos de Felipe (1982, 2001), Brito (1987), Rocha (2005) e Pinheiro (2006), os quais, ao estudarem mais recentemente esta cidade, lançaram um olhar particular sobre a diversidade da realidade mossoroense. Outra estudiosa que se debruçou sobre Mossoró foi Elias (2008, 2010), que há alguns anos tenta compreender esta cidade como um dos novos espaços da produção globalizada, isto é, como uma das partes do Brasil mais recentemente inseridas no circuito produtivo globalizado de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas em diversos ramos econômicos. Cada um dos estudos, como o último mencionado, nos ajudaram a compreender a relevância de tal cidade no cenário regional e, portanto, seu marcante papel na conformação tibauense.

Sobre a história de Mossoró, citamos, também, Henry Koster, pois se trata de um das narrações/descrições mais antigas sobre esta cidade, conhecida à época como Arraial de Santa Luzia⁵⁸. Afirma Koster (1817, p. 152 e 153):

A 7 de dezembro, às 10 horas da manhã, chegamos ao arraial de Santa Luzia, que consta de duzentos ou trezentos habitantes. Foi edificado em quadrângulo, tendo uma igreja e pequenas casas baixas [...] Santa Luzia está situada na margem setentrional do rio sem água, num terreno arenoso [...]

⁵⁸ Transcrevemos a nota encontrada no trabalho de Koster, certamente elaborada pelo tradutor do trabalho, Câmara Cascudo, em 1940: "Arraial de Santa Luzia do Mossoró, hoje, depois da capital, a primeira cidade do Rio Grande do Norte, comarca, Bispado, industrial e comercial. Vila, Termo e Município pela lei provincial nº. 246, de 15 de março de 1852. Cidade pela lei 620, de 9 de novembro de 1870. Era uma fazenda de criar de José de Oliveira Leite, depois 4-x-1755, Sargento Mor Regente da Ribeira de Mossoró. Depois arraial, com capela, do sargento-mor Antonio de Souza Machado" (p. 181).

Também é de Koster (1817, p. 156) um dos primeiros relatos sobre Tibau⁵⁹. Em trajeto entre Santa Luzia e Tibau, o autor escreveu:

O caminho na manhã seguinte, nos levava entre matagais onde marchamos três léguas sobre areia solta, e outras três léguas pelos charcos. À volta do meio-dia passamos perto de uma chopana onde residia o vaqueiro de uma fazenda e imediatamente depois deparamos o monte de areia, chamado Tibau, junto do qual se vê o mar. Escassamente descrevo as sensações que essa visão determinou. Parecia-me estar em casa, com todos os meus hábitos. A nascente de água, perto da cabana, estava exgotada mas existia outra, além do monte, dando ainda uma pequena provisão. Paramos para descansar o meio-dia numa pobre choça, erguida no alto da duna pelos moradores da fazenda, e servindo para preparar o pescado.

Pinheiro (2006) estabelece periodização para compreender como as atividades econômicas dinamizaram o processo de urbanização de Mossoró. Segundo afirma, “a especialização pecuarista, entre 1772 e 1857, quando a expansão urbana era tímida, se resumia a uma praça comercial que recebia mercadorias do Aracati visando atender uma ampla área rural”. Tal especialização demonstra a importância do litoral para Mossoró, isto é, a relação remonta ao século XVIII, inicialmente com as fazendas que se estabeleciam à ribeira de Mossoró e que se estendiam ao que hoje seriam os municípios de Grossos e Tibau e, posteriormente, no final do século XIX, com as exportações realizadas pelo Porto de Areia Branca. Foi justamente o privilégio de estar a apenas uma légua do Porto de Areia Branca que possibilitou à freguesia de Santa Luzia (fazenda que deu início ao que hoje seria Mossoró) escoar com facilidade suas mercadorias e, ainda, incrementar a instalação de alguns armazéns nessa localidade. As mercadorias, por exemplo, em 1845, já eram comercializadas com Aracati, Natal e Cunhaú (SOUZA, 2001).

O sal foi e é muito significativo para a região mossoroense. Porém, assim como o algodão teve dois períodos de ascensão, o sal teve dois marcos principais no seu desenvolvimento. O primeiro estaria justamente associado à especialização pecuarista, entre o último quartel do século XVIII e meados do século XIX, e o segundo, na chamada especialização salicultora, que se deu entre o primeiro e o terceiro quartel do século XX.

⁵⁹ Tibau, àquela altura, era na realidade apenas o morro que dividia o Rio Grande do Norte e o Ceará.

Como Pinheiro (2006) acrescenta, a capitania se transformou numa interessante fornecedora de gado para Pernambuco e Paraíba durante a expansão do movimento criatório nos séculos XVIII e XIX. A grande quantidade de gado, aliada a outros fatores, como as condições naturais e o fácil acesso da cabotagem, permitiu, nesse momento, o aparecimento das oficinas de carnes-secas nas ribeiras de Mossoró e Açu, e conseqüentemente possibilitou o incremento das salinas da capitania. Conforme a autora lembra, embora a exportação do sal tenha sido proibida pelo “contrato do estanco”⁶⁰, os proprietários das salinas norte-riograndenses possuíam autorização para a utilização do produto. Assim, a indústria da carne-seca ocupou lugar de grande relevância no comércio do Estado.

É fato, pois, que Mossoró se desenvolveu a partir de diversos elementos em unísono. Entre eles os mais representativos são os seguintes: sua posição geográfica, a facilidade de obtenção do sal do litoral e a proximidade da criação de gado na chapada do Apodi, que possibilitou a esta cidade nos tempos coloniais a efetivação como um centro da indústria do charque, congregando as chamadas oficinas de carne, que preparavam o alimento para ser exportado.

A expansão da criação de gado e os inúmeros fatores naturais (alto teor de salinidade das águas do litoral potiguar, condições topográficas favoráveis aliadas aos índices de evaporação e aos ventos secos que sopram sobre as áreas de salinas) permitiram a instalação das oficinas de carne seca nas ribeiras de Mossoró e conseqüentemente o incremento das salinas da região. Foi a extração do sal uma das primeiras atividades econômicas do Rio Grande do Norte, enquanto a descoberta das jazidas naturais na região vem desde o início da colonização, a exploração artesanal e extensiva das salinas de Mossoró, do litoral dos municípios de Areia Branca, de Açu e de Macau data apenas de 1802. Deste modo, podemos perceber como a economia de Mossoró sempre esteve associada à produção do sal e, conseqüentemente, à relação entre esta cidade e os espaços litorâneos.

⁶⁰ Pinheiro (2006, p. 33), baseada em Câmara Cascudo (1976), esclarece que “a metrópole portuguesa proibiu a partir de 1665 a implantação e desenvolvimento de salinas na colônia, visando proteger a indústria de extração do sal em Portugal. Na Capitania do Rio Grande, em 1758, através do Alvará de 7 de Dezembro foi permitido aos proprietários das salinas extrair o produto para seu consumo, sendo proibido a exportação”. E que “somente em 1808, em virtude da vinda de D. João para o Brasil, através da Carta Régia de 7 de Setembro, foi permitida a exploração normal e extensiva de todas as salinas brasileiras”.

Conforme Felipe⁶¹, em entrevista concedida durante trabalho de campo⁶², o sal tem importante papel para a recente economia mossoroense e ainda para o incremento do veraneio em Tibau, pois, entre outros aspectos, é com o desenvolvimento de tal atividade econômica que teríamos o surgimento de uma elite em Mossoró que viria a desfrutar em maior escala, sobretudo em meados do século XX, do lazer no litoral de Tibau.

No século XX, várias são as transformações associadas a esta atividade produtiva. Toda a economia salineira do Rio Grande do Norte se redefine com o processo de mecanização das salinas, que se desenvolveu em meados da década de 1960. A chegada das empresas multinacionais nas salinas potiguares demarca a modernização. Santos (2010) em estudo recente aborda a questão das dinâmicas e transformações da economia salineira de Mossoró. A nosso ver, entretanto, estas transformações não reduziram as relações desta cidade com o litoral.

Como é sabido, a localização de Mossoró na área de contato entre o litoral salineiro e o sertão algodoeiro e pecuarista propiciou-lhe tornar-se o centro de afluxo da produção agrícola da área sertaneja próxima, através de uma rede viária radial, agregando o comércio, bancos, pequenos estabelecimentos de beneficiamento de algodão, carnaúba e oiticica, fábricas de redes, cordoaria e sacaria para o mercado regional, produtos minerais (com destaque para o cimento), além de empresas exportadoras ligadas à tradicional atividade salineira do litoral. Ademais, esta, efetivamente, teve decisivo papel no desenvolvimento da vilegiatura em Tibau, como dissemos, inicialmente pelo fato de ter consolidado uma classe social que vivenciaria o lazer já a partir da década de 1960.

Em meados do século XX, portanto, surge/incrementa-se uma nova variável para dinamizar estas relações entre Mossoró e “seu” litoral, isto é, a busca pelo lazer, pois a sociedade urbana mossoroense absorve as influências externas, e passa a demonstrar novo interesse pelo mar. Haveria uma propagação do fenômeno marítimo, especialmente em Tibau, seu município vizinho, e as práticas marítimas modernas afirmar-se-iam a princípio como sinônimo de um modo elegante de vida

⁶¹ Professor visitante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professor colaborador do Mestrado Acadêmico de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este pesquisador desenvolveu vários trabalhos sobre Mossoró e também sobre Tibau.

⁶² Trabalho de campo realizado em novembro de 2010 na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

para a população que habitava Mossoró. Então a atual elite mossoroense descobriria Tibau pelos loteamentos e o crédito imobiliário (FELIPE, 2002).

É em Mossoró, certamente, onde se gera um relevante processo político e econômico que insere a pequena cidade de Tibau na lógica urbana e regional do oeste potiguar. Neste caso, Tibau passa a ter seu papel claramente definido na divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Norte, pois a ela atribui-se a função de produzir o espaço do e para o lazer.

Ao se pronunciarem sobre o assunto, Soares e Melo (2009, p. 36) afirmam:

As pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial.

Desse modo, creditamos a Mossoró a atual conformação tibauense. São justamente o contexto regional e a relevância econômica mossoroense que têm favorecido a atual organização socioespacial de Tibau. No nosso entendimento, como cidade média, Mossoró assume relevante papel em sua rede urbana centralizando várias funções. Esta cidade, fruto da nova dinâmica urbana e econômica brasileira, possui um grau de relevância considerável na rede de cidades à qual pertence. Tão grande é sua dinamicidade que nos últimos anos impõe novos usos ao espaço litorâneo de algumas cidades sob sua influência. Destas, a mais importante é Tibau. Conforme defendemos, é possível identificar no Brasil vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à expansão do turismo litorâneo e da vilegiatura marítima e cuja função principal claramente se associa às demandas de tais elementos. Tibau se enquadra exatamente nesta lógica.

Assim como a industrialização e o agronegócio, por exemplo, aceleram o crescimento de áreas urbanizadas, também a vilegiatura marítima tem sido expressivo vetor de urbanização, pois necessita em sua essência da sociabilidade e dos espaços urbanos. Isso contribui para incrementar o fenômeno de urbanização da sociedade e do território no Brasil. Para Moraes (1999), as residências secundárias são um elemento indutor da expansão urbana no litoral brasileiro. Fato merecedor de atenção é a associação entre a vilegiatura e os meios de transportes rodoviários que vêm expandindo a mancha urbana em quase toda a extensão da

franja litorânea, respeitando, obviamente, as diferenças naturais dos diversos espaços e suas possíveis limitações. Entre os autores que vêm se dedicando a tais estudos em âmbito mundial podemos citar Davies e O'Farrell (1981), Hiernaux (2005) e López e Módenes (2004), além de outros haja vista os grandes impactos (sociais e ambientais) desta ocupação.

Consoante Britz (2004) ao contar um pouco da história da vilegiatura balnear em Portugal, ao longo do século XIX, houve o espalhamento, por todo o mundo ocidental, do novo hábito dos banhos de mar e, a partir daí, das primeiras instalações urbanas originais, com destino a uma sociedade com anseios de acompanhar esta prática, inicialmente muito elitista. Porém, no começo do século XX, pudemos assistir ao gradual avanço do fenômeno, assim como da sua relevância em relação às diferentes vilegiaturas. Ainda para esta autora, ampliam-se “as regiões escolhidas e nascem novas ‘cidades’” cujo objetivo principal da sua existência está no crescente aumento da procura da praia como destino predileto das férias. “Saudável, lúdica, quase obrigatória socialmente, a temporada de banhos de mar tornou-se, a pouco e pouco, um hábito de massas, absolutamente banalizado e assimilado pela humanidade ocidental” (p.3).

A vilegiatura marítima se revela como uma prática social, mediante diversas dimensões, isto é, culturais, políticas, econômicas e espaciais. Ela é um componente atual do processo de urbanização. Neste âmbito, a contagem das residências de uso ocasional sugere uma análise muito mais ampla e complexa, porquanto a produção da necessidade de possuir e/ou utilizar um imóvel desta qualidade representa a forma como a sociedade percebe o cotidiano, o tempo, o espaço e a sociabilidade (PEREIRA, 2012).

No caso da urbanização nordestina, por exemplo, disposta a partir dos legados do século XIX, sustentou-se por fortalecer uma rede urbana bastante dependente das grandes aglomerações situadas, em larga escala, no litoral, onde o que se levou em geral em conta tanto pelos planejadores como pelos cientistas, no sentido de tentar compreender este processo, foi o desenvolvimento da industrialização, da terciarização e do agronegócio (nos últimos anos), isto é, como importantes vetores da urbanização. Esta, produzida pelo incremento das práticas marítimas modernas, tornou-se espacialidade menos considerada pelo rol de temas científicos.

Embora sejam, indiscutivelmente, veículos imprescindíveis para o

desenvolvimento do processo de urbanização, não são os únicos, sobretudo nos últimos anos e mais ainda no Nordeste do Brasil. No caso do litoral nordestino, principalmente a partir da década de 1970, é que o fenômeno da estada nas residências à beira-mar alcança as terras litorâneas desta região como imagem de *status* social, e as práticas marítimas modernas aproximam novos segmentos da sociedade aos ambientes costeiros. Desde este período, portanto, os vetores de organização do espaço litorâneo sugerem a aliança entre a urbanização e a valorização dos espaços litorâneos.

Merece atenção, porém, o fato de tais metamorfoses não terem ocorrido de maneira homogênea pelo espaço litorâneo brasileiro e, em especial, no nordestino. Segundo Pereira (2012), as décadas de 1950 e 1960 demarcam o alcance do processo no litoral das regiões Sul e Sudeste. No caso do litorâneo da região Norte, os índices são bastante pequenos, e neste caso, certamente, os aspectos naturais favorecem tal realidade. No Nordeste, há divergências ainda na escala intrarregional, pois Bahia e Pernambuco são os Estados onde a vilegiatura marítima primeiro evidenciou-se, devido, sobremaneira, à importância econômica e política destes desde o período colonial.

Conforme enfatiza Dantas (2002), além de a família real ter se estabelecido no Rio de Janeiro e impulsionado uma série de costumes, também houve a abertura dos portos, permitindo a manifestação de práticas marítimas próximas às efetivadas no Velho Mundo. De acordo com Silva (2010), neste contexto, no Rio Grande do Norte, as práticas marítimas modernas, nas últimas décadas do século XIX, não ocasionaram processo de urbanização expressivo das zonas de praia, mas no primeiro quartel do século XX, quando ocorre a passagem da condição terapêutica para o lazer, teríamos um destaque para a sociedade natalense, através, sobretudo, da vilegiatura, que incorpora as atuais praias urbanas de Areia Preta, do Meio e da Redinha aos espaços de lazer marítimo dos cidadãos, os redefinindo. Do mesmo modo, o litoral tibauense (oficialmente mossoroense à época) também é incorporado como espaço de lazer (embora economicamente tal espaço também fosse apropriado) e tem, em especial a partir da década de 1960, a expansão do seu processo de urbanização.

As informações anteriores nos ajudam a pensar brevemente a cidade de Tibau em sua conformação atual, mas é mister retomarmos um pouco mais da sua história para compreendermos a consolidação do seu território. Data do século XVIII

a primeira sesmaria assentada no território no qual hoje se apresenta o município de Tibau. Segundo Câmara Cascudo, chamava-se Gonçalo da Costa Faleiro o sesmeiro que no dia 25 de julho de 1708 recebeu do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Sebastião Nunes Colares, uma sesmaria que media três por uma légua, a partir do “morro” de Tibau (GUEDES, 2010).

Datam de 1855 os primeiros registros de propriedades em Tibau. Segundo Guedes (2010), os primeiros veranistas teriam chegado por volta de 1890. São eles: Manoel Martins Vera, João Ferreira Leite, Francisco Pinheiro de Almeida Castro e Jerônimo Rosado.

Se o lazer é uma variável bastante expressiva para se pensar as relações entre Mossoró e Tibau em meados do século XX, antes disso, haveria também as questões associadas à saúde. As classes abastadas de Mossoró teriam se dirigido para este território em busca de tranquilidade, de descanso e dos banhos de mar em suas águas calmas e rasas.

Rosado (2002) põe em discussão fenômeno registrado a partir de 1894, quando o médico Francisco Pinheiro de Almeida Castro teria edificado uma casa de saúde em Tibau indicando-a desde então a alguns dos seus clientes para repouso. Em julho de 1903, O jornal *O Mossoroense* publica carta do professor Antônio Gomes de Arruda Barreto relatando período de repouso em Tibau.

Companheiros de trabalho. Sabem a causa por que vim passar dias no Tibau do Dr. Castro com o Major Minga do Tibau. Esta causa desapareceu: sinto-me robusto e forte, [...] O Tibau é sempre o Tibau; hospitaleiro e bom, fresco e agradável. O morro elevado sobre o mar que lhe beija a planta; e o morro e no mar saudáveis banhos (apud ROSADO, 2002, p.54 e 55).

Rosado (2002) sugere ainda uma busca pelos jornais antigos de Mossoró com vistas a localizar exemplares que contemplaram “o roteiro sentimental de outros tempos”, ou seja, registraram períodos e estações inteiras vividas em Tibau pela população mossoroense em tempos remotos. Como exemplifica o autor (2002, p. 57):

Em 1904, 28 de janeiro, aprendemos as virtudes terapêuticas da praia. Seguirei para o “morro de Tibau” o “pequeno Vicente, filho do nosso amigo Delfino Freire”. Acometera-o “pertinaz moléstia do fígado”[...] Delfino Freire, grande comerciante em Mossoró, fora também um dos desbravadores de Tibau. Seu chalé inteiramente de madeira belo e em local pitoresco, nós

ainda o alcançamos. [...] A 15-11-1904 é Dr. Castro, que destina 8 dias da praia para recuperar-se de sua saúde “ligeiramente alterada”.

Outras viagens a Tibau foram também registradas por Rosado (2002, p. 57):

[...] Em 1911, 3 de junho, Tércio Rosado regressava do Tibau. No dia 9 de novembro, “O Mossoroense” noticia a viagem de Francisco Paula e Francisco Freire e família. Em 1915, “O comércio de Mossoró” registra que os professores Elizeu e Celina Viana regressavam de férias.

Vale destacar que até o ano de 1932 não existiam estradas de rodagem para Tibau. Todas as viagens para a praia eram realizadas por dois caminhos. Um deles era pela Gangorra, Canto dos Bois, Tibau. O outro seguia pela Barra, o que aumentava a distância para Tibau em mais de 18 km. Existia também o caminho conhecido como a “picada do doutor”, idealizado pelo dr. Almeida Castro e que se iniciava no Góis. Até o Góis o percurso era pela Várzea: Mossoró, Santo Antônio, Ema, Tabuleiro Alto, Jurema, Góis, Maria dos Sítios, pertencentes ao senhor Sérvulo Moura, um dos primeiros veranistas e também grande proprietário de terras e salinas em Grossos e Mossoró (GUEDES, 1997).

Em trabalho de campo⁶³, entrevistamos o senhor Antônio de Pádua Cantino, poeta e antigo veranista tibauense possuidor de um imóvel há mais de setenta anos, construído ainda por seu pai, que relata como eram as viagens a Tibau. Como afirma: “A viagem durava até um dia inteiro e você vinha de Mossoró para cá passar o verão (verão de quatro meses) e você vinha com a roupinha velha e aproveitava com toda família”. Guedes (1997, p. 34) detalha tais viagens: “Viajava-se a cavalo, liteiras e carros de bois. Estes tinham suas coberturas feitas com couro de boi (espichado), que era para fazer sombra para os seus passageiros”. Continua Guedes (1997, p. 34): “Saíam de Mossoró pela madrugada e à noite chegavam a Gangorra, onde dormiam e somente no dia seguinte chegavam a Tibau”.

O jurista, ator e educador Lauro Monte Filho, em carta a Dorian Jorge Freire (atuante por mais de 55 anos no jornalismo mossoroense), registra quem eram os veranistas da década de 1930 a 1950.

Seu Rosado ia com a família em carros de boi. Deve ter sido o primeiro. A partir de 1922 meu pai construiu a primeira casa (Hoje de Chico Monte) que

⁶³ Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2011.

pertenceu a seu Chico Marques, falecido nesta mesma casa. Antônio Florêncio de Almeida, no local hoje de Soutinho, Saboinha, onde fica a de Chico Barreto e José Martins sua vizinha. Humberto Mendes e João Costa onde situa-se a de Wilson Mendes. Jorge Freire, no local de D. Adalgisa. Manoel Luz, hoje de Lauro da Escóssia e seu vizinho era Luiz Paula, Quincas Duarte no local de Chavinho, em seguida Costinha de Horácio, hoje a casa de Joaquim Peba, vizinhos vinham Manoel Negreiros e Raimundo Gurgel. Do outro lado da igreja ficava Chico Queiroz e mais adiante Dr. João Marcelino. Em frente a igreja vinham Raimundo Cantídio perto de Alcides Fernandes. Na orla marítima tínhamos Chico Ricarte hoje de Lauro da Escóssia Filho. Seu Sinhozinho, no lugar na casa de Dix-neuf e por fim João Cantídio (MONTE FILHO apud ROSADO, p. 143).

Fizeram-se muitos registros de viagens a Tibau ainda no início do século XX, mas é somente em meados deste século, mais especificamente na década de 1960, que o município se torna importante atrativo para um número muito maior de pessoas. Em entrevista concedida em trabalho de campo⁶⁴, o secretário de Turismo do município de Tibau, informa que saíam caminhões desta cidade nas manhãs dos dias de domingo, retornando no final da tarde, transportando pessoas de menor poder aquisitivo para Tibau. Contudo, estas permaneciam ali poucas horas, pois a viagem em si, em virtude das condições das estradas, demandava um tempo razoável para ser concluída. Porém, apesar de ficar poucas horas no local, essas pessoas diziam que a viagem compensava pela possibilidade de um mergulho no mar e para ver nem que fosse brevemente “o namoro do sol com o mar”.

A seguir matéria, do jornal *O Mossoroense* que demonstra muito bem o significado de Tibau para os mossoroenses àquela altura.

⁶⁴ Entrevista realizada no dia 20 de janeiro de 2011.



Figura 4 – Matéria do jornal O Mossoroense
Fonte: Jornal O Mossoroense, 1975.

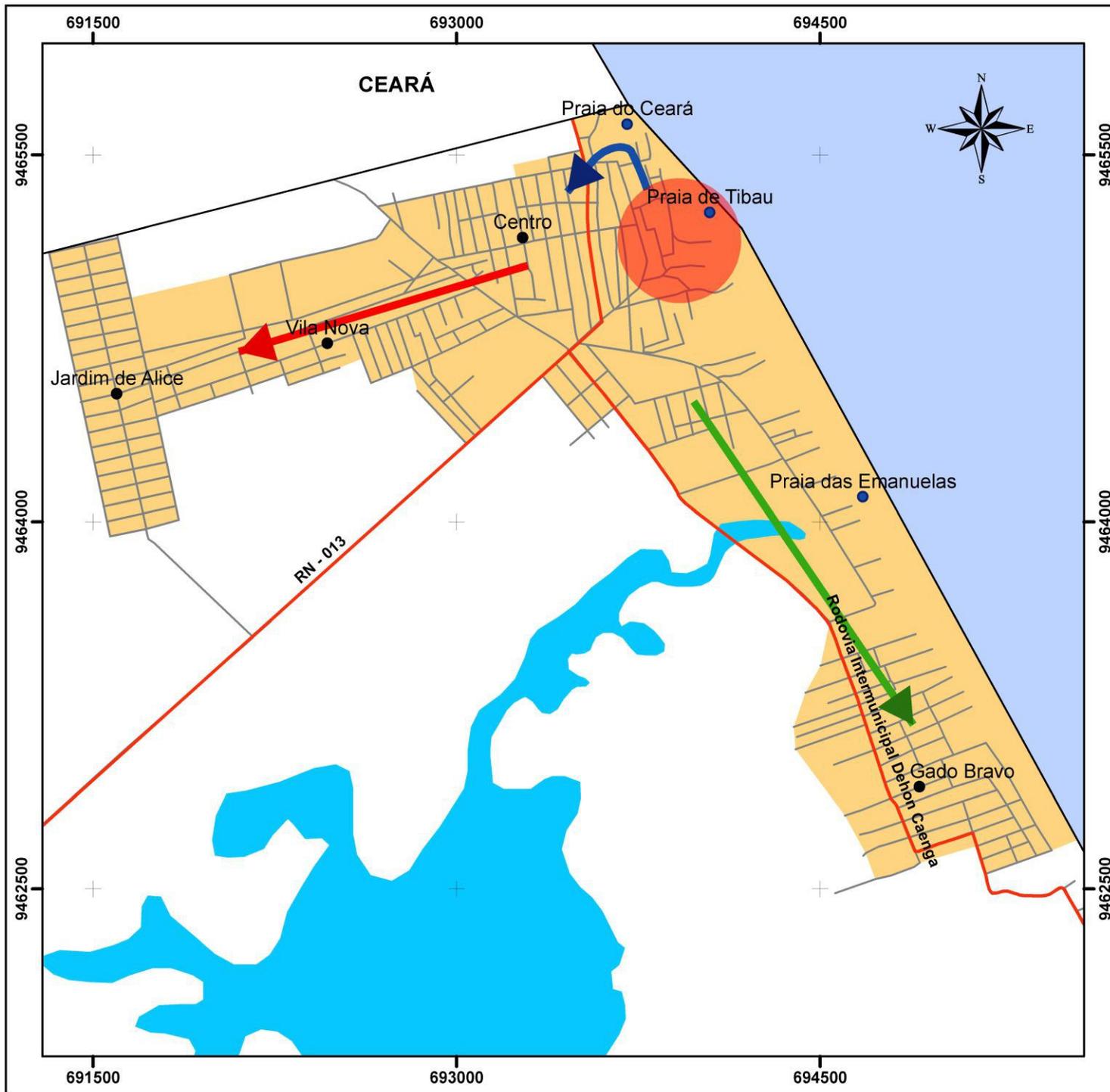
Nas últimas décadas, por toda costa do seu município se instalaram diversas edificações, sobretudo na área da sua sede, a vila de Tibau. Embora date do século XVIII sua ocupação inicial, as construções em seu solo se deram muito rapidamente nos últimos anos, principalmente na faixa de praia e falésias que, com o passar do tempo, vem modificando drasticamente sua paisagem (CARVALHO, 2009).

Diante da intensa procura por Tibau, nas décadas posteriores, isto é, a partir de 1970, os limites da cidade foram rapidamente expandidos, especialmente no seu litoral. De acordo com informações, a classe média mossoroense se utilizou do crédito imobiliário da Associação de Poupança do Rio Grande do Norte (APERN), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A (BANDERN) para adquirir loteamentos ou mesmo comprar casas de construtores da região (FELIPE, 2002) ⁶⁵.

Tal expansão da linha de costa de Tibau ocorre proporcionalmente para seu interior, cuja ocupação (construções) atingiu a princípio os cumes dos “morros” e suas encostas ocidentais, para posteriormente adentrar os loteamentos do lado do Ceará, onde estas altitudes caem abruptamente, constituindo uma depressão cercada por pequenas formações de dunas móveis, que formam cinturões de areias, cortados por pequenos riachos (FELIPE, 2002).

No mapa a seguir, podemos visualizar como se deu a expansão desta cidade.

⁶⁵ Felipe, em entrevista concedida em trabalho de campo, cita exemplos de pessoas que construíram muitas casas e depois venderam para outras que obtiveram empréstimos juntos aos órgãos citados.



Universidade Federal do Ceará
 Programa de Pós-graduação em Geografia
 Fundação Cearense de Apoio ao
 Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tese: Vilegiatura além da metrópole:
 Urbanização em Tibau (RN)

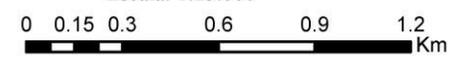
Autora: Iara Rafaela Gomes
 Orientador: Dr. Eustógio W. C. Dantas

**MAPA 4 – Tibau. Indicação
 de Areas de Ocupação.**

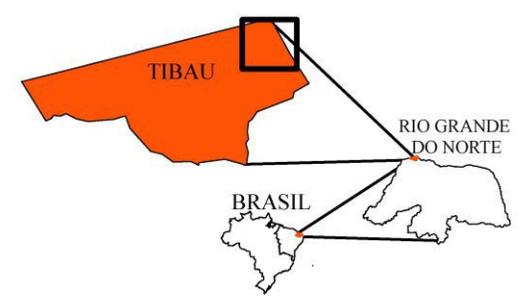
LEGENDA

- Cursos D'água
- Núcleo Inicial
- Espelhos D'água
- 1ª Área de Expansão
- Limite Municipal
- 2ª Área de Expansão
- Rodovia
- Área de Expansão Recente

Projeção Universal Transverso de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984
 Fontes: IBGE 2010
 Escala: 1:25.000



Localização Geográfica do
 Município de Tibau - RN



A tabela a seguir mostra a quantidade de domicílios existentes em Tibau e sua variação nos últimos dez anos. Em 2000 foram recenseados 2.206 domicílios enquanto em 2010 esse número subiu para 3.179⁶⁶, portanto um percentual de 44,1 % de aumento, superando inclusive o percentual de domicílios recenseados em Mossoró.

Tabela 4 - Domicílios recenseados - IBGE			
Ano	2000	2010	Variação %
Brasil	54.337.670	67.569.688	24,35
Rio Grande do Norte	829.674	1.099.274	32,49
Mossoró	62.201	86.628	39,27
Tibau	2.206	3.179	44,1

Fonte: Censo Demográfico – IBGE. Organização própria.

Há verdadeiro incremento na valorização do espaço litorâneo desta cidade nos últimos anos. Como evidência podemos citar o seguinte fato: o setor terciário em Mossoró tem feito com que pequenos investidores da região acelerem a valorização imobiliária e conseqüentemente o processo de urbanização de Tibau, mediante iniciativas que favorecem a realização das novas necessidades de consumo e expansão das atividades deste setor, as quais surgem com o aumento da demanda de lazer das populações urbanas.

Como podemos identificar no próximo quadro, os preços de terras nos municípios da “zona homogênea mossoroense”⁶⁷ mostram claramente a valorização dada ao litoral tibauense. Segundo observado, o valor do metro quadrado no litoral só perde para Guamaré, mas neste caso a questão da produção do petróleo tem

⁶⁶ Tamanho aumento no número de domicílios construídos tem afetado bastante os solos existentes na área urbana de Tibau, pois estes são predominantemente arenosos, bem drenados e pouco consolidados (características condizentes com neossolos quartzarênicos. De acordo com a classificação da Embrapa de 1999) (CARVALHO, 2009) e como a vegetação natural vem sendo intensamente devastada pelo processo de ocupação (desordenado) da área, somados também aos fortes desníveis topográficos e ao regime climático com chuvas concentradas, estudos têm registrado que a maior parte da área está propícia ao desenvolvimento de processos erosivos lineares, como já vem ocorrendo.

⁶⁷ Divisão política do Estado do Rio Grande do Norte. Este está dividido em 167 municípios, agrupados em oito zonas homogêneas de acordo com estudo realizado pela SEPLAN/IDEC, 1973. Seriam elas: Zona homogênea do Litoral Oriental, do Litoral Norte, do Agreste, de Currais Novos, de Caicó, das Serras Centrais, do Alto Apodi e Mossoroense.

papel decisivo em tal valorização. No caso do valor nas zonas urbanas, o preço no litoral tibauense fica abaixo apenas de Guamaré e Mossoró, porém nesse segundo há uma nota que explica que o valor depende do local.

QUADRO 1- Preços de Terras. Zona Homogênea Mossoroense

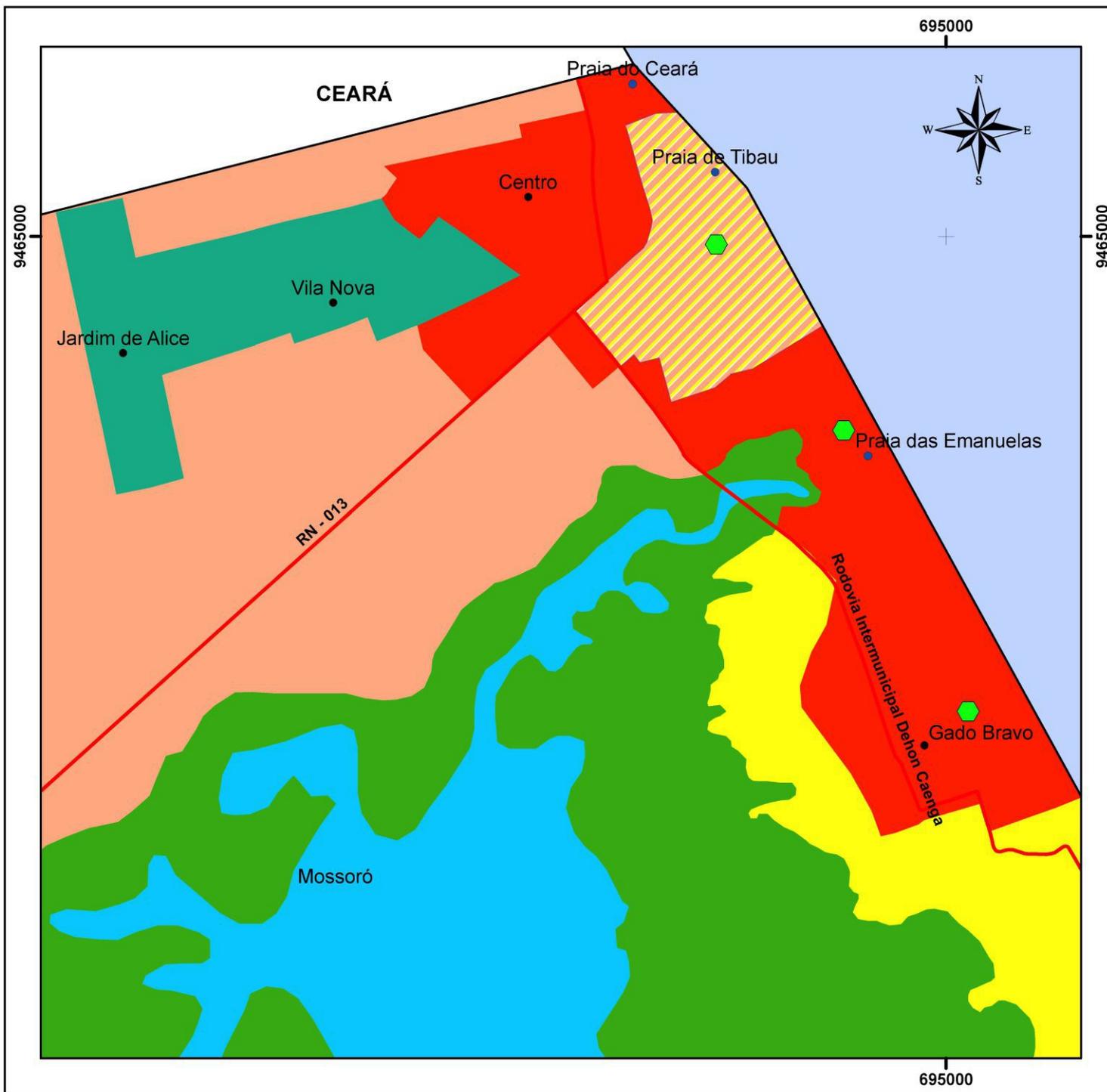
Municípios	Sequeiro (1 ha)		Várzea (ha)		Tabuleiro (ha)		Litoral (1.000 m²)	Zona urbana (Lote 15x30)
	Sem infra-estrutura	Com infra-estrutura	Sem infra-estrutura	Com infra-estrutura	Sem infra-estrutura	Com infra-estrutura		
Apodi	150	2.000	3.000	5.000	300	1.200	-	2.000
Assu	300	1.200	1.500	5.000	-	-	-	6.000
Areia Branca	180	-	3.000	4.500	300	500	3.500 (3)	2.800 (3)
Alto do Rodrigues	300	4.000 (2)	5.000	6.000	400	1.500	-	2.500 (3)
Baraúna	400	1.100	-	-	-	-	-	300
Caraúbas	100	400	-	-	-	-	-	400
Carnaubais	-	-	5.000	7.000	250	-	-	-
Espírito Santo do Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Felipe Guerra	-	-	1.000	1.500	-	-	-	1.000
Gov. Dix-Sept Rosado	170	220	-	-	-	-	-	800
Grossos	180	400	1.500 (1)	4.000 (1)	-	-	3.000	4.000
Guamaré	-	-	-	-	800	-	11.000	25.000
Ipanguaçu	-	-	5.000	10.000	500	2.000	-	950
Itajá	240	920	-	-	-	-	-	680
Itaú	1.000	1.500	2.500	3.500	-	-	-	3500
Macau	3.000	5.000	-	-	-	-	700	8.000
Mossoró	400	1.000	6.000	9.200	700	820	-	18.000 (3)
Pendências	1.000	2.000	2.000	3.500	200	400	-	2.000
Porto do Mangue	200	700	1.200	3.000	200	350	5.000	3.000
Rodolfo Fernandes	1.000	3.000	-	-	-	-	-	-
São Rafael	100	300	-	-	-	-	-	1.200 (3)
Severiano Melo	200	500	-	-	-	-	-	900
Serra do Mel	-	60.000 a 100.000	-	-	-	-	-	-
Tibau	-	-	2.000	6.000	250	600	8.500	3.500 (3)
Upanema	200	-	1.000	2.000	120	-	-	2.500 (3)

1. Terreno 15x302. / 2. para m²3. / 3. dependendo do local

Fonte: Prefeituras Municipais, cartórios e técnicos.

É interessante destacar a atual organização socioespacial instaurada pela expansão urbana da cidade, pois com a valorização dos preços fundiários, que mobiliza proprietários, corretores, incorporadores e construção civil, há certo direcionamento do fluxo ocupacional de Tibau.

O mapa a seguir, elaborado com base em trabalho de campo e também em metodologia adaptada de Carvalho (2009), evidencia as condições da atual ocupação na sede de Tibau.



Universidade Federal do Ceará
 Programa de Pós-graduação em Geografia
 Fundação Cearense de Apoio ao
 Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tese: Vilegiatura além da metrópole:
 Urbanização em Tibau (RN)
 Autora: Iara Rafaela Gomes
 Orientador: Dr. Eustógio W. C. Dantas

MAPA 5 – Tibau. Áreas de Ocupação Desordenada

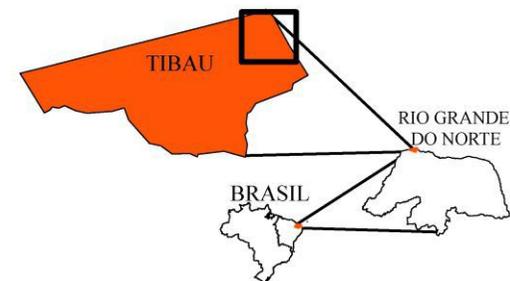
LEGENDA

- | | |
|------------------|-------------------------|
| Cursos D'água | Área Urbana |
| Espelhos D'água | Ocupação Desordenada |
| Limite Municipal | Expansão Urbana |
| Rodovia | Depósitos Lagunares |
| Bairros | Tabuleiro Costeiro |
| Praias | Praias e Campo de Dunas |

Projeção Universal Transverso de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984
 Fontes: IBGE 2010, Landsat 2011
 Escala: 1:135.000



Localização Geográfica do
 Município de Tibau - RN



Como afirmamos em capítulo anterior, o maior número de domicílios de Tibau diz respeito àqueles destinados ao uso ocasional, para utilizar nomenclatura oficial do IBGE. Como mencionamos também, os institutos estatísticos, sobretudo os europeus, registram sistematicamente os domicílios de uso sazonal. Para diferenciá-los de outros domicílios consideram a frequência (sazonal) e os usos predominantes. Neste sentido, a permanência (estada) com vistas ao lazer ganha ênfase nas definições e na própria diferenciação deste tipo de domicílio particular comparativamente aos demais.

A relação entre as variáveis pode identificar diversas características socioespaciais do processo, e também, em especial, dos proprietários dos domicílios de uso ocasional, como já expusemos. No caso brasileiro, somente na década de 1970 é que o Censo Demográfico do IBGE define residências secundárias como os domicílios fechados. Nesta ótica, é classificado como “o domicílio que servia de moradia (casa de praia, ou campo, normalmente usado para descanso de fim-de-semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do censo” (TULIK, 2001). Em 1980, o conceito de residência secundária redefiniu-se e o IBGE cria uma categoria específica, “domicílios de uso ocasional”, o que o diferenciou do “domicílio fechado” incluído no Censo de 1970, porém continuou se considerando os domicílios que estavam fechados, cujos proprietários não estavam presentes na data do Censo. Com o Censo de 1991, ocorre novo avanço na conceituação do IBGE, que classificou as residências secundárias como os domicílios de uso ocasional, entretanto não restringiu isso à não presença do morador temporário. Portanto, seriam considerados domicílios “de uso ocasional o domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim” (TULIK, 2001).

Segundo adverte Pereira (2012), de algum modo, os dados do IBGE não são suficientes para qualificar as práticas marítimas modernas; de outro, as investigações não devem desprezar sua interpretação. Dessa forma, devem analisá-los como um dos indicadores de consolidação da prática. Indiscutivelmente, os dados contribuem para descrever o processo de espalhamento do lazer marítimo no Nordeste e sua relação com a urbanização nos espaços litorâneos. Este autor interpreta a vilegiatura entre estas práticas de lazer como a razão mais relevante da existência destes imóveis ocasionais.

No caso de Tibau, assim como nos municípios representativos da lógica do veraneio, este possui uma marcante característica mencionada, qual seja, a grande quantidade do total de domicílios é de uso ocasional. Contudo, fora do período de veraneio, a cidade recebe outra dinâmica. Se em alguns dias dos meses de dezembro a fevereiro, a avenida principal chega a ter congestionamentos, nos outros meses do ano, poucas são as pessoas vistas circulando por Tibau. Se a espera em restaurantes pode ser bastante demorada nos meses de veraneio, fora deste período alguns simplesmente nem funcionam.

Nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro o litoral de Tibau é intensamente ocupado por vilegiaturistas vindos em sua maioria da própria região oeste potiguar em busca de lazer e descanso, alojando-se em segundas residências predominantemente localizadas no litoral. Mossoró é certamente o local de onde vêm mais pessoas. Com a aplicação de questionários, confirmamos este maior percentual. Conforme a análise dos dados, 76,92% dos entrevistados têm residência fixa em Mossoró.

Uma questão vem à tona: devemos entender Tibau em toda sua dinâmica particular do período de veraneio quando a população da cidade chega a quase 50 mil pessoas ou nos meses que vão de abril a dezembro, sobretudo nos dias da semana, quando seus pouco mais de 3 mil moradores circulam timidamente pela cidade? Esta e outras indagações surgem quando algumas transformações começam a ser viabilizadas através de elementos como asfaltamento de estradas, melhoria nos serviços energéticos e de abastecimento de água, etc. mesmo quando também já se destacam a perda de parte das suas belezas naturais, com a degradação das suas falésias, assim como a falta de planejamento urbano que torna caótica e inadequada a construção de casas mais distantes do centro e sem acesso a todos os serviços citados anteriormente.

Inegavelmente a vilegiatura marítima intensifica o processo de incorporação da zona de praia à tessitura urbana. Desse modo, como evidenciado, nos últimos anos, o desenvolvimento do turismo e da vilegiatura no Nordeste brasileiro⁶⁸ tem transformado a realidade de muitas cidades localizadas à beira-mar, tendo em vista que essas duas atividades trazem consigo elementos capazes de integrar diversas atividades dentro do município, como, por exemplo, em Tibau. Neste caso, sobressaem certamente a vilegiatura marítima, incrementando seu processo de urbanização.

Sendo assim, sobre o processo de urbanização, a vilegiatura ocupa posição de realce entre os fatores que levam a tal processo no contexto das cidades litorâneas nordestinas. Mencionada prática e a urbanização possuem íntima relação, pois aquela, na sua forma atual, é um fenômeno social que funciona como um dos elementos de constituição da sociedade urbana. Intrinsecamente à vilegiatura, o movimento sazonal da população urbana origina ligações entre espaços. Este aspecto a diferencia de outras práticas, como o turismo e a excursão (PEREIRA, 2006).

O par turismo e vilegiatura merece atenção. Consoante mostram as metamorfoses ocorridas durante o século XX, principalmente em seu último quartel, a prática da vilegiatura não consegue ser explicada pelas construções teóricas acerca do turismo. Há forte tendência em dispor todos os fenômenos inerentes a viagem e lazer como turísticos. A tradição científica do século passado, por exemplo, rejeitou a densa história da vilegiatura, sobretudo com o fenômeno das viagens em massa, no qual todas as práticas concernentes ao livre deslocamento aproximaram-se pelos estudos sobre a atividade turística (PEREIRA, 2012).

Para compreender a relação entre o turismo moderno e a vilegiatura, em particular a marítima, é fundamental considerar a relação dialética entre viagem e estada. Louis Burnet, em sua obra, *Villégiature et tourisme sur les côtes de France*, publicada no início da década de 1960, distingue a vilegiatura “qui implique l'idée de

⁶⁸ Segundo Dantas et al. (2009, p. 1.), “o turismo litorâneo e a vilegiatura marítima destacam-se como dinâmicas socioespaciais conformadoras do Nordeste brasileiro contemporâneo, implicando na adoção de políticas econômicas desenvolvimentistas que culminaram no fortalecimento de um padrão de organização do espaço díspare na Região Nordeste de outrora. Percebe-se importante concentração de recursos públicos, investimentos privados e fluxos turísticos e imobiliários em quatro Estados (Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte), implicando em fragmentação da região, com indicação do ‘Nordeste turístico-imobiliário’, associado às imagens representativas da maritimidade nas capitais e metrópoles litorâneas nordestinas”.

repôs” do turismo que “implique l’idée de mouvement” (BURNET, 1963). O historiador Boyer (2008) incrementa o debate ao propor diferenças e interdependências entre turismo e vilegiatura. Para este autor:

Le tourisme est habituellement présente comme une entité, englobant des voyages diverses formes de séjour, l’étude des infrastructures utilisées, mais aussi les représentations. Les discours tenus orientent vers le voyage et ses contenus, sur les découvertes, tandis que la réalité, ce sont des juxtapositions de sédentarités, de résidences temporaires. C’est cela qui, ici, est qualifié de *villégiature* avec des lieux, des modes de résidence choisis pour séjourner (p. 229).

A nosso ver, o que é vivido de maneira mais intensa em Tibau associa-se muito mais à vilegiatura que, segundo Pereira (2012, p. 63),

Acontece quando indivíduos ou grupos sociais reservam em seu cotidiano um recorte espaço-temporal onde as necessidades dos praticantes (lazer) serão atendidas, ou seja, o gozo está na condição de se sedentarizar temporariamente em outro lugar que não seja sua residência, seu habitat, sua morada.

É certamente na análise da forte relação entre vilegiatura e urbanização litorânea que podemos refletir sobre a cidade de Tibau, uma pequena vila de pescadores transformada rapidamente em um conglomerado desorganizado de casas de veraneio. Conglomerado esse responsável por severas mudanças na organização espacial de Tibau e na valorização do seu espaço litorâneo.

As transformações no espaço urbano de Tibau começam a se destacar ainda na década de 1950. Porém, é nas décadas de 1960 e 1970 que tal processo se intensifica em virtude do grande número de pessoas oriundas de Mossoró e mais timidamente de outras localidades do Rio Grande do Norte e Ceará, que procuravam Tibau com o objetivo de passar temporadas ou fins de semana, como podemos verificar na matéria veiculada no jornal *O Mossoroense*, de 1975, e exposta a seguir.

O MOSSOROENSE 1

DIVIRTA-SE

Roteiro do Fim de Semana

Tibau, a melhor pedida

Deixando um pouco de lado os divertimentos de terra, boato, cinema, festa ou restaurante, que não existe com nada neste fim de semana, a melhor pedida é a praia de Tibau. Agora não há mais aquele problema de estrada ruim, pois com os pequenos serviços que já foram feitos na estrada (digo pequenas), melhorou 50 por cento a sua situação. Você pode fugir o percurso, que de aproximadamente 42 quilômetros, em 40 minutos, sem pressa nenhuma. Chegando lá, pode se maravilhar com aquele sol forte, com a (enorme) praia de areia coloridas nos mares (que infelizmente estão se acabando), com a comida (ou peixe) gostoso do Bar do Barão, com o clima ótimo de lá. O vento solto. A presença do Tido. Ananias, durante sua viagem de praia. Tudo tão simples e bom! Curtindo a tranquilidade e o silêncio. Só ouvindo o zumbido do mar, o barulho do mar, ouvindo as mulheres. Vou a rede, a paisagem o ar. Ou, de perto, a praia, sente o fresquinho que vem das águas. Tibau o fim de semana. No sábado e no domingo. Tibau é a melhor pedida neste fim de semana. A menos que você queira outras pedidas.

Para domingo, haverá um festival da batidinha no SESI, numa promoção dos comerciantes. Deverá começar às 10 horas e a entrada custará 10 cruzeiros. A garotada terá sua vez às 18 horas, na ACDP, com a escolha da Miss Brasil Mirim 1975. A festa terá a animação do conjunto "The Pop Som", e custará 10 cruzeiros, tanto para sócios como para não sócios. A grande atração será a cantora Ayla Maria, de Fortaleza. À noite haverá a entrega das medalhas e troféus aos campeões das III Olimpíadas Estudantis Mossoroenses, no Club. Ipiranga. O som estará a cargo do conjunto "The Pop Som", e a entrada será 10 cruzeiros (homens) e 5 cruzeiros (mulheres).

CINEMAS

Neste fim de semana, os cinemas voltarão a exibir Walt Disney. Um bom filme. O Cinema Pax, voltando a exibir os filmes de kung fu, apresentará "Sete golpes de dragão contra karatê". No Cinema Cid, quem quiser rever os (chabalismos) filmes de Mazonopi, poderá assistir o filme "Portugal... minha saudade".

Domingo o Caçara irá passar o melhor filme do fim de semana: "Casino Royale". Sensacional. Vale a pena ser visto. O Pax continuará com o mesmo filme de sábado, e mesmo acontecendo com a Cid. A garotada, na parte da manhã e da tarde, poderá assistir "O Mágico de Oz", no Cid. Um bom filme. Quem quiser assistir a um bom filme terá que ir mesmo no Caçara.

BOATES

Também há a escolha das boates, para as que não gostem nem de cinemas nem de festas. A boate Soubé apresentará a festa "19. Equinócio 75", numa promoção do Hilsen Viana. O som é do conjunto "Brasil Som 2000", devendo começar às 22 horas. A entrada custará 10 cruzeiros. No domingo ficará somente com o som do "Brasil Som 2000". A entrada é a mesma do sábado.

J. P.

COMBUSTIVEIS
TINIA
UMA

BRUNO

TODOS OS

FINHO - IN
TABAS

PRODU
E
FONES 41

Atenção,
A Tendi

De 24 páginas,
de manhã, até
Alf, de São Mate
nida. Preços
frente ao Mercado
novo mercado
bairro), a TINI
RECLAMACOES E
SOROENSE, s/n
de Otoniel Mota
Você que gosta e
não poderá deixar
SUA DE RECLA

Quei
FER
Tinias
Natal

Figura 5 – Matéria do jornal O Mossoroense.
Fonte: Jornal O Mossoroense, 1975.

Obviamente não podemos desconsiderar outros fatores, também fundamentais para o aumento populacional e conseqüentemente para o incremento do processo de urbanização, porém é marcante a vilegiatura como o principal deles, sobretudo nas duas últimas décadas. Segundo Felipe (2002), Tibau expande seus limites praiheiros que deixam de ser a falésia para avançar tanto do lado do Ceará como em direção a Grossos, no Rio Grande do Norte, onde surgem localidades como “Gado Bravo” e “Areias Alvas”, como se fossem bairros de Tibau. Esta expansão também se dá para o interior, cujas construções de casas de vilegiatura atingem desde os cumes dos morros ocidentais até as áreas dos sítios ao norte e trechos da “Estrada Hotel” ao sul.

Como, então, refletir tal processo? Como pensar esta dinâmica que, em parte, é singular à forte relação entre Tibau e Mossoró? Outros espaços não metropolitanos vivenciam semelhante dinâmica? Felipe (2002) lança outros desafios, isto é, como estudar Tibau em outros termos, tal como os urbanísticos? Vila ou cidade? Muitas outras indagações ainda surgem.

O que podemos destacar até o presente momento entre os resultados desta investigação é a tentativa de adequação da metodologia empregada, que buscou combinar recursos de várias ordens, como imagens de satélite, informações de dados secundários e de história oral, assim como leitura do espaço, os quais se revelaram apropriados para estabelecer os nexos entre as dimensões espacial, demográfica e social. Este caminho metodológico tem mostrado sua adequação pelo embate no espaço das informações coletadas com as situações identificadas em campo e levantadas em entrevistas. Estes, apesar de gerar algumas contradições, têm propiciado uma importante leitura da realidade.

No mais, têm permitido encontrar respostas e mais indagações quanto à questão da relação entre Mossoró e “seus” espaços litorâneos e a conseqüente valorização destes. Tal valorização apresenta duas faces, isto é, a riqueza dos vilegiaturistas e sua relativa ocupação elitizada, e a pobreza dos moradores locais que na ausência e/ou falta de oportunidades de trabalho em outras áreas se dedicam à construção civil, ou, principalmente, aos empregos informais de caseiros, diaristas, zeladores, etc. transformando mencionados espaços, portanto, em novos espaços para a sobrevivência da população pobre.

Temos percebido ainda a crescente falta de estrutura administrativa em Tibau para prover o atendimento de um volume acelerado de necessidades, manifestadas,

mais ainda, nos períodos de veraneio, mas que são fundamentais durante todo o ano para o suprimento conjunto das funções públicas de interesse comum.

Além da diversificação das atividades e do incremento da ocupação do espaço litorâneo, a falta de controle na ocupação e uso do solo e a desarticulação no processo de gestão, é inevitável a (auto) segregação socioespacial, à semelhança do verificado em outras áreas urbanizadas. É ainda intensa a agressão às áreas de mangues, restingas, encostas, e o precário atendimento em saneamento básico, comprometendo, nas temporadas, a qualidade sanitária de toda a população. Em virtude do mesmo descontrole que, de certa forma, favorece interesses segmentados, muitas edificações privatizam o acesso público aos bens naturais, como é o caso dos condomínios fechados existentes, e que estão sendo (cada vez mais) construídos em Tibau.

De forma geral, os vilegiaturistas têm sido favorecidos pelo serviço público, embora se privatize o que deveria ser socializado. Neste âmbito, verificamos descumprimento de legislações ambientais e urbanísticas. Desse modo, evidenciamos claramente a existência de um litoral que reproduz perversos padrões que podem ser ampliados, porquanto estas áreas estão sujeitas a gestões que tradicionalmente priorizam o estabelecimento de benesses para alguns, expandindo os prejuízos para outra parte considerável de atores sociais.

Tal realidade não é privilégio de Tibau. Muitos municípios que apresentam uma crescente e rápida urbanização (seja ela turística, litorânea, etc.) tendem a enfrentar estes problemas, como mostram, entre outros, os estudos de Fonseca et al. (2002) e Lima (2006) sobre a urbanização potiguar e pernambucana, respectivamente.

Ao longo dos anos, o litoral brasileiro sobressai como espaço bastante complexo, de variados usos e significados. Muitos são os vetores que propiciam o processo de urbanização neste país e, em especial, em suas zonas litorâneas, assim como diversas são as consequências de uma urbanização frenética e sem planejamento.

A seguir, trataremos tratar especificamente de Tibau e suas principais transformações socioespaciais a partir, sobretudo, do desenvolvimento da intensa vilegiatura marítima ali verificada.

3 A EXPANSÃO DO TERRITÓRIO DE TIBAU

No Brasil, o processo de urbanização tem se redefinido nos últimos anos. Mesmo com a concentração da produção científica brasileira na análise das metrópoles nacionais, outros estudos vêm sendo realizados na tentativa de compreender o crescimento em curso nas cidades menores, porquanto o notável aumento populacional e desenvolvimento econômico de cidades médias e pequenas tem chamado a atenção de pesquisadores dedicados à análise dessas cidades. Desse modo, trataremos da cidade de Tibau que deve ser pensada e explicada a partir, sobretudo, da cidade média de Mossoró, pois é nela onde se gera um relevante processo político e econômico que insere a pequena cidade de Tibau na lógica urbana e regional do oeste potiguar. Neste caso, Tibau passa a ter seu papel claramente definido na divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Norte, pois a ela atribui-se a função de produzir o espaço do e para o lazer.

Neste capítulo, revelaremos Tibau e suas principais transformações socioespaciais, em particular pela prática da intensa vilegiatura marítima ali verificada. As relações e a maneira como tais transformações ocorrem entre esta cidade e outros municípios, do Rio Grande do Norte e também do Ceará, são apresentadas, pois apesar de termos destacado enfaticamente a relação entre Mossoró e Tibau, é fundamental, ainda, esclarecer como esta cidade possui ligação com outras cidades e como e por que estas têm sido tão relevantes para evidenciar a dinâmica atual de Tibau.

3.1 Tibau no contexto de relações intermunicipais

Na atualidade, a ocupação de Tibau continua em ritmo acentuado, com o surgimento de novos loteamentos, e com a existente, porém lenta, implantação de infraestrutura e equipamentos, entre estas, estradas asfaltadas, tentativas de melhoria no oferecimento de energia elétrica, etc. – além de condomínios fechados que surgem como alternativas de investimento na área.

Ademais, observamos forte interesse no tocante à infraestrutura viária intermunicipal. Por exemplo, a estrada que liga Mossoró a Tibau, RN-013, está sendo duplicada. Embora o projeto exista há mais de um ano, somente em 2012 foi lançado edital de licitação. O início das obras ocorreu no final do mês de julho do mesmo ano com um investimento anunciado de R\$ 39 milhões de reais. Os serviços estão sendo executados em duas frentes de trabalho: uma saindo da cidade e outra da comunidade Gangorra, em direção a Mossoró. Como primeira etapa consta o desmatamento das áreas situadas às margens da atual pista. Para isto, as máquinas estão trabalhando para retirar a vegetação e fazer a limpeza nos locais antes de receber o aterro. A duplicação terá 27,84 km de extensão: sairá do entroncamento da BR-304 (que dá acesso à cidade cearense de Aracati) e irá até a entrada de Tibau (*O Mossoroense*, 4/10/2011; Assecom-RN, 25/4/2012; DER/RN; *Gazeta do Oeste* - 30/7/2012). Sobre o assunto, ver fotos 2 e 3, a seguir.



Foto 2 - Obras de ampliação da RN – 013
Autora: Iara Rafaela Gomes.



Foto 3 - Obras de ampliação da RN – 013
Autora: Iara Rafaela Gomes.

Esta estrada é fundamental tanto para o deslocamento dos mossoroenses a Tibau como da população de Tibau para Mossoró com o objetivo de trabalhar e de recorrer ao comércio e aos serviços desta cidade que atendem a uma grande quantidade de municípios da região e não somente Tibau. Além desta estrada, duas outras têm sido bastante significativas para Tibau. Trata-se da intermunicipal Dehon Caenga, RN-12, que liga Grossos a Tibau e se constitui num importante elo entre os dois municípios mais destacados na região da Costa Branca pelo potencial econômico. Outra é a CE-261, ligando Tibau e Icapuí, no Ceará. Esta relação merece nossa atenção.

Temos ressaltado enfaticamente a relação entre Mossoró e Tibau, porém é preciso esclarecer como esta cidade possui ligação também com outras cidades e como e por que estas têm sido tão relevantes para a dinâmica de Tibau.

Começemos por Grossos, município do qual Tibau fez parte até 1995. Grossos pertence à região salineira norte-rio-grandense, que é composta, além deste município, por outros sete: Areia Branca, Mossoró, Carnaubais, Macau,

Pendências, Alto do Rodrigues e Guimarães, subdividindo-se em duas zonas: uma liderada por Mossoró, que mantém sobre sua influência mais direta os municípios salineiros de Areia Branca e Grossos, parte do Vale do Apodi e da Região Serrana norte-rio-grandense; e outra liderada por Macau, que mantém, embora de forma frágil, influência sobre os municípios de Pendências, Guimarães e Alto do Rodrigues.

Como mencionamos, a produção de sal é decisiva para a economia de Grossos. Boa parte da sua produção é fornecida para as grandes indústrias alimentícias do Brasil, e uma parcela considerável deste sal é beneficiada (moagem e refino) em Mossoró. Seu comércio é pouco expressivo, havendo ainda o artesanato de figuras decorativas criadas com areia colorida em pequenas garrafas, como observamos também em Tibau. Nos últimos anos, há uma tentativa de incremento do turismo.

Suas praias mais distinguidas são Barra, Pernambuquinho e Areias Alvas. Esta última possui pequenos e rústicos meliponicultores⁶⁹ e faz a principal fronteira com o litoral tibauense. O forte apelo turístico do discurso do desenvolvimento turístico abrigado no Projeto Polo Costa Branca tem buscado inserir tais praias como roteiro do turismo litorâneo.

Neste processo, as estradas exercem papel fundamental, e assim o desenvolvimento da mencionada intermunicipal Dehon Caenga, RN-12, se consolida. Durante anos, a construção de uma estrada pavimentada que ligasse as cidades de Grossos e Tibau foi o grande pleito das populações dessa região praieira. Há aproximadamente quatro anos, efetiva-se a pavimentação de 22 km de estrada ligando as duas cidades.

Para favorecer o escoamento da produção salineira de Grossos (e também da fruticultura irrigada da região do Vale do Açu e Baixo Jaguaribe), é relevante citar a Estrada do Melão, no Rio Grande do Norte. A obra compõe 62 km de rodovia desde a RN-013, que liga Mossoró a Tibau, interligando as BRs 304 e 405, e foi iniciada em 2002 pelo governo estadual, segundo Jáder Torres, diretor do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) (TRIBUNA DO NORTE, 2007).

Consoante Batista e Oliveira (2012), ao estudarem recentemente a relação que se estabelece entre a urbanização e a vilegiatura marítima em Tibau, apesar de tal prática interferir no uso do espaço urbano impulsionando uma urbanização que

⁶⁹ Meliponicultura é a criação racional de abelhas.

lhe outorga a forma de cidade compacta, a ocupação da faixa litorânea pela vilegiatura, intensificada por meio das rodovias estruturantes intermunicipais, dá origem a uma nova forma de cidade, ou seja, a cidade estendida. Para as autoras, tal cidade se estruturaria justamente com o apoio do eixo rodoviário turístico que aglomera dois outros centros urbanos, isto é, Grossos e Icapuí, no Ceará, adquirindo características de uma morfologia em eixos, paralela à faixa litorânea e razoavelmente próxima à cidade de Mossoró, “abrindo as portas do sertão para o mar” (p.11)

Nesse sentido, Icapuí, no Ceará, também merece nossa atenção. Este município integra o litoral leste deste Estado e faz fronteira com o Rio Grande do Norte. Dista 54 km de Aracati, no Ceará, a 84 km de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e apenas 19 km de Tibau, também no Rio Grande do Norte - acesso pela CE-261. Essa pequena distância parece ser o fator de relevância para as fortes relações entre tais municípios (Tibau e Icapuí), porém outros fatores merecem destaque.

Icapuí está associada ao ciclo do couro no Ceará, servindo de dormitório para os tropeiros provenientes de Aracati. Sua emancipação ocorreu apenas em 1985, após um processo de desmembramento de Aracati, antiga sede municipal. Desde então, Icapuí produziu experiências bem-sucedidas e significativas no respeitante à saúde, educação e gestão pública participativa. Todos estes elementos foram significativos para determinar a importância de Icapuí para outros municípios.

Em relato de campo, percebemos como as experiências bem sucedidas de Icapuí influenciaram a população do município de Tibau. Em 1988, o então prefeito José Airton Felix Cirilo da Silva, que era filiado ao PMDB/PFL, apresentou uma proposta de mudança na maneira de fazer política, agora como filiado ao Partido dos Trabalhadores. O movimento de emancipação política da década de 1980 implanta ali um modelo de gestão que produziu resultados satisfatórios. Diante destes, Icapuí assume destaque nacional e internacional, sobretudo em face das suas políticas de saúde e educação. Com o novo modelo de gestão, formou-se a base para movimentos de organização comunitária no âmbito do município, particularmente em algumas comunidades pesqueiras, em especial para Redonda, considerada pioneira na organização de propostas de turismo comunitário no Estado do Ceará.

Em face desta nova realidade, a Prefeitura recebeu o Prêmio Paz e Liberdade, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo trabalho realizado no intuito de inserir todas as crianças na escola. Outro prêmio foi o da

Gestão Pública e Cidadania – Universalização do Ensino, outorgado pelas Fundações Ford/Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (FGV – RJ). Além do mais, muitos conselhos municipais foram instalados: Turismo, Saúde, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente, Tutelar, Meio Ambiente; associações de moradores; associação de artesãos; associações de turismo; sindicatos (Trabalhadores Rurais e Funcionários Públicos); e a Federação das Entidades Comunitárias.

Em Icapuí sobressaem como atividade econômica a pesca, principalmente da lagosta, a extração do sal (em fase de declínio econômico), a agricultura, a extração de petróleo, de visível relevância, concentrando grande parte da produção de petróleo em terra do Estado do Ceará e ainda apresentando fortes possibilidades de incremento nessa produção⁷⁰. Quanto ao turismo, este tem sido inserido em parte considerável das praias do local, algumas concentrando muitos meios de hospedagem. Esse crescimento tem motivado empreendedores do ramo hoteleiro e intensificado a compra de terras e a construção desses empreendimentos no litoral icapuiense desde o início da década de 1990.

Somadas a essas atividades, algumas outras fazem parte da economia do município, tais como o extrativismo vegetal (caju, coco, algas), a agricultura de sequeiro e o setor de serviços. Ao longo dos anos, essas dinâmicas econômicas tiveram forte ligação com a estruturação de equipamentos urbanos em Tibau. Com o crescimento populacional e a atração advinda do setor pesqueiro, sobretudo associado à pesca da lagosta, tornou-se necessário o investimento em serviços públicos, assim como a instalação de equipamentos que servem à dinamização da economia e à aceleração da fluidez no espaço. Incluem-se, ainda, o incremento dos bancos e correspondentes bancários, assim como da rede de internet de alta velocidade e da construção de novas vias de tráfego, com destaque para aquelas que ligam as praias aos principais núcleos populacionais do município, servindo ainda para o escoamento da produção pesqueira. Surgem também serviços variados, como faculdades particulares, consultórios médicos e odontológicos privados, escritórios administrativos, que aparecem entre as inovações ocasionadas em Icapuí em função da inserção de tais dinâmicas produtivas (COSTA, 2010).

⁷⁰ Essa exploração está ligada à Unidade de Exploração e Produção do Rio Grande do Norte e Ceará (UN-RN/CE) que tem sede em Natal-RN e desenvolve suas atividades no campo de exploração da Fazenda Belém. Tal unidade da Petrobras atua nos dois Estados e desenvolve atividades em terra e no mar. Sua produção é de 10 mil barris/dia de petróleo e 240 mil metros cúbicos de gás natural no Ceará, através de seis campos produtores, dois deles localizados entre Aracati e Icapuí (PETROBRAS, 2008).

Assim, além da pequena distância entre as sedes municipais de Icapuí e Tibau, toda a disposição de comércio e serviços desenvolvidos ao longo dos anos em Icapuí tem motivado uma série de relações entre ambos. Do ponto de vista do comércio entre tais municípios, vale destacar ainda importante informação quanto à relação entre Tibau e outros municípios cearenses. Os impostos (como o ICMS, por exemplo) cobrados pelo Estado do Ceará são inferiores aos cobrados pelo Estado do Rio Grande do Norte. Isto motiva relações comerciais entre os municípios de Tibau e os do Ceará e leva os comerciantes de Tibau a adquirir mais mercadorias daquele município do que até mesmo de Mossoró.

Ainda sobre o comércio, obtivemos informações significativas em campo⁷¹. Como mencionado, Tibau historicamente foi uma vila de pescadores e até recentemente tinha na pesca uma marcante atividade econômica, porém o quadro tem se redefinido na atualidade. Ficamos surpresos ao saber que parte considerável do peixe, assim como do camarão, oferecidos nos restaurantes e barracas de praia locais são comprados em cidades como Fortaleza, no Ceará (neste caso, no mercado, que recebe os produtos de cidades como Camocim, também no Ceará). O peixe vem em sua maioria de tal cidade e o camarão, dos municípios vizinhos a Tibau, como, por exemplo, Grossos, que possui criação em cativeiro.

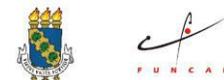
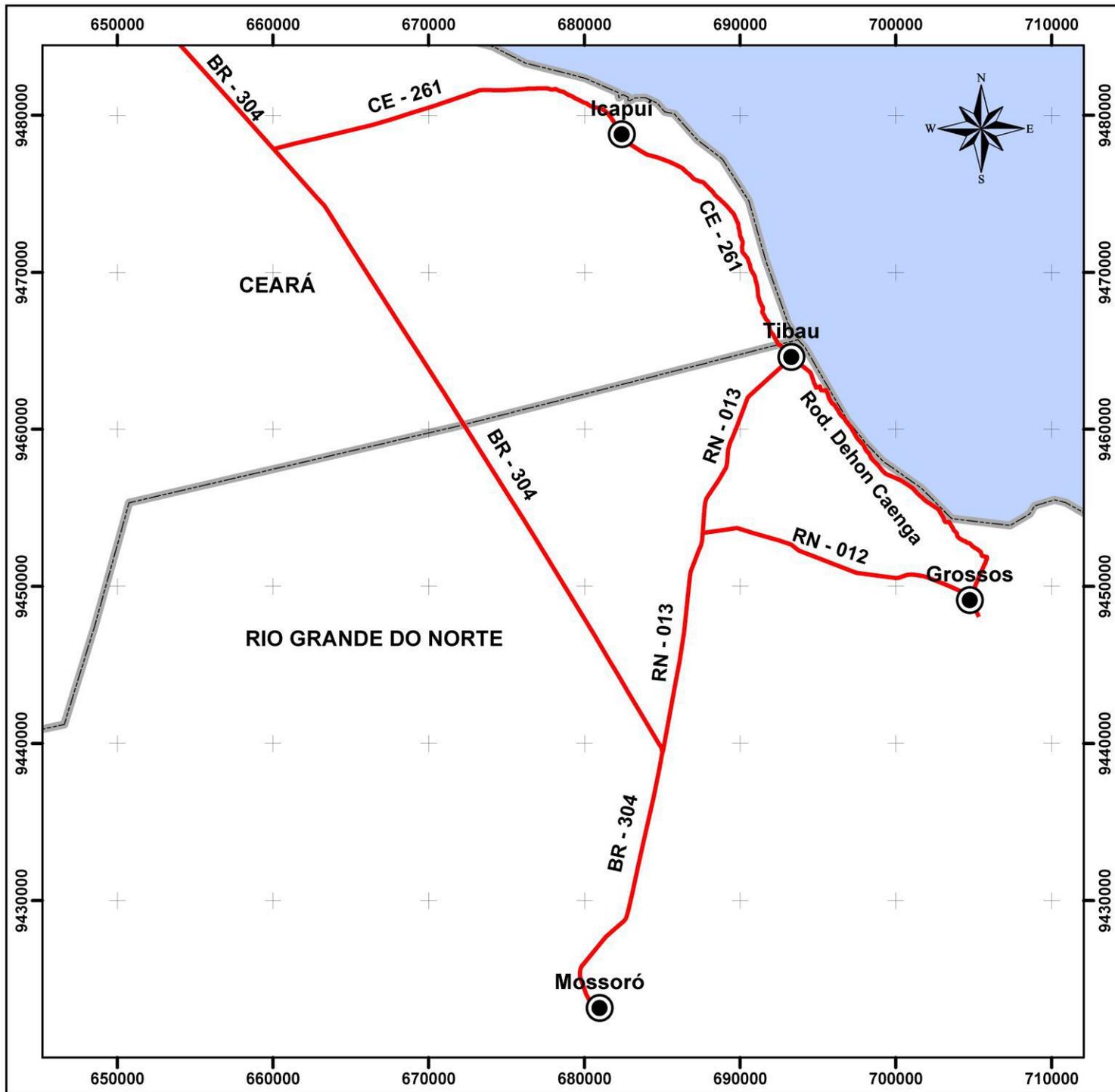
Sobre os deslocamentos entre as cidades, há uma empresa de ônibus⁷² que empreende duas viagens diariamente entre Icapuí e Tibau. Na realidade, o ônibus sai de Icapuí, vai para Tibau e segue para Mossoró. Esta mesma empresa faz trajetos diários entre Fortaleza (capital cearense) e Tibau (sempre passando por Icapuí) em dois horários diários. Nos finais de semana são três horários.

Conforme percebemos, as trocas entre os municípios mencionados se dão a partir, portanto, na atualidade, das novas obras relacionadas à infraestrutura dos transportes, com a construção das estradas que interligam os municípios uns aos outros e ao mesmo tempo promovem o escoamento da produção. Notamos uma integração via rodoviária, sobretudo entre os municípios, indo de Icapuí e seguindo por Tibau, daí podendo direcionar-se tanto para Grossos como para Mossoró (com

⁷¹ Entrevistas realizadas em junho de 2012 nos seguintes estabelecimentos: Restaurante Peixada do Aurélio, Atlântico Sul Restaurante, Restaurante Juscelino, Peixada da Osmelita.

⁷² Viação São Benedito: Fortaleza - Tibau (segunda a sexta) – 6h30min / 15h30min; Fortaleza - Tibau (final de semana) – 6h30min / 8h30min/15h30min; Tibau – Fortaleza (segunda a sexta) – 5h30min; Tibau – Fortaleza (domingo) – 14h00min.

uma via que, como ressaltamos, segue sendo duplicada). O mapa a seguir evidencia as informações mencionadas.



Universidade Federal do Ceará
 Programa de Pós-graduação em Geografia
 Fundação Cearense de Apoio ao
 Desenvolvimento Científico e Tecnológico

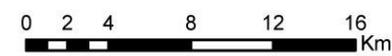
Tese: Vilegiatura além da metrópole:
 Urbanização em Tibau (RN)
 Autora: Iara Rafaela Gomes
 Orientador: Dr. Eustógio W. C. Dantas

MAPA 6 – Tibau. Situação Geográfica.

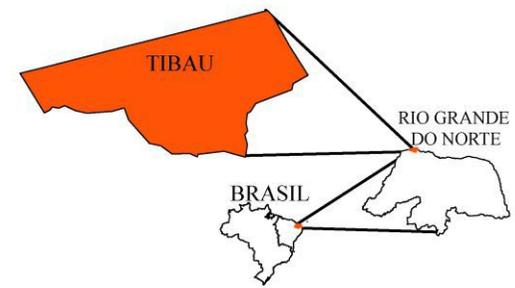
LEGENDA

- Limite Estadual
- Rodovia
- Limite Municipal
- Sedes Municipais

Projeção Universal Transverso de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984
 Fontes: IBGE 2010
 Escala: 1:25.000



Localização Geográfica do
 Município de Tibau - RN



Como podemos depreender, embora sejam muitas as relações estabelecidas entre Tibau e os municípios referidos, sem dúvida alguma, a que se estabelece entre Mossoró e esta cidade é a que mais efetivamente impele seu processo de urbanização. Ademais, os investimentos sempre geram outros. Desse modo, as obras aludidas, como, por exemplo, a duplicação da Rodovia RN-013, traz em si outros investimentos paralelos. Neste caso específico, no trecho que liga Tibau a Mossoró, podemos citar o condomínio rural Villa Real Fazenda Resort, com lotes de 700 a 1.000m², oferecendo haras com baias, celeiro, pista de equitação, minigolfe, pista de *cooper*, trilhas ecológicas, charrete, horta, pomar, fazendinha, heliponto, clube aquático com lago e piscinas, *deck* para *jet-ski*, entre outros. Trata-se de condomínio de campo fechado com alto padrão e infraestrutura de fazenda e *resort*. Tal empreendimento é formado pelo grupo Pizzato e pela família Melo, que atuam em todo o Rio Grande do Norte com investimentos em áreas diversas.

Conforme se acredita, a duplicação desta via, além de incrementar a vilegiatura, auxiliará no fortalecimento da economia, ao favorecer o escoamento das produções das salinas e de outros ramos de atividade. Também incrementará o setor imobiliário “valorizando” as terras existentes neste trecho, sobretudo as que beiram a RN em serviço.

Quanto à ocupação e ao uso do solo urbano em Tibau, algo que nos chamou atenção nos dados levantados foi o fato do espaço público de acesso às praias de propriedade da Marinha estar comprometido pela privatização dessas áreas de domínio do povo e da União. As ruas não foram regularmente abertas e apresentam-se, de maneira geral, bastante estreitas, algumas, inclusive, sem saídas ou com os acessos restritos à praia. Desse modo, somente os proprietários das residências secundárias podem ter acesso à praia.

Silva e Monteiro (2012) alertam para esta questão e, como enfatizam, tal descaso do poder público trouxe como consequência ainda as formas privativas de apropriação do litoral, onde podemos observar diversas construções sobre falésias, em especial na praia que faz fronteira com o litoral cearense. Para os autores (2012, p. 9):

A ocupação de falésias não somente infringe a legislação urbana, como igualmente representa risco socioambiental aos moradores em caso de

eventual desabamento das encostas, considerando-se que nesse caso, a falésia ainda está ativa, em permanente processo de erosão marinha.

Sobre tal assunto, Felipe (2010) também levanta pontos bem relevantes para reflexão. Segundo afirma, esta ocupação acarreta problemas associados ao aquífero do qual faz parte o lençol d'água do Morro de Tibau. Tanto a capacidade de armazenamento e a qualidade da água como o movimento dos aquíferos dependerão das características geológicas. Contudo, provinda das chuvas, essa água pode escoar superficialmente ou infiltrar. Em Tibau, a água das chuvas se infiltra nas chamadas dunas quaternárias e vai se acumular nas barreiras terciárias constituídas de arenito. Esta taxa de infiltração em solos arenosos é bastante considerável e o escoamento superficial só ocorre quando a taxa da água que cai excede essa taxa, ou quando as camadas das dunas se saturam totalmente da água. Este autor levanta a hipótese sobre a possibilidade daquelas águas subterrâneas que alimentam “os pingas” deixarem de existir ou reduzirem bruscamente sua capacidade armazenadora da água. Como evidenciado, o que acontece em Tibau, em termos de depredação dos morros, é a destruição dessas elevações naturais, pela retirada de areias para construção de estradas e, sobretudo, pela construção indiscriminada das casas de veraneio no topo e encostas daqueles morros.

Para Silva e Monteiro (2012, p. 12):

Diante da situação paisagística observada pela pesquisa, pode-se afirmar que o rápido e intenso processo de ocupação, por residências secundárias, da linha de praia, das falésias e dunas, entre outras áreas ambientalmente frágeis no município de Tibau, tem acarretado danos socioespaciais implicando na perda da qualidade de vida da população permanente, sujeita a arcar com o ônus da atividade do veraneio e do turismo local.

Além do mais, a predominância da vilegiatura e, portanto, das segundas residências, tem sido vista como segmento que não gera muitos lucros para o município, pois tanto aumenta a especulação imobiliária como inflaciona os preços para a população local, deixando para a administração pública o ônus dos períodos de alta estação, tal como o lixo então produzido. Outro fator a ressaltar é o fato da população local estar sempre na expectativa do processo. Por exemplo, acaba-se pensando e planejando a cidade muito mais para quem é “de fora” e nela

permanece apenas por curtos períodos do ano. Um exemplo clássico foi o carnaval de 2012, quando a festa foi “privatizada”, ou seja, criaram-se blocos aos quais somente tinham acesso aquelas pessoas que podiam comprar (a preços bem elevados) os ingressos, atualmente conhecidos como *abadás*⁷³.

Em entrevista com um ex-secretário de Planejamento⁷⁴ do município, há um discurso dúbio que aponta a vilegiatura tanto como vetor importante de crescimento da cidade como também aquela que traz prejuízos para esta, não servindo inclusive para arrecadar impostos, pois apenas 10% dos veranistas pagam IPTU em dia. Todavia, os vilegiaturistas recebem inúmeros benefícios com as melhorias feitas pelo poder público, porquanto suas propriedades privadas são valorizadas tanto quanto a cidade, mas os prejuízos acabam sendo muito maiores para aqueles que ali permanecem o ano inteiro.

Hoje, a maioria das pequenas cidades já apresenta um “frágil” processo de urbanização, resultado, principalmente, da concentração das atividades econômicas e da oferta de serviços nos grandes e médios centros urbanos e, particularmente, da insuficiente rede de comunicação/informação entre aglomerações de todos os tamanhos. A dependência entre cidades em um sistema urbano associa-se à complexidade nelas presente. De acordo com Campos (2009), a cidade, seja qual for sua escala, percebida a partir da sua inserção no mundo, na região ou no lugar, como ponto de articulação de movimentos e sedimentação de populações, mercadorias e ideias, conforma de maneira permanente novas formas de agrupamentos e de relações socioespaciais, mesmo com tamanhos ou formas diferenciadas.

Neste caso, Tibau tem estabelecido importantes relações socioespaciais com o espaço regional norte rio-grandense na medida em que se insere perfeitamente em uma divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Norte, inserindo-se, ainda, como um poderoso receptáculo de segunda residência no Estado, portanto, espaço produzido pelo e para o lazer.

⁷³ Segundo o dicionário Michaelis, trata-se de “túnica branca com que os negros malês, em certas noites, se vestiam para rezar”. Tal nomenclatura foi apropriada por carnavalescos do Brasil que transformam os *abadás* em fantasias de carnaval. Na atualidade os blocos privados criam suas fantasias individuais e cada brincante compra a sua para poder efetivamente entrar na festa.

⁷⁴ Entrevista com o senhor Milton Guedes no dia 21 de junho de 2012.

3.2 A maritimidade moderna consolidada em Tibau

Os espaços litorâneos possuem finalidades bastante significativa para a economia nacional e norte-rio-grandense. Além dos elementos econômicos, outros fatores atribuem vital importância para a organização desses espaços e das cidades por eles banhadas. De acordo com a hipótese deste trabalho, a vilegiatura marítima evidencia-se como poderoso vetor do processo de urbanização, na atualidade, e para fundamentar tal argumento, analisamos a vilegiatura marítima e seu desenvolvimento no espaço litorâneo do município de Tibau, eleito para análise por razões já justificadas.

Desde o período colonial o então distrito de Tibau já existia e, conforme relatos, por muitos anos, os "Morros Vermelhos" foi somente uma vila de pescadores. Mesmo na atualidade, o hoje município é lugar bastante tranquilo e possuidor de belas praias.

Há ali uma larga faixa de areia fina e clara, um razoável coqueiral (que já foi imenso em tempos pretéritos), um belíssimo mar azul, dunas e falésias, onde ainda são vistos pequenos morros com camadas de areias coloridas (também consideráveis em tempos remotos), matéria-prima utilizada na confecção das chamadas garrafas de areias coloridas, um dos produtos do artesanato local.

Em Tibau o clima é semiárido tropical, com temperatura média de 27°C. Um fato de destaque é a temperatura da água do mar das praias desta cidade, sempre morna, principalmente nos finais de tarde, independente da época do ano. Ademais, a praia é plana, bem extensa, sem arrecifes e rochas submersas, o que proporciona muito mais tranquilidade ao banhista.

Tais fatores favoreceram a procura pelo litoral tibauense pelos vilegiaturistas, mas, com certeza, foi o desenvolvimento socioeconômico de Mossoró que materializou referido processo. Como dissemos, Mossoró é a segunda cidade mais destacada do Estado. De acordo com o IBGE (1982), caracteriza-se por ser historicamente uma cidade comercial, e um dos fatores determinantes para isto é sua localização geográfica em uma área estratégica de transição entre a economia do litoral e a do sertão. Esta condição proporcionou sua inserção na divisão territorial do trabalho durante sua história, com reflexos na constituição das atividades econômicas e nas suas reestruturações espaciais.

Desde uma economia agropastoril, à extração do sal e da cera da carnaubeira que passaram lentamente a participar da diversificação das atividades econômicas, existem ainda mais recentemente o agronegócio de frutas tropicais e a extração de petróleo como fortes impulsionadores de profundas mudanças estruturais e socioeconômicas em Mossoró.

Um traço marcante desta cidade de Mossoró é sua influência regional tanto em todo o oeste potiguar como em alguns municípios do Ceará e da Paraíba. Tal influência não é apenas econômica, pela centralidade associada às atividades comerciais e de serviços, mas ainda do ponto de vista social, pois em Mossoró encontram-se hospitais regionais de baixa e média complexidade que atendem a toda a região, entre outros tipos de serviços (COUTO, 2011).

Mossoró está entre as 22 cidades médias brasileiras que mais se desenvolveram nos últimos anos do ponto de vista do crescimento econômico nacional. No tocante à sua indústria, seu fortalecimento tomou novo impulso a partir de 1970, com a extração de petróleo⁷⁵, com considerável crescimento populacional no município, aquecendo o mercado local da indústria da construção civil.

Ademais, lidera a lista dos municípios com maior potencial mineral do Rio Grande do Norte, segundo levantamento realizado pelo IFRN, com base nos dados do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM). A concentração de minerais em solo mossoroense tem atraído alguns investidores. Há na atualidade duas fábricas de cimento em operação no município. A maior delas, administrada pela Cimentos Mizu, pode empregar até 1,5 mil pessoas.

Consoante dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Produto Interno Bruto (PIB) de Mossoró é de R\$ 2,7 bilhões e a renda *per capita* de R\$ 11,5 mil, a maior do Estado. Quanto ao índice de crescimento econômico, há uma variação de 7,4% ao ano, superior à média nacional, que é de 3,5%, e até mesmo da média entre as cidades emergentes, com 5,4%. Em decorrência do seu desempenho econômico e da relação com outras cidades da região oeste, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) evidenciou o crescimento de Mossoró

⁷⁵ Por dia, o município produz cerca de 47 mil barris, extraídos de 3,5 mil poços, mantendo-se como maior produtor terrestre de petróleo do país. Contudo, a produção diária tem diminuído, em virtude, principalmente, dos campos já estarem em estado de amadurecimento, perdendo a capacidade de produção em volumes crescentes ou constantes.

com *status* de capital regional. Este instituto o destacou como importante polo administrativo fora do eixo da capital, Natal. Entre as cidades médias em crescimento e com estreita ligação com a capital, o IBGE apontava: Campina Grande, na Paraíba, Juazeiro-Petrolina, na Bahia e Pernambuco, Caruaru, em Pernambuco, Mossoró, no Rio Grande do Norte, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha, no Ceará, Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista, na Bahia.

Muitas foram as novas instalações na cidade nos últimos cinco anos que materializam tamanho crescimento econômico: o Mossoró West Shopping, que também se instalou na cidade de Juazeiro do Norte, CE; a inauguração da Praça de Convivência, no Corredor Cultural; a chegada de condomínios, como o conglomerado da Alphaville, que esgotou a venda dos seus lotes em cinco horas; e a chegada de universidades, como a UnP, que dobrou sua oferta de cursos, etc.

Toda esta dinâmica favoreceu, certamente, o incremento do uso da praia de Tibau pelos vilegiaturistas mossoroenses. Nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, o litoral tibauense tem sido o reduto preferido de residências secundárias da população do oeste potiguar, aumentando sua população a um total acima da capacidade de assistência por parte do poder público local. Segundo mencionado, Tibau possui mais de 60% dos seus domicílios como segundas residências, o que significa 2.025 domicílios fechados a maior parte do ano, em contraposição aos 1.021 domicílios de uso permanente (IBGE, 2010).

Embora estejamos ressaltando a atual pujança econômica de Mossoró como elemento impulsionador da prática da vilegiatura em Tibau, em períodos precedentes já havia uma classe abastada em Mossoró, muito associada também às atividades econômicas da cidade, como, por exemplo, as elites agrárias, e ainda associadas à salinicultura. Tal classe possuía capital suficiente para investir em empreendimentos vinculados ao lazer. Até a década de 1960, Tibau era uma vila de pescadores, mas já com algumas dezenas de casas de veraneio, pertencentes em sua maioria à classe dominante de Mossoró, como afirma Felipe (2002).

Somente no final da década de 1960 é que a classe média de Mossoró descobriria Tibau, em decorrência, sobretudo, dos loteamentos e do crédito imobiliário. Consoante Felipe (2002, p.7) acrescenta, Tibau, a partir deste período:

Expandem seus limites praieros que deixam de ser a falésia em forma de “franja”, divisa natural que separa o Rio Grande do Norte do Estado do

Ceará, e a casa do bispo ou do Sr. Eduardo Sabóia, para avançar do lado do Ceará, até o “Tremembé”, ultrapassando já o “arrombad”, estuário do Rio Mata Fresca, que num futuro próximo ser o marco divisório dos dois Estados vizinhos.

Na realidade, Tibau insere-se numa lógica mais ampla onde a busca pelo litoral para o lazer teve grande expansão nos últimos trinta anos. Porém, o germe de tal acontecimento advém de muitos anos antes e em meados do século XX o processo desponta de maneira mais evidente, quando se incrementa uma nova variável para dinamizar estas relações de Mossoró com “seu” litoral. Trata-se da busca pelo lazer, pois a sociedade urbana mossoroense absorve as influências externas demonstrando recente interesse pelo mar. Ocorre, portanto, a difusão do fenômeno marítimo, principalmente em Tibau, e as práticas marítimas modernas simbolizariam mudanças no modo de vida da população mossoroense. Neste período, a imagem do litoral associada aos usos relacionados à maritimidade moderna passa a ser assimilada pela coletividade de tal modo que a segunda residência passa a ser quase uma cobrança para manutenção do *status* social de cada classe.

Isso promoveu um processo de reconfiguração da urbanização em Tibau mediante o adensamento junto à sua zona de praia. O avanço da dinâmica do lazer pelas elites mossoroenses propiciou a incorporação de novos espaços, antes ocupados pela racionalidade das atividades de trabalho, sobretudo dos pescadores, e habitação. Todavia, a substituição de tal grupo social impôs uma série de transformações, como a grande diminuição das atividades tradicionais, principalmente de pesca e mariscagem, a geração de ocupações informais, o movimento do mercado imobiliário, entre outras.

Em Tibau a vilegiatura acrescenta novos valores ao litoral, com as práticas marítimas modernas, bastante relevantes na reestruturação das imagens vinculadas ao mar. A partir daí, há grande motivação e desejo de se ter uma segunda residência na praia. Com a propagação deste fenômeno nos últimos anos, demonstra-se forte dinâmica, isto é, a consolidação da classe média em Mossoró, na década de 1970⁷⁶, acende a possibilidade de novos investimentos, estes já

⁷⁶ Reforçamos que Tibau assemelha-se em partes àquelas lógicas apontadas por Dantas, Pereira e Panizza (2008) pensadas para as metrópoles nordestinas brasileiras, isto é, o processo chega com “certo atraso” a este espaço. Para estes autores, a chegada dos vilegiaturistas impõe nova racionalidade ao uso do espaço litorâneo, sendo que há dois movimentos daqueles em direção ao litoral: o primeiro caracterizado como a descoberta das zonas de praia pelos vilegiaturistas, na

associados à moda de morar/viver à beira-mar. Referido processo acaba por reorientar o processo de urbanização corrente.

Como Mossoró, neste período, já não mais se constituía como cidade banhada pelo mar (embora suas relações com o litoral fossem constantes pelos fatores mencionados), optou-se por um espaço que distasse o mínimo possível dele e que pudesse oferecer tal possibilidade. Os primeiros investimentos em Tibau, por exemplo, são frutos da nova imagem vinculada à maritimidade moderna que atuando no imaginário coletivo cria o desejo nas pessoas de estar cada vez mais perto do mar para vivenciar o lazer. Consoante Pereira (2012), a função portuária, a moradia de classes de baixa renda e as atividades de pesca e extrativismo ainda formam o mosaico espacial das orlas das maiores cidades litorâneas nordestinas. Porém, desde 1970, se expandem os projetos destinados à completa redefinição das funções tradicionais. A imagem, associada aos usos relacionados à maritimidade moderna, tem sido assimilada pela coletividade. Sendo assim, as orlas urbanas tornam-se ou caminham em busca de se tornarem ícones da modernização alcançada por suas cidades, abrindo-se às diversas facetas do internacionalismo, reorganizando desde as tipologias arquitetônicas, aos usos por estrangeiros (ou não), aos equipamentos de lazer, etc.

Tibau, cidade-praia, praia dos mossoroenses ou muitos outros nomes sugeridos, surge claramente de uma demanda da classe média que se redefine em Mossoró, a partir, sobretudo, da década de 1970. Esta apresenta contingentes populacionais e terciários diferenciados, porquanto se encontra em estágio mais avançado de estruturação urbana, guardando pontos de complementação com as respectivas cidades menores dentro da mesma região produtiva. Mossoró encabeça uma aglomeração com mais de 600 mil habitantes, composta por cerca de 45 municípios, especialmente do Rio Grande do Norte e do Ceará. Configura-se como uma cidade de porte médio, que tem sua economia dinamizada pela diversidade da atividade econômica, ampliando sua importância na região, vindo a se constituir num centro regional com localização entre duas regiões metropolitanas, Fortaleza, no Ceará, e Natal, no Rio Grande do Norte.

primeira metade do século XX, e o segundo marcado pelo extrapolamento dos limites da cidade, na segunda metade do século XX e início do XXI. O segundo momento pode ser ainda dividido a partir de dois marcos, isto é, os anos 1960 e 1970, com a expansão inicial da vilegiatura marítima e a espontaneidade da ação dos vilegiaturistas, e o final dos anos 1980 e anos 2000, com a expansão contemporânea da vilegiatura marítima, dinâmica favorecida pelo planejamento estatal e investimentos privados.

Atividades associadas ao agronegócio da fruticultura, assim como à extração e beneficiamento do sal, à exploração do petróleo e do gás natural, desenvolvidas na região de influência de Mossoró, têm contribuído para o crescimento urbano deste município. Como mencionamos, a extração de sal é a mais antiga atividade econômica da região, enquanto a extração de petróleo e gás e o agronegócio de frutas tropicais têm o ápice do seu crescimento a partir do final da década de 1970, sendo a década de 1980 a de consolidação das atividades.

Desde modo, redefiniu-se neste período, e pela sua diversidade econômica, sua classe média que pode, então, ser destacada nas figuras de trabalhadores especializados das salinas (via sua mecanização), de professores universitários e servidores públicos em geral, de engenheiros e técnicos da Petrobras e suas terceirizadas. Tal classe média, com seus salários e alto poder de consumo, demanda novos espaços para o lazer. Demanda, portanto, segundas residências nos espaços litorâneos. O espaço litorâneo que, hoje, constitui Tibau, passa a atender perfeitamente a este fim, favorecendo, inclusive, trinta anos depois, a própria emancipação deste na condição de município.

A história de Tibau, a princípio, teve a associação de dois usos do seu espaço: um que começa a se intensificar com base em uma sociedade de lazer emergente provinda de Mossoró e outro mais antigo de uma zona de trabalho apropriada por pescadores. Neste cenário, o quadro conflitual comumente existente em tais realidades, isto é, evidenciado por lógicas díspares de apropriação, uma que vislumbra o espaço da produção e outra do consumo, neste período, em Tibau, não se efetiva, pois a “compra” das terras dos pescadores tibauenses foi algo realizado sem nenhuma resistência deles.

De acordo com Felipe (2002, p. 7), ao falar da expansão da linha de costa de Tibau, esta, ocorreu(e) tanto para o lado do Ceará “até o ‘Tremembé’, ultrapassando já o ‘arrobado’, estuário do Rio Mata Fresca”, como para Grossos, no Rio Grande do Norte, “[...] a praia de Tibau chega à localidade de ‘Gado Bravo’, e os loteamentos já atingem a localidade de “Areias Alva”. Além dessa expansão em sua linha de costa, teríamos ainda uma em direção ao interior, atingindo o cume dos morros e suas encostas, porém, o que mais chama a atenção é o fato deste autor alertar para a ocupação de novos espaços realizada pelos antigos moradores da vila, os pescadores, isto é, a praia, para se localizarem em trechos situados ao lado da

estrada Mossoró-Tibau e em áreas próximas ao morro de Manibu, bem distante do seu principal instrumento de trabalho.

Essa realidade evidencia a lógica de apropriação associada às classes menos favorecidas e às classes abastadas, sendo a segunda indutora de uma valorização da zona de praia de Tibau. Inicia-se, portanto, o processo de urbanização de tal espaço como efeito da procura por espaços de lazer. É fato, portanto, que a vilegiatura simboliza o estabelecimento de racionalidade associada à sociedade do ócio nos trópicos e que esta chega tanto às metrópoles (sobretudo as nordestinas) como a outros espaços urbanos.

Ao refletirmos sobre os momentos de expansão da vilegiatura sugeridos por Dantas, Pereira e Panizza (2008), acreditamos que Tibau teve em seu momento inicial total espontaneidade da ação dos vilegiaturistas, muito embora, como afirmam os autores, a permanência destes atores demande uma infraestrutura mínima. Nesse sentido, logo surgiram a estrada asfaltada, o primeiro hotel (já após a divulgação das suas potencialidades turísticas), os serviços de energia elétrica, o abastecimento de água e expansão do atendimento telefônico, transferindo para o Estado o encargo de tais estabelecimentos.

Apesar de termos destacado o caráter espontâneo de mencionado processo, com ele verificou-se expressiva urbanização da zona de praia deste município, pois demandou relevante infraestrutura, consolidando um processo que inicialmente se firmou nas capitais nordestinas. Embora estejamos citando tanto a realidade vivenciada pelas capitais nordestinas como aquela vivenciada em uma escala mais modesta, nossa intenção não é compará-las, pois recairíamos em graves erros metodológicos, sobretudo por se tratar de realidades tão diferenciadas. Nossa intenção é muito mais uma tentativa de complementar estudos já realizados⁷⁷.

Nesse sentido, por exemplo, é importante lembrar que Tibau apresenta temporalidades diferenciadas do processo que ocorreu nas capitais nordestinas quando os antigos espaços de vilegiatura são substituídos por espaços de moradia (nova relação entre uso permanente e uso ocasional). Neste caso, morar na praia passa a ser um desejo igual ao antigo costume de veranejar. No caso de Tibau, este é um fenômeno recente e em nossos trabalhos de campo o número de

⁷⁷ Estudos tais como os de Dantas (2002, 2006) e Pereira (2006, 2012) que há alguns anos vêm buscando compreender o processo num âmbito urbano-metropolitano.

vilegiaturistas que estavam se tornando moradores locais ainda é bem pequeno, mas é válido identificá-los.

No caso das metrópoles, há uma procura por novos espaços fora das cidades⁷⁸, pois tanto o desejo de morar à beira-mar como o interesse do mercado imobiliário redimensionam tais espaços, inviabilizando neles a permanência de segundas residências (Dantas; Pereira; Panizza, 2008). No caso de Tibau, há um fenômeno bastante interessante em sua escala intraurbana, isto é, há apropriação de novos espaços por vilegiaturistas, caracterizados por nós como áreas de expansão da cidade, porém a lógica de valorização interna sugere que espaços como a praia das Emannelas seja mais valorizado que outros mais prestimosos em tempos pretéritos.

Do ponto de vista de tais mudanças, temos ainda como hipótese o seguinte: diante das rápidas transformações em curso na cidade de Mossoró, em especial associadas ao valor da terra urbana⁷⁹, a busca por espaços de moradia em Tibau será uma crescente, ainda mais com as facilidades de acesso, pois com o término da duplicação da RN-013, o trajeto entre as cidades poderá ser percorrido em menor tempo. Assim, as pessoas poderão trabalhar em Mossoró e residir em Tibau, por exemplo⁸⁰.

Ainda do ponto de vista da expansão contemporânea da vilegiatura marítima e da sua lógica, segundo Dantas, Pereira e Panizza (2008), beneficiada pelo planejamento estatal e investimentos privados que emergem no final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, há uma mudança no quadro anterior, isto é, de uma

⁷⁸ Segundo Dantas, Pereira e Panizza et al. (2008, p. 299), “diante da situação, a única opção foi a de buscar espaços fora da cidade, mediante eleição de antigas áreas ocupadas por populações tradicionais, como lócus de habitação e de trabalho, como espaços de vilegiatura. Os primeiros municípios com essa onda de vilegiaturistas foram os municípios vizinhos das capitais nordestinas”

⁷⁹ Sobre tal questão ver estudo de Elias e Pequeno (2010) intitulado *Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais*, mais especificamente a parte Reestruturação urbana e da cidade, assim como a dissertação de Rodrigo José de Góis Queiróz (2012), intitulada de *Política urbana e desigualdades socioespaciais em Mossoró-RN: Uma investigação acerca das políticas de implantação da rede de esgotamento sanitário que, embora não tenha como objetivo principal discutir tal temática, toca nela quando apresenta a evolução do acesso à rede geral de esgotamento sanitário como motivador do diferencial social da cidade, incrementando áreas onde o setor imobiliário tem grande atuação e valorizando cada vez mais o metro quadrado de determinadas áreas da cidade.*

⁸⁰ Guedes (2010, p. 33 e 34) diz que “até 1932 não existiam estradas de rodagem para Tibau”. Neste mesmo ano “por ocasião da grande seca que gerou muitos flagelados, a Associação Comercial de Mossoró [...] com intuito de socorrer os flagelados da região, levantou recursos junto a outras associações comerciais do país e iniciou os serviços de terraplanagem da estrada de rodagem Mossoró/Tibau [...] com a construção da estrada de rodagem, os carros de bois passaram a gastar apenas um dia para chegar a Tibau [...] por volta de 1950 [...] toda extensão da estrada recebeu cobertura de piçarra”. Somente na gestão de Tarcísio Maia executou-se sua pavimentação.

dinâmica espontânea muda-se para outra centrada no planejamento estatal e propulsora de novos usos no litoral. Para os autores (p. 300), “nela, a política de desenvolvimento do turismo no Nordeste e seus desdobramentos adquirem papel relevante na enunciação da vilegiatura”.

Surgem, neste momento, políticas com objetivos desenvolvimentistas na ótica da valoração das zonas litorâneas no intuito de inserir a região Nordeste na lógica mundial de destinações turísticas. Como mencionado, o Prodetur é a figura mais representativa de tal lógica. A ideia foi conseguir recursos para alavancar o crescimento da atividade turística, em particular, a internacional. Os Estados receberam e investiram diferentemente os recursos provindos deste programa, mas o mais importante a se destacar são os resultados dos benefícios em infraestrutura apreendidos/utilizados pelo setor imobiliário para alavancar o valor do preço da terra e, conseqüentemente, das residências de uso ocasional.

Entretanto, Tibau vivencia esta dinâmica de maneira bastante singular, isto é, há uma tentativa de inserção desta cidade no sistema-mundo como destinação turística a partir deste período, assim como parte considerável da orla norte-rio-grandense, porém seu papel ainda é muito mais o de acolhedor de dinâmica promovida pelos vilegiaturistas de Mossoró. Recursos do Prodetur, por exemplo, não chegaram diretamente para esta cidade e região, mas sua inserção em tal sistema se dá mediante outras políticas, entre estas, o estabelecimento do Polo Costa Branca. Hoje, o processo de urbanização em curso em Tibau por meio do consumo do lazer se instrumentaliza da prática da vilegiatura marítima e se fortalece, certamente, através da proposta do desenvolvimento turístico abrigada no mencionado projeto⁸¹.

Em Tibau, assim como em outros espaços, a vilegiatura se impõe se a compararmos à demanda turística. Tibau dispõe de infraestrutura mínima para, inclusive, receber tal demanda. Há apenas um hotel na cidade, o restante de leitos são provenientes das nove pousadas existentes. Sua gastronomia gravita entre seis restaurantes de pequeno porte e uma série de barracas de praia. Quanto aos estabelecimentos de entretenimento, somente três foram contabilizados.

⁸¹ É válido lembrar que até a presente data Tibau não possui sequer um plano de ação turística em execução.

Afora uma série de questões básicas que têm forte relação com o dinamismo do turismo, além de pouca qualificação para as pessoas que trabalham no setor turístico, na cidade há ausência de saneamento básico, presença de esgotos a céu aberto, inexistência de um aterro sanitário, águas pluviais não captadas, poços artesanais transformados em fossas, má qualidade da água para consumo, destruição dos recursos naturais, construções desordenadas em área de dunas e mar, mangues e lagos, etc. (GUEDES, 2010).

Ocorre que a expansão do processo de urbanização do município se deu muito rapidamente. Desse modo, a incorporação de novos espaços pela elite mossoroense em sua grande maioria (antes ocupados por diferentes conformidades que geraram inúmeras transformações) se verificam de maneira bastante rápida e acabam “apanhando de surpresa” a gestão do município de Grossos (Tibau pertenceu a Grossos de 1953 a 1995) à época. Esta realidade é vivida por muitos outros municípios brasileiros, onde as gestões dos pequenos municípios costeiros também vivenciam tal dinâmica. Não há legislação ambiental ou de uso e ocupação do solo (e quando há falta fiscalização) nem infraestrutura adequadas para a atual dinâmica.

Com efeito, toda região costeira do Rio Grande do Norte detém, em razão das suas características naturais, frágil estrutura, embora também com enormes potencialidades. Seu litoral sustenta um mosaico de ecossistemas, isto é, manguezais, restingas, dunas, praias, falésias, estuários e recifes de corais. Referidas características têm motivado o desenvolvimento de várias atividades econômicas, porém sem consonância com o equilíbrio da sua biodiversidade.

De acordo com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, a zona costeira foi delimitada em 33 municípios, os quais atendem aos critérios definidos pelo mencionado plano. Para efeito de planejamento e gestão, subdividiu-se a área em duas subzonas: litoral leste ou oriental e litoral norte ou setentrional⁸². De Baía Formosa no extremo sul até Natal, na chamada Zona da Mata, a vegetação

⁸² **Litoral oriental:** Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, Senador Georgino Avelino, São José de Mipibu, Tibau do Sul e Vila Flor.

Litoral norte: Areia Branca, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Mossoró, Pedra Grande, Pendências, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Serra do Mel, Tibau, Touros.

predominante é a Mata Atlântica - ou o que restou dela, aproximadamente 0,3% da cobertura original, segundo dados do IBAMA. Na intervenção da zona costeira do Rio Grande do Norte, as atividades turísticas e imobiliárias são marcantes e têm nos empreendimentos turísticos e nas segundas residências seu maior potencial. Neste Estado os municípios de Parnamirim, Nísia Floresta, Tibau do Sul e Extremoz sobressaem entre estes tipos de empreendimentos.

Porém, em sua costa norte há alguns destaques e, como principal, o município de Tibau. É válido, no entanto, lembrar que na costa norte, desde Pedra Grande a Tibau, ainda permanecem alguns traços da pesca artesanal. Nesse litoral árido e mais distante da capital, o turismo ainda tem espaço tímido. Em Pedra Grande, Caiçara e São Bento, encontram-se vilas de pescadores. A área atrai parques eólicos, impulsionados pela constância dos ventos. No caso de Tibau, poucos pescadores permaneceram, a vila não existe mais e o local de residência atualmente fica bem distante do seu principal instrumento de trabalho, isto é, sua jangada e, sobretudo, do mar.

Sobre a questão imobiliária, de acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente, foram licenciados 169 empreendimentos de construção civil para os municípios da região costeira em 2010. Na atualidade inexistem pesquisas e leis consolidadas sobre todo território costeiro para emitir pareceres sólidos sobre a construção de edificações. Em 2002 o Programa de Zoneamento Ecológico Econômico do IDEMA foi interrompido, e retomado apenas no ano de 2011 com os estudos para o Zoneamento Ecológico-Econômico do litoral setentrional (norte), assim como com a revisão/atualização do ZEE do litoral oriental.

Em Tibau, sua ocupação tem mais um agravante, como ressalta Felipe (2002). Trata-se da ocupação dos morros em torno das duas falésias, determinando a diferença na paisagem da praia de Tibau dos outros espaços costeiros circunvizinhos. Este fato tem ocasionado a destruição de tal ecossistema e a singularidade da praia, qual seja, seus morros de areias coloridas e seus coqueirais.

Na nossa percepção, a ocupação urbana de Tibau ocorreu em diferentes tempos e com a ocupação de novas áreas. O acelerado processo de expansão urbana de Tibau, a partir dos anos de 1970⁸³, tem como fator maior a “descoberta”

⁸³ Tibau ainda pertencia ao município de Grossos nesse período.

das praias do litoral setentrional como opção de veraneio e lazer de fim de semana, em particular da classe média e média alta mossoroense. Evidencia-se com esta dinâmica, assim como em outros lugares, a emergência, em Tibau, do processo de especulação imobiliária fomentando o mercado de terras da sua zona de praia.

A população que chegou(ga) a Tibau, em especial a mossoroense, procurou(ra) fixar-se cada vez mais perto do mar. Desse modo, grupos mais pobres (entre eles os pescadores) passaram a se aglomerar em outras áreas, algumas das quais bastante impróprias, como manguezais, alagados e outras áreas inadequadas para assentamentos humanos, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza e seus desdobramentos sociais.

Nesta cidade, nos últimos anos, os loteamentos têm se expandido rapidamente. No contexto da valorização litorânea, o parcelamento do solo em lotes urbanos possui grande significado, conforme há uma transformação na maneira de conceber o uso do espaço, pois este “torna-se mercadoria, entra no circuito de troca, e com isso espaços antes desocupados se transformam em mercadorias, entrando na esfera da comercialização” (CARLOS, 1999, p. 175). No caso de Tibau, tal comercialização do espaço materializou-se efetivamente. A nova relação da sociedade mossoroense com o mar, representada pelo desejo de veranejar nas praias próximas, desencadeou uma demanda por um espaço litorâneo parcelado e pronto para ser consumido.

Como resultado desta dinâmica verifica-se a expansão, como mencionado, de vários loteamentos. Segundo informação, embora haja a manutenção de corretores em Tibau, as empresas responsáveis pelos principais parcelamentos são todas sediadas em Mossoró⁸⁴. Assim, a demanda e o estabelecimento destes é ingerência desta cidade.

Em Tibau, apesar de não ser oficial, já são reconhecidos seis bairros na cidade⁸⁵, e o chamado Jardim de Alice também é conhecido como bairro “Aeroporto”, pois nasceu na área ocupada anteriormente por uma pista de pouso existente no município, hoje desativada e totalmente loteada. O agente imobiliário

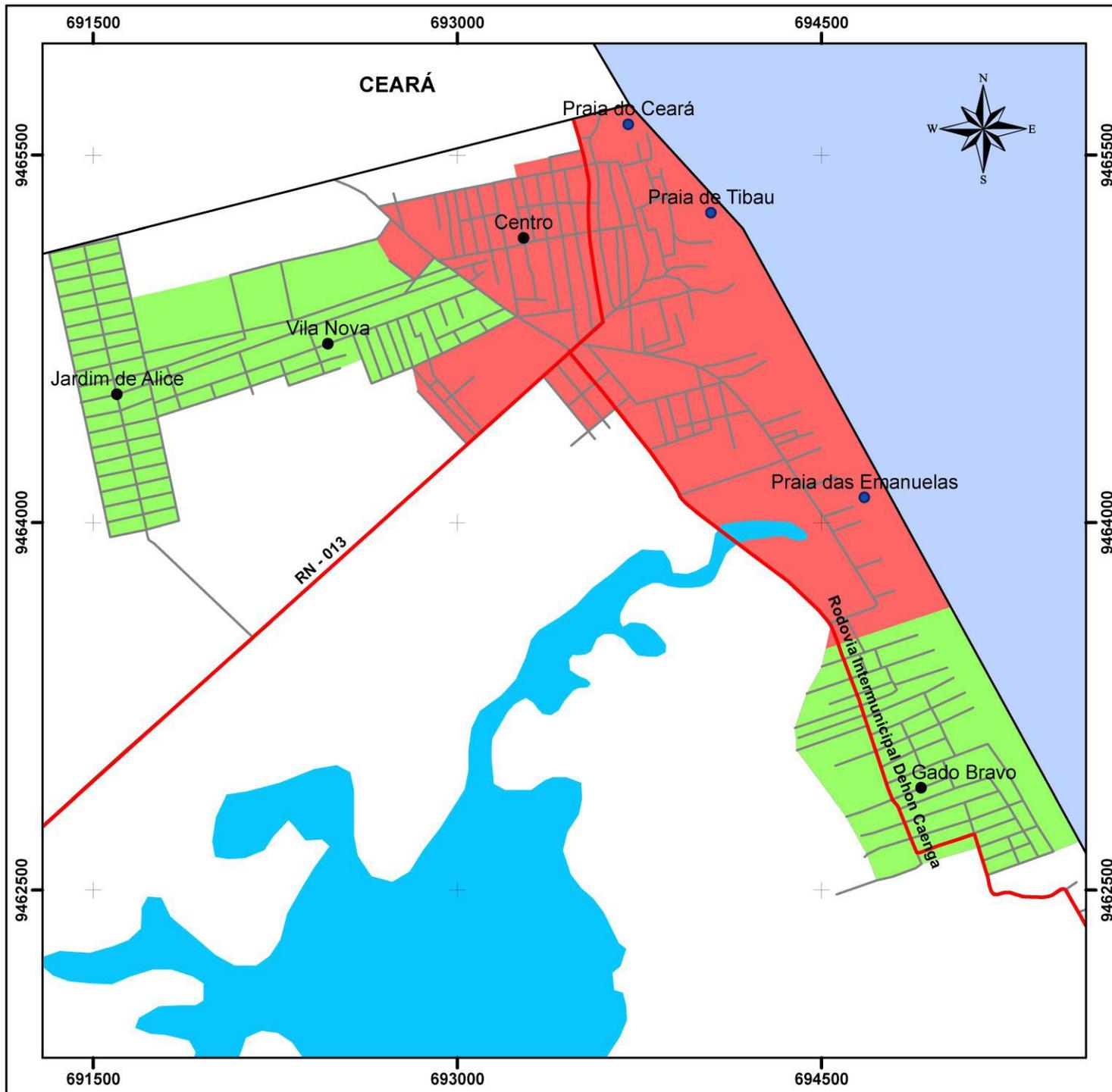
⁸⁴ WSC, REPAV, RIMOL, entre outras.

⁸⁵ Bairros reconhecidos pela população: Centro, Pôr do Sol, Jardim de Alices, Vila Nova, Emanoelas e Gado Bravo (informações obtidas em entrevista concedida pelo senhor Milton Guedes em dezembro de 2011). Porém, para o IBGE, Praia das Emanoelas e Gado Bravo localizam-se na zona rural.

começa, então, a atuar de forma mais visível como produtor do espaço. Especialmente duas imobiliárias foram as responsáveis pelo processo de loteamento neste bairro considerado a mais nova área de expansão do município. Para Carlos (1999, p. 175):

O processo de reprodução do espaço, no mundo moderno, se submete cada vez mais ao jogo do mercado imobiliário – na medida em que há novas estratégias para a acumulação que se realiza por meio de empreendedores imobiliários – e das políticas estratégicas do Estado.

A seguir, ilustrativamente, constam dois mapeamentos. No primeiro demonstramos claramente a expansão da malha urbana do município. A parte em destaque representa o que em menos de dez anos foi construído. No segundo expomos a suposta divisão da cidade em bairros.



Universidade Federal do Ceará
 Programa de Pós-graduação em Geografia
 Fundação Cearense de Apoio ao
 Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tese: Vilegiatura além da metrópole:
 Urbanização em Tibau (RN)

Autora: Iara Rafaela Gomes
 Orientador: Dr. Eustógio W. C. Dantas

MAPA 7 – Tibau. Indicação de Áreas de Ocupação.

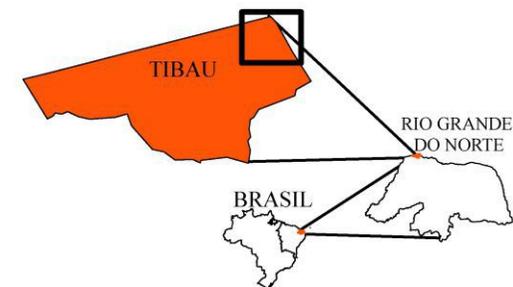
LEGENDA

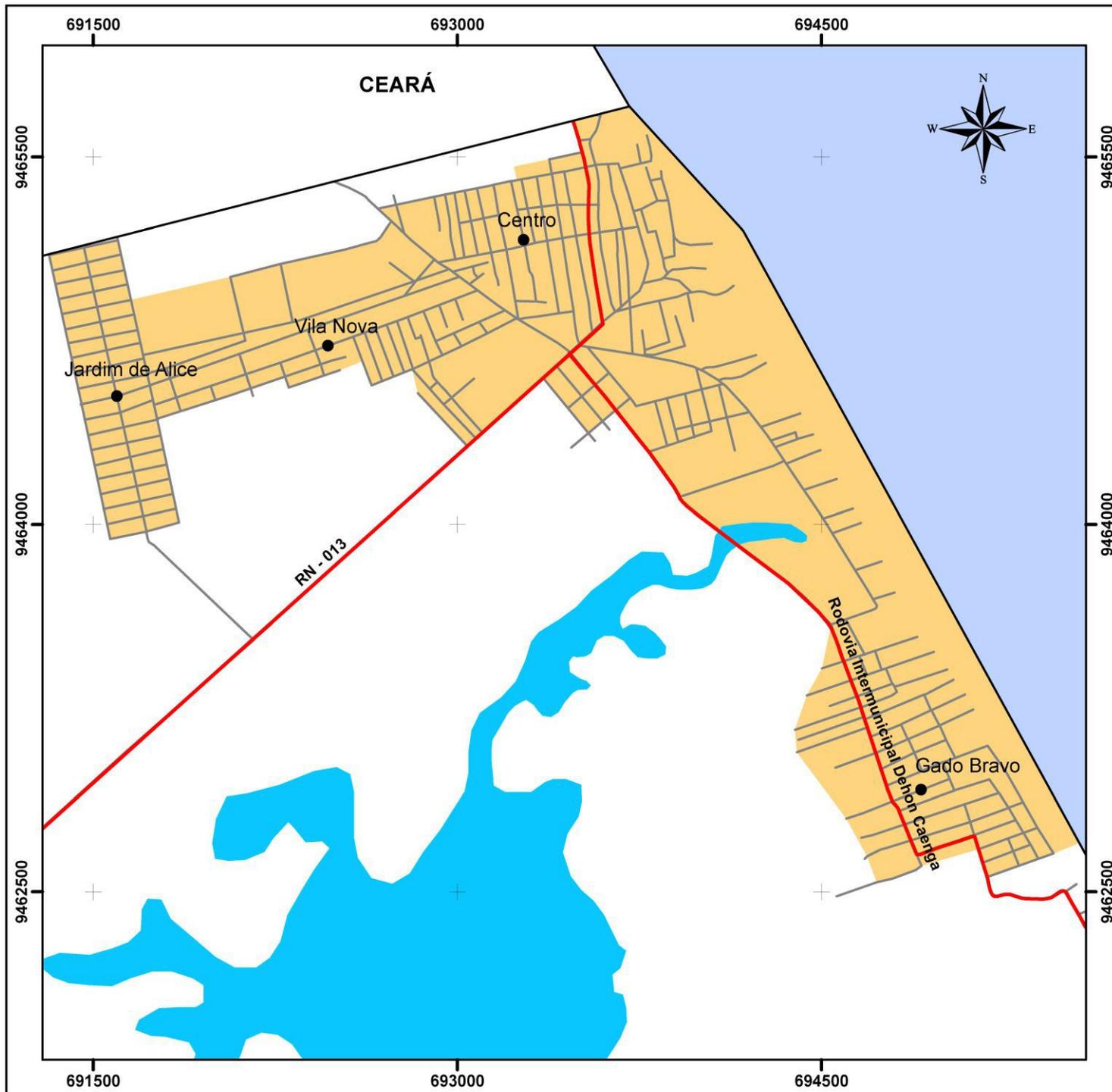
- Cursos D'água
- Área Urbana
- Espelhos D'água
- Área de Expansão
- Limite Municipal
- Rodovia

Projeção Universal Transverso de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984
 Fontes: IBGE 2010
 Escala: 1:25.000



Localização Geográfica do
 Município de Tibau - RN





Universidade Federal do Ceará
 Programa de Pós-graduação em Geografia
 Fundação Cearense de Apoio ao
 Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tese: Vilegiatura além da metrópole:
 Urbanização em Tibau (RN)
 Autora: Iara Rafaela Gomes
 Orientador: Dr. Eustógio W. C. Dantas

MAPA 8 – Tibau. Divisão em Bairros.

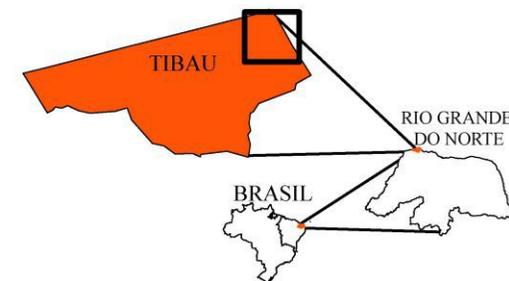
LEGENDA

- Cursos D'água
- Área Urbana
- Espelhos D'água
- Bairros
- Limite Municipal
- Rodovia

Projeção Universal Transverso de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984
 Fontes: IBGE 2010
 Escala: 1:25.000



Localização Geográfica do
 Município de Tibau - RN



Do ponto de vista do total de domicílios particulares existentes no município de Tibau, como mostra a Tabela 4, este denotou um crescimento considerável, com índices superiores, inclusive, aos da sua capital Natal. Ficou atrás somente de Mossoró. Esta, inserida no contexto de cidade média, tem revelado dinamismo econômico perceptível no plano do ambiente construído, como cita Queiroz (2012) na medida em que este dinamismo tem se estendido para todos os lados, com a construção e implantação de inúmeras vias.

Tabela 5 - Domicílios particulares ocupados. Brasil, Nordeste, Estado e Municípios, 2000-2010

Brasil, Nordeste, Estado e Municípios	Domicílios particulares ocupados (unidades)		Variação % (2000-2010)
	2000	2010	
Brasil	45.053.286	57.428.017	27,46
Nordeste	11.472.003	14.957.608	30,38
Rio Grande do Norte	675.283	901.339	33,47
Mossoró - RN	52.202	73.449	40,70
Tibau - RN	734	1.021	39,10
Grossos - RN	2.083	2.829	35,81
Natal - RN	178.312	235.762	32,21
Areia Branca - RN	5.652	7.262	28,48

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Organização própria.

Ao falar da expansão, não podemos negar o fato de que a ocupação em Tibau se deu, inicialmente, ao longo da costa, onde o processo em tal área vem favorecendo a privatização de extensas áreas ao longo desta costa, através tanto das casas como de muros, rampas e outras construções que impedem, inclusive, o acesso público a elas, subtraindo o espaço público deste patrimônio ambiental.

Em estudo recente, Silva e Monteiro (2012, p. 9) denunciam:

A ausência do poder público municipal na ordenação do território tibauense, viabilizou a capitalização do litoral sob sua jurisprudência e favoreceu a expansão urbana desorganizada e irresponsável das áreas de praia, sem que se atentasse para a necessidade de preservação dos espaços públicos litorâneos. Essa negligência e omissão do poder público resultou, entre outros, em formas privativas de apropriação do litoral [...], na qual se observam residências secundárias construídas sobre falésia, na praia que

faz fronteira com o litoral cearense. A ocupação de falésias não somente infringe a legislação urbana, como igualmente representa risco socioambiental aos moradores em caso de eventual desabamento das encostas, considerando-se que nesse caso, a falésia ainda está ativa, em permanente processo de erosão marinha.)

Algumas fotografias ilustram o processo de ocupação das falésias:



Foto 4 – Ocupações sobre falésias de Tibau – RN
Autor: Guedes (2010).



Foto 5 – Ocupações sobre falésias de Tibau – RN
Autor: Guedes (2010).



Foto 6 – Ocupações sobre falésias de Tibau - RN
Fonte: <http://www.tibau.blogspot.com.br/p/tibau.html>
(acessado em 12 de junho de 2012).
Autor: Raul Pereira.



Foto 7 – Ocupações sobre falésias de Tibau - RN
Fonte: <http://www.tibau.blogspot.com.br/p/tibau.html>
(acessado em 12 de junho de 2012).
Autor: Raul Pereira.

Mencionamos também incremento dos loteamentos, os quais representam novos núcleos urbanos dentro de Tibau (esse processo também se verifica em outras pequenas cidades). Estes tanto crescem no sentido da orla, afastando-se dos arredores do centro, onde a população mais antiga reside, como se interiorizam, neste caso, apresentando um novo perfil para tal espaço. Assim como as segundas residências, esses núcleos passam também a viver intenso movimento nos meses de dezembro a fevereiro e em feriados prolongados, enquanto ficam quase adormecidos nas demais épocas do ano, quando residências e condomínios, pousadas, mercadinhos, padarias, lanchonetes e outros serviços fecham as portas até a próxima temporada. Ademais, há ainda uma população fixa (e pobre) que à retaguarda desse processo se insere no total de população fixa que mora, vive e usa o espaço cotidianamente.

Para referida população o espaço de Tibau é suporte da sua vida cotidiana. Seria um lugar, este sendo “a base da reprodução da vida”. Tibau cidade “produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo”, do seu morador, aquele que vê seu nascer e pôr de sol como partes integrantes da sua vida e não apenas a partir das lentes fotográficas dos vilegiaturistas e/ou turistas no período de férias. Lugar este onde “as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental” (CARLOS, 2007, p.17).

Um viés de destaque nos últimos anos tem sido a construção de condomínios de vilegiatura. Estes representam as mais novas tendências relacionadas ao desejo por isolamento associado aos mossoroenses. Consoante a análise demonstra, a vilegiatura em Tibau constitui territórios nos quais Mossoró e sua sociedade estão intensamente presentes. E ainda: a expansão das construções em Tibau, muito crescente do ponto de vista dos condomínios, representa também o próprio incremento do setor imobiliário e da construção civil na cidade de Mossoró. Tibau, a nosso ver, é um dos principais símbolos do que cresce (ou declina) em Mossoró.

Dessa forma, do crescimento urbano de Tibau emergem, além de residências com tipologias bem próximas e caracterizadas como segundas residências - algumas, até mesmo, bastante luxuosas - também formas precárias de moradia associadas à carência de redes de infraestrutura urbana e de equipamentos sociais e, muito recentemente, os espaços que podemos chamar de “espaços de riqueza”, com a predominância de condomínios horizontais e verticais, definindo padrões de

intensas disparidades intraurbanas e configurando quadro de autossegregação socioespacial.

De modo geral, os condomínios sobressaem como horizontais e mais recentemente verticais como uma diferente forma dos loteamentos fechados. Sobre as tipologias, as segundas residências destinadas à vilegiatura marítima possuem características bem inerentes, formadoras de uma diferenciação entre outros tipos de residências. Tal organização se dá, sobretudo, por sua característica particular, isto é, receber seus proprietários somente em determinadas épocas do ano. Em boa parte deste, a segunda residência mantém-se desocupada. Caminhar por Tibau em alguns períodos do ano tanto pode ser bastante tranquilo como assustador, pois além de um grande silêncio pelas ruas, há também um grande número de casas fechadas.

Sobre as tipologias residenciais, como lembra Pereira (2006), os veranistas não abrem mão do conforto do modo de vida urbano. Deste modo, constroem suas segundas residências com base em elementos que permitam assegurar comodidade, privacidade e lazer. Em Tibau, em sua maioria, as casas para vilegiatura têm um amplo alpendre, vários quartos com uma quantidade de área construída bem superior às casas dos demais habitantes. Uma característica curiosa é que em alguns espaços as formas arquiteturais das casas são bem próximas uma das outras, como é o caso da praia das Emannelas. No Apêndice B consta listagem obtida via pesquisa realizada em jornais de Mossoró sobre o anúncio de venda de casas em Tibau.

Em nossas pesquisas de campo, elencamos itens que, de maneira geral, caracterizam tal tipologia. Seriam eles: os muros (não necessariamente altos, embora a ideia seja realmente proteger a residência), os alpendres (como mencionamos, em muitos casos servindo, inclusive, de dormitórios improvisados), a garagem (parte considerável dos vilegiaturistas chega à sua segunda residência de automóvel), a piscina e a casa do zelador. Este último elemento não foi encontrado em um número considerável de residências, sendo a justificativa o fato do zelador residir em Tibau, isto é, já ter casa e família nesta cidade.

Quanto às formas, podemos observar em Tibau diferentes grupos de ocupação. Temos, hoje, desde os condomínios horizontais e verticais, aos aglomerados homogêneos e heterogêneos⁸⁶.



Foto 8 - Condomínio horizontal em Tibau-RN
Autora: Iara Rafaela Gomes.



Foto 9 - Condomínio vertical em Tibau-RN
Autora: Iara Rafaela Gomes.

⁸⁶ Tomamos como base o estudo de Pereira (2006, p. 66 a 68) que classifica para o caso cearense como condomínios horizontais e verticais “a organização de segundas residências em forma de condomínio constituída por veranistas que buscam o isolamento do seu entorno. Geralmente são construídos em zonas de praias não ocupadas por moradores. Os veranistas-condôminos organizam-se buscando lazer, privacidade e segurança. Um grande muro coletivo cerca as residências do seu entorno, caracterizando o isolamento [...] os aglomerados homogêneos são evidências tanto do veraneio popular quanto do veraneio de refúgio. Tal ocupação se efetiva, principalmente, a partir da compra de lotes em parcelamentos destinados ao veraneio. Desta forma, são construídas casas com tamanhos e arquitetura diferentes [...] os aglomerados heterogêneos são formas produzidas a partir da ‘explosão’ do veraneio popular). Sua principal característica é a ocupação mista da área, ou seja, grande quantidade de segundas residências instaladas em meio à residência de moradores. Em relação aos demais, o preço dos lotes nestas áreas é menor. Mesmo existindo a proximidade locacional das segundas moradias com a residência de moradores, isso não significa que se constituam relacionamentos entre estes”.



Foto 10 - Aglomerado homogêneo em Tibau-RN
 Fonte: <http://www.tibau.blogspot.com.br/p/tibau.html>
 (acessado em 12 de junho de 2012).
 Autor: Raul Pereira .



Foto 11 - Aglomerado heterogêneo em Tibau-RN
 Fonte: <http://www.tibau.blogspot.com.br/p/tibau.html>
 (acessado em 12 de junho de 2012).
 Autor: Raul Pereira.

Ainda em relação aos condomínios, são construídos por empresas de Mossoró, tais como a WSC Empreendimentos e Construções Ltda. e a Rosário Edificações e Pavimentação Ltda.⁸⁷. Em sua maioria, os condomínios localizam-se na área atualmente mais “valorizada” da cidade, isto é, na praia das Emannelas e na de Gado Bravo, e possuem área igual ou inferior à de uma quadra. Referidas praias se situam no que oficialmente é tido pelo IBGE como zona rural⁸⁸. Desta forma, explicam os percentuais encontrados a seguir, ou seja, quando contabilizamos o número de segundas residências para o município de Tibau, de acordo com o Censo de 2000 dos 1.394 domicílios de uso ocasional, 1.354 eram urbanos, ou seja, 97,13% das segundas residências estavam inseridas em áreas consideradas urbanas e apenas quarenta estavam na zona rural, logo, um percentual de 2,86%. Já o Censo de 2000 aponta um acréscimo de 45,26% no número de segundas residências, ou seja, o número agora seria de 2.025 e, destas, 1.278 em áreas

⁸⁷ A WSC Empreendimentos e Construções Ltda. sucedeu a Weber Engenharia Comércio e Industria Ltda., criada no ano de 1979, atuando no mercado da indústria da construção civil do Estado do Rio Grande do Norte, em especial, nas cidades de Mossoró e Tibau. A REPAV também atua há mais de vinte anos no mercado imobiliário de Mossoró, mas a atuação de ambas em Tibau se dá no final da década de 1990 e início dos anos de 2000.

⁸⁸ Contraditoriamente, todos pagam o Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU), tributo cobrado apenas pelos residentes em áreas consideradas urbanas.

urbanas, representando agora um percentual bem diferente, de 63,11% do total, e ainda do ponto de vista dos valores absolutos, mostram inclusive leve decréscimo de 76 unidades (-5,61%). Sobre as segundas residências em zona rural, em 2000, havia um total de 747, correspondendo agora a um percentual de 36,88 % sobre o total e um crescimento de 1.767%, como podemos melhor observar no gráfico a seguir.

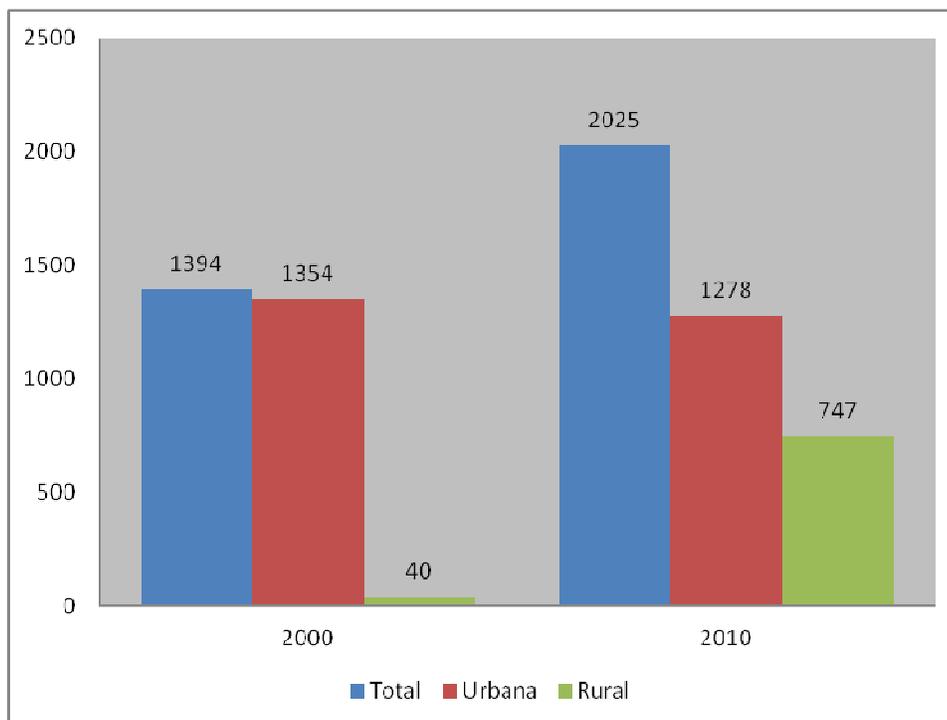


Gráfico 1 - Segundas residências em Tibau, 2000 e 2010
Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010, IBGE.

Nestes condomínios há um número reduzido de residências, semelhantes em sua forma e conteúdo, e nelas as áreas de lazer, via de acesso interno e os serviços condominiais são compartilhados, como mostram algumas fotografias.



Foto 12 - Condomínio Portal das Emanoelas
Autora: Iara Rafaela Gomes.



Foto 13 - Condomínio Porto Bravo
Autora: Iara Rafaela Gomes.



Foto 14 - Condomínio Atlantis
Autora: Iara Rafaela Gomes.



Foto 15 - Condomínio Praia das Emanoelas
Autora: Iara Rafaela Gomes.

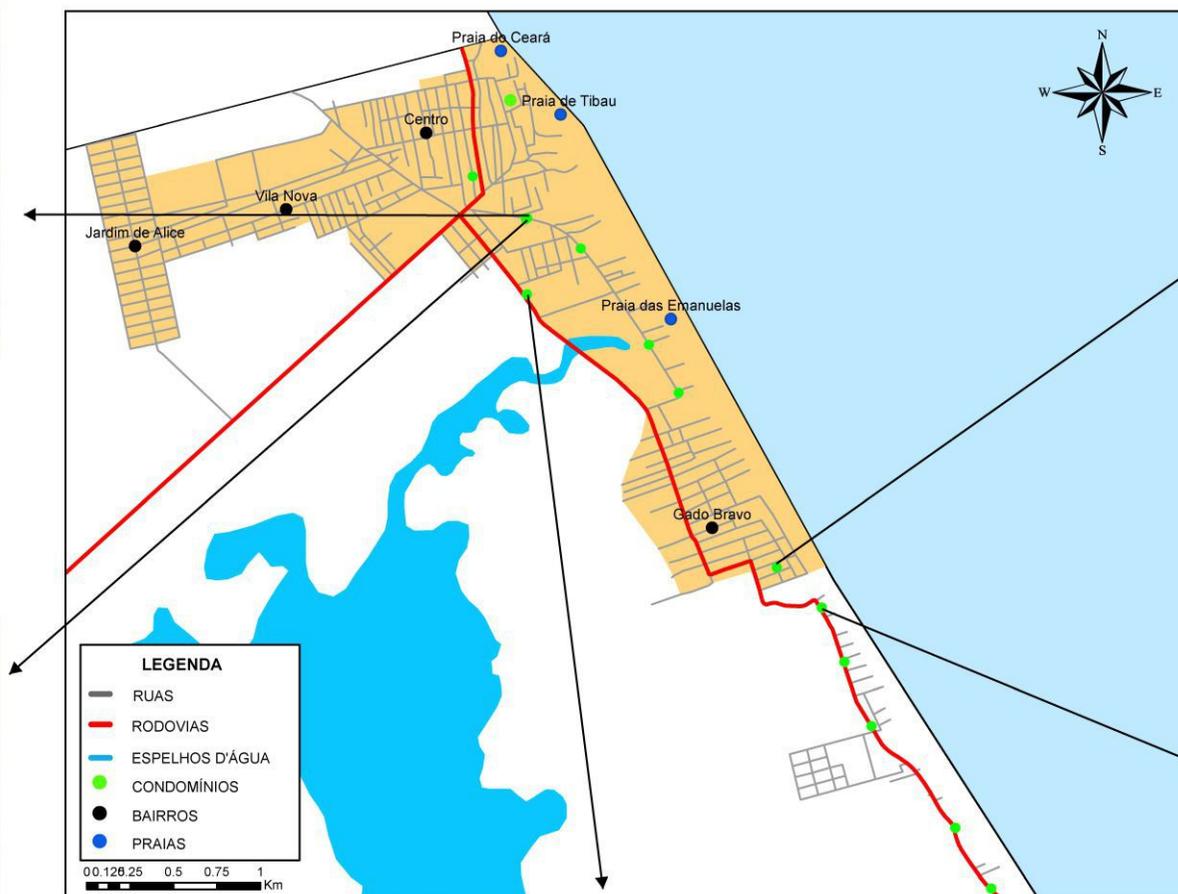
Tais formas de parcelamento do solo se colocam como grandes alvos de especulação imobiliária, induzindo a implantação de infraestruturas urbanas e sistema viário nessas direções, em detrimento de áreas efetivamente utilizadas para moradia popular. A seguir, exibimos um mapa com todos os condomínios localizados, e também a avenida litorânea, importante exemplo da dinâmica ora mencionada e que foi realizada pelo governo do Estado recentemente. Em entrevista com donos de pousadas e condomínios esta foi citada como o fixo que mais valorizou a área nos últimos anos.



MAPA 9 – Tibau. Localização dos Condomínios. 2012.



Condomínio Costa Branca



Condomínio Praia das Emanuelas



Residencial Atlântis



Condomínio Portal das Emanuelas



Condomínio Alto da Praia

Impõe-se conhecer os consumidores deste litoral, isto é, aqueles que impulsionam a expansão do tecido urbano no espaço litorâneo desta cidade e que nos ajudam a ler e captar o fenômeno da vilegiatura. Desse modo, como instrumento de análise, nos utilizamos da aplicação de questionários no intuito de identificar a origem e o perfil socioeconômico dos veranistas investigados, assim como características da prática de estada vivenciada no litoral.

Em meados da década de 1990, Jean Didier Urbain, em sua obra *Sur la plage*, propõe classificação diferenciando três tipos de veraneio (caracterizados com base em suas práticas e interações com os moradores locais), que nos ajuda a compreender uma possível tipologia de veranistas (vilegiaturistas). Para o autor, existiriam o veraneio de refúgio, o de coabitação e o popular.

Dantas (2002, p. 72) os sintetiza da seguinte forma:

A primeira prática liga-se àqueles que se estabelecem nas praias construindo verdadeiros refúgios desvinculados de sua vizinhança. Possuidores de recursos próprios da sociedade de consumo, estes refugiados, provenientes das classes abastadas, refutam toda possibilidade de contato com os autóctones. A segunda prática, o veraneio de coabitação, relaciona-se a veranistas desejosos de coabitação com os autóctones, fato propiciador de deslocamentos cada vez mais distantes e motivados pelo anseio, sem, no entanto, renunciar às benesses da sociedade de consumo. Os veranistas inscrevem-se na categoria de veraneio experimental, por privilegiarem a relação com o Outro, com o Selvagem, seja ele homem ou meio ambiente: do indígena ou da natureza [...]. A terceira prática, o veraneio popular, é o dos espaços urbanizados, de segurança máxima, balizados e regulamentados. Para o citado antropólogo, eles seguem o exemplo dado e, por consistir de massa descontrolada, destroem o sonho dos veranistas mencionados anteriormente.

Na nossa ótica há verdadeira diversidade de vilegiaturistas e nossa intenção com o questionário aplicado foi buscar evidenciar tal diversidade e/ou classificação da realidade vivenciada em Tibau. Nesse sentido, foram considerados 169 questionários semiestruturados, com questões abertas e fechadas, voltados a identificar local de origem, faixa etária, grau de escolaridade, profissão, renda, tempo de estada, assim como forma de acesso ao imóvel, características dos imóveis de uso ocasional, grau de sociabilidade com outros vilegiaturistas e moradores locais.

Uma importante observação é que nos dirigimos às residências para procedermos às entrevistas, e nossa primeira pergunta era se a pessoa residia ou estava a “veranear” em Tibau. Caso se tratasse de moradora, realizávamos ainda

assim a pesquisa com vistas a conhecer a origem da sua família para saber um pouco mais da história de ocupação do município, e também, a realidade apreendida por este ator social sobre as transformações verificadas na cidade nos últimos anos com o incremento da vilegiatura marítima. Ilustrativamente, o gráfico a seguir mostra quantos questionários foram aplicados para cada grupo (de vilegiaturistas e moradores locais).

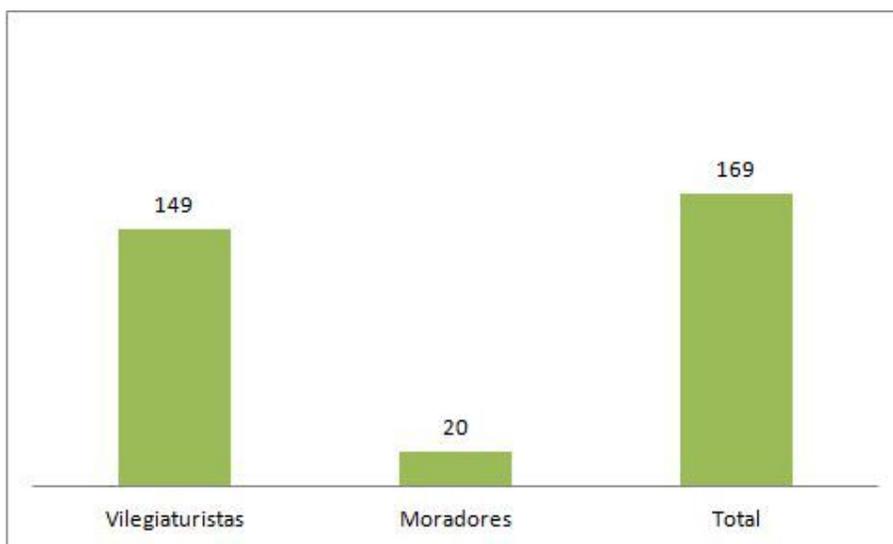


Gráfico 2 – Questionários aplicados
Fonte: Pesquisa direta.

Sobre a sazonalidade, como nossos questionários demonstraram, boa parte dos entrevistados disse ir a Tibau anualmente, isto é, 41,13%; a segunda resposta mais encontrada foi semestralmente, ou seja, 26,24% afirmaram ir a Tibau nas férias do começo e do meio do ano. Para as classes mensalmente e semanalmente os percentuais de resposta foram os mesmos, 15,60 %. Juntos representariam 31,20 %, superando o total de pessoas que se dirigem para a cidade semestralmente. A principal informação é que em todas as classes há uma maioria considerável de vilegiaturistas mossoroenses, isto é, 76,92% do total de entrevistados são de Mossoró.

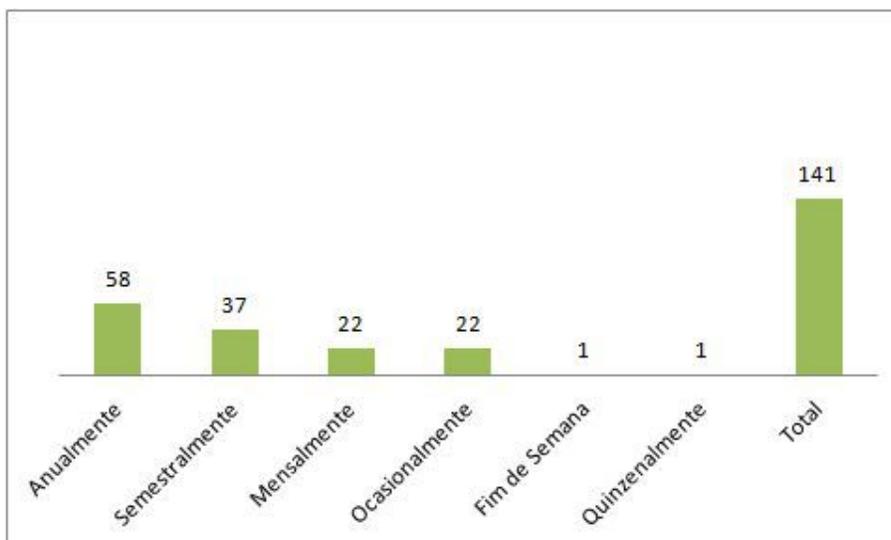


Gráfico 3 – Frequência atual de utilização do imóvel de uso ocasional
Fonte: Pesquisa direta.

Logo, quanto à origem dos vilegiaturistas, os dados do Gráfico 4 aproximam-se bastante da nossa hipótese inicial, qual seja eles, viriam em sua grande maioria de Mossoró, embora cidades como Fortaleza e Natal tenham aparecido como emissores de vilegiaturistas e, mais ainda, municípios da região de Mossoró e do Vale do Açu.

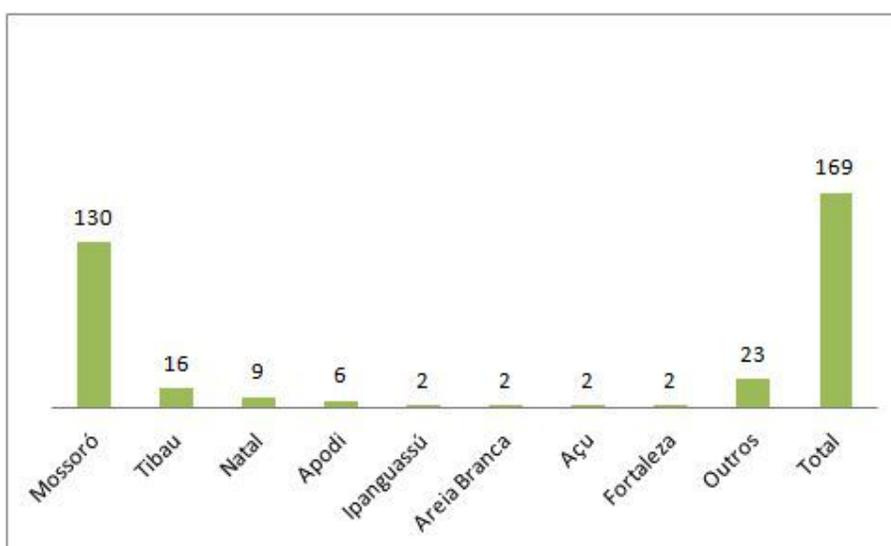


Gráfico 4 – Origem dos vilegiaturistas
Fonte: Pesquisa direta.

Como informação complementar à nossa pesquisa buscamos identificar o bairro de moradia dos vilegiaturistas na cidade de Mossoró. De acordo com a planta a seguir, evidenciamos uma variedade de bairros, indicando uma possível popularização do processo de vilegiatura marítima, isto é, os vilegiaturistas tibauenses não residem (ou mantêm sua primeira residência) somente nos bairros elitizados de Mossoró (ou mesmo naqueles que detêm maior nível de renda da sua população); eles moram também nos bairros onde um conjunto de sujeitos que não pertence a esta elite se utiliza das suas representações para criar e vivenciar a vilegiatura. Portanto, os vilegiaturistas mossoroenses são os maiores colaboradores para a valorização do espaço litorâneo de Tibau.

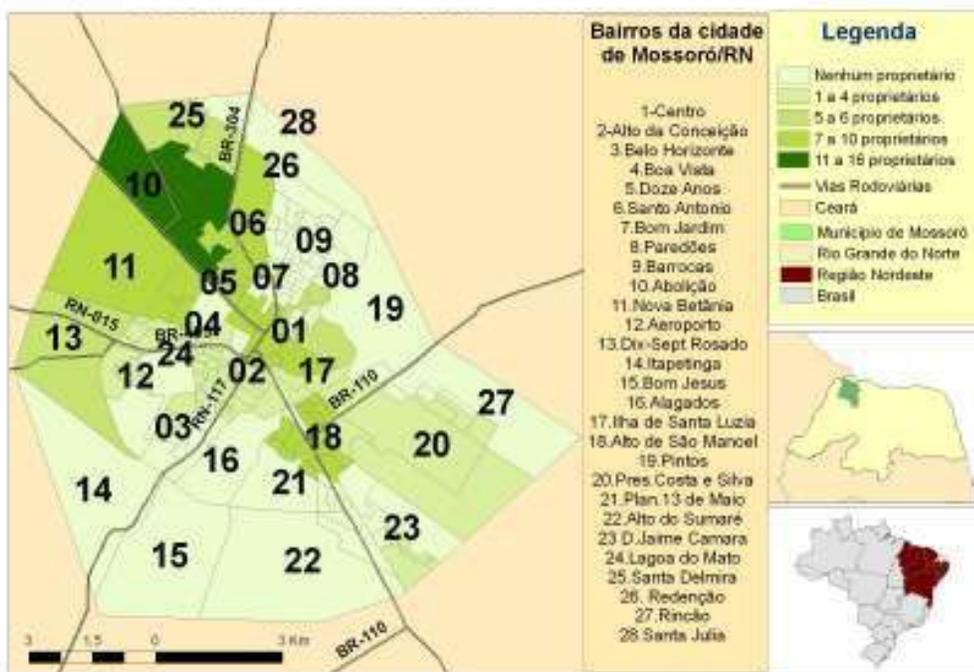


Figura 6 – Proprietários de imóveis nos bairros da cidade de Mossoró

Conforme mostram os questionários e o Gráfico 5, o que traz os residentes de Mossoró a Tibau é realmente a busca pelo lazer. A escolha pela localidade vai para além da pequena distância entre as cidades. Ouvimos diversas vezes a fala de filhos/netos que relataram passar muitas temporadas com seus avós/pais e, por isso, continuam a trazer os filhos/netos periodicamente para este reduto de “paz e tranquilidade”, como comentou um dos entrevistados. Nestes casos, a casa é herança da família.

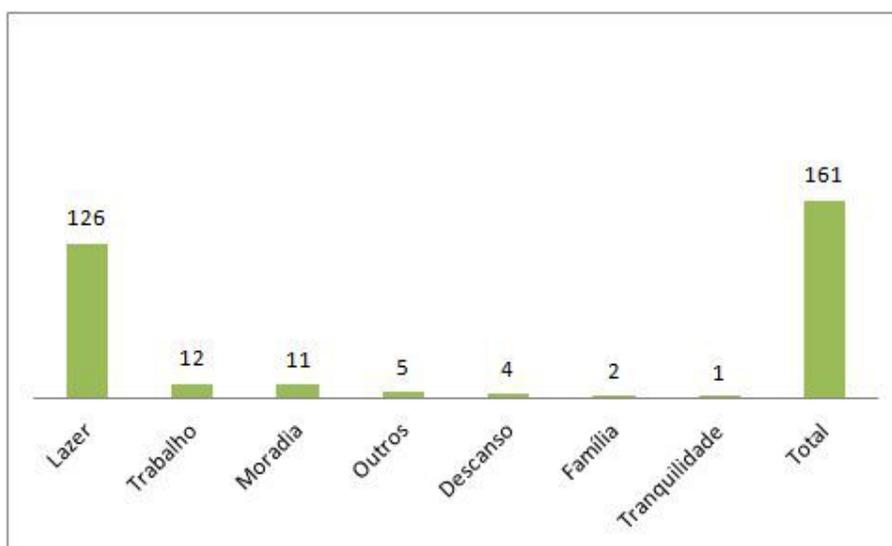


Gráfico 5 – O que os vilegiaturista buscam realizar em Tibau
Fonte: Pesquisa direta.

Em estudo elaborado por Silva e Monteiro (2012, p. 13) consta como escolha por Tibau (pelos mossoroenses) o fato de Mossoró não possuir litoral, assim como a relativa proximidade com Tibau e, ainda, a dinâmica social e econômica desta cidade, que a faz se “constituir no polo emissor mais expressivo no que diz respeito ao fluxo de veranistas de residências secundárias das praias tibauenses”. Tal justificativa nos parece um tanto quanto simplista, pois se trata essencialmente muito mais das simbologias, das representações e da atração que o mar e o marítimo exercem sobre a sociedade mossoroense.

Além do mais, consoante Felipe (1982) ao discutir e apresentar a consolidação do que chama de burguesia de Mossoró, o segundo quartel do século

XX é quando esta capta segmentos da classe média, aumentando a quantidade daqueles que passavam a acreditar e defender o projeto político burguês. O autor cita inúmeras posses de tal classe social, entre as quais o único banco de capital privado do Estado (Banco de Mossoró S.A., atualmente fechado), o maior grupo salineiro de capital local, o maior movimento editorial Norte-Nordeste à época e, ainda, o fato de ser proprietária efetivamente de uma praia (Tibau).

Ainda segundo a mesma fonte, a burguesia de Mossoró se caracterizaria não somente pelo controle de capital, mas pelo “espírito burguês”, colocando os segmentos da classe média numa lógica e aspiração de ascensão social rápida que a partir do contato com a burguesia buscava vivenciar também o seu modo de vida e consumo mediante diversas possibilidades. A nosso ver, se disseminam daí igualmente a procura pelo lazer e a descoberta dos banhos de mar também como forma de alcançar tal *status* social, apropriando-se e valorizando o espaço litorâneo de Tibau.

Voltando ao trabalho de Silva e Monteiro (2012, p. 13), estes revelaram informação que merece destaque, isto é, o fato de um percentual bastante expressivo (do universo por eles entrevistado) de residências sendo utilizadas por locatários. Isto evidencia que os proprietários destas residências, além de usufruírem como vilegiaturistas desta cidade, auferem lucros com a locação do seu imóvel para temporadas de classes de menor rendimento para poderem desfrutar sazonalmente do litoral, embora a locação também seja realizada por população de maiores rendimentos.

Em matéria veiculada pelo jornal *O Mossoroense* em 2/12/2011, confirma-se o incremento desta prática, pois as imobiliárias de Tibau registram intensa procura de imóveis na cidade para aluguel. Segundo a reportagem:

O preço varia de acordo com a localização, tamanho e mobília disponível. De acordo com as duas imobiliárias consultadas, a oferta é bem menor que a procura, ou seja, o número de pessoas interessadas em alugar é maior que o número de casas disponíveis [...] com o quadro atual, alugar uma casa em Tibau no período do veraneio pode ser um bom negócio. [...] o preço médio de uma casa localizada no centro é de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00 por mês (dependendo do tamanho). A mesma casa localizada próxima à praia pode custar o dobro e chegar a R\$ 6 mil. O preço da temporada, que vai até o Carnaval, pode chegar a R\$ 12 mil [...] há ainda os aluguéis de imóveis de luxo, localizados em condomínios fechados. O aluguel dessas casas chega a custar R\$ 8 mil ao mês.

Como mercadoria, o imóvel pode servir como uso, mas também como troca. Os jornais mossoroenses demonstram claramente essa segunda condição. No apêndice B, consta pesquisa desenvolvida no período de janeiro e fevereiro de 2011 que demonstra a oferta constante de domicílios à venda em Tibau. Sua dinâmica imobiliária caracteriza-se tanto pela compra de terrenos e imóveis novos quanto pela venda de domicílios de uso ocasional de vilegiaturistas, de antigos a novos. Quanto à relação contratual com a posse do imóvel, como revela o gráfico a seguir, a prática por vilegiaturistas que detêm a propriedade efetiva dos imóveis de uso ocasional em Tibau é o grande destaque, embora o aluguel de residências, fruto da popularização (ou não, exemplo dos aluguéis de luxo) da prática, apareça em segundo lugar e tenha sido verificado nas entrevistas realizadas.

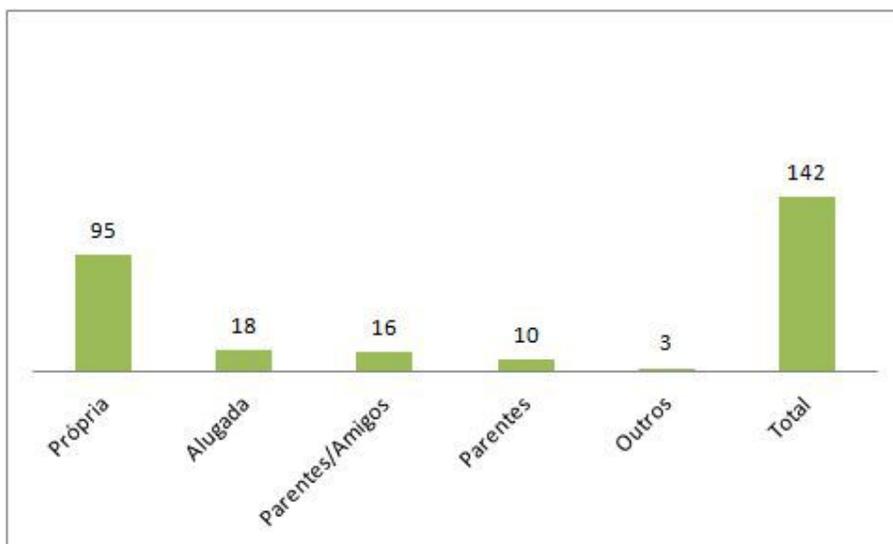


Gráfico 6 – Relação contratual com a posse do imóvel de uso ocasional
Fonte: Pesquisa direta.

Sobre o vilegiaturista, conforme verificado, começamos pela escolaridade, onde um percentual considerável possui ensino superior e ensino médio completos (36,41% e 32%, 59 e 52, respectivamente). Ademais, 12,96% têm pós-graduação. No gráfico a seguir, expõem-se tais informações.

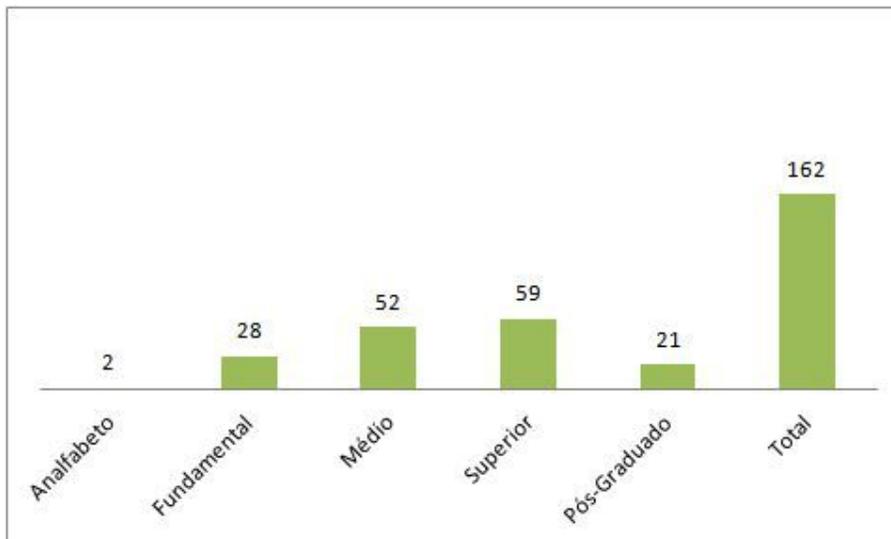


Gráfico 7 – Grau de escolarização dos vilegiaturistas
 Fonte: Pesquisa direta.

Do ponto de vista das categorias sociocupacionais, pelo qual podemos compreender, sinteticamente, de que maneira a população participa das relações socioeconômicas e culturais, no tocante aos vilegiaturistas em Tibau, o maior grupo corresponde aos funcionários públicos e aposentados, que juntos correspondem a 54,6% do total de entrevistados. Este grupo pode ser considerado estrato médio da sociedade, e de fato, são fiéis à prática da vilegiatura marítima. Percebemos ainda uma variedade muito grande de categorias sociocupacionais nos entrevistados (cabeleireiro, secretário, técnico de enfermagem, vendedor ambulante, pintor, etc.), além de profissionais característicos do mercado diversificado da região mossoroense, como tratoristas, agricultores, perfuradores de poços, técnicos industriais, etc., isto é, ligados a atividades do petróleo e do agronegócio. Contudo, um dado relevante é sobre a renda deles, pois do total de entrevistados, 18% revelaram receber acima de sete salários mínimos, enquanto 38 % disseram receber entre um e dois salários e 27 % entre três e quatro salários, fortalecendo a heterogeneidade social propiciada pela vilegiatura marítima. No quadro a seguir, podemos observar estas informações.

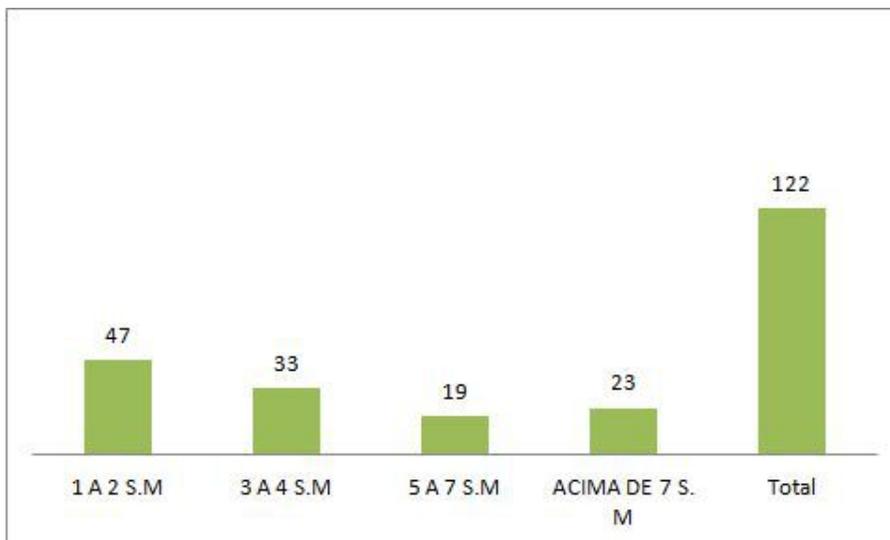


Gráfico 8 – Nível de renda dos vilegiaturistas
Fonte: Pesquisa direta.

Cabe, porém, ressaltar: ao desmembrarmos os questionários aplicados por setor, isto é, a partir da sua distância da faixa litorânea, quando denominamos de Setor 1 toda a faixa edificada mais próxima da costa, de Setor 2 a área mais adensada da sede, localizada no centro da cidade e área de ocupação inicial, e de Setor 3 a área que consideramos, em um primeiro momento, ser aquela em expansão, pudemos perceber que os vilegiaturistas cujas residências se localizam na área mais próxima ao mar são também aqueles detentores da maior renda, como ilustra o próximo gráfico .

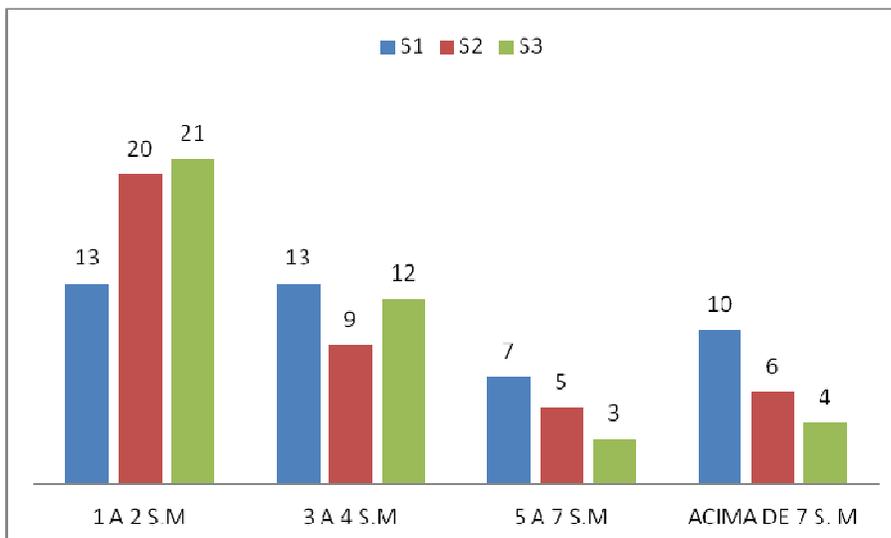


Gráfico 9 – Nível de renda dos vilegiaturistas por setor
 Fonte: Pesquisa direta.

No intuito de descobrir as relações que se estabelecem entre os vilegiaturistas e a população local de Tibau, foram feitas algumas perguntas. A grande maioria dos entrevistados disse estabelecer laços de amizade com a população local, e praticamente o mesmo percentual disse utilizar os serviços da população e do comércio local, como mostram os Gráficos 10 e 11, embora tragam de Mossoró parte considerável das mercadorias para passar o período de férias. No caso dos serviços, um percentual menor afirmou utilizá-los, em virtude, talvez, da precariedade destes em Tibau. Os próprios moradores têm dificuldades de usar serviços básicos, como bancários e de saúde. Por isso, consideramos relevante a discussão sobre as relações intermunicipais a partir de Tibau.

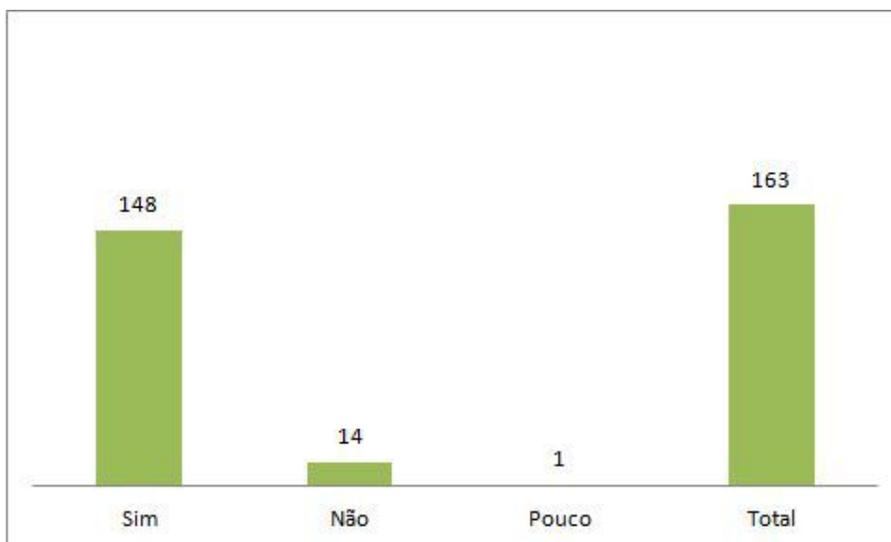


Gráfico 10 – Utilização do comércio pelos vilegiaturistas

Fonte: Pesquisa direta.

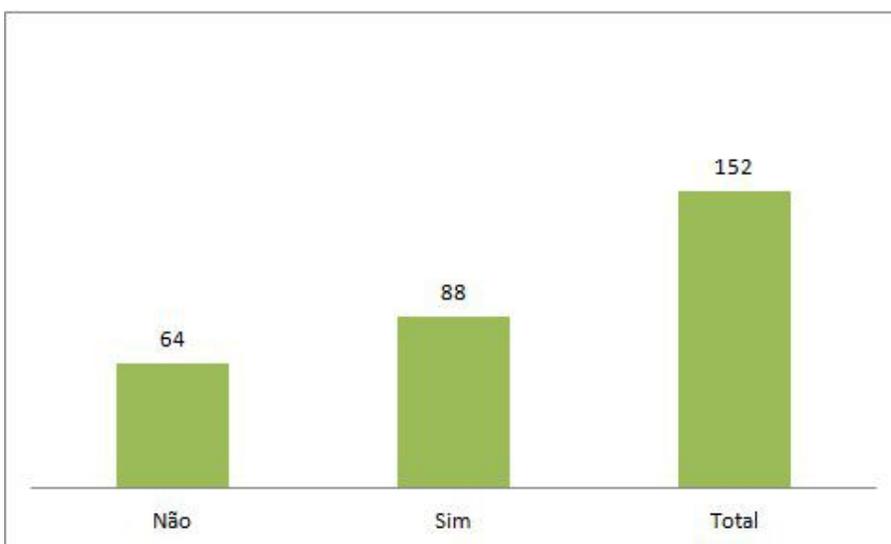


Gráfico 11 – Utilização dos serviços pelos vilegiaturistas

Fonte: Pesquisa direta.

Caracterizar o perfil e o comportamento dos vilegiaturistas é tarefa bastante difícil, pois é necessário que estejamos constantemente atualizando informações e processos, realizando ainda revisão das metodologias aplicadas. Porém, essa atualização/renovação é fundamental quando devemos acrescentar outras variáveis para melhor entendermos tais questões. Destacamos, desse modo, a vivacidade da

vilegiatura marítima, diferenciando-se ao longo do tempo-espaço, quando os sujeitos se renovam, sobretudo a partir do imbricamento de costumes tradicionais e de práticas características da sociedade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo ora desenvolvido procuramos relacionar dialeticamente a prática da vilegiatura marítima ao processo de urbanização na cidade de Tibau, no Rio Grande do Norte. A vilegiatura é a vida em Tibau. É ainda a vida de Tibau. Guedes (2010, p.19) já dizia: “Tibau, já ouvi muitas histórias e estórias a teu respeito, sempre contadas de forma saudosista, detalhada, minuciosa, por antigos moradores e veranistas”. Desta forma, é praticamente indissociável a vida de Tibau e da sua gente da prática da vilegiatura e dos seus vilegiaturistas. Tibau, Mossoró e a vilegiatura contam juntos uma única história.

Em Tibau, a vilegiatura marítima ocorre inicialmente de maneira espontânea, porém seu incremento gera no município uma demanda por infraestrutura até então inexistente por parte da sua incipiente população local, formada, a princípio, em sua maioria, por pescadores. Tibau se constituiu originalmente como uma vila de pescadores. Contudo, os novos atores e representantes da sociedade urbana passariam a exigir do poder público a implantação de estradas, de rede elétrica, de sistema telefônico, entre outros componentes da infraestrutura. Tais elementos viriam, pois, a contribuir para a expansão do número de segundas residências em Tibau e, desse modo, para uma incrível redefinição do seu espaço urbano.

Mencionada transformação foi deveras favorecida pelo movimento de mossoroenses a Tibau. Na atualidade, muitos municípios podem ser considerados como emissores de vilegiaturistas para esta cidade, porém, certamente, é o papel de Mossoró e seus moradores o mais importante em tal relação.

Mossoró, assim como o conjunto de cidades médias e pequenas no Brasil, tem redefinido rapidamente suas dinâmicas. Nas últimas décadas assistiu-se a diversas transformações tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais que influenciam a sociedade em geral e, conseqüentemente, as cidades. A sociedade contemporânea está em metamorfose e, assim sendo, as maneiras de pensar as estruturas sociais, as técnicas e as organizações políticas têm evoluído de modo bastante veloz. Modificações que motivam a mudança das relações de tempo e espaço e evidenciam a necessidade de alterações na concepção e produção das cidades. Esse novo contexto urbano representa um grande desafio para o

desenvolvimento urbano nas metrópoles e, também, nas cidades médias e pequenas.

Desse modo, creditamos a Mossoró a atual conformação tibauense. São justamente o contexto regional e a relevância socioeconômica mossoroense que têm favorecido a atual organização socioespacial de Tibau. Mossoró, como cidade média, assume relevante papel em sua rede urbana, centralizando várias funções. Fruto da nova dinâmica urbana e econômica brasileira, possui um grau de relevância considerável na rede de cidades à qual pertence. Tão grande é sua dinamicidade que nos últimos anos impõe novos usos ao espaço litorâneo de algumas cidades sob sua influência, sendo a mais importante delas Tibau. Conforme defendemos, é possível identificar no Brasil vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à expansão do turismo litorâneo e da vilegiatura marítima e cuja função principal claramente se associa às demandas destes elementos. Tibau se enquadra exatamente nesta lógica.

Um fato comum em cidades com tal lógica é sua dinâmica diferenciada de acordo com o período do ano. Em Tibau, segundo Nascimento (2001, p. 18):

A cidade insiste em imitar o mar em dia de calmaria, quase parado e sem o movimento das ondas [...] os dias em Tibau são sempre iguais, silenciosos, longos e quase intermináveis, modificando-se apenas aos domingos e nos dias de verão, quando uma legião de turistas toma conta da cidade, alterando o panorama do cotidiano.

Cidade esta que possui, inclusive, um comércio também flutuante, assim como uma parte da sua população. Alguns estabelecimentos comerciais funcionam somente no veraneio. Se visitarmos Tibau em diferentes momentos, teremos a sensação de estar em duas cidades distintas. A que se caracteriza por uma conhecida calmaria na maior parte do ano e a que possui engarrafamentos e padaria lotada em outros períodos. Em entrevista com uma comerciante e moradora, um relato chama atenção:

Os mossoroenses querem fazer de Tibau uma outra Mossoró, não sabem sequer caminhar pela cidade, até para ir a padaria precisam ir de carro, então a gente se quiser comer pão nesse período tem que levantar muito cedo e ainda dormir muito tarde com o barulho dos carros de som.

De acordo com Nascimento (2001, p. 19), “a vila começa a ganhar contornos mal desenhados de uma cidade cuja chegada ao mundo desenvolvido ocorreu de

forma agressiva e confusa”. E continua: “Uma ruptura brusca separa a vila de seu passado, de sua história e de suas tradições, instalando o choque de culturas que se instalou em Tibau, de forma mais evidente e contrastante”.

É a sua singularidade (de Tibau), associada, sobretudo, aos seus recursos naturais e à sua proximidade de Mossoró que determina suas atribuições junto à divisão territorial do trabalho na dinâmica regional e/ou nacional como espaço para o lazer. Desse modo, como diz Lacerda (2010, p. 9), o espaço de Tibau “passa a ser alienado, como é alienada toda mercadoria”.

Na realidade, grande parte do litoral brasileiro vem sendo apropriado como mercadoria, e ainda ocupado de maneira insustentável. Tibau é apenas um exemplo de toda região costeira do Rio Grande do Norte que não fica fora dessa realidade. Esta apresenta uma diversidade considerável de paisagens naturais, com feições ambientais como dunas, praias, falésias e mangues. Mas a especulação imobiliária, o desenvolvimento de atividades produtivas, assim como o desenvolvimento da vilegiatura e do turismo, além do aumento da densidade demográfica, têm promovido diversos conflitos socioambientais por conta da degradação ambiental e das graves consequências sociais enfrentadas, especialmente, pelas comunidades litorâneas.

A expansão do povoamento nas áreas litorâneas, esta pensada agora como unidade, inicia-se no final da década de 1960 e consolida-se nos anos de 1970. Conforme Moraes (2007), as áreas próximas às grandes aglomerações litorâneas foram os primeiros lugares alvos da expansão urbana do período, principalmente mediante construção das segundas residências. Porém, na atualidade, o processo não se limita a tais áreas. De natureza urbana, a vilegiatura marítima realiza-se, hoje, tanto nas cidades grandes como nas médias, pequenas e nos vilarejos. O único objetivo é o de delinear o ambiente marítimo e todas as suas características da sociedade urbana.

No decorrer dos anos, o litoral brasileiro foi se estabelecendo como espaço bastante dinâmico e valorizado, de usos e significados diversos. Ganhou lugar extremamente importante para toda a sociedade, entre outros, pela própria localização das suas grandes cidades e principais metrópoles na (ou próximo à) costa.

Nesse trabalho tivemos a intenção de demonstrar como no presente período histórico o complexo processo de urbanização tem ocorrido a partir de diferentes

vetores e que dentro de um país como o Brasil, de dimensões continentais e com imensa costa, há um fenômeno ainda mais abrangente, em virtude das novas tendências da urbanização, fazendo-nos refletir a respeito dos novos vetores que a dimensionam neste país.

Na nossa ótica, uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiros atuais é o estudo da vilegiatura marítima que se processa nas últimas décadas como uma forma de abordagem sobre as novas tendências da urbanização no Brasil.

Tomamos como objeto a cidade de Tibau, no Rio Grande do Norte, e sua marcante relação com Mossoró. Para tanto, consideramos fundamental contar a história desta cidade e da sua relação com o litoral, que a princípio se dá totalmente associada à produção salineira, importante produto até mesmo nos dias atuais para a economia mossoroense.

No Rio Grande do Norte, a extração do sal foi uma das primeiras atividades econômicas. De acordo com Souto e Fernandes (2005), data de 1802 a exploração artesanal e extensiva do conjunto das salinas de Mossoró, do litoral dos municípios de Areia Branca, de Açú e de Macau, no entanto a descoberta de jazidas naturais na região vem desde o começo da colonização. Para Felipe (1988), a economia de Mossoró sempre esteve associada à produção salineira, pois, mesmo no século retrasado, já se percebia a relação entre as oficinas de carnes-secas e o sal depositado de forma natural pelas marés nos baixios e depressões da várzea terminal do rio Mossoró.

No entanto, a relação que se estabelece entre Mossoró e os espaços litorâneos de Tibau, na atualidade, ocorre com base em uma nova variável, qual seja, o lazer, por seu decisivo papel neste espaço litorâneo mesmo antes das políticas regionais de planejamento turístico. Compreendemos tal variável por meio da relação entre a vilegiatura marítima e a residência secundária. Desse modo, a nosso ver, estas juntamente com o incremento do turismo litorâneo, contribuíram para a dispersão das estruturas urbanas pelo espaço litorâneo do Nordeste e, em especial, do Rio Grande do Norte e de algumas das suas cidades litorâneas ao longo do século XX.

Para a análise de uma das cidades mais representativas desta lógica, no Rio Grande do Norte, Tibau, algumas variáveis foram selecionadas para indicar a expansão do processo de urbanização e a influência da vilegiatura marítima nas

transformações mais recentes, que concorrem para reforçar o destaque de referido processo. Metodologicamente, a escolha por um detalhamento em nível local possibilitou visualizações complementares do fenômeno, pois pudemos reconhecer tanto particularidades, como perfis semelhantes aos encontrados, segundo bibliografia, em outras cidades brasileiras e nordestinas. O estudo de Tibau, isto é, este estudo local permitiu a análise a partir de novas fontes de pesquisa, tais como os trabalhos de campo, cooperando no incremento de possibilidades metodológicas para a análise da vilegiatura marítima nos trópicos.

As variáveis em análise neste trabalho de pesquisa colaboraram para compreendermos o processo de urbanização em Tibau a partir da vilegiatura marítima. Muito recentemente, Batista (2012, p. 185) publicou estudo evidenciando este processo, e nele aponta a existência de um território, nesta cidade, com diversas territorialidades, que “subverte a vida comunitária”. Batista denuncia a difícil governabilidade por parte da gestão municipal e a falta de um projeto político “explícito” provocando ações desordenadas.

Para a autora citada (2012, p. 201):

O território urbano até então apreendido vem respondendo às necessidades do capital, construindo e (re)construindo uma cidade estendida ao longo do litoral para uma demanda emergente da “sociedade do lazer”, promovendo, assim, uma segregação e uma fragmentação do espaço, apresentando uma nova realidade de práticas socioespaciais e de morfologia urbana.

As denúncias de Batista (2012) condizem com a realidade tibauense. Contudo, a nosso ver, o aporte teórico utilizado para discutir o processo de urbanização de Tibau não dá conta de tal realidade. Como percebemos, Sposito e Dematteis, escolhidos para o diálogo, não se detiveram em seus estudos para a realidade singular vivenciada por cidades como Tibau. Isto porque eles trabalharam com processos e escalas de análises diferenciadas.

Na nossa investigação, optamos por estudos que possibilitem mostrar a força das cidades médias e pequenas na atualidade, em face do dinamismo vivido pelo processo de urbanização no Brasil nos últimos anos, incluindo muitos vetores que o impulsionam e novas tendências que o referido processo vem apontando. Portanto, o estudo das cidades médias e pequenas merece uma reflexão particular sem, contudo, perder de vista a noção de totalidade do fenômeno urbano.

Nessa linha de abordagem, uma questão revela-se fundamental, qual seja, o fato de incluirmos nos estudos sobre urbanização a vilegiatura marítima como importante vetor de intensificação do referido processo.

No entanto, devemos lembrar que Tibau tem sua dinâmica atual favorecida por dois fortes processos. Primeiro, o incremento da vilegiatura em seu território e, segundo, a importante relação de Mossoró com seu litoral que permite/possibilita o incremento de tal processo. Tibau é o que é pelo dinamismo econômico de Mossoró e dos mossoroenses que passaram a usufruir, em especial a partir da década de 1980, de renda suficiente para dispor de uma segunda residência em Tibau.

Incrementa-se, em meados do século XX, uma nova variável para dinamizar as relações entre Mossoró e “seu” litoral, ou seja, a busca pelo lazer, pois a sociedade urbana mossoroense absorve as influências externas e manifesta, deste modo, novo interesse pelo mar. Propaga-se, assim, o fenômeno marítimo no espaço atualmente estabelecido, enquanto Tibau e as práticas marítimas modernas se colocam inicialmente como sinônimo de um modo elegante de vida para a população que habitava Mossoró.

A nosso ver, porém, a procura por Tibau, que à época ainda não se constituía como tal, se deu a princípio associada à questão da saúde, isto é, o espaço atende a uma demanda da classe abastada de Mossoró, sobremodo para fins terapêuticos, como ressalta o médico dr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro, que também se dirigia a esta cidade com seus familiares e amigos para desfrutarem daquele espaço já no começo do século XX.

Ademais, além de fins terapêuticos, a ida para Tibau também se justificava pela busca pelo lazer. Na obra de Felipe e Rosado (2002), assim como em muitas matérias veiculadas nos jornais de Mossoró (sobretudo *O Mossoroense*) evidencia-se o interesse e, portanto, o deslocamento frequente de pessoas para este litoral em busca das suas belezas naturais e do seu clima ameno, favorecendo, pois, o estabelecimento de uma ambiência que se organizava pelo cotidiano dos vilegiaturistas dessa praia.

Com o desenvolvimento da vilegiatura marítima, os espaços litorâneos são organizados pela valorização e, conseqüentemente, pelo processo de urbanização. Desse modo, novos elementos (materiais e imateriais) e novos atores passam a compor a paisagem das praias, as quais são desfrutadas pelo frequente uso dos vilegiaturistas. São justamente estes que começam a exigir do poder público o

atendimento de uma série de demandas urbanas, como o acesso à eletricidade, melhoramento de estradas, sistema de comunicação, etc. São desdobramentos que indicam a chegada do tecido urbano ao espaço litorâneo de Tibau, sendo ainda elementos bem representativos da sociedade urbana e, também, neste caso, dinamizam ainda mais a construção de segundas residências.

A dinâmica vivenciada por Tibau nos últimos anos denota muito bem a sociedade do lazer que se apropria da praia de Tibau estabelecendo forte laço territorial com o lugar, concebendo os fatores indispensáveis de conforto e comodidade impostos pela sociedade urbana. Desse modo, são suas práticas socioespaciais que implicam diretamente a organização espacial de Tibau, isto é, o processo de urbanização desta cidade.

Na organização do espaço litorâneo de Tibau, temporalidades opõem-se, recriando formas e atribuindo-lhes nova essência. Tal colocação é relevante para compreendermos as mudanças nesse espaço litorâneo, pois os agentes sociais envolvidos neste processo, ao passar de algumas décadas, têm se redefinido.

De todo modo, apesar da sua redefinição, é a influência de Mossoró na materialização da vilegiatura marítima em Tibau que tem mostrado a forma como o espaço litorâneo é alcançado pelo seu tecido urbano, evidenciando, desta maneira, a relação dialética entre valorização litorânea, vilegiatura marítima e urbanização.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001.
- AMARAL, Dário Dantas de et al. Restingas do litoral amazônico, estados do Pará e Amapá, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi: Ciências Naturais**, Belém, v. 3, n. 1, p. 35-67, jan./abr. 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1995.
- ANDRADE-LIMA, D. **Estudos fitogeográficos de Pernambuco**. Recife: Instituto de Pesquisa Agrônômica de Pernambuco, 1960.
- ARAÚJO, Enos Feitosa; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-CE. **Ra'ega**, v. 21, p. 78-104, 2011.
- ARAÚJO, Enos Feitosa; PEREIRA, Alexandre Queiroz; OLIVEIRA, Edson de Paula. Turismo litorâneo na metrópole cearense: o caso de Caucaia, Ceará, Brasil. **Conexões: Ciência e Tecnologia**, v. 4, p. 72-81, 2010.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP;UNESP, 1995.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de sua análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11-13, p. 107-122, set./out. 2003.
- _____. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da (Org.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- BATISTA, Joane Luiza Dantas Vieira. Vilegiatura marítima e urbanização em Tibau. In: FONSECA, Maria Aparecida Pontes da (Org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012.
- BATISTA, Joane Luiza Dantas Vieira; OLIVEIRA, Elizângela Justino de. Vilegiatura marítima e urbanização em Tibau. In: **IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2012.
- BENHAMOU, F. C. **Turismo e veraneio nas regiões periféricas da metrópole carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971.

BIGARELLA, João José. Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, v. 1, p. 75-111, 1946.

BONADIO, Maria Claudia. **Moda e sociabilidade**: mulheres na São Paulo dos anos 1920. São Paulo: Senac, 2007.

BOYER, Marc. **Les villégiatures du siècle XVI au XXI siècle**: panorama du tourisme sédentaire. Paris: EMS, 2008.

BRITO, Antônia Aleide C. **Modernização industrial e estrutura urbana**: o caso de Mossoró – RN. Mossoró: Coleção Esam, ano XX, vol. 9, 1987.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez. **A vilegiatura balnear marítima em Portugal**. Sociedade, Urbanismo e Arquitectura (1870-1970). 2004. Tese (Doutoramento em História da Arte Contemporânea) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

CAMPOS, Heleniza Avila. Reflexão acerca das redes urbanas regionais não metropolitanas: o caso do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 11., 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo: EGAL, 2009.

CARDOSO, Elizabeth D. et al. **História dos bairros**: memória urbana: Copacabana. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia; Index, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. São Paulo: dinâmica urbana e metropolitana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11-13. p. 77-90, set./out., 2003.

_____. O consumo do espaço. In: _____. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R.C.A. (Orgs). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade de Natal**. Natal: Prefeitura de Natal, 1947.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Nacional, 1955.

_____. **Geografia do Brasil holandês**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1956.

_____. **Nomes da terra:** história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

_____. **História da cidade do Natal.** Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

_____. **Crônicas de origem:** a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. Natal: EDUFRN, 2005. p. 9-79.

_____. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: RN Econômico, 1999.

CARVALHO, Rodrigo Guimarães de; IDELFONSO, Idnei Cesar Silva. Impactos ambientais no núcleo urbano de Tibau - RN. In: Simpósio de Geografia Física do Nordeste, 2008, João Pessoa, 2008.

_____. **Notas e documentos para a história de Mossoró.** 2010. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria.

_____. Problemas de uso e ocupação do solo e degradação ambiental no núcleo urbano de Tibau - RN. In: XIII Encontro Brasileiro De Geografia Física Aplicada, 2009, Viçosa - MG. A geografia física e as dinâmicas de apropriação da natureza. Viçosa - MG: Editora da UFV, 2009. v. 1.

CAVACO, Carminda. Habitares dos espaços rurais. **Revista da Faculdade de Letras: Geografia,** Porto, v. 19, p. 47-64, 2003.

CLEMENTINO, Maria do Livramento. **Economia e urbanização:** o Rio Grande do Norte dos anos 70. Natal: EDUFRN, 1995.

COELHO, Maria do Socorro Alves. **A segunda habitação:** reflexões sobre a expansão da metrópole do Rio de Janeiro. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

COLÁS, J. L. **La residencia secundaria en España:** estudio territorial de su uso y tendencia. Tesis doctoral. Departament de Geografia. Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona. 440 f. Barcelona, 2003.

COLÁS, J. L.; CABRERIZO, J.A. M. Vivienda secundaria y residencia múltiple en España: una aproximación sociodemográfica. **Scripta Nova.** Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Barcelona, vol. VIII, n. 178, diciembre de 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-178.htm>> Acesso em: 27 set. 2004.

CORBIN, Alain. **O território do vazio:** a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M.E. B. (Org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 359-367.

_____. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. **História, ciência, saúde: Manguinhos**, v. 17, n. 1, p. 165-184, 2010.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí – Ceará**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, 2010.

COSTA, Jordana Medeiros. Uso corporativo do território e turismo no Rio Grande do Norte. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2011, Goiânia. A pesquisa e a produção geográficas: o pulsar no tempo e no espaço, 2011.

COUTO, Edna Maria Jucá. **Redefinições espaciais do comércio em Mossoró (RN)**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2011.

CREPANI, Edison; MEDEIROS, José Simeão de. Carcinicultura em apicum no litoral do piauí: uma análise com sensoriamento remoto e geoprocessamento. In.: Anais XI SBSR, Belo Horizonte, Brasil, 2003, INPE. p. 1541 - 1548.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil**. Tese Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2011.

_____. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010a.

_____. Mutações no Nordeste brasileiro: reflexão sobre a produção de alimentos e a fome na contemporaneidade. **Confins**, Paris, v. 10, p. 1-20, 2010b.

_____. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. **GEOUSP**, v. 22, p. 9-30, 2007.

_____. Rede urbana colonial cearense: uma crítica à noção de rede dendrítica. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 120, p. 145-170, 2006a.

_____. Cidades litorâneas marítimas tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Panorama da geografia brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006b. v. 1, p. 79-89.

_____. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-76, 2004a.

_____. Maritimidade nos trópicos. **Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História**, Fortaleza, v. 1, p. 23-29, 2004b.

_____. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, p. 53-60, 2002.

_____. Da capital do sertão à cidade do sol: Fortaleza e o processo de litoralização do Ceará. **Caderno de Geografia: notas sobre o urbano cearense**, Fortaleza, v. 4, 1998.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, A. Q. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: DANTAS, E. W. C; FERREIRA, A. L; CLEMENTINO, M. L. M. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. v. 1, p. 71-84.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia et al. Turismo Litorâneo e Vilegiatura Marítima na Região Metropolitana de Fortaleza. In: 12 ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación, 2009. v. 1. p. 1-15.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz; PANIZA, Andrea. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 5, p. 14-34, 2008.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, T. C. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

DAVIES, Richad B.; O'FARRELL, Patrick N. A spatial and temporal analysis of second home ownership in West Wales. **Geoforum**, v. 12, n. 2, p. 161-178, 1981.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002a. p.11-36.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, n. 8, 2006a.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006b. p. 25-82.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 10, n. 3, 2006c.

_____. **Agricultura e reprodução de espaços urbanos não metropolitanos:** notas teórico-metodológicas. Fortaleza: [s. n.], 2006d. (Texto inédito digitado).

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPÓSITO, Eliseu Savério; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006e. p. 279-303.

_____. Fronteiras em mutação no Brasil agrícola. **Simpósio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – Anpur**, 58ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, 2006.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica, 2008, Barcelona. **Anais**. Barcelona, 2008.

ELIAS, Denise S.; PEQUENO, Renato. Tendências da urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos. **Cadernos Metrôpole**, v. 12, p. 441-466, 2010.

ELIAS, Denise Souza; PEQUENO, Renato; ROMCY, Priscila Oliveira. Rupturas na rede urbana e faces do mercado de trabalho. **Geotextos**, Salvador, v. 8, n. 1, jul. 2012.

_____. Mossoró: a cidade e a região. In: SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise S.; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional:** Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010b. v. 1, p. 3-21.

ESTADES, Naína Pierri. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

FARIAS, L. E. C.; MARÇAL, M. S.; PINHEIRO, R. V. L. A dinâmica sedimentar da Praia de Maçarico e sua importância para a geologia costeira do Estado do Pará. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, **Anais**. 1, Porto Alegre, 1987.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Mossoró:** um espaço em questão. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1980.

_____. **Organização do espaço urbano de Mossoró.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

_____. **Elementos de geografia do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 1988.

_____. **Rio Grande do Norte:** uma leitura geográfica. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves. **Atlas escolar do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: GRAFSET, 1999.

FERNANDES, Antonio Jânio. **Transformações socioespaciais no litoral Norteriograndense**: uma leitura das comunidades sobre os usos dos seus territórios pelo turismo. Tese. (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. Políticas públicas de turismo e produção do espaço: a centralidade de Natal no espaço turístico potiguar. **Vivência**, Natal, v. 1, p. 225-238, 2005.

_____. Competitividade e diferenciação espacial. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, São Paulo. Por uma geografia latino americana. Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. 2005b.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes; PETIT, Aljacyra Correia; FERREIRA, Ana Lucia de Araújo. **Turismo, políticas públicas e produção imobiliária**: novos caminhos da urbanização potiguar: políticas públicas e o lugar do turismo. Brasília: UNB; MMA, 2002. v. 1, p. 123-136.

FONSECA, Vania; VILAR, José Wellington Carvalho; SANTOS, Max Alberto Nascimento. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. In: VILAR, José Wellington Carvalho; ARAÚJO, Hélio Mario de (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristovão: UFS, 2010.

FRANZINELLI, E. Contribuição à geologia da costa do Estado do Pará (entre a baía de Curaça e Maiau). In: SUGUIO, K; MEIS, M. R. M. DE; TESSLER, M. G. (Eds.). **Atlas IV Simpósio do Quaternário no Brasil**, Rio de Janeiro: 1982. p. 305–322.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização**: novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Mestrado Acadêmico em Geografia – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajetória econômica de uma região periférica**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte014.doc>>. Acesso em: 19 mar. 2011

HIERNAUX, D. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. Scripta Nova. In: **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (05). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-05.htm>> [ISSN: 1138-9788]

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Macro desenvolvimento da zona costeira**. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Censo agropecuário 1980**. Rio de Janeiro, 1983-1984.

_____. **Censo agropecuário 1985**. Rio de Janeiro, 1986.

_____. **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Censo agropecuário 1995**. Rio de Janeiro, 1995-1996.

_____. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo agropecuário 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Cidades**. 2012. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

IDEMA. **Perfil do seu município**. Rio Grande do Norte, 2008.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. **Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000, Ano de obtenção: 2003**. Tese. (Doutorado em Demografia) - Programa de Doutorado em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: [s. n.], 1817.

LEFEBVRE, Henri. **De L'Etat: le mode de production étatique**. Paris: Unión Generale d'Editons, 1977.

_____. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Anthopos, 2000.

LIMA, Clarisse Vasconcelos Fraga de Melo. **Urbanização turística no litoral sul de Pernambuco: o caso do município de Tamandaré**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2006.

LIMA, Luiz Cruz ; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da (Org.). **Panorama da geografia brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006. v. 2.

LÓPEZ, J.; MÓDENES, J. A. Vivienda secundaria y residencia múltiple en España: una aproximación sociodemográfica. **Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de

Barcelona, 1 de diciembre de 2004, vol. VIII, núm. 178.
<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-178.htm>> [ISSN: 1138-9788]

MARCELLINO, Nelson Carvalho **Lazer e educação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. **Natal também civiliza-se**: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós- Graduação em História, Natal, 2008.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MONIÉ, F.; VIDAL, S. M. S. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **Revista Brasileira de Administração**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 975-995, 2006.

MONTENEGRO JUNIOR, I. R. P. **Turismo e urbanização**: gestão de impactos no litoral de Aquiraz – CE. Dissertação de Mestrado. PRODEMA/UFC. 239 f. Fortaleza, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Classificação das praias brasileiras por níveis de ocupação: proposta de uma tipologia para os espaços praias. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento. **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão. Brasília, 2004. p. 33-44.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: HUCITEC; USP, 1999.

MUNNÉ, F. **Psicología del tiempo libre**: un enfoque crítico. Ciudad del México: Trillas, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PANIZZA, Andrea de Castro; FOURNIER, Jérôme; LUCHIARI, Ailton. L'urbanisation littorale au Brésil: Ubatuba (São Paulo). **M@ppemonde**, Montpellier, v. 73, n. 1, p. 1-9, 2004.

PANIZZA, A. C.; PEREIRA, A. Q. Residências secundárias e estruturação socioespacial da zona costeira cearense, Brasil. **Geografia**, Londrina, v. 18, p. 53-74, 2009.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura a metropolização no Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Geografia)

– Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012.

_____. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará**: Fortaleza em Aquiraz. 2006. 157 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

_____. Das cidades às metrópoles litorâneas: o papel da vilegiatura marítima moderna no Nordeste do Brasil. **GEOUSP**, v. 31, p. 5-15, 2012.

_____. Estruturação urbana litorânea da Região Metropolitana de Fortaleza: planos para Aquiraz, Caucaia e São Gonçalo do Amarante. **Mercator**, v. 8, p. 49-57, 2009.

_____. Praia do Presídio:santuário da vilegiatura. **Ateliê geográfico** (UFG), v. 3, p. 92-110, 2009b.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 1-12, 2008.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização de Mossoró**: dos processos históricos a estrutura urbana atual. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, Natal, 2006.

PONTES, Beatriz Maria Soares et al. **Meio-ambiente e processo fundiário em conflito**: Parnamirim e Nísia Floresta. Natal: UFRN, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 2006. Disponível em: <www.portaldocriador.org>. Acesso em: 7 jul. 2011.

RELATÓRIOS e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, v. 91, parte 1, p. 237-319, 1895.

QUEIROZ, Rodrigo José de Góis. **Política urbana e desigualdades socioespaciais em Mossoró (RN)**: uma investigação acerca das políticas de implantação da rede de esgotamento sanitário. Dissertação (Mestrado Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Acessada a partir de <http://www.ihgb.org.br/publi13.php> em 21 de janeiro de 2010.

RIBEIRO, Berta G. **O índio na história do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Global, 1997.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró**: período de 1980 a 2004. Natal: UFRN, 2005.

RODRIGUES JÚNIOR, Antônio. **As salinas do rio Mossoró no século XVIII**. [2012]. Disponível em: <<http://www.osantooficio.com/2011/02/08/salinas-do-rio-mossoro-no-seculo-xviii/>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. **Dos caminhos de água aos caminhos de ferro**: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920) Natal: [s. n.], 2006.

ROSADO, Vingt-Un. **A engenharia nacional passou por Mossoró, seguindo as pegadas do sonho grafiano**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2000.

ROSADO, Vingt-um; ROSADO, América. **Os holandeses nas salinas do Rio Mossoró**. Mossoró: [s.n.], 1987. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo**: reflexos na economia urbana de Mossoró (RN). Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS JUNIOR, Olavo; SANTIAGO, Lorena M.; SILVA, Willamy J. F. **Características geotécnicas dos solos da região de Natal - RN**. Disponível em http://www.ufrn.br/sites/producao_ct/sec1_1.html, acesso em: 30/abr./2012.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Salvador: Progresso, 1959.

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 173 p.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI: livro vira-vira 1. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SCHOSSLER, Joana Carolina. **“As nossas praias”**: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul. (1900 – 1950). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2010.

SCHERER, Marinez; SANCHES, Manuel; NEGREIROS, Dora Hees de. **Gestão das zonas costeiras e as políticas públicas no Brasil**: um diagnóstico. Red Iberoamericana de Manejo Costero – Brasil. Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro, 2009.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **A muralha que cerca o mar**: uma modalidade de uso do solo urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

SILVA, Alexsandro F. C.; FERREIRA, Angela Lúcia. Dinâmica imobiliária e turismo: novas relações, novos riscos. **Cadernos Metrópole**, v. 18, p. 109-134, 2007.

SILVA, Bandeira de Mello e; CHRISTINE, Barbara; CARVALHO, Silvana Sá de. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador - Bahia e de sua região de influência. **Observatório de Inovação do Turismo**: Revista Acadêmica, v. 4, n. 3, set. 2009.

_____. Globalização, turismo e residências secundárias: O exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo-Uruguay. EGAL 2009. Montevideo-Uruguay: Universidad de la República, 2009. p. 1-12.

SILVA, Kelson de Oliveira; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. A produção de residência secundária no litoral oriental potiguar - turismo e capital imobiliário. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, v. 1, p. 50-63, 2010.

SILVA, Kelson de Oliveira; MONTEIRO, Sebastião Lopes. A residência secundária em Tibau/RN A cidade praia mossoroense. **Ateliê Geográfico**, v. 6, p. 170-189, 2012.

SILVEIRA, Bruno Rodrigues da. **O morar permanente na praia**: moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icarai-CE. 2011. Dissertação. (Mestrado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2011.

SILVEIRA, J. D. Morfologia do litoral. In: AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil**: a terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

SOARES JUNIOR. Antonio Tadeu Pinto. **A espacialidade do vilegiaturista marítimo em Fortaleza-CE**: práticas e transformações recentes. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização**. Presidente Prudente (SP): Pós-Graduação em Geografia – FCTUNESP, n. 6, 1999, p. 55-63.

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O. **Especificidades da urbanização nas áreas de cerrado Brasileiro**: a importância das cidades médias. [S. l.]: 2000. (mimeo).

SOARES, B. R.; BORGES, G. V.; BESSA, K. C. F. O. Dinâmica sócio-econômica

das “cidades locais” situadas em áreas de cerrado mineiro. **Caminhos da Geografia**, v. 5, n. 3, 2001.

SOARES, B. R.; SILVA, L. V. O. da. Transformações sócio-espaciais nas cidades médias dos cerrados de Minas Gerais. p.01-26. In: II ENCONTRO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E VI SEMINÁRIO DE IV, 2002,, Uberlândia. **Anais**, 2002. v.1.p.390-391.

SOARES, B. R.; MELO, N. A; LUZ, J. Cidades médias: a importância da dimensão regional na análise da cidade média goiana. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEG, 2005, Fortaleza. **Anais**. Comunicações Científicas e Coordenadas, 2005. p.1-13.

SOARES, B. R. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, A. F.; FLÁVIO, L. C.; SANTOS, R. A (Org.). **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão, Paraná, 2005. p. 273.286.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Pequena cidade, um desafio metodológico: os instrumentos e os recursos para a pesquisa em Geografia. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. v. 1, p. 395-420.

SOUTO, Edith Fernandes; FERNANDES, Carlos Henrique Cavalcante. **A importância da indústria salineira do Rio Grande do Norte para a economia brasileira**. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2005.

SOUZA, Francisco Fausto de. **História de Mossoró**. 3. ed. Mossoró: ESAM, 2001.

SOUZA, André Nunes de. **Orla oceânica de Salvador: um mar de representações**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1, p. 233-253.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1988. 80 p.

_____. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPERR, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise. **Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional**. Projeto de pesquisa. Fortaleza, 2006.

SUGUIO, K.; TESSLER, M. G. Planícies de cordões litorâneos quaternários do Brasil: origem e nomenclatura. In: LACERDA, L. D. et al. (Org.). **Restingas: origem, estrutura e processos**. Niterói: CEUFF, 1984.

- THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. 2. ed. São Paulo: USP, 2008.
- TESSLER, Moysés Gonzalez; GOYA, Samara Cazzoli y. Processos costeiros condicionantes do litoral brasileiro. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 17, p. 11-23, 2005.
- TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.
- URBAIN, Jean Didier. **Sur la plage**. Paris: Payot, 1996.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências: 1549-1999**. Ilhéus: Editus, 2002.
- VIEIRA, Enoque Gonçalves. **A construção da natureza saudável em Natal (1900-1930)**. 2008. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2008.
- VITERBO, Sousa. **Trabalhos náuticos dos portugueses: séculos XVI e XVII**. Lisboa: INCM, 1988.
- ZICKEL, Carmem Silvia et al. Flora e vegetação das restingas no Nordeste Brasileiro. In: ESKINAZILEÇA, E.; NEUMANN-LEITÃO, S.; COSTA, M. F. (Org.). **Oceanografia: um cenário tropical**. Recife: Bargaço, 2004. p. 689-701.
- ZICKEL, Carmem Silvia et al. Aspectos florísticos da vegetação de restinga no litoral de Pernambuco. **R. Árvore**, Viçosa, MG, v. 31, n. 6, p. 1121-1130, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MATRIZ METODOLÓGICA

Tema: O processo de urbanização e a vilegiatura marítima			
Processo	Variáveis	Indicador	Fonte de consulta / comprovação
Crescimento urbano associado ao sistema rodoviário regional	Mancha urbana	Evolução da mancha urbana segundo mapeamentos existentes;	Google Earth Trabalhos desenvolvidos pelo GLOBAU
	Rede viária	Km construída de vias rodoviárias	DETRAN-RN
Expansão do intraurbano	Mancha urbana	Evolução da mancha urbana segundo mapeamentos existentes	Google Earth Trabalho de campo
	Domicílios	Evolução do número de domicílios	IBGE
Crescimento da vilegiatura nos municípios litorâneos	Segundas Residências	Evolução do número de residências de uso ocasional; Evolução do número de residências permanentes;	IBGE (SIDRA)

Diversificação do perfil socioeconômico do proprietário de segunda residência	Perfil dos proprietários de segundas residências	Distribuição sócio-espacial em Mossoró dos proprietários de segundas residências no litoral	Dados do IPTU Trabalho de campo
Organização do setor terciário de Tibau em função da vilegiatura		Distribuição espacial dos estabelecimentos Número de estabelecimentos	
Vinculação entre a construção de segundas residências e o mercado imobiliário de Mossoró	Terrenos	Quantidade de terrenos ofertados em Tibau	Jornais de Mossoró Imobiliárias Trabalho de campo
Evidência de processo de especulação imobiliária nas áreas voltadas a segunda residência	Preço da terra	Evolução do preço da terra e do valor imobiliária	Jornais de Mossoró Imobiliárias Trabalho de campo
Reconhecimento da segregação socioespacial	Residências Lotes de terras	Tipologia das casas Tamanho dos lotes Distância da praia	Imobiliárias Trabalho de campo

APÊNDICE B – CARACTERÍSTICAS DOS IMÓVEIS A PARTIR DOS JORNAIS

Data/Imobiliária	Tipo de Imóvel	Características	Localização	Tamanho/Valor	Fonte
01/02/11	CASA	casa toda alpendrada Sala, 04 WC, 09 quartos sendo 01 suíte, cozinha, cascata, churrasqueira	Rua Pôr do Sol, por trás do Condomínio Porcino	R\$ 190.000,00	O MOSSOROENSE
01/02/11	CASA	sala, 03 quartos sendo 01 suíte, 01 wc, cozinha, área de serviço, garagem para 06 carros	Av. Tarcísio Maia, 12, próx. Ao Posto de Nolasco	R\$ 100.000,00	O MOSSOROENSE
01/02/11	CASA	01 sala, 01 wc, 03 quartos, cozinha, despensa, área de serviço, churrasqueira, piscina	PRAIA DO CEARÁ	R\$ 120.000,00	O MOSSOROENSE
01/02/11	CASA	sala para 02 ambientes, 01 wc, 04 quartos sendo 01 suíte, cozinha, despensa, área de serviço, churrasqueira, cascata, poço, toda alpendrada, garagem para 10 carros	PRAIA DO CEARÁ	R\$ 105.000,00	O MOSSOROENSE
01/02/11	TERRENO	medindo 15x25,	PRAIA DAS EMANUELAS, Francisco Chagas, próx. a Lagoa, lote 04 quadra 22	R\$ 25.000,00 perfazendo uma área de 375 m ²	O MOSSOROENSE
01/02/11	TERRENO	Lote 03 da quadra 01, medindo 20x30	GADO BRAVO Vila do Tibau	R\$ 40.000,00 perfazendo uma área total de 600m ²	O MOSSOROENSE
02/02/11	LOTEAMENTO	COM TOPOGRAFIA	BARRINHA DE	R\$ 10.000,00, SÃO	O MOSSOROENSE

		PLANA, ÁGUA ENCANADA E ENERGIA ELÉTRICA POUCOS METROS DO LOCAL	MANIBÚ	LOTES COM 420M²	
02/02/11	CASA	toda alpendrada, com sala ampla, 03 quartos, 01 suíte, 01 banheiro social, cozinha, área de serviço, poço	centro da cidade	R\$ 65.000,00	O MOSSOROENSE
02/02/11	CASA	toda alpendrada, sala ampla, 04 quartos (sendo 03 suítes), 02 banheiros sociais, cozinha, área de serviço, cisterna, poço	praia do Ceará	R\$ 70.000,00	O MOSSOROENSE
02/02/11	CASA	toda alpendrada, sala ampla, 03 quartos (sendo 02 suítes), 01 banheiro social, cozinha, área de serviço, cisterna	praia do Ceará	R\$ 190.000,00 , área de 1.500m² de terreno	O MOSSOROENSE
02/02/11	CASA	casa em condomínio fechado com garagem, 02 salas amplas, 03 quartos (sendo 01 suíte), banheiro social, cozinha, área de serviço, dependência de empregada. O condomínio dispõe de área de lazer com piscina, área de convivência, e portão eletrônico		R\$ 150.000,00	O MOSSOROENSE
02/02/11	casa semi-nova	toda alpendrada, garagem para 04 carros,		R\$ 170.000,00	O MOSSOROENSE

		varanda, 02 salas, 03 quartos (sendo 01 suíte), banheiro social, cozinha, área de serviço, amplo quintal, piso cerâmica, teto madeira e telhas, possui um poço para abastecimento próprio de água			
02/02/11	CASA	120 metros da beira-mar, com garagem coberta para 04 carros, varanda, 02 salas amplas, 03 quartos (sendo 01 suíte), banheiro social, cozinha, área de serviço, dependência de empregada, ampla despensa, alpendre; piso cerâmica, teto madeira e telhas (parte forrada com gesso). O imóvel encontra-se em ótimo estado de conservação, tanto na parte de edificação, quanto na elétrico-hidráulica. Possui um poço tubular com bomba instalada, água potável para banho. Todos os móveis e utensílios exceto os objetos pessoais ficam incorporados ao imóvel	Praia das Manoelas	R\$ 150.000,00	O MOSSOROENSE
02/02/11	GALPÃO PARA ALUGAR	(50 x 60) totalmente murado, pavimentado		R\$ 8.000,00, canteiro medindo 3000m ²	O MOSSOROENSE

		com paralelepípedo, contendo 01 galpão medindo 400m ² , 10 salas diversas, guarita, portão de ferro, fácil acesso			
02/02/11	GALPÃO PARA ALUGAR	(18 x 64) Totalmente murado, possui escritório com recepção, sala de reuniões, sala de departamentos, lavabo, cozinha, área de serviço; no pavimento superior tem 01 apartamento com varanda, sala ampla, 02 quartos (sendo 01 suíte), banheiro social, cozinha, área de serviço	centro da cidade ao lado do teatro municipal	R\$ 10.000,00 , canteiro medindo 1.152m ² de área	O MOSSOROENSE
02/02/11	prédio comercial	com salão, banheiro social, espaço para câmara fria, depósito	próximo à COBAL (onde funcionou o Frigotil)	R\$ 800,00	O MOSSOROENSE
02/02/11	TERRENOS	04 lotes sendo 60 metros de frente por 24 metros de comprimento, lado da sombra à tarde, localiza-se a apenas 35 metros da CE 261 - Tibau-Icapuí/CE, e localiza-se apenas 1.2 km da beira-mar. Possui energia elétrica e água encanada a poucos metros do local	Melancias	R\$ 38.000,00 terreno medindo 1.440m ²	O MOSSOROENSE
02/02/11	terreno	Totalmente cercado, com topografia relativamente plana, (40 x 60) com infra estrutura completa de água	praia de São Cristóvão	R\$ 38.000,00 medindo 2.400m ²	O MOSSOROENSE

		encanada, energia elétrica, fácil acesso, e localização privilegiada			
02/02/11	terreno	(50 x 600) à beira-mar com energia a poucos metros do local, topografia levemente ondulada, ideal para loteamento, ou chácara	Praia do Ceará	R\$ 300.000,00, medindo 30.000m²	O MOSSOROENSE
02/02/11	Aluga-se casa	alguns metros da beira mar toda mobiliada, com 01 sala, 03 quartos sendo 01 suíte, 01 BWC social, cozinha com dispensa, área de serviço, toda alpendrada e 01 poço	por trás da barraca do Carlão, praia do Ceará	R\$2.500,00	O MOSSOROENSE
02/02/11	Casa	toda alpendrada, com sala, 03 quartos (sendo 01 suíte), wc social e cozinha	CENTRO	R\$ 80.000,00	O MOSSOROENSE
02/02/11	Casa	toda alpendrada com sala, 03 quartos (02 suítes), wc social, cozinha americana, despensa	GADO BRAVO	R\$ 90.000,00	O MOSSOROENSE
02/02/11	Casa com Escritura Publica Registrada	toda alpendrada, com sala, 03 quartos (sendo 01 suíte), WC social, cozinha e despensa	GADO BRAVO	R\$ 120.000,00	O MOSSOROENSE
03/02/11	LOTEAMENTO	COM TOPOGRAFIA PLANA, ÁGUA ENCANADA E ENERGIA ELÉTRICAA POUCOS METROS DO LOCAL.	BARRINHA DE MANIBÚ	R\$ 10.000,00, SÃO LOTES COM 420M²	O MOSSOROENSE

03/02/11	VENDO casa	toda alpendrada, com sala ampla, 03 quartos, 01 suíte, 01 banheiro social, cozinha, área de serviço, poço,	centro da cidade	R\$ 65.000,00	O MOSSOROENSE
03/02/11	VENDO casa	toda alpendrada, sala ampla, 04 quartos (sendo 03 suítes), 02 banheiros sociais, cozinha, área de serviço, cisterna, poço	praia do Ceará	R\$ 70.000,00	O MOSSOROENSE
03/02/11	VENDO casa	toda alpendrada, sala ampla, 03 quartos (sendo 02 suítes), 01 banheiro social, cozinha, área de serviço, cisterna	praia do Ceará	R\$ 190.000,00 , Com uma área de 1.500m ² de terreno	O MOSSOROENSE
03/02/11	casa semi-nova	toda alpendrada, garagem para 04 carros, varanda, 02 salas, 03 quartos (sendo 01 suíte), banheiro social, Cozinha, área de serviço, amplo quintal, piso cerâmica, teto madeira e telhas, possui um poço para abastecimento próprio de água		R\$ 170.000,00	O MOSSOROENSE
03/02/11	VENDO excelente casa	à 120 metros da beira-mar, com garagem coberta para 04 carros, varanda, 02 salas amplas, 03 quartos (sendo 01 suíte), banheiro social, cozinha, área de serviço,	Praia das Manoelas	R\$ 150.000,00	O MOSSOROENSE

		<p>dependência de empregada, ampla despensa, alpendre; piso cerâmica, teto madeira e telhas (parte forrada com gesso). O imóvel encontra-se em ótimo estado de conservação, tanto na parte de edificação, quanto na elétrico-hidráulica. Possui um poço tubular com bomba instalada, água potável para banho.</p> <p>Todos os móveis e utensílios exceto os objetos pessoais ficam incorporados ao imóvel</p>			
03/02/11	Casa	toda alpendrada, com sala, 03 quartos (sendo 01 suíte), wc social e cozinha	CENTRO	R\$ 80.000,00	O MOSSOROENSE
03/02/11	Casa	toda alpendrada com sala, 03 quartos (02 suítes), wc social, cozinha americana, despensa	GADO BRAVO	R\$ 90.000,00	O MOSSOROENSE
03/02/11	Casa com Escritura Publica Registrada	toda alpendrada, com sala, 03 quartos (sendo 01 suíte), WC social, cozinha e despensa	GADO BRAVO	. R\$ 120.000,00	O MOSSOROENSE
04/02/11	casa	,toda alpendrada, sala ampla, 03 quartos (sendo 02 suítes), 01	praia do Ceará próximo ao clube Álíbi	R\$ 190.000,00, uma área de 1.500m² de terreno	O MOSSOROENSE

		banheiro social, cozinha, área de serviço, cisterna			
05/02/11	LOTEAMENTO	Medindo de 15X27	GADO BRAVO	perfazendo uma área total de 405m ²	O MOSSOROENSE
06/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
08/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
09/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
10/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
11/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
12/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
13/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
15/02/11	Vende casa	01 sala, 01 WC, 03 quartos, cozinha, despensa, área de serviço, churrasqueira, piscina	PRAIA DO CEARÁ próx. ao Bar do Nelson	R\$ 120.000,00	O MOSSOROENSE
15/02/11	Vende casa	sala para 02 ambientes, 01 WC, 04 quartos sendo 01 suíte, cozinha, despensa, área de serviço, churrasqueira, cascata, poço, toda alpendrada, garagem para 10 carros	Praia do Ceará	R\$ 105.000,00	O MOSSOROENSE
15/02/11	Vende terreno	Medindo 15x25m	Rua Francisco Chagas, próximo a Lagoa, lote 04 quadra 22	R\$ 25.000,00, perfazendo uma área de 375m ²	O MOSSOROENSE
15/02/11	Vende 01 terreno	medindo 20x30	GADO BRAVO	R\$ 40.000,00, perfazendo uma área total de 600m ²	O MOSSOROENSE
15/02/11	Vende casa em condomínio	01 sala, 01 wc, 02 quartos sendo 01 suíte, cozinha, área de serviço, área de lazer, garagem		R\$ 100.000,00	O MOSSOROENSE
16/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				

17/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
18/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
19/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
20/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
22/02/11	Os anúncios se repetem dos dias anteriores				
Imobiliária Mobili imóveis 18/01/2011	Vende casa	Sala, 03 quartos, 01 WC, cozinha ampla, área de serviço, cascata, portão de madeira. 03 vagas de garagem. À 120m da praia	Rua Vanda Godim de Querioz, EMANUELAS	R\$ 75.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Mobili imóveis 18/01/2011	Vende terreno	Medindo 20x50m	GRANJA VALE DO SOL NASCENTE, lote 09 da quadra 60	R\$ 50.000,00, perfazendo uma área de 1.000m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Mobili imóveis 18/01/2011	Vende terreno	medindo 20x30m,	Vila do Tibau, lote 03 da quadra 01, GADO BRAVO	R\$ 40.000,00, perfazendo uma área total de 600m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Mobili imóveis 18/01/2011	Vende terreno	medindo 20x22,50m,	lote 14 da quadra 12, na Rua Projetada, LOT. BARRA NOBRE	R\$ 17.000,00, perfazendo uma área de 450m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	Vende terreno	COM TOPOGRAFIA PLANA, ÁGUA ENCANADA E ENERGIA ELÉTRICA	LOTEAMENTO BARRINHA DE MANIBÚ	R\$ 10.000,00, LOTES COM 420M ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO canteiro para prestadoras de serviços à Petrobrás	(100x320) totalmente murado, possui um galpão com 450m ² e várias salas para escritório	BR 304 (em frente à fábrica de cerâmica Porcelanatti)	R\$ 2.000.000,00, medindo 32.000m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO excelente galpão	todo murado, encravado com estrutura pronta para empresas transportadoras		R\$ 300.000,00, em terreno que mede 1080m ²	O MOSSOROENSE

Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	, todo murado, com água, luz e telefone	às margens da BR 110	R\$ 300.000,00, área de 1.800m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	(60x24), localiza-se à apenas 35 metros da CE 261, e 1.2 km da beira-mar. Possui energia elétrica e água encanada a poucos metros do local	Melancias	R\$38.000,00, medindo 1.440m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	parcialmente murado, com água e energia elétrica no local, e pavimentação asfáltica a 10 metros, próximo à UNP e ao West Shopping		R\$ 270.000,00, medindo 1.080m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	Totalmente cercado, com topografia relativamente plana, (40x60) com infra estrutura completa de água encanada e energia elétrica	praia de São Cristóvão	R\$ 38.000,00, medindo 2.400m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	(50x600) à beira-mar com energia a poucos metros do local, topografia levemente ondulada	Praia do Ceará	R\$ 300.000,00, Medindo 30.000m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	parcialmente pavimentada, com 01 galpão que mede aproximadamente 1.000m ² , ideal para empresas prestadoras de serviços à Petrobrás		R\$ 2.800.000,00, 30.000m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	Lotes medindo 15,00 x 27,50 perfazendo uma	Gado Bravo		O MOSSOROENSE

		área total de 412,50m ²			
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	Mar, medindo 90,00 x 110,00m	Gado Bravo, Terreno na Beira	R\$ À combinar, , uma área de 9.900m ²	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	Casa nova	Toda alpendrada com sala, 03 quartos (sendo 02 suítes), WC social, cozinha americana, despensa	Gado Bravo	R\$ 110.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	Casa com Escritura	toda alpendrada com sala, 03 quartos (01 suítes) WC social, cozinha americana, despensa	Gado Bravo	R\$ 130.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	01 lote medindo 12,00m x 27,15m	praia de Gado Bravo	R\$ À combinar, perfazendo uma área total de 325,80m	O MOSSOROENSE
Imobiliária Facilite Imóveis	Vendo casa	03 quartos, sendo 01 suíte, banheiro social, sala, cozinha, dispensa, 02 vagas de garagem. CASA TOTALMENTE MOBILIADA	Emanuelas	R\$130.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária M&F	Vendo casa nova	com vaga na garagem, 01 sala, 03 quarto, sendo 01 suíte, cozinha, área de serviço, toda no alpendre, murada com água e luz.		ACEITAMOS TROCAEM APARTAMENTO EM NATAL	O MOSSOROENSE
Imobiliária M&F	casa	com Vaga na Garagem, 02 Salas, 03 Quartos sendo 01 Suíte, 01 WC Social, Cozinha, Dispensa, Área de serviço, Varanda e com Vista para o Mar		R\$:130.00,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Brasil	LOTEAMENTO COSTA	01 lote medindo 12,00	PRAIA DE GADO	325,80 m ² R\$ Á	

imóveis 16/03/2011	BRANCA	m x27,15	BRAVO	COMBINAR	
04/01/2011 Imobiliária Mobili imóveis	Vende casa	toda alpendrada na com: Sala, 04 WC, 09 quartos sendo 01 suíte, cozinha, cascata, churrasqueira	Rua Pôr do Sol, por trás do Condomínio Porcino	R\$ 190.000,00	O MOSSOROENSE
04/01/2011 Imobiliária Mobili imóveis	Vende casa	sala, 03 quartos sendo 01 suíte, 01 wc, cozinha, área de serviço, garagem para 06 carros	Av. Tarcísio Maia, 12, próx. Ao Posto de Nolasco	R\$ 100.000,00	O MOSSOROENSE
04/01/2011 Imobiliária Mobili imóveis	Vende casa	01 sala, 01 wc, 03 quartos, cozinha, despensa, área de serviço, churrasqueira, piscina	praia do Ceará próx. Ao Bar do Nelson	R\$ 120.000,00	O MOSSOROENSE
04/01/2011 Imobiliária Mobili imóveis	Vende casa	sala para 02 ambientes, 01 wc, 04 quartos sendo 01 suíte, cozinha, despensa, área de serviço, churrasqueira, cascata, poço, toda alpendrada, garagem para 10 carros	Praia do Ceará	R\$ 105.000,00	O MOSSOROENSE
04/01/2011 Imobiliária Mobili imóveis	Vende Terreno	medindo 15x25	rua Francisco Chagas, próx. a Lagoa, lote 04 quadra 22	375 m² R\$ 25.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confianças Imóveis 04/01/2011	VENDO casa	toda alpendrada, com sala ampla, 03 quartos, 01 suíte, 01 banheiro social, cozinha, área de serviço, poço	centro da cidade	R\$ 65.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confianças Imóveis 04/01/2011	VENDO casa	toda alpendrada, sala ampla, 04 quartos sendo 03 suítes), 02 banheiros sociais, cozinha, área de serviço,	praia do Ceará	R\$ 70.000,00	O MOSSOROENSE

		cisterna, poço			
Imobiliária Confianças Imóveis 04/01/2011	VENDO casa	toda alpendrada, sala ampla, 03 quartos (sendo 02 suítes), 01 banheiro social, cozinha, área de serviço, cisterna	praia do Ceará próximo ao clube Álubi	1.500m² R\$ 190.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confianças Imóveis 04/01/2011	VENDO casa em condomínio fechado	Com garagem, 02 salas amplas, 03 quartos (sendo 01 suíte), banheiro social, cozinha, área de serviço, dependência de empregada. O condomínio dispõe de área de lazer com piscina, área de convivência, e portão eletrônico		R\$ 150.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confianças Imóveis 04/01/2011	VENDO casa semi-nova	toda alpendrada, garagem para 04 carros, varanda, 02 salas, 03 quartos (sendo 01 suíte), banheiro social, cozinha, área de serviço, amplo quintal, piso cerâmica, teto madeira e telhas, possui um poço para abastecimento próprio de água		R\$ 170.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confianças Imóveis 04/01/2011	VENDO 04 lotes de terreno	sendo 60 metros de frente por 24 metros de comprimento, lado da sombra à tarde, localiza-se a apenas 35 metros da CE 261 - Tibau-Icapuí/CE, e	Melancias	1.440m² R\$ 38.000,00	O MOSSOROENSE

		localiza-se apenas 1.2 km da beira-mar. Possui energia elétrica e água encanada a poucos metros do local			
Imobiliária M&F Morais e Filhos 04/01/2011	Aluga-se casa	alguns metros da beira mar toda mobiliada, com 01 sala, 03 quartos sendo 01 suíte, 01 BWC social, cozinha com dispensa, área de serviço, toda alpendrada e 01 poço	por trás da barraca do Carlão, praia do Ceará	Temporada: Natal 2010 até o Carnaval 2011. R\$2.500,00	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 04/01/2011	VENDO casa	toda alpendrada, com sala, 03 quartos (sendo 01 suíte), wc social e cozinha	CENTRO	R\$ 80.000,00	O MOSSOROENSE
Dia: 05/01/2011	Indisponível				
Dia: 06/01/2011 à 16/01/2011	Os anúncios são os mesmos já apresentados				
Imobiliária Mobili imóveis 18/01/2011	Vende casa	Sala, 03 quartos, 01 WC, cozinha ampla, área de serviço, cascata, portão de madeira. 03 vagas de garagem. À 120m da praia	Rua Vanda Godim de Querioz EMANUELAS	R\$ 75.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Mobili imóveis 18/01/2011	Vende terreno	lote 09 da quadra 60, medindo 20x50m	GRANJA VALE DO SOL NASCENTE	1.000m² R\$ 50.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Mobili imóveis 18/01/2011	Vende terreno	Vila do Tibau, lote 03 da quadra 01, medindo 20x30m	GADO BRAVO	600m². R\$ 40.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Mobili imóveis 18/01/2011	Vende terreno	lote 14 da quadra 12, na Rua Projetada, medindo 20x22,50m	LOT. BARRA NOBRE	450m² R\$ 17.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança	Vende terreno	TOPOGRAFIA PLANA,	LOTEAMENTO	LOTES COM 420M² R\$	O MOSSOROENSE

Imóveis 18/01/2011		ÁGUA ENCANADA E ENERGIA ELÉTRICA	BARRINHA DE MANIBÚ	10.000,00	
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO canteiro para prestadoras de serviços à Petrobrás	(100x320) às margens da BR 304 (em frente à fábrica de cerâmica Porcelanatti), totalmente murado, possui um galpão com 450m ² e várias salas para escritório		32.000m ² R\$ 2.000.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO excelente galpão	todo murado		1080m ² R\$ 300.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	todo murado, com água, luz e telefone	margens da BR 110	1.800m ² R\$ 300.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	(60x24), localiza-se à apenas 35 metros da CE 261, e 1.2 km da beira-mar. Possui energia elétrica e água encanada a poucos metros do local	Melancias	1.440m ² R\$ 38.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	parcialmente murado, com água e energia elétrica no local, e pavimentação asfáltica a 10 metros, próximo à UNP e ao West Shopping		1.080m ² R\$ 270.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	Totalmente cercado, com topografia relativamente plana, com infra estrutura completa de água encanada e energia elétrica	praia de São Cristóvão	2.400m ² R\$ 38.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	(50x600) à beira-mar com energia a poucos metros do local,	Praia do Ceará	30.000m ² R\$ 300.000,00	O MOSSOROENSE

		topografia levemente ondulada			
Imobiliária Confiança Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	parcialmente pavimentada, com 01 galpão que mede aproximadamente 1.000m², ideal para empresas prestadoras de serviços à Petrobrás		30.000m² R\$ 2.800.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	Lotes medindo 15,00 x 27,50, com toda infraestrutura de água e luz	LOTEAMENTO COSTABRANCA, Gado Bravo	412,50m²	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	Terreno na Beira – Mar, medindo 90,00 x 110,00m	GADO BRAVO	9.900m² R\$ À combinar	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	Casa nova	Toda alpendrada com sala, 03 quartos (sendo 02 suítes), WC social, cozinha americana, despensa	GADO BRAVO	R\$ 110.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	Casa com Escritura Publica Registrada	toda alpendrada com sala, 03 quartos (01 suítes) WC social, cozinha americana, despensa	GADO BRAVO	R\$ 130.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliário Brasil Imóveis 18/01/2011	VENDO terreno	01 lote medindo 12,00m x 27,15m	LOTEAMENTO COSTABRANCA- praia de Gado Bravo	325,80m² R\$ À combinar	O MOSSOROENSE
Imobiliária Facilite Imóveis 18/01/2011	Vendo casa	03 quartos, sendo 01 suíte, banheiro social, sala, cozinha, dispensa, 02 vagas de garagem	Emanuelas	Valor: 130.000,00	O MOSSOROENSE
Imobiliária M&F 18/01/2011	Vendo casa	com vaga na garagem, 01 sala, 03 quarto, sendo 01 suíte, cozinha, área de serviço, toda no		(ACEITAMOS TROCAEM APARTAMENTO EM NATAL)	O MOSSOROENSE

		alpendre, murada com água e luz			
Imobiliária M&F 18/01/2011	Vendo casa	com Vaga na Garagem, 02 Salas, 03 Quartos sendo 01 Suíte, 01 WC Social, Cozinha Dispensa, Área de serviço, Varanda e com Vista para o Mar		R\$:130.00,00	O MOSSOROENSE
Dia: 19/01/2011 à 30/01/2011	Os anúncios são os mesmo do dia 18/01/2011				

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO PARA PROPRIETÁRIOS DE
SEGUNDAS RESIDÊNCIAS

LUGAR DA ENTREVISTA:

Número do questionário: _____

Setor: _____

QUESTÕES

DO ENTREVISTADO

Idade__ **Sexo:** ()M ()F

Escaridade: ()Fund. () Médio ()Superior
() Pós-Graduação

Profissão_____

Renda mensal: () 1 a 2 s.m () 3 a 4 s.m () 5 a
7 s.m () Acima de 7 s.m.

Local de origem_____

(se Mossoró) bairro da
residência:_____

(Se morador local): Origem da família:

Meio de transporte

()ônibus. ()Carro ()Moto () Bicicleta ()A pé
()Outro_____

Motivos da escolha por Tibau:_____

()Proximidade_____

()Lazer._____

()família._____

()Outros._____

Motivos para estar em Tibau_____

()Trabalho._____

()Lazer._____

()Outros._____

Período de permanência

()Um fim de semana () Férias

()Outros_____

Frequência

()Semanalmente () Mensalmente

() Semestralmente () Anualmente

()Ocasionalmente_____

Meio de hospedagem/Relação contratual com a posse do imóvel

() Hotéis/Pousadas () Casa de

parentes/amigos () Imóvel próprio

() Outros_____

(se imóvel próprio) Há quanto tempo possui
esta residência:_____

(se imóvel próprio) comprou pronta ou
construiu?_____

(caso tenha construído) De quem adquiriu os
lotes?_____

Qual ou quais as razões da escolha da localidade?

**Possui ou já possuiu segunda residência em
outra localidade?**_____

(se sim) qual?_____

Faz uso de serviços locais?

Quais?_____

Faz uso do comércio local?

Especifique?_____

DA LOCALIDADE

Pontos positivos do local: () Natureza

() Repouso () Descanso

() Outros_____

Pontos negativos do local

**(No caso de não-nativo) Como tomou
conhecimento da área?**

()TV ()Internet ()Empresa de viagens ()

Amigos/parentes

() Outros_____

**Como avalia a infraestrutura de acesso e do
próprio lugar?**_____

Pesquisador:_____

APÊNDICE D - ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO AOS MORADORES DE TIBAU

1. Você reside a quantos anos na cidade?
2. Desde quando se lembra de haver proprietários de segunda residência em Tibau?
3. Conhece proprietários de segundas residências?
4. Já trabalhou para os moradores de segunda residência?
5. Tem conhecimento de estrangeiros ou habitantes de outras regiões brasileiras proprietários de imóveis na praia?
6. Considera positivo ou negativo a presença dos vilegiatistas em Tibau?
7. Como a cidade vive nos diferentes períodos do ano? O que mais os caracteriza?

APÊNDICE E - ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO AOS COMERCIANTES DE TIBAU

1. Você reside a quantos anos na cidade?
2. Foi sempre comerciante?
3. Os vilegiaturistas adquirem no seu estabelecimento?
4. E no período fora do veraneio como se comportam as vendas?
5. De onde vem suas mercadorias?
6. Conhece pessoalmente os vilegiaturistas?
7. Tem conhecimento de estrangeiros ou pessoas de outras regiões que possuem casas na praia de Tibau?
8. Considera positivo ou negativo a presença dos vilegiaturistas em Tibau?
9. Como a cidade vive nos diferentes períodos do ano? O que mais os caracteriza?

APÊNDICE F - ENTREVISTA REALIZADA COM CORRETORES IMOBILIÁRIOS

1. Em Tibau, quais os lugares (praias) onde o mercado é mais dinâmico (maior procura e produção de imóveis)?
2. A maior procura se dá por que tipo de imóvel? Houve uma redefinição ao longo dos anos?
3. Quais as características principais dos imóveis procurados? E sobre o valor, como podemos classificá-los?
4. Quais os principais objetivos para o uso do imóvel? Quais as principais características dos compradores? (origem, renda etc.)
5. Há participação de capital internacional na dinâmica do mercado?
6. Que transformações sociais e espaciais tem sido observadas no litoral de Tibau?
7. Seria possível identificar em que períodos tais transformações foram mais intensas e porque?
8. Existem aspectos positivos e negativos para este processo de modificação? Quais poderiam ser citados?
10. Percebeu se houve transformação da casa de veraneio em primeira moradia?